

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**LESLIANE CAPUTI**

**SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL:  
tempos de mundialização do capital – desafios cotidianos e (re)significados!**

**FRANCA**

**2014**

**LESLIANE CAPUTI**

**SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL:  
tempos de mundialização do capital – desafios cotidianos e (re)significados!**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade. Linha de Pesquisa: Serviço Social: formação e prática profissional.**

**Orientadora: Profa. Dra. Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira**

**FRANCA**

**2014**

Caputi, Lesliane

Supervisão de estágio em serviço social : tempos de mundialização do capital – desafios cotidianos e (re)significados! / Lesliane Caputi. – Franca : [s.n.], 2014.

228 f.

Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira.

1. Serviço social. 2. Serviço social - Estudo e ensino. 3. Trabalho profissional. I. Título.

CDD – 361.007

**LESLIANE CAPUTI**

**SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL:**

**tempos de mundialização do capital – desafios cotidianos e (re)significados!**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade. Linha de Pesquisa: Serviço Social: formação e prática profissional.**

**BANCA EXAMINADORA:**

**Presidente:** \_\_\_\_\_  
**Prof. Dra. Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira**

**1ª.Examinador(a):** \_\_\_\_\_

**2ª.Examinador(a):** \_\_\_\_\_

**3ª.Examinador(a):** \_\_\_\_\_

**4ª.Examinador(a):** \_\_\_\_\_

**Franca, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2014.**

À categoria de Serviço Social!

A todos aqueles que lutam por uma formação profissional de  
qualidade!

[...]

estamos atentos, estamos vivos, no novo tempo, apesar dos perigos,  
da força mais bruta, da noite que assusta, estamos na luta [...].

(Ivan Lins)

## AGRADECIMENTOS

Não darei aqui nome á todos! Aliás: [...] Nunca dê um nome a um rio: sempre é outro rio a passar. Nada jamais continua, tudo vai recomeçar! (Mario Quintana).

Assim, agradeço...

Á todos que participaram até a presente tese da minha história profissional. Certamente, cada um teve seu significado e representação neste processo e propiciou o meu encontro com o objeto de estudo, que me acompanha ao longo destes anos.

Aos meus queridos pais, Nina e Devanir, pelo incondicional amor e apoio de sempre! Obrigada!

Em nome do Erlon e Otávio Caputi, agradeço todos meus entes mais queridos!

Ao Frederico Haikel que desde o mestrado vive comigo as lutas e conquistas pessoais e profissionais. Amar é assim: “Coração de eterno flerte, adoro ver-te”. (Caetano Veloso)

À Lucimara Benatti, minha grande amiga e companheira de debates profissionais, que muito colaborou para a decisão de cursar o doutorado. Estamos sempre juntas e avante!

Aos colegas de trabalho da UNILAGO, FEF e UFTM, pela minha participação na formação profissional e supervisão de tantos, hoje, assistentes sociais.

À Regina Souza, pelas tantas idas e vindas às estradas que nos levaram às diversas disciplinas do doutorado, tantos desafios e todos imbuídos de muita alegria!

À Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social/ABEPSS, a destacar a região Sul II e microrregião São José do Rio Preto/Franca-SP, pela contribuição com a pesquisa disponibilizando documentos e possibilitando via suas oficinas à identificação dos sujeitos e a limitação do universo pesquisado. Assim, com os nomes de Cláudia Mônica e Francisca Pini, agradeço à todos da gestão 2011/2012 pelo apoio acadêmico!

Através de Maria Cristina de Souza agradeço todas as amigas e colegas de significativas jornadas de trabalhos e lutas! Tantos são os nomes e tal a representatividades que aqui não me arrisco citá-los um a um para não me esquecer de ninguém. Assim, valeu o cada e o tudo!

À Cirlene Oliveira por todo o processo de doutoramento. Orientações que extrapolaram o campo da tese e se permearam o diálogo do compromisso com o Serviço Social, com a formação e trabalho profissional. Afável pela confiança, respeito e luta conjunta! Em seu nome, agradeço a todos os professores que participaram desta minha trajetória de doutorado.

À Mariana Neves, através da qual agradeço aos discentes da UNILAGO, FEF e UFTM: vocês têm contribuição ímpar na construção desta tese.

Aos sujeitos da pesquisa, que não mediram esforços na contribuição para desvendar o real da supervisão de estágio em Serviço Social, concretizando o que diz o autor Guimarães Rosa: “O real não está na saída e nem na chegada, ele se dispõe para a gente é no meio da travessia”!

Á Minha história é minha referência! Me encanta, me sinaliza, me encoraja, me faz sentir, descobrir e (re)significar o sentido da práxis.

Confuso amanhecer, de alma ofertante  
e angústias sofradas,  
injustiças e fomes e contrastes  
e lutas e achados rutilantes  
de riquezas da mente e do trabalho,  
meu passo vai seguindo  
no ziguezague de equívocos,  
de esperanças que malogram mas renascem  
de sua cinza morna.  
Vai comigo meu projeto  
entre sombras, minha luz  
de bolso me orienta  
ou sou eu mesmo o caminho a procurar-se?  
(Carlos Drummond de Andrade – *Canto Brasileiro*)

CAPUTI, Lesliane. **Supervisão de estágio em Serviço Social: tempos de mundialização do capital – desafios cotidianos e (re)significados!** 2014. 228 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2014.

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo o processo da supervisão de estágio em Serviço Social, (re)significando-o a partir da Política Nacional de Estágio elaborada ABEPSS (2010), no âmbito das situações concretas que se colocam à supervisão, na realidade cotidiana da microrregional da ABEPSS Sul II São José do Rio Preto/Franca-SP. Em seu cerne traz como objetivos: analisar o cotidiano da supervisão de estágio em Serviço Social, (re)significando-o no sentido da práxis profissional no âmbito das situações concretas que se colocam a supervisão na microrregional da ABEPSS Sul II (região São Jose do Rio Preto/Franca); identificar os nós críticos da supervisão de estágio em Serviço Social; expressar o cotidiano da supervisão de estágio em Serviço Social, a partir da realidade da microrregional; apontar os desafios e limites da supervisão frente à Política Nacional de Estágio em Serviço Social/PNE (2010); desvelar a produção de conhecimento da categoria sobre estágio e supervisão; mapear as UFAs de ensino presencial que compõem a microrregião em estudo; identificar a concepção dos atores envolvidos no estágio supervisionado acerca da supervisão. Coerente com os objetivos, o recorte temporal privilegia o período de implantação da PNE - delimitação de tempo que se deve aos desafios e possibilidades da formação e exercício profissional no que tange à supervisão de estágio em Serviço Social. Metodologicamente, recorreremos a instrumentos de análise quantitativa e qualitativa, no sentido da complementaridade entre ambas, na perspectiva de apanhar a totalidade que o envolve. Para materialização da proposta de estudo, além de estudos bibliográficos e documentais, também prevalecemos de pesquisa de campo e da técnica de observação participante. Os instrumentos utilizados e a metodologia de análise possibilitaram uma relação dialética entre o assunto estudado e os dados da realidade concreta. Os sujeitos da pesquisa compreenderam os atores envolvidos no estágio supervisionado em Serviço Social: supervisores de campo, supervisores acadêmicos e estagiários, bem como, representantes da ABEPSS Sul II e intelectuais orgânicos para fins de adensar a problematização e análises do tema na totalidade - isso considerando, o papel da ABEPSS no âmbito da formação profissional e sua autoria das Diretrizes Curriculares e PNE (2010). Sopesamos apenas UFAs de modalidade presencial. Desvelamos que a supervisão de estágio em Serviço Social acompanha a história e as condições políticas que envolvem a profissão desde os primórdios da mesma, assim, é historicamente compreendida de diferentes formas, conteúdos e concepções coerentes com a matriz do pensamento social que lhe dá diretriz. É uma atividade didático-pedagógica possibilitadora da apreensão e assimilação da práxis profissional. Tem se materializado conforme princípios do debate hegemônico da categoria profissional expresso na Política Nacional de Estágio, ainda que permeado de desafios próprios do imperioso capitalismo globalizado e da ofensiva neoliberal. A supervisão se propaga enfiada da dimensão educativa, da identidade e autonomia profissional; das condições de trabalho profissional; da dimensão da legalidade, historicidade e legitimidade da supervisão de estágio em Serviço Social. Contudo, reafirmamos que é no coletivo, na articulação das entidades (CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO) que poderemos vislumbrar os caminhos para a supervisão de estágio conforme o projeto profissional de ruptura.

**Palavras-chave:** Serviço Social. supervisão de estágio. trabalho profissional. formação profissional.

CAPUTI, Lesliane. **Internship supervision in Social Work: times of globalization of capital – daily challenges and (re)definitions!** 2014. 228 p. Thesis (Doctoral in Social Work) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2014.

## ABSTRACT

The aim of this research is the study of the process of supervision of the internship in Social Work, (re)defining it from the National Politic of Internship prepared by the ABEPSS (2010), in the extent of the concrete situations that the supervision is, in the daily reality of the micro region of ABEPSS South II São José do Rio Preto/Franca, SP. The goals of its core are: analyze the everyday of the supervision of internship in Social Work, (re)defining it in the meaning of the professional practice in the extent of the concrete situations that the supervision of the micro region of ABEPSS South II (São José do Rio Preto/Franca region) are; identify the critical node of the supervision of the internship in Social Service; express the everyday routine of the supervision of internship in Social Work, from the reality of the micro region; show the challenges and limits of the supervision from the National Politic of Internship in Social Work/ PNE (2010); reveal the production of knowledge of the category about internship and supervision; map the UFAs of classroom teaching that compose the studied micro region; identify the conception of the actors involved in the supervised internship about supervision. Consistent with the goals, the time frame focuses on the period of the implantation of the PNE – limitation of time due to the challenges and possibilities of the professional training and practice regarding the supervision of internship in Social Work. Methodologically, we resorted to instruments of quantitative and qualitative analysis, because of the complementarity between the two, with a view to catching the totality that involves it. For the materialization of the proposal, besides bibliographical and documental studies, we have also done fieldwork and have used the technique of the participant observation. The instruments that were used and the analysis methodology enabled a relation dialectic between the subject studied and the data of the concrete reality. The subjects of the research are the actors involved in the supervised internship in Social Work: field supervisors, academic supervisors and interns as well as ABEPSS South II representatives and organic intellectuals for the purpose of densifying the problematization and the analysis of the topic in its totality – taking this into account, the function of ABEPSS under the professional formation and its authorship of the Curriculum Guidelines and PNE (2010). We have considered only UFAs of classroom modality. We have unveiled that the supervision of the internship in Social Work follows the history and political conditions that involve the profession since its beginning, therefore, it is historically comprehended in different ways, contents and consistent conceptions with the pattern of the social thought that gives guidance to it. It is a pedagogical-didactic activity that enables the understanding and assimilation of the profession practice. It has been materializing itself according to principles of the hegemonic debate of the professional category expressed in the National Politic of Internship, although it has its own challenges because of the imperious globalized capitalism and the neoliberal offensive. The supervision disseminates bored of the educational dimension, the identity and the professional autonomy; of the work conditions; of the dimension of legality, historicity and legitimacy of the supervision of internship in Social Work. However, we reaffirm that it is in the collective, in the joint of the entities (CFESS/CRESS, ABEPSS and ENESSO) that we can glimpse the path to the supervision of internship according to the professional project of disruption.

**Keywords:** Social Work. internship supervision. professional work. professional formation.

CAPUTI, Lesliane. **Supervisión de prácticas en Trabajo Social: tiempos de mundialización del capital – desafíos cotidianos y (nuevos) significados!** 2014. 228 h. Tesis (Doctoral en Trabajo Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2014.

## RESUMEN

El objeto de estudio de la presente investigación es el proceso de la supervisión de prácticas en Trabajo Social, significándolo y reformulándolo a partir de la Política Nacional de Prácticas preparada por la ABEPSS (2010), en el ámbito de las situaciones concretas que se pone la supervisión, en la realidad cotidiana de la micro regional de la ABEPSS Sur II São José do Rio Preto/Franca, SP. En su núcleo trae como objetivos: analizar el cotidiano de la supervisión de prácticas en Trabajo Social, significándolo y reformulándolo en el sentido de la praxis profesional en el ámbito de las situaciones concretas en que se ponen la supervisión de la micro regional de la ABEPSS Sur II (São José do Rio Preto/Franca); identificar los nudos críticos de la supervisión de prácticas en Trabajo Social; expresar el cotidiano de la supervisión de prácticas en Trabajo Social, a partir de la realidad de la micro regional; señalar los retos y límites de la supervisión frente a la política Nacional de Prácticas en Trabajo Social/ PNE (2010), develar la producción de conocimiento de la categoría sobre prácticas y supervisión; mapear las UFAs de enseñanza presencial que componen la microrregión estudiada; identificar la concepción de los actores involucrados en las prácticas supervisadas acerca de la supervisión. Coherente con los objetivos, el recorte temporal privilegia el período de implantación de la PNE – delimitación de tiempo que se debe a los retos y posibilidades de la formación y ejercicio profesional que se refieren a la supervisión de prácticas en Trabajo Social. Metodológicamente, recorreremos a instrumentos de análisis cuantitativo y cualitativo, en sentido de complementariedad entre ambas, en la perspectiva de aprehender la totalidad que lo envuelve. Para materialización de la propuesta de estudio, además de estudios bibliográficos y documentales, también utilizamos investigación de campo y de la técnica de observación participante. Los instrumentos utilizados y la metodología de análisis posibilitaron una relación dialéctica entre el tema estudiado y los datos de la realidad concreta. Los sujetos de la investigación comprendieron los actores involucrados en las prácticas supervisadas en Trabajo Social: supervisores de campo, supervisores académicos y aprendices, bien como representantes de la ABEPSS Sur II e intelectuales orgánicos para fines de adensar la problematización y análisis del tema en la totalidad – eso considerando, el papel de la ABEPSS en el ámbito de la formación profesional y su autoría de las Directrices Curriculares y PNE (2010). Consideramos sólo UFAs de modalidad presencial. Develamos que la supervisión de prácticas en Trabajo Social acompaña la historia y las condiciones políticas que envuelven la profesión desde su principio, de esta manera, es históricamente comprendida de diferente formas, contenidos y concepciones coherentes con la matriz del pensamiento social que le da directriz. Es una actividad didáctico-pedagógica posibilitadora de la aprehensión y asimilación de la praxis profesional. Se ha materializados de acuerdo con principios del debate hegemónicos de la categoría profesional expreso en la Política Nacional de Prácticas, aunque permeado de retos propios del imperioso capitalismo globalizado y ofensiva neoliberal. La supervisión se propaga enfadada de la dimensión educativa, de la identidad y autonomía profesional; de las condiciones de trabajo profesional; de la dimensión de la legalidad, historicidad y legitimidad de la supervisión de prácticas en Trabajo Social. Sin embargo, reafirmamos que es en el colectivo, en la articulación de las entidades (CFESS/CRESS, ABEPSS y ENESSO) que podremos vislumbrar los caminos para la supervisión de prácticas conforme el proyecto profesional de ruptura.

**Palabras clave:** Trabajo Social. supervisión de prácticas. trabajo profesional. formación profesional.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	<b>Caracterização Geral dos Cursos.....</b>	<b>27</b>
<b>Quadro 2</b>	<b>Atores Envolvidos no Estágio Supervisionado.....</b>	<b>28</b>
<b>Quadro 3</b>	<b>Atores presentes na Oficina da Microrregional.....</b>	<b>30</b>
<b>Quadro 4</b>	<b>Expressão dos Sujeitos das Cinco UFAs conforme respectivas identificações.....</b>	<b>31</b>
<b>Quadro 5</b>	<b>Estudantes por UFA.....</b>	<b>33</b>
<b>Quadro 6</b>	<b>Expressão Nacional de Curso de Serviço Social.....</b>	<b>77</b>
<b>Quadro 7</b>	<b>UFAs da Microrregião da ABEPSS Sul II (Franca/São José do Rio Preto).....</b>	<b>78</b>
<b>Quadro 8</b>	<b>Produção de Conhecimentos sobre Estágio e Supervisão em Livros.....</b>	<b>89</b>
<b>Quadro 9</b>	<b>Produção de Conhecimentos sobre Estágio e Supervisão em Capítulos de Livros.....</b>	<b>90</b>
<b>Quadro 10</b>	<b>Produção do Conhecimento sobre Estágio Supervisionado em Serviço Social – ENPESS 2004.....</b>	<b>103</b>
<b>Quadro 11</b>	<b>Produção do Conhecimento sobre Estágio Supervisionado em Serviço Social – ENPESS 2006.....</b>	<b>105</b>
<b>Quadro 12</b>	<b>Produção do Conhecimento sobre Estágio Supervisionado em Serviço Social – ENPESS 2008.....</b>	<b>106</b>
<b>Quadro 13</b>	<b>Produção do Conhecimento sobre Estágio Supervisionado em Serviço Social – ENPESS 2010.....</b>	<b>107</b>
<b>Quadro 14</b>	<b>Produção do Conhecimento sobre Estágio Supervisionado em Serviço Social – ENPESS 2012.....</b>	<b>109</b>
<b>Quadro 15</b>	<b>Produção do Conhecimento sobre Estágio Supervisionado em Serviço Social – CBAS 2001.....</b>	<b>111</b>
<b>Quadro 16</b>	<b>Produção do Conhecimento sobre Estágio Supervisionado em Serviço Social – CBAS 2004.....</b>	<b>112</b>
<b>Quadro 17</b>	<b>Produção do Conhecimento sobre Estágio Supervisionado em Serviço Social – CBAS 2007.....</b>	<b>113</b>
<b>Quadro 18</b>	<b>Produção do Conhecimento sobre Estágio Supervisionado em Serviço Social – CBAS 2010.....</b>	<b>114</b>

<b>Quadro 19</b>	<b>Produção do Conhecimento sobre Estágio Supervisionado em Serviço Social – CBAS 2013.....</b>	<b>115</b>
------------------	---	------------

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1 - Percentual de vagas de curso de Serviço Social autorizadas pelo INEP/MEC em 2008 .....</b>	<b>79</b>
--	-----------

## LISTA DE SIGLAS

ABESS	Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ALAEITS	Associação Latino-americana de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
BM	Banco Mundial
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CEDEPSS	Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social
CES	Conselho de Ensino Superior
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CIEE	Centro de Integração Empresa-Escola
CNE	Conselho Nacional de Educação
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
EAD	Ensino à Distância
ENADE	Exame Nacional de Desempenho Estudantil
ENEM	Exame Nacional de Ensino Médio
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
EUA	Estados Unidos da América
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FIFE/FEF	Faculdades Integradas de Fernandópolis/Fundação Educacional de Fernandópolis
FMI	Fundo Monetário Internacional
GTP	Grupos Temáticos de Pesquisa
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
PAC	Programa de Aceleração
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios
PNE	Programa Nacional de Educação
PNE	Política Nacional de Estágio em Serviço Social

PROUNI	Programa Universidade para Todos
REUNI	Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.
SESU	Secretaria de Ensino Superior
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFA	Unidade de Formação Acadêmica
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
UNIFEB	Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos
UNIFEV	Centro Universitário de Votuporanga
UNILAGO	União das Faculdades dos Grandes Lagos.
UNIP	Universidade Paulista

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>DELINEANDO OS CAMINHOS PERCORRIDOS: Aspectos Metodológicos .....</b>	<b>19</b>
<b>Processo de Aproximação e Contato com Sujeitos .....</b>	<b>25</b>
<b>Por que recorremos à Oficina da ABEPSS? .....</b>	<b>35</b>
<b>Categorias analíticas .....</b>	<b>39</b>
<b>PARTE 1 TRABALHO, EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL: IMPERIOSOS REBATES DA MERCADORIZAÇÃO E DESCAMINHOS NEOLIBERAL .....</b>	<b>43</b>
<b>CAPÍTULO 1 EDUCAÇÃO E TRABALHO EM TEMPOS DE CRISE DO CAPITAL.....</b>	<b>47</b>
<b>CAPÍTULO 2 SERVIÇO SOCIAL, FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL: caminhando no “fio da navalha” .....</b>	<b>66</b>
<b>CAPÍTULO 3 A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE ESTÁGIO E SUPERVISÃO NOS TEMPOS DE 2001 A 2013 EM CENA .....</b>	<b>86</b>
<b>PARTE 2 O COTIDIANO DA SUPERVISÃO DE ESTÁGIO: TEXTOS E CONTEXTOS.....</b>	<b>121</b>
<b>CAPÍTULO 4 O MOVIMENTO SINGULAR-UNIVERSAL-PARTICULAR DO COTIDIANO.....</b>	<b>122</b>
<b>4.1 Movimento Histórico da Supervisão de Estágio em Serviço Social.....</b>	<b>126</b>
<b>CAPÍTULO 5 LEGALIDADE, LEGITIMIDADE E CONCEPÇÃO DE SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL: a realidade concreta em vitrine .....</b>	<b>142</b>

<b>CAPÍTULO 6 SUPERVISAO ACADEMICA E SUPERVISAO DE CAMPO: Dois lados de uma mesma moeda no Estágio Supervisionado em Serviço Social .....</b>	<b>166</b>
<b>6.1 Concretudes da Supervisão Acadêmica no Cotidiano.....</b>	<b>169</b>
<b>6.2 A Realidade Concreta da Supervisão de Campo.....</b>	<b>175</b>
<b>6.3 Dimensões da Supervisão de Estagio.....</b>	<b>179</b>
6.3.1 Dimensão Educativa.....	180
6.3.2 Dimensões - Identidade e Autonomia Profissional: teses do processo de supervisão de estágio .....	184
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>189</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>197</b>
<b>APÊNDICES</b>	
<b>APÊNDICE A. Termo de Compromisso Livre e Esclarecido.....</b>	<b>212</b>
<b>APÊNDICE B. Contato Via E-mail Com Estudantes .....</b>	<b>213</b>
<b>APÊNDICE C. Contato Via E-mail Com Coordenadores de Curso.....</b>	<b>214</b>
<b>APÊNDICE D. Roteiro de Entrevista .....</b>	<b>216</b>
<b>ANEXOS</b>	
<b>ANEXO A. Relatório Microrregional ABEPSS Sul II São José do Rio Preto/ Franca .....</b>	<b>217</b>

## INTRODUÇÃO

O intelectual não cria o mundo no qual vive. Ele faz muito quando consegue ajudar a compreendê-lo, como ponto de partida para a sua alteração real. (FLORESTAN FERNANDES, 1980, p. 231).

Pensar o cotidiano num universo tão contraditório como nas relações sociais capitalistas, a destacar nos dias contemporâneos, constitui um campo infindável e encantador a ser desvelado. Assim, por que não extrair do próprio cotidiano vivido os elementos para a construção de um arcabouço teórico-conceitual-filosófico-prático, fundamentado numa determinada proposta ética e política? Desse modo, surge nosso objeto de investigação nesta tese de doutorado. Partimos da realidade vivida e buscamos dar-lhe significados e significâncias.

Trazemos reflexões que são sínteses de nossos estudos e inquietações cotidianas, enquanto sujeito social e político, de trajetória sócio-histórica, permeada por lutas e resistências no espaço do trabalho no âmbito da formação profissional em Serviço Social; estudo, prática profissional e militância política na defesa da educação comprometida com a vida social para além dos ditames do capital, uma educação libertadora, continuada, permanente, emancipadora, tal como a perspectiva marxiana tratada por Mészáros, Freire, Gramsci entre outros.

As inquietações são oriundas de vivências<sup>1</sup> da pesquisadora e até mesmo pela sua vinculação orgânica com o tema e militância política<sup>2</sup> na área, acompanhando debates e eventos da categoria, os quais certamente norteiam os caminhos desta tese.

Um dos pilares do projeto ético-político é a formação profissional. E por meio de nosso projeto de profissão, as entidades representativas reafirmam sua defesa e fortalecem

---

<sup>1</sup> No âmbito da docência em Serviço Social com disciplinas específicas inclusive disciplinas de estágio e supervisão, da supervisão de campo e acadêmica de estágio, da supervisão de projetos de extensão a comunidade configurados também como campos de estágio, da coordenação de estágio e de curso de graduação. Experiências expressas no *curriculum vitae lattes* e marcadas na maturidade profissional da pesquisadora, que desde o mestrado (Universidade Estadual de Londrina/UEL, dissertação “A Unidade Teoria e Prática no Estágio Supervisionado em Serviço Social”) discutindo a temática relacionada ao Estágio Supervisionado, e vêm construindo conhecimentos, debates, participando de eventos da categoria sobre a temática “estágio e supervisão”, publicações e apresentações de trabalhos nesta área, orientações de trabalho de conclusão de curso, docência, supervisão de campo e acadêmica, bem como a coordenação de estágio e de curso de graduação. Atualmente, docente efetiva na Universidade Federal do Triângulo Mineiro/UFTM campus de Uberaba/MG, vice-coordenadora do Núcleo de Estágio em Serviço Social/NESS.

<sup>2</sup> Membro titular da direção da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) - (gestão “Reafirmar conquistas e permanecer na luta”- 2011/2012) enquanto representante discente de pós-graduação da Regional Sul II.

sua continuidade. O que, tal como coloca o Conselho Federal de Serviço Social<sup>3</sup> (CFESS), esta concepção, se configura como “uma indispensável referencia tendo em vista as ameaças sofridas mediante os constantes ataques da contrarreforma na educação”, em que a expressão da mercantilização e da precarização do ensino superior traz fortes rebatimentos no exercício profissional, sobretudo, na qualidade dos serviços prestados á população das políticas sociais.

A supervisão em Serviço Social acompanha o movimento sócio-histórico e as condições políticas que envolvem a profissão, desde os primórdios da mesma. Assim, historicamente é compreendida de diferentes formas, conteúdos e concepções, que se expressam nesta tese.

O debate com maior afinco sobre supervisão de estágio é contemporâneo no Serviço Social, apesar de acompanhar a formação profissional desde seus primórdios no Brasil, na década de 1930. É efervescente nos tempos hodiernos, considerando o amadurecimento intelectual da categoria, a preocupação intrínseca com a formação e exercício profissional, bem como as transformações e o movimento da sociedade, que repercutem diretamente no desenvolvimento da profissão.

A supervisão de estágio, conforme Lewgoy (2009, p. 65) “[...] corresponde a uma das atividades mais antigas de ensinar e aprender” no Serviço Social; surge quando este ainda tinha caráter de vocação e não profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, e, se desenvolve dialeticamente como processo de desenvolvimento sócio histórico da educação, paulatinamente, a concepção de supervisão vai se transformando e tomando novas significâncias e perspectivas.

Tal debate desafia os currículos, os projetos pedagógicos dos cursos de graduação, os<sup>4</sup> docentes, os estudantes, as coordenações de curso, bem como os supervisores tanto de campo como acadêmicos, além das instituições de ensino e os espaços sócio ocupacionais do assistente social, á repensar o lugar do estágio e do processo de supervisão na formação profissional, as condições de trabalho para objetivação dos pressupostos desta supervisão, conforme diretrizes amplamente construídas pela categoria.

---

<sup>3</sup> Órgão normativo de grau superior da profissão. Tem por objetivo disciplinar e defender o exercício da profissão de assistente social em todo território nacional.

<sup>4</sup> Ao utilizarmos a terminologia no sentido masculino, e mesmo na tese como um todo, às vezes escrito homem não estamos concebendo-a de forma machista e singular no âmbito da discussão de gênero, mas assim, como Paulo Netto e Braz (2006), estamos entendendo-o como parte do gênero humano. Por isso também, não utilizaremos no corpo do texto desta tese gênero o/a, colocaremos como tradicionalmente usado, por exemplo, trabalhador, mas entendo-o como trabalhador ou trabalhadora, supervisores, entendendo como supervisor ou supervisora.

Tratar da Supervisão de Estágio implica ascender a um campo de reflexão e debate em que Estágio e Supervisão configuram como unidade indissociável, ações e relações intrínsecas ao saber-fazer do Serviço Social.

A supervisão de estágio em Serviço Social é uma atribuição privativa dos assistentes sociais, e toda a sua dinâmica e regulamentação conectam-se a outros processos sócio-políticos e normativos, ou seja, acarretam implicações de processos que se dão no contexto da educação superior, do mercado de trabalho, assim como de processos internos à profissão. Envolve a complexidade de que formação e exercício profissional são imersos em um conjunto de relações sociais, o que faz com que sua compreensão não deva se esgotar em seu sentido estrito do fazer cotidiano, mas considerá-lo.

Importa registrar isso porque o processo da trajetória histórica da profissão no Brasil legou uma concepção crítico-dialética hegemônica à formação e ao exercício profissional. Concepção esta, que anua o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS/gestão 2011-2014), incide em especial no entendimento de que o estágio, na formação profissional do assistente social, deve superar uma concepção praticista, dissociada do corpo teórico que lhe dá fundamento, rompendo com a visão voluntarista (ou ainda imediatista) do saber-fazer. A perspectiva de superação concebe o estágio e a supervisão como indissociáveis, unidades indissolúveis. E, nesta lógica, também a indissociabilidade entre supervisão de campo e supervisão acadêmica.

A supervisão que compõe o projeto de formação é igualmente componente de um projeto de profissão que comporta sua orientação teórica e direção ético-política.

### **DELINEANDO OS CAMINHOS PERCORRIDOS: Aspectos Metodológicos**

[...] o homem torna-se um ser que dá respostas precisamente na medida em que – paralelamente ao desenvolvimento social e em proporção crescente – ele generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los; e quando, em sua resposta ao carecimento que a provoca, funda e enriquece a própria atividade com tais mediações bastante articuladas. De modo que não apenas a resposta, mas também a pergunta é um produto imediato da consciência que guia a atividade. (LUKÁCS, 1978, p.5 apud BARROCO, 2008, p. 16).

Com base nas reflexões dialéticas de Lukács aqui parafraseadas, problematizamos a supervisão de estágio em Serviço Social, partindo do cotidiano do trabalho profissional no campo da singularidade, do imediato, em busca de mediações, significados e significâncias, respostas no campo da particularidade, ou seja, a essência do que tange à supervisão de

estágio em Serviço Social e os desafios postos para sua efetivação conforme debate político da categoria profissional expresso na Política Nacional de Estágio em Serviço Social (ABEPSS, 2010).

As perguntas refletidas na pesquisa são constitutivas de carecimentos e possibilidades de satisfazê-las a partir do cotidiano profissional da pesquisadora. São, conforme Lukács (1978 apud BARROCO, 2008, p.16), “[...] produto imediato da consciência que guia a atividade.” Assim, constituem núcleo questionador do objeto de estudo:

- O processo de supervisão de estágio está em sintonia com o projeto de formação profissional?
- No cotidiano, quais limites e possibilidades se apresentam para a supervisão de estágio em Serviço Social?
- Como está a produção de conhecimento da categoria profissional sobre estágio e supervisão?
- Qual concepção de supervisão tem embasado os atores envolvidos no estágio?
- Será que a supervisão de estágio está se efetivando como dimensão educativa da formação profissional, conforme preconiza Política Nacional de Estágio em Serviço Social (2010) e o Projeto Ético-Político da Profissão?

Trata-se, contudo, de uma discussão complexa, já que a supervisão envolve diferentes particularidades tratadas no desenvolvimento das análises nesta tese.

A discussão acerca da supervisão delimitou-se, aqui, tão somente no âmbito do estágio em Serviço Social, por considerar que é na formação profissional, na atividade de estágio supervisionado que se inicia o processo de supervisão em Serviço Social, ou seja, é no estágio, durante a graduação, que conhecemos e experimentamos a dimensão da supervisão.

As reflexões estão contextualizadas intrinsecamente com o cenário de avanços e desafios da profissão neste tempo de capital fetiche<sup>5</sup>, financeiro, globalizado e com lógica administrativa e ética neoliberal, o que coloca o profissional frente a dilemas e reptos, e tão logo, requer do assistente social competências, habilidades, olhar crítico e propositivo,

---

<sup>5</sup> Conforme Iamamoto (2008) discute em seu livro O Serviço Social em tempo de capital fetiche.

aprofundamento teórico-metodológico e ético-político para decifrar a realidade e propor ações emancipatórias.

É neste panorama de precarização da educação e do trabalho profissional que nos debruçamos no estudo sobre a supervisão de estágio, considerando que a supervisão, qualquer que seja sua modalidade, não pode ser realizada à revelia da análise de conjuntura, do caráter das políticas sociais, da interpretação das diferentes manifestações da questão social, bem como da dinâmica da relação da profissão com o mundo do trabalho.

Concorde Guerra e Braga (2009, p. 534), a supervisão,

[...] não pode ser compreendida desvinculada dos seus componentes teórico, ético e político, da compreensão do significado social do Serviço Social na sociedade brasileira, dos valores que privilegia, de um projeto profissional que se conecta (ainda que por meio de muitas mediações) a projetos de sociedade.

Assim, a abordagem da supervisão concebida nas particularidades de suas dimensões é complexa e requer análise na perspectiva da totalidade.

A supervisão de estágio é tratada considerando o que preconizam as Diretrizes Curriculares elaboradas pela ABEPSS<sup>6</sup> (1996), bem como a regulamentada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) - (2001), atreladas ao Código de Ética do Assistente Social (BRASIL, 1993), Lei n. 8.662/1993 (BRASIL, 1993) de Regulamentação da Profissão, Lei Federal de Estágio n. 11.788/2008 (BRASIL, 2008), Resolução CFESS n. 533/2008 (CFESS, 2008) que Regulamenta a Supervisão Direta, e, Política Nacional de Estágio em Serviço Social<sup>7</sup> (ABEPSS, 2010), dentro do contexto da realidade social contemporânea da educação superior no país, assim como, o cotidiano da realidade particularizada na pesquisa de campo na microrregião da ABEPSS Sul II São Jose do Rio Preto/Franca<sup>8</sup>.

Com base em Barroco (2008, p. 15), quando recorre a Lukács para afirmar que “[...] o homem é capaz de perguntar e criar novas perguntas a partir de suas respostas [...] e que a

<sup>6</sup> Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) é portadora de natureza acadêmico-científica, tem a tarefa de instituir e coordenar a direção política da formação em intrínseca relação com o exercício profissional e com a organização política dos assistentes sociais.

<sup>7</sup> É salutar dizer que a Política Nacional de Estágio em Serviço Social foi elaborada por um grupo de trabalho/GT da ABEPSS, construída em âmbito nacional na gestão 2009-2010. O GT foi composto por: Sâmia Rodrigues Ramos (coordenadora nacional de graduação), Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira, Dunia Comerlato, Eleuza Bilemjian Ribeiro, Maria Helena Elpidio Abreu, Nailsa Maria Souza Araujo, Nadia Socorro Fialho Nascimento (coordenadoras regionais de graduação), Albany Mendonça Silva (representante de supervisores de campo da Regional Nordeste) e Maria Aparecida Milanez Cavalcante (representante estudantil nacional de graduação).

<sup>8</sup> Vale sinalizar que a ABEPSS é composta por uma diretoria nacional, dividida em seis regiões (Centro Oeste, Leste, Nordeste, Norte, Sul e Sul II); as quais são subdivididas em microrregionais. Sendo a Região Sul II da ABEPSS composta por seis microrregiões (Ribeirão Preto, São José do Rio Preto/Franca, Marília, ABC/Baixada Santista, Capital e Campinas), que levam nomes de cidade como marco de referência.

forma humana de indagação em face do real é uma forma crítica”, entendemos que é a partir de aproximações sucessivas com o objeto de estudo que avançamos em sua análise e construímos mediações, e neste sentido, indagamos: qual(is) a(s) dimensão(ões) da supervisão de estágio no processo de formação profissional do assistente social? Identificamos que estas estão vinculadas à concepção de estágio e de supervisão, de educação, de formação profissional e de exercício profissional, bem como das intencionalidades com que se realiza a supervisão. Dimensões estas que construíram a estrutura desta tese em partes de complexos e capítulos sistematizando as abstrações do concreto real e pensado dialeticamente, assim, expressas na totalidade da tese.

Nosso **objeto** de estudo constitui-se o processo da supervisão de estágio em Serviço Social, (re)significando-o a partir da Política Nacional de Estágio (ABEPSS, 2010), no âmbito das situações concretas que se colocam a supervisão, na realidade cotidiana da microrregional da ABEPSS Sul II São José do Rio Preto/Franca-SP. Compreendendo esse objeto, a partir de aproximações sucessivas, constituímos os seguintes **objetivos**:

- Analisar o cotidiano da supervisão de estágio em Serviço Social, (re)significando-o no sentido da práxis profissional no âmbito das situações concretas que se colocam a supervisão na microrregional da ABEPSS Sul II (região São José do Rio Preto/Franca).
- Identificar os nós críticos da supervisão de estágio em Serviço Social;
- Expressar o cotidiano da supervisão de estágio em Serviço Social, a partir da realidade da microrregional da ABEPSS SUL II São José do Rio Preto/Franca-SP;
- Apontar os desafios e limites da supervisão frente à Política Nacional de Estágio em Serviço Social (PNE) - (ABEPSS, 2010);
- Desvelar a produção de conhecimento da categoria sobre estágio e supervisão;
- Mapear as Unidades de Formação Acadêmica (UFAs) de ensino presencial que compõem a micro região da ABEPSS Sul II São José do Rio Preto/Franca-SP;
- Identificar a concepção dos atores envolvidos no estágio supervisionado acerca da supervisão.

Coerente com os objetivos, o recorte temporal privilegia o período de implantação da PNE, delimitação de tempo que se deve aos desafios e possibilidades da formação e

exercício profissional no que tange à supervisão de estágio em Serviço Social neste período de 2010 a 2014<sup>9</sup>.

Metodologicamente, com base em Cruz Neto (2002), entendemos que a construção do objeto de pesquisa faz-se por aproximações sucessivas, tomando-se por base estudos empíricos da problematização dos aspectos do real e da organização dos conhecimentos já existentes (inclusive dos acumulados pela pesquisadora) sobre os mesmos, pretendendo-se, dessa forma, ir definindo e delimitando o objeto investigado.

O **método** adotado para apreendermos o movimento do objeto de estudo situou-se na perspectiva assinalada por Marx (1983), na qual a análise do real é a síntese das múltiplas determinações, que, a nosso ver, é o que melhor explica o movimento real, e permite a superação do imediato que transversa a realidade social, possibilitando que a aproximação com as determinações do real se façam através do processo de mediação entre a singularidade, particularidade e universalidade (totalidade), logo, num movimento constante de (re)construção<sup>10</sup>.

Afinal,

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. (MARX, 1983, p. 116).

Por conseguinte, toda investigação social deve partir do fato real, não o transformando em dado, e sim em fato pensado: é o método que orienta a investigação no desvelamento da realidade social.

Ainda em Marx (1983, p. 116-117), temos que são “[...] as determinações abstratas que conduzem a reprodução do concreto por meio do pensamento”, elevando-se do abstrato ao concreto, ou seja, “[...] se apropria do concreto para reproduzi-lo como concreto pensado.” Busca-se, portanto, apanhar o real, e por intermédio da abstração, reconstruí-lo. Entendendo que a realidade não se dá a conhecer na sua imediatez, mas sim pela reflexão reiterada e profunda de suas determinações.

<sup>9</sup> Recorte temporal que envolve também o período de doutoramento da pesquisadora (2010-2014) e a participação da mesma na diretoria da ABEPSS SUL II (gestão 2011-2012).

<sup>10</sup> Reflexão elaborada em projeto de pesquisa realizado com alunos da graduação na União das Faculdades dos Grandes Lagos (UNILAGO) - (ainda em andamento) e publicado com resultados parciais no XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – São Luiz/MA (01 a 05 de dezembro de 2008), cujo título do trabalho “O perfil profissional dos supervisores de estágio do curso de serviço social da Unilago: aspectos socioeconômicos, políticos, culturais e mercado de trabalho.” (BENATTI; CAPUTI, 2008).

Os instrumentos utilizados e a metodologia de análise possibilitaram uma relação de indissociabilidade entre o assunto estudado e os dados da realidade concreta; contudo, não se contentando com o dado isolado, mas com análises para reconstruí-los no seu movimento constitutivo, desvendando suas contradições e múltiplas determinações. Assim, recorreremos a instrumentos de análise quantitativa e qualitativa, no sentido da complementaridade entre ambas e, sucessivamente, nos aproximamos e exploramos o objeto pesquisado, na perspectiva de apanhar a totalidade que o envolve.

Concorde com Martinelli (1999, p. 34), a abordagem quantitativa nos serve de fundamentos ao conhecimento produzido pela abordagem qualitativa, uma vez que o dado numérico, por exemplo, “[...] em si nos instrumentaliza, mas não nos equipa para trabalhar com o real em movimento na plenitude que buscamos” daí a importância de, sinergicamente convergir ambas as abordagens.

Via a análise qualitativa, ainda na concepção da autora (MARTINELLI, 1999, p. 21), se pressupõe outro modo de fazer pesquisa, no qual não deixa de ser importante a informação quantitativa, “[...] mas são os dados qualitativos que dão vida as informações outras, com os depoimentos”, com as narrativas que os sujeitos trazem.

[...] tem por objetivo trazer a tona o que os participantes pensam a respeito do que está sendo pesquisado, não é só a minha visão de pesquisador em relação ao problema, mas também é o que o sujeito tem a me dizer a respeito. [...] Parte de uma perspectiva muito valiosa: o contato direto com o sujeito da pesquisa. (MARTINELLI, 1999, p. 21)

Para materialização da proposta de estudo, além de estudos bibliográficos e documentais, também prevalecemos de pesquisa de campo e da técnica de observação participante, com a inserção da pesquisadora no campo de análise, interação com os sujeitos de pesquisa, envolvimento com o objeto de estudo e vivências dos sujeitos pesquisados, aproximando-se assim, de novos conhecimentos, novas relações e conteúdos da realidade, concordando, com Cruz Neto (2002, p. 62) que uma pesquisa não se restringe à utilização de instrumentos apurados de coleta de informações para dar conta de seus objetivos. Podemos nos tornar agentes de mediação entre a análise e a produção de informações, entendidas como elos fundamentais do processo de investigação e construção de conhecimentos.

Ainda nos dizeres da autora, temos que o “[...] trabalho de campo [...] é fruto de um momento relacional e prático: as inquietações que nos levam ao desenvolvimento de uma pesquisa nascem no universo do cotidiano.” (CRUZ NETO, 2002, p. 62).

### O Trabalho de Campo Como Descoberta de Criação – Otávio Cruz Neto

Os **sujeitos** da nossa pesquisa compreenderam os atores envolvidos no estágio supervisionado em Serviço Social: supervisores de campo, supervisores acadêmicos e estagiários, entendendo-os como indissociáveis do processo de supervisão. Todos são vinculados à Microrregional da ABEPSS Sul II- São José do Rio Preto/Franca-SP. Considerando o papel da ABEPSS no âmbito da formação profissional e sua autoria das Diretrizes Curriculares e PNE (ABEPSS, 2010), também elegemos, como sujeitos da pesquisa, representantes da entidade na Região Sul II e intelectuais orgânicos<sup>11</sup> para adensar a problematização e análises do tema na totalidade.

Sopesamos apenas UFAs de modalidade presencial da microrregional São José do Rio Preto/Franca, que participaram da Oficina<sup>12</sup> desta Microrregional, em setembro de 2011 para debater os “Desafios Atuais da Formação e do Trabalho Profissional”, na qual a discussão acerca da PNE (ABEPSS, 2010) se fez veemente. E, dentre estas UFAS, somente aquelas que responderam no primeiro contato (via e-mail<sup>13</sup>), disponibilizando-se, voluntariamente a participar da pesquisa.

Trabalhamos também com a concepção disseminada por Martinelli (1999, p. 24), de sujeito significativo e/ou coletivo, no sentido de que a pessoa participante da pesquisa expressa de forma típica a realidade de vivências de seu segmento. “O que importa não é o número de sujeitos que vai prestar a informação, mas o significado que esses sujeitos têm em função do que estamos buscando com a pesquisa.” (MARTINELLI, 1999, p. 24).

### Processo de Aproximação e Contato com Sujeitos

O **universo pesquisado** se limitou, então, à microrregião da ABEPSS Sul II (São José do Rio Preto/Franca), pela proximidade e vivência da pesquisadora até meados de 2013 neste espaço; pela militância política da mesma, no âmbito da ABEPSS, enquanto membro da diretoria da Regional Sul II gestão “Reafirmar conquistas e permanecer na luta” (2011/2012), na condição de representante discente de pós-graduação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

<sup>11</sup> Denominamos de intelectuais orgânicos assistentes sociais renomados na categoria e que participam ativamente dos debates sobre formação e exercício profissional, a destacar sobre estágio e supervisão, bem como, representam a categoria em diferentes espaços da profissão e participaram da elaboração da PNE (ABEPSS, 2010), tem produção sobre a temática e são representativos no país.

<sup>12</sup> Na página 36 dessa tese explicamos a dimensão das Oficinas da ABEPSS e justificamos o porquê recorremos à oficina da microrregional da ABEPSS região Sul II São José do Rio Preto/Franca.

<sup>13</sup> Contato realizado via e-mail com coordenadores de curso de graduação em Serviço Social na modalidade presencial. Ver em apêndice C desta tese.

(UNESP), como articuladora desta entidade política, na microrregional em foco; pela participação nas oficinas da microrregional, estadual e nacional, bem como, pelo significado dos debates da categoria, no decorrer desta gestão da ABEPSS sobre a temática: estágio supervisionado, que envolve diretamente o objeto de estudo da tese: a supervisão de estágio.

Debruçamo-nos, tão somente, na realidade da microrregional São Jose do Rio Preto/Franca, considerando, nosso vínculo político e orgânico, desde o período de graduação 1998, do trabalho profissional e da militância no espaço ora do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) ora na ABEPSS (gestão 2011/2012). Além, de ser natural da região. Assim, profissionalmente, constituiu-se uma década e meia de vínculo, o que justifica o compromisso e a contribuição desta pesquisa, para com a região.

Prevalecemo-nos de **instrumentos**<sup>14</sup> quantitativos e qualitativos, contatos via questionários por *e-mail* e também entrevistas para aprofundar o movimento real do objeto.

Realizamos mais de um contato com os sujeitos. Primeiramente, identificamos a partir de documentos da ABEPSS, o número de UFAs com cursos de graduação em Serviço Social, na modalidade presencial, que compõem a microrregional da ABEPSS SUL II São José do Rio Preto/Franca. Identificamos um total de onze UFAs.

Em seguida, enviamos *e-mails*<sup>15</sup> para todos os coordenadores (onze) convidando os respectivos cursos e UFAs, que os mesmos representam para participarem da pesquisa.

Nesse contato, anexamos um breve questionário<sup>16</sup> composto por dois eixos de análises: A. Caracterização Geral do Curso; (Identificação da natureza jurídica das UFAs; Ano de início do curso de Serviço Social na UFA; Ano de reconhecimento do curso pelo MEC e sobre a Filiação do curso na ABEPSS); e B. Atores Envolvidos na atividade de estágio supervisionado (coordenador de curso, coordenador de estágio em Serviço Social, supervisor de campo, supervisor acadêmico, estagiário, e se o coordenador de curso é também coordenador de estágio em Serviço Social).

Das onze UFAs, seis responderam ao convite: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (UNESP), Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos (UNIFEB), União das Faculdades dos Grandes Lagos (UNILAGO), Universidade Paulista (UNIP), Faculdades Integradas de Fernandópolis/Fundação Educacional de Fernandópolis (FIFE/FEF) e Centro Universitário de Votuporanga (UNIFEV). No entanto, cinco nos responderam diretamente o questionário

---

<sup>14</sup> Tais instrumentos estão em apêndice B, C e D.

<sup>15</sup> Contatos dos coordenadores também foram levantados a partir de pesquisa de documentos da ABEPSS da Regional Sul II.

<sup>16</sup> Encontra-se em apêndice C .

e se prontificaram a participar do processo da pesquisa como um todo, e, uma, a UNIP, respondeu não poder participar da pesquisa, mesmo considerando a relevância da temática pesquisada. A coordenadora informou que:

[...] em consulta à Diretoria do Instituto de Ciências Humanas onde o curso está hierarquicamente ligado, obteve o retorno de que Os conselhos superiores da UNIP não autorizam que a UNIP forneça dados ou sujeitos (professores ou alunos) para ser objeto de pesquisa de professores da casa ou externos.

Tal informação se constitui como expressão da realidade e revela o contexto de precarização da formação profissional nos dias hodiernos, bem como envolvem mediações acerca da autonomia profissional, referindo-se ao projeto de profissão e à dimensão da universidade, contemplando a unidade ensino-pesquisa-extensão, no que tange ao envolvimento e à concepção de pesquisa.

Entre as cinco UFAs (sem perder a representatividade e percepção da totalidade), identificamos as seguintes expressões:

**Quadro 1 – Caracterização Geral dos Cursos**<sup>17</sup>

UFAs/Caracterização	Natureza Jurídica	Início do curso	Reconhecimento do MEC	Filiação na ABEPSS
FEF	Privada sem fins lucrativos	2005	Sim. 2007	Não
UNIFEV	Comunitária	1999	Sim. 2001	Sim.
UNILAGO	Privada	1990	Sim. 1993	Não
UNIFEB	Privada	2003	Sim. 2006	Não
UNESP	Pública	1977	Sim.	Sim.

**Fonte:** Elaborado por Lesliane Caputi em 2014.

Observamos que há predominância em UFAs de natureza jurídica privada. Ainda que estejam inscritas como privadas sem fins lucrativos no Ministério da Educação e Cultura (MEC), pelas respostas das coordenações de curso, se apresentam como privadas, e a UNIFEV como comunitária, mas também se configura como privada sem fins lucrativos. Somente uma UFA é pública, sendo estatal: a UNESP.

Todos os cursos são reconhecidos pelo MEC, mas somente dois são filiados à ABEPSS, representando 20% dos cursos – o que a nosso ver, se configura um desafio da categoria em relação ao fortalecimento da entidade acadêmico-científica, autora da PNE, e

<sup>17</sup> Informações obtidas com os respectivos coordenadores de curso em 2011.

acreditamos refletir no debate político de materialização da política de estágio em Serviço Social.

Com base nas informações dadas pelos coordenadores, apresentamos os atores envolvidos no estágio supervisionado em cada uma das cinco UFAs:

**Quadro 2 - Atores Envolvidos no Estágio Supervisionado**

UFAs/ Atores	Coord. Curso	Coord. Estágio	Supervisor de Campo	Supervisor Acadêmico	Estagiários	Coord. Curso e Estágio
FEF	X	X	X	X	X	---
UNIFEV	X	X	X	X	X	---
UNILAGO	X	X	X	---	X	---
UNIFEB	X	X	X	X	X	---
UNESP	X	---	X	---	X	---

**Fonte:** Elaborado por Leslieane Caputi em 2014.

O estágio, como síntese de múltiplas determinações da formação e do trabalho profissional, denota os desafios estruturais que as UFAs vêm enfrentando para a materialização da PNE. Nota-se que todos os cursos estão estruturados com coordenação de curso, supervisores de campo e estagiários, mas a supervisão acadêmica e a coordenação de estágio ainda não estão constituídas na totalidade. Um dado relevante, até esta fase inicial de exploração da realidade, é o fato de não haver acúmulo de atribuições dos coordenadores de curso com coordenação de estágio, mas, no desenrolar da pesquisa, identificamos uma profissional que acumula todas as atribuições referentes ao estágio supervisionado em Serviço Social.

Especificamente, na UNESP, encontramos uma peculiaridade estratégica na configuração do estágio, que percebemos ser coerente com a PNE, considerando a autonomia e a flexibilidade conforme a realidade local e regional de inserção de cada UFA.

Há uma Comissão de Estágio (regulamentada por uma portaria do Conselho de Curso), formada por quatro docentes-assistentes sociais do Departamento de Serviço Social, sendo uma delas eleita (pelos seus pares) como coordenadora. A referida comissão se renova anualmente. (Coordenação de Curso UNESP, 2011).

A realidade concreta revela a importância de debates com maior afinco acerca da PNE no que tange às atribuições dos diferentes atores do estágio, em especial a supervisão acadêmica.

Dados<sup>18</sup> compilados pela ABEPSS nos últimos tempos em relação ao estágio supervisionado e à supervisão de estágio revelam uma similaridade entre as UFAs no que tange aos desafios e limites na efetivação da supervisão, conforme preconiza o projeto ético-político, o que também nos assegura a visão da totalidade, mesmo que com apenas cinco UFAs participando.

O aceite voluntário, dos coordenadores, delimitou a quantidade de UFAs participantes da pesquisa, com as quais, relacionamos com a lista de participantes da oficina da microrregional da ABEPSS Sul II, em 2011, para identificarmos os representantes de cada UFA, e a identificação dos mesmos, na lista de presença, como supervisor de campo, supervisor acadêmico, coordenador de estágio, coordenador de curso, estagiários e docentes.

Pelo relatório da oficina da microrregional e lista de presença desta (como um todo), identificamos a participação de todos os atores envolvidos no processo de estágio supervisionado conforme preconiza PNE (ABEPSS, 2010). Mas, especificamente, na microrregional São José do Rio Preto/Franca, dentre as cinco UFAs que se disponibilizaram a participar de nossa pesquisa, não consta (na lista de presença e identificação profissional da oficina) o supervisor acadêmico, - somente a representatividade dos demais atores: coordenador de curso; coordenador de estágio; supervisor de campo e estagiário.

Entendemos que os supervisores acadêmicos estão representados pelos assistentes sociais-docentes, ainda que estes não tenham sido identificados como tal. Entretanto, na aproximação via e-mail com as UFAs, três delas (FEF, UNIFEV e UNIFEV) assinalaram possuir, em seus quadros, o supervisor acadêmico.

Os participantes da oficina representam os sujeitos envolvidos no processo de estágio como um todo, configurando-se como expressão da totalidade, e revelam as sínteses das múltiplas determinações dos desafios na implantação da PNE (ABEPSS, 2010) e, neste bojo, a realidade da supervisão de estágio em Serviço Social.

Como participantes da Oficina da Microrregional – o que confere também para as oficinas: estadual e nacional no ano de 2011– tivemos estudantes de graduação e de pós-graduação, docentes, coordenadores de curso, coordenadores de estágio, supervisores acadêmicos e de campo, agentes fiscais e diretores das seccionais de CRESS da região, bem como, direção da ABEPSS da microrregião.

---

<sup>18</sup> Relatório de Oficina “Desafios Atuais da Formação e do Trabalho Profissional” realizada em 16/09/2011 na microrregião ABEPSS Sul II São Jose do Rio Preto/Franca em anexo A.

Conforme lista de presença<sup>19</sup>, a Oficina da Microrregional, quantitativamente, contou com um total de cento e trinta e dois participantes, sendo: quatro coordenadoras de curso; uma supervisora acadêmica; sete supervisores/as de campo; vinte e três docentes; cinco assistentes sociais; oitenta e sete estudantes de graduação; uma estudante de pós-graduação; envolvimento de três Seccionais CRESS (São José do Rio Preto, Araçatuba, Marília/Presidente Prudente) – com duas Agentes Fiscais e duas coordenadoras de CRESS.

**Quadro 3 – Atores presentes na Oficina da Microrregional**

<b>Identificação dos Participantes</b>	<b>Quantidade</b>
Coordenador de Curso	04
Supervisor Acadêmico	01
Supervisor de Campo	07
Docente	23
Assistente Social	05
Estudante de Graduação	87
Estudante de Pós-Graduação	01
Seccionais CRESS	03
Agentes Fiscais	02
Coordenadora de Seccionais CRESS	02
<b>Total</b>	<b>132</b>

Fonte: Elaborado por Lesliane Caputi em 2014.

Especificamente, da microrregião São Jose do Rio Preto/Franca, participaram cento e doze sujeitos – logo, os demais vinte, eram das outras microrregiões da ABEPSS, a destacar Marília.

Dentre as cinco UFAs (sujeitos de nossa pesquisa), participaram: oitenta e dois profissionais. Sendo que estes se expressaram como: vinte docentes; cinquenta e quatro estudantes (destes uma de pós-graduação); cinco supervisores de campo; uma coordenadora de estágio e duas coordenadoras de curso – conforme assinatura e identificação dos mesmos na lista de presença na Oficina. Tivemos ainda a participação da Seccional do CRESS de São José do Rio Preto/SP com a representação da Agente Fiscal. Totalizando assim, oitenta e três sujeitos.

<sup>19</sup> Pela lista de presença, os participantes poderiam se identificar pelo nome, instituição e atribuição profissional (supervisor, estudante, docente, coordenador de curso ou de estágio, CRESS, entre outros). Quantificamos, conforme identificação de cada sujeito relacionando instituição e atribuição.

**Quadro 4 - Expressão dos Sujeitos das Cinco UFAs conforme respectivas identificações**

UFAs/ Identificação	Docentes	Estudantes Graduação	Estudantes Pós-Grad.	Supervisor Campo	Coord. Curso	Coord. Estágio
FEF	05	20	--	01	--	01
UNIFEV	01	--	--	01	01	--
UNILAGO	06	19	--	03	01	--
UNIFEB	03	03	--	--	--	--
UNESP	05	11	01	--	--	--
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>53</b>	<b>01</b>	<b>05</b>	<b>02</b>	<b>01</b>

**Fonte:** Elaborado por Lesliane Caputi em 2014.

Advertimos, a partir da lista de presença da Oficina e neste processo de quantificação dos sujeitos participantes, que os mesmos se identificam, *a priori*, com sua atribuição macro; ou seja, a maioria se apresenta como docentes e ainda que exerçam a atribuição de supervisor acadêmico não se apresentaram como tal. Percebemos, singularmente, essa expressão nos supervisores de campo. Os profissionais se apresentaram como assistentes sociais da instituição “x”, mas não fizeram relação com a UFA que supervisionam estágio e nem se expressaram como supervisores de campo.

Indagamo-nos sobre o porquê desta expressão de realidade cotidiana. Será uma questão de identidade com a atribuição “de supervisor”? Será reflexo do distanciamento entre os atores envolvidos no processo de estágio e supervisão? Ou ainda o sentido, significado e lugar que esses atores dão à supervisão de estágio na formação profissional?

É interessante assinalar, conforme, análise documental da ABEPSS, que o convite para participação na Oficina foi designado para docentes, supervisores acadêmicos e de campo, coordenadores de curso e de estágio, estudantes e CRESS. Predominantemente, na lista de presença os participantes se identificaram como docentes e estudantes. No todo, de cento e trinta e dois sujeitos, somente um se identificou como supervisor acadêmico (UFA pertencente a microrregional Lins/Marília); sete se identificaram como supervisores de campo; uma estudante se identificou como estagiária; e uma docente como coordenadora de estágio.

Considerando nossa proximidade com esses participantes da Oficina e com as UFAs, acreditamos que entre os identificados como docentes há aqueles que também exercem a supervisão acadêmica como atribuição do assistente social-docente. Chamamos atenção para esta realidade, propositalmente, para apontar que, neste sentido, identificamos um dos desafios da formação profissional em Serviço Social no âmbito do estágio supervisionado, logo, um desafio na implantação da PNE: a legitimidade da supervisão acadêmica pelos atores

envolvidos no estágio, e a necessidade de se discutir mais afincado e fortalecer a supervisão acadêmica. Creemos que, por receio de não estar desenvolvendo a supervisão tal como prevista na PNE, muitos profissionais preferem não referir-se à mesma.

É profícuo trazer à tona como tem sido desenvolvida e por quem tem sido realizada a supervisão acadêmica; somente assim a categoria poderá, no campo da formação e do trabalho profissional, vislumbrar novos saltos qualitativos. Correlacionamos ainda a precarização do mundo do trabalho e, neste, a precarização do trabalho docente e da educação superior. Há uma sobrecarga de atividades acadêmicas para cada docente (tanto nas UFAs de natureza privada quanto nas públicas), seja no âmbito do ensino, da pesquisa e/ou da extensão. E, nesse contexto, o profissional, não raras vezes, exerce uma polivalência de atividades que resulta na sua identidade em nível mais macro; por exemplo, docente!

Nossa preocupação consiste na possível não identidade deste docente como ator do processo de estágio supervisionado (se exerce a supervisão acadêmica), ou ainda, não ter esta identidade por reproduzir no campo da singularidade a supervisão como ação simplista, relegada a segundo plano, tal como, durante muitos anos, na formação profissional, o estágio foi relegado e tido como o “patinho feio”.

Ainda nesse sentido, acreditamos se fazer mister a elaboração, pela categoria, de uma Resolução específica para tratar da supervisão acadêmica, tal como a Resolução n. 533/2008 que trata da supervisão direta de estágio – ainda que a PNE aponte diretrizes para a realização da mesma. Cabe, a nosso ver, uma normativa regulamentar para que a supervisão acadêmica seja implantada conforme preconiza o projeto ético-político da profissão.

Continuando o processo de aproximações sucessivas e contatos com sujeitos, a partir do acesso à lista de presença da Oficina da Microrregional, enviamos, via e-mail, convite à participação na pesquisa para todos os estudantes (das cinco UFAs participantes), com um breve questionário delimitador<sup>20</sup>, caracterizando: se continua como estudante<sup>21</sup>; a experiência de estágio dos mesmos; o aceite voluntário para participar da pesquisa; período de curso; se estudou a PNE e a Resolução CFESS n. 533/2008 sobre supervisão direta de estágio. Em dezenove de novembro de dois mil e treze, realizamos contato via o *e-mail com os* trinta e seis estudantes, com o questionário anexado (com questões conforme acima explicitado).

---

<sup>20</sup> Ver em Apêndice B.

<sup>21</sup> Essa análise se fez importante considerando que a Oficina foi realizada em 2011 e o contato com os sujeitos foram realizados em 2013.

**Quadro 5 – Estudantes por UFA**

UFAs/ Estudantes	FEF	UNIFEV	UNILAGO	UNIFEB	UNESP
<b>36</b>	05	01	19	03	08

Fonte: Elaborado por Leslieane Caputi em 2014.

Destes trinta e seis contatos, cinco nos responderam o *e-mail* prontamente. Sendo que um havia concluído o curso em dois mil e doze; outro concluiu em dois mil e treze (e não conseguimos retomar contato); com três deles mantivemos contato permanente durante todo o processo. Duas nos retornaram, em último contato, agendamento de horário para entrevista. Assim, entrevistamos um total de **cinco estagiárias**. Sendo uma da UNILAGO, duas da UNESP e duas da FEF. Entre elas, três estavam na fase de conclusão do oitavo período do curso, e duas concluindo o quinto período. Todas do sexo feminino. Entrevistamos estagiárias com visão geral do estágio e aquelas iniciando a experiência de estágio supervisionado. Todas responderam ter estudado a PNE e a Resolução CFESS n. 533/2008.

Dos **supervisores de campo** identificados como tal na lista de presença da oficina da microrregional da ABEPSS, apenas uma nos retornou o contato e se disponibilizou a conceder entrevista. Sendo esta eleita pelos pares representante de supervisores de campo na microrregional da ABEPSS São Jose do Rio Preto/Franca na gestão de 2011/2012 (inclusive sua eleição se deu na Oficina do dia dezesseis de setembro de dois mil e onze). Sobre outra, a coordenadora de curso informou que se mudou da cidade e que perdeu contato com ela. As outras cinco não responderam aos *e-mails* e também não conseguimos contato telefônico com o espaço sócio ocupacional das mesmas, nem via coordenadores de curso.

Considerando os sujeitos significativos, elegemos, como dito anteriormente, três **intelectuais orgânicos**, dentre os quais, por motivos diversos, apenas uma participou respondendo a pesquisa via e-mail e não em entrevista pessoal, como os demais sujeitos da pesquisa, devido a acúmulo de compromissos profissionais agendados.

E ainda contamos com a participação intencional de dois **representantes da ABEPSS Sul II**, sendo um deles como representação de supervisores de estágio na gestão 2011/2012 e continuidade na gestão 2013/2014; outro pela militância na ABEPSS e estágio supervisionado, inclusive por ter ministrado o módulo de estágio supervisionado no curso da ABEPSS Itinerante na microrregional São José do Rio Preto/Franca.

Elegemos uma **docente**, mestre, cuja área de estudo é estágio supervisionado, e que exerce a supervisão acadêmica, supervisão de campo, coordenação de estágio e atualmente<sup>22</sup> acumula a coordenação de curso. E, claro, também tem a experiência de estagiária considerando, a graduação em Serviço Social. Logo, no campo do estágio e da supervisão, ela contempla todas as experiências.

Duas docentes que exercem a supervisão de campo e supervisão acadêmica (de diferentes UFAs). Além dessas, realizamos contato com outras duas profissionais com o mesmo perfil, mas ambas não responderam ao convite.

Vale destacar que entre os sujeitos entrevistados (docentes, supervisores e estagiários), tivemos a participação de três UFAs: FEF, UNILAGO e UNESP.

Reiteramos que todos os sujeitos participaram de oficinas da ABEPSS: os supervisores, docentes e estagiários participaram da Oficina da microrregional, os intelectuais de oficinas nacionais, e representantes da ABEPSS sul II de oficinas estaduais.

Explicitamente entrevistamos então:

**Cinco estagiárias**, envolvendo três unidades de ensino. Sendo três com experiência de dois anos de estágio e outras duas com experiência de um período de estágio.

**Uma supervisora de campo**, cujo campo de estágio é conveniado com a FEF.

**Quatro docentes**, que exercem a supervisão de campo e a supervisão acadêmica. Uma delas representa supervisores na direção da ABEPSS Sul II. Dentre essas quatro, duas acumulam também a coordenação de estágio. E dentre essas duas, uma delas exerce todas essas atribuições mais a coordenação de curso.

**Um docente**, militante e membro da **direção da ABEPSS**, com experiência de supervisão acadêmica e do curso da ABEPSS Itinerante.

E **uma** intelectual renomada, militante, conhecida pela categoria profissional, é membro da direção nacional da ABEPSS, e tem realizado debates e embates na questão da supervisão direta de estágio.

Todos os assistentes sociais entrevistados têm mais de três anos de experiência profissional. Duas delas com titulação de curso de especialização. Dois mestres. Uma cursando mestrado. Uma está cursando doutorado na área temática de estágio supervisionado. E uma doutora, de grande legado na categoria.

Os sujeitos entrevistados (estudantes, supervisores de campo e acadêmicos) como um todo representam UFAs de natureza privada, fundação privada sem fins lucrativos e de

---

<sup>22</sup> No período da pesquisa de campo a profissional estava acumulando as diversas atribuições que envolvem a administração pedagógica do curso e neste a de estágio também.

natureza pública. A nosso ver representam significativa e nacionalmente a realidade dos cursos de graduação em Serviço Social.

Intencionalmente utilizamos o mesmo instrumento<sup>23</sup> de **entrevista** para os diferentes sujeitos, por acreditarmos que a peculiaridade é abrangida na análise dos dados e na organização dos mesmos a partir de categorias de análises. Para as entrevistas, organizamos um roteiro estruturado com sete perguntas norteadoras do debate acerca da supervisão de estágio<sup>24</sup>. E o uso de gravador, com a permissão dos sujeitos entrevistados, para assim, termos a totalidade das falas dos mesmos<sup>25</sup>.

Ponderando a escolha intencional e significativa dos sujeitos, todos apresentam compromisso com a efetivação do projeto ético-político da profissão; para garantir o sigilo na identificação dos mesmos no decorrer da exposição e análise de suas falas, os denominamos com princípios éticos gerais do Código de Ética do Assistente Social, 1993, – os quais devem orientar todas as atividades e atribuições profissionais, incluindo a supervisão direta realizada pelo supervisor de campo e supervisor acadêmico. Assim, **nomeamos os sujeitos**<sup>26</sup> de: **Liberdade, Autonomia, Cidadania, Democracia, Equidade, Pluralismo, Justiça Social, Universalidade, Emancipação, Aprimoramento, Nova Ordem Societária, Eliminação de Preconceito.**

As narrativas dos sujeitos estão analisadas dialeticamente no todo da tese, com suas vozes expressando a realidade cotidiana, o real concreto; com as concepções teóricas, filosóficas, práticas que envolvem a supervisão de estágio numa unidade indissociável com o estágio supervisionado.

### **Por que recorremos à Oficina da ABEPSS?**

Inicialmente porque as oficinas e fóruns constituem mecanismos de materialização das diretrizes da Política Nacional de Estágio em Serviço Social (PNE) - (ABEPSS, 2010)

Para a PNE (ABEPSS, 2010) esses espaços são fundamentais “[...] para balizar os processos de mediação teórico-prática na integralidade da formação profissional do assistente

---

<sup>23</sup> Bem como, consideramos as sugestões apontadas pela banca de qualificação da pesquisa.

<sup>24</sup> Roteiro de entrevista está em Apêndice D.

<sup>25</sup> Somente uma profissional respondeu por *e-mail*.

<sup>26</sup> Sendo: Liberdade (docente, supervisor acadêmico e militante da ABEPSS), Autonomia (docente, supervisora acadêmica e de campo, e militante da ABEPSS Sul II), Cidadania (supervisora acadêmica e de campo), Democracia (estagiária), Equidade (supervisora acadêmica e de campo), Pluralismo (supervisora acadêmica e de campo), Justiça Social (estagiária), Universalidade (supervisora de campo), Emancipação (intelectual orgânica), Aprimoramento (estagiária), Nova Ordem Societária (estagiária), Eliminação de Preconceito (estagiária).

social [...]” e, enquanto construção coletiva, expressam a reflexão da categoria no contexto atual, na urgência na defesa de um projeto de formação profissional vinculado à educação na direção da emancipação política e humana, no horizonte da ampliação dos direitos. Trata-se, ainda, de um instrumento de luta contra a precarização da educação e do trabalho profissional, que traz diretrizes para o estágio e supervisão em Serviço Social, em consonância com as Diretrizes Curriculares, compreendendo o estágio como atividade e disciplina da formação profissional, que, intrinsecamente, está no espaço da formação e do trabalho profissional.

A PNE (ABEPSS, 2010) é expressão de amplo debate da categoria a partir dos desafios expressos na realidade cotidiana acerca do estágio supervisionado. Debates acumulados em diferentes fóruns, oficinas, reuniões ampliadas da ABEPSS em conjunto com CFESS/CRESS e ENESSO. É de autoria da ABEPSS (gestão 2009/2010), enquanto entidade civil de natureza acadêmico-científica em âmbito nacional, que tem dentre suas finalidades:

I. propor e coordenar a política de formação profissional na área de Serviço Social que associe organicamente ensino, pesquisa e extensão e articule a graduação com a pós-graduação; II. fortalecer a concepção de formação profissional como um processo que compreende a relação entre graduação, pós-graduação, educação permanente, exercício profissional e organização política dos assistentes sociais; III. contribuir para a definição e redefinição da formação do assistente social na perspectiva do projeto ético-político profissional do Serviço Social na direção das lutas e conquistas emancipatórias; IV. propor e coordenar processos contínuos e sistemáticos de avaliação da formação profissional nos níveis de Graduação e Pós-Graduação. (ABEPSS, 2008, online).

Dado o significado, significâncias e dimensão da PNE (ABEPSS, 2010), a construção de estratégias para seu fortalecimento se faz veemente, o que denota o envolvimento de educação permanente da categoria para disseminação e implantação da mesma na totalidade.

Ações diversas de materialização têm sido estruturadas, envolvendo:

[...] a formação/ capacitação permanente de supervisores, a articulação de fóruns de estágio, a avaliação permanente, o aperfeiçoamento da preparação de novos campos e estagiários, a realização de Seminários Integrados com demais disciplinas e com temas transversais que perpassam diferentes campos e temáticas, seminários e atividades preparatórias para estudantes que antecedam a inserção nos campos de estágio, o fluxo permanente com as demais atividades do curso e da Universidade/Faculdade por meio do ensino, pesquisa e extensão da Unidade, bem como o fortalecimento dos vínculos do curso com os CRESS, dentre outras ações pertinentes às diferentes realidades. (ABEPSS, 2010, p. 35).

Com base na PNE, as oficinas de estágios, os fóruns de supervisores suscitam debates acerca do estágio supervisionado e do processo de supervisão. Têm sido construídos com o propósito de aglutinar docentes, profissionais e estudantes em torno das questões do estágio, “[...] como uma estratégia política de fortalecimento e permanência do debate sobre a

temática, bem como a garantia de construção de alternativas comuns à qualificação do estágio em Serviço Social.” (ABEPSS, 2010, p. 35).

A consolidação do “Fórum de Supervisores”, portanto, conecta-se a um amplo movimento de amadurecimento intelectual e político-organizativo da categoria em torno da necessária articulação entre exercício e formação profissional, em especial àquelas vinculadas ao Estágio como um momento privilegiado do “ensino da prática”. Considerando que esta é uma tarefa que vai além dos limites acadêmicos, deve envolver toda a categoria e suas entidades representativas, além das unidades de ensino. (ABEPSS/Leste, 2005, p. 1 apud ABEPSS, 2010, p. 36).

Nesse contexto político, de protagonismo da ABEPSS, se consolidou a oficina da microrregional da ABEPSS Sul II<sup>27</sup> – Região São José do Rio Preto/Franca e Marília/Lins<sup>28</sup>: “Desafios Atuais da Formação e do Trabalho Profissional”, na qual realizamos nossa pesquisa documental e identificamos os sujeitos significativos entrevistados.

No percurso de exploração do objeto de estudo, os estudos bibliográficos e documentais, como dito anteriormente, se fizeram *mister*. Debruçamo-nos em estudos de livros, revistas do Serviço Social, legislações e resoluções referentes ao estágio e supervisão em Serviço Social, sem ignorar os relatos orais, pôsteres dos eventos da categoria (levantamento realizado para desvelar a produção de conhecimento sobre estágio e supervisão no período de 2001 – 2013<sup>29</sup>), bem como, a análise documental, através de relatórios de oficinas da ABEPSS, memorial de reuniões e outros extratos similares, no sentido de explorarmos dados que nos materializassem, num processo dialético, superar a dicotomia entre “[...] objetividade *versus* subjetividade, exterioridade *versus* interioridade, análise *versus* síntese que revelará que o produto da pesquisa é um momento de práxis do pesquisador.” (MINAYO, 2004, p. 237).

<sup>27</sup> Geograficamente, referindo-se aos municípios e UFAs que estiveram presentes na Oficina, tivemos: **microrregional Franca/São José do Rio Preto:** Jales (UNIJALES); Fernandópolis (FEF); Votuporanga (UNIFEV); São José do Rio Preto (UNIP, FACERES e UNILAGO); Barretos (UNIFEB); Franca (UNESP) e Bebedouro (IMESB). **Microrregional Lins/Marília:** Lins (UNILINS); Marília (UNIMAR) e Adamantina (FAI). A oficina teve repercussão estadual e nacional. Em âmbito Estadual, os dados de realidade compilados na microrregião compuseram a Oficina da ABEPSS Regional Sul II, intitulada: “*Trabalho e formação profissional em Serviço Social: desafios para a graduação e pós-graduação e os espaços sócio ocupacionais em tempos de precarização do ensino e do trabalho profissional*” em 2011, no espaço da PUC-SP. E, no mês (novembro), compôs, a partir dos extratos da realidade estadual, os debates analíticos da Oficina Nacional da ABEPSS “*65 anos de História, Lutas, Conquistas e Desafios*”, realizada no Rio de Janeiro, no espaço da Universidade Estadual do Rio de Janeiro/UERJ.

<sup>28</sup> A escolha pelo **espaço físico** para a realização da Oficina da ABEPSS se definiu geograficamente, por se tratar de cidade e UFA cuja localização é central para os participantes. Tratou-se da realização de uma oficina com participação de duas microrregionais, considerando a articulação e afinidade política das mesmas.

<sup>29</sup> Tempos de curso do doutoramento em Serviço Social e estudo sistematizado para fins desta tese.

A opção pela análise documental consistiu numa das estratégias<sup>30</sup> para coleta de dados a partir da qual, também identificamos os sujeitos significativos da pesquisa de campo.

Coeso com Goldenberg (2002, p. 14) “[...] o que determina como trabalhar é o problema que se quer trabalhar: só se escolhe o caminho quando se sabe aonde se quer chegar.” Assim, elegemos a análise documental como importante para estudar o processo da supervisão de estágio em Serviço Social, (re)significando-o a partir da Política Nacional de Estágio (2010), no âmbito das situações concretas que se colocam a supervisão, na realidade cotidiana da microrregional da ABEPSS Sul II São José do Rio Preto/Franca-SP.

Tanto pela proximidade entre pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica quanto por constituírem elementos metodológicos de estudo desta tese, cabe aclarar que o diferenciador central entre ambas está na natureza das fontes<sup>31</sup> - como vemos nas reflexões de Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 6):

A pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias. Essa é a principal diferença entre a pesquisa documental e pesquisa bibliográfica.

De acordo com Maria Marly de Oliveira (2007, p. 70), “[...] na pesquisa documental, o trabalho do pesquisador(a) requer uma análise mais cuidadosa, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico.”

O documento que, precipuamente, analisamos, se refere aos extratos e relatórios da Oficina “*Desafios Atuais da Formação e do Trabalho Profissional*” da Microrregional ABEPSS Sul II São José do Rio Preto/Franca e Marília/Lins, realizada no dia 16 de setembro de 2011, no espaço da Unidade de Formação Acadêmica/UFA UNILAGO em São José do Rio Preto/SP<sup>32</sup>. Esse traz expressões da dimensão ética e política da categoria profissional, num processo de lutas cotidianas acerca da defesa da formação e do trabalho profissional de

---

<sup>30</sup> A outra estratégia de coleta de dados são as entrevistas realizadas com sujeitos significativos, identificados no universo da pesquisa a partir da análise da pesquisa documental.

<sup>31</sup> É fundamental esclarecer o entendimento de fontes primárias e fontes secundárias aqui tratadas. As fontes primárias são dados originais, a partir dos quais se tem uma relação direta com os fatos a serem analisados, ou seja, é o pesquisador(a) que analisa. Por fontes secundárias compreende-se a pesquisa de dados de “segunda mão” (OLIVEIRA, M. M., 2007), ou seja, informações que foram trabalhadas por outros estudiosos e, por isso, já são de domínio científico, o chamado estado da arte do conhecimento.

<sup>32</sup> Debruçamo-nos nas particularidades de cinco UFAs que se disponibilizaram a participar como sujeitos da pesquisa - a partir da aproximação que realizamos via e-mail com todas as UFAS da microrregional, e somente, seis nos responderam: UNIP, FEF, UNIFEV, UNILAGO, UNIFEB e UNESP. A UNIP respondeu “não poder participar e contribuir com a pesquisa”. Assim, trabalhamos com dados de realidades expressos na oficina, e com as particularidades das demais cinco UFAs que se disponibilizaram a participar como sujeitos da pesquisa.

qualidade e crítico (entendendo ambos como intrínsecos e constitutivos da profissão como um todo). Explicita reflexões teórico-metodológicas e da práxis profissional que anunciam a realidade cotidiana em que se desenvolvem as tramas das relações profissionais na implantação da PNE e no trabalho docente, intrinsecamente, no campo da formação e do trabalho do Assistente Social, já que se trata de um conjunto de complexos do mesmo complexo.

Assim, traz uma análise de conjuntura (com palestras) e dados da realidade da microrregional (com apresentação da realidade de cada UFA pelos seus respectivos coordenadores de curso) sobre 1. *Desafios na implantação da PNE*; e 2. *Desafios no Trabalho Docente*.

O documento sintetiza o todo expresso na oficina, e, para além do relatório, analisamos também os documentos apresentados por cada UFA, na oficina, no que concerne aos “Desafios na implantação da PNE”.

Com a riqueza de informações do relatório e extratos da oficina da microrregional da ABEPSS, ampliamos nosso entendimento sobre a realidade que envolve o nosso objeto de estudo, cuja compreensão requer contextualização social, histórica, cultural, bem como, possibilitou acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social.

### **Categorias Analíticas**

Em Marx, encontramos a afirmação de que as categorias são formas de ser, determinações de existência. Não são criadas pelo sujeito, e sim extraídas do objeto em movimento na realidade, da representação ideal de um traço efetivo da realidade cotidiana.

As categorias construídas nesta tese constituem formas de ser e pensar da supervisão do cotidiano no campo ideológico, filosófico e concreto da realidade, permeado de mediações. A existência das categorias no processo de supervisão de estágio fortalece e efetiva o projeto ético-político da profissão, calcado na perspectiva dialética.

A supervisão de estágio na análise filosófica, ideológica e concreta, na relação intrínseca com o estágio, materializa a Política Nacional de Estágio em Serviço Social (ABEPSS, 2010) não excluindo os desafios postos nela e a contextualização de precarização do mundo do trabalho e da educação, com rebatimentos na formação e no trabalho profissional do assistente social. Aponta demandas para a formação de supervisores desde a graduação, mas com disciplinas e atividades acadêmicas diversas específicas, bem como chama a atenção dos órgãos da categoria e das UFAs para a construção estratégica de

educação permanente de supervisores de estágio, o que pode ir além do denominado Fórum de Supervisores e abarcar diferentes ações pedagógicas.

As categorias refletem o propósito da pesquisa na sua essência e concretude das expressões da realidade cotidiana da supervisão de estágio em Serviço Social. São sínteses do processo da pesquisa, construídas e identificadas no movimento do todo, as quais estão expressas e articuladas no corpo do todo desta tese, sendo sintetizadas como: dimensão educativa da supervisão e dimensão da tese da identidade e autonomia profissional; o cotidiano; o trabalho e as condições de trabalho profissional que rebatem no processo da supervisão; as dimensões e concretudes da supervisão acadêmica e de campo no cotidiano; os desafios da realidade de estagiários trabalhadores, da coordenação de estágio, da articulação entre supervisores e consolidação de campos de estágios conforme PNE (ABEPSS, 2010); a dimensão da legalidade, historicidade, legitimidade e concepção da supervisão de estágio em Serviço Social.

Nossas análises partiram de pressupostos metodológicos da teoria social marxiana, ou seja, do materialismo histórico dialético. Alvitramos consolidar a finalidade do método marxista da análise concreta de situações concretas. Assim, analisamos o processo da supervisão de estágio em Serviço Social, (re)significado-a a partir da Política Nacional de Estágio (ABEPSS, 2010), no âmbito das situações concretas que se colocam a supervisão, na realidade cotidiana da microrregional da ABEPSS Sul II São José do Rio Preto/Franca-SP.

Entendemos que qualquer que seja o objeto de estudo no campo das ciências sociais humanas - e nestas nas ciências sociais aplicadas, temos o Serviço Social - que se queira tratar da historicidade, ou seja, no campo das contradições, mediações e determinações que o constituem, implica necessariamente inferi-lo na relação intrínseca entre o estrutural e o conjuntural. Alude tomar o objeto de estudo não como um fator, mas como parte complexa da totalidade histórica que o constitui, na qual se estabelecem as mediações entre o campo da particularidade e sua relação com uma determinada universalidade.

Nessa compreensão de homem e de mundo, sistematizamos nossos estudos e sínteses das pesquisas bibliográficas, documental e de campo, em conjuntos de complexos estruturados em partes constituídas de capítulos. Os quais expressam a complexidade do todo do cotidiano em que ocorrem as tramas do processo de supervisão de estágio em Serviço Social.

A tese está estruturada, então, em partes articuladas compondo o conjunto de complexos. Entendendo que a totalidade, tal como explica Lukács (2010), não se refere à

soma das partes, mas cada parte constituída de um conjunto de complexos, sendo essas partes entendidas como totalidades parciais e, portanto, não menos complexas.

Assim, a primeira parte expressa o trabalho, a educação e o Serviço Social frente aos imperiosos rebates da mercadorização e descaminhos neoliberal. Está constituída de complexos de totalidades parciais contemplados como capítulos, a saber: o Capítulo 1, Educação e Trabalho em Tempos de Crise do Capital, em que se abarca uma análise de conjuntura necessária para se localizar o contexto de envoltura do objeto de estudo, e, apreender no movimento do real, que sinaliza o Capítulo 2, com reflexão sobre o Serviço Social, Formação e Trabalho Profissional: caminhando no fio da navalha, e, o Capítulo 3, que abarca a produção do conhecimento do Serviço Social sobre estágio e supervisão nos tempos de 2001 a 2013.

No conjunto de complexos da Parte 2 da tese, temos a discussão sobre O Cotidiano da Supervisão de Estágio: textos e contextos; constituídos intrinsecamente em três capítulos. Dentre os quais, tem-se o Movimento Singular-Universal-Particular do Cotidiano para embasar o Movimento Histórico da Supervisão de Estágio em Serviço Social, que dá sustentação para compreender, no Capítulo 5, a Legalidade, a Legitimidade e Concepção de Supervisão nos dias hodiernos a partir da PNE (ABEPSS, 2010) e Resolução n. 533/2008 de Regulamentação da Supervisão Direta, no cenário de análise desta tese. E assim, caminhamos para o Capítulo 6, que expressa a Supervisão Acadêmica e de Campo como dois lados intrínsecos do Estágio Supervisionado em Serviço Social, explicitando as concretudes da supervisão na microrregional da ABEPSS Sul II São José do Rio Preto/Franca-SP, bem como a Dimensão Educativa e as Dimensões de Identidade e Autonomia Profissional no processo de supervisão de estágio.

Contudo, a tese se sintetiza em seis articulados capítulos.

Nessa totalidade, temos que a supervisão de estágio em Serviço Social acompanha a história e as condições políticas que envolvem a profissão desde os primórdios da mesma, assim, é historicamente compreendida de diferentes formas, conteúdos e concepções.

Observamos entre os capítulos que a “[...] história nunca se fecha por si mesma e nunca se fecha para sempre. São os homens, em grupos e confrontando-se como classes em conflito, que fecham ou abrem os circuitos da história.” (FERNANDES, 1977, p. 5). Assim, trazemos o processo de supervisão de estágio como história do Serviço Social aberta para os debates, desafios, lutas e resistências nos dias atuais.

Nas Considerações Finais delineamos as sínteses acerca da tese em estudo, as quais dialeticamente se findam no limiar das últimas páginas, mas entendendo o real como

inesgotável, irreduzível ao saber, e nos colocando nos circuitos de histórias que, a partir daqui, poderão se iniciar e se colocar em novas e complexas viagens. Afinal, como poetiza Saramago (1984),

A viagem não acaba nunca.

Só os viajantes acabam.

E mesmo estes podem prolongar-se em memória, em lembrança, em narrativa.  
Quando o visitante sentou na areia da praia e disse: “Não há mais o que ver”, sabia  
que não era assim.

O fim de uma viagem é apenas o começo de outra.

É preciso ver o que não foi visto, ver outra vez o que se viu já, ver na primavera o  
que se vira no verão, ver de dia o que se viu de noite, com o sol onde primeiramente  
a chuva caía, ver a seara verde, o fruto maduro, a pedra que mudou de lugar, a  
sombra que aqui não estava.

É preciso voltar aos passos que foram dados, para repetir e para traçar caminhos  
novos ao lado deles.

É preciso recomeçar a viagem. Sempre.

## PARTE 1 TRABALHO, EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL: IMPERIOSOS REBATES DA MERCADORIZAÇÃO E OS DESCAMINHOS NEOLIBERAL

Esse país não é meu. Nem vosso ainda, poeta.  
Mas ele será um dia O país de todo homem.  
(C. D. Andrade. *América.*)

Considerando o objeto de estudo como uma unidade e uma mediação da formação e do trabalho profissional (educação/trabalho), - ou seja, a supervisão de estágio em Serviço Social - de um lado, envolve o ensino, a pesquisa e a extensão na formação profissional durante a graduação, e de outro intrinsecamente, constitui intersecção com os espaços sócio ocupacionais e o mundo do trabalho do assistente social.

A supervisão de estágio contempla, na formação, a construção de conhecimentos acerca do trabalho profissional.

O estágio consiste neste momento do estudante perceber no cotidiano de trabalho do assistente social como é que essa relação trabalho e formação se dão. (LIBERDADE<sup>33</sup>, 2014).

Assim, compreender nosso objeto de pesquisa requer inseri-lo e entendê-lo nos mundos da educação/formação e do trabalho/exercício profissional, concomitantemente. Na perspectiva marxiana, deixando claro para o estagiário, supervisor de campo e supervisor acadêmico que

[...] há uma relação, um conceito de trabalho que é transversal na profissão, e que é nesta perspectiva que o projeto de formação crítico [...], pós-reconceituação construiu historicamente [...] o projeto ético-político. (LIBERDADE, 2014).

Então, quer dizer que

[...] é essa concepção de trabalho, [...] de transformação da natureza, do homem se tornar sujeito a partir do trabalho que está permeada na formação profissional, e o estágio e supervisão têm que fazer essa reflexão do trabalho, das mediações no sistema capitalista. As mediações do trabalho assalariado do assistente social. (LIBERDADE, 2014).

Sendo o Serviço Social uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, pensá-la enquanto formação e exercício profissional demandam refletir sobre educação e

---

<sup>33</sup> Liberdade é supervisor acadêmico, militante ABEPSS Sul II.

trabalho numa totalidade social. Ambos, como expressão de unidade, sofrem os impactos da crise do capital, da reforma do Estado, da reestruturação produtiva, da exploração do trabalhador, da perda ou ressignificação dos direitos, da reforma universitária, da mercantilização da educação, da expansão desenfreada das universidades, da proliferação do Ensino à Distância (EAD) e da retomada do pensamento conservador nas universidades.

O estágio supervisionado e a supervisão em Serviço Social (como unidade intrínseca e indissociável) sofrem implicações e rebatimentos da precarização da educação e do trabalho profissional.

A relação educação e trabalho são apreendidos nesta tese como unidade da dimensão da formação e exercício profissional, da supervisão e estágio, a qual diz Liberdade (2014),

[...] dão suporte à concepção de estágio e supervisão.

No contexto da sociedade capitalista contemporânea, no tecido social da realidade brasileira, esta relação se move e é promovida na associação política, econômica e de mercado.

As reflexões aqui articuladas explicitam a educação superior<sup>34</sup> e o trabalho profissional do assistente social na sociedade contemporânea, no bojo do Estado neoliberal - que traz implicações na desqualificação e precarização da educação e do trabalho - mediações pertinentes e atuais, que se fazem presente no arcabouço da produção de conhecimento<sup>35</sup> da categoria, no que tange nosso objeto de estudo.

A educação tem sido tratada como mercadoria, velada num discurso de expansão do direito e democratização no acesso para todos.

O trabalho tem sido reconfigurado para garantir maior produtividade e consumo.

O processo de precarização e desqualificação tem se apresentado de forma que o homem simples pode não entender ou compreender bem, mas sente no seu cotidiano a perversa lógica que está caminhando a educação e o trabalho no país.

Temos, na Política Nacional de Educação, uma concepção neoliberal de educação. Assistimos à educação voltada para o mercado e não para a vida social, numa:

[...] concepção de educação que transforme o sujeito enquanto ser social. Num avanço qualitativo na vida individual e coletiva. (LIBERDADE, 2014).

<sup>34</sup> Não desconsideramos que a precarização da educação tem seus rebatimentos na totalidade da política educacional, entretanto, nos debruçamos, nos limites desta tese, especificamente sobre a educação superior, considerando a formação profissional em Serviço Social, e nosso objeto de estudo se dá neste espaço e tempo da educação.

<sup>35</sup> Produção sistematizada no Capítulo 3, da Parte 1 desta tese.

A educação atualmente é o potencial mercado de fortalecimento do capital, o atual nicho de mercado. Tanto que Frigotto (2011, p. 3) coloca que a educação não tem sido tratada como direito social, mas um ‘serviço mercantil’.

Versamos a indignação frente à política educacional na sociedade brasileira ou, por que não dizer, da lógica perpetrada na educação na sociedade capitalista contemporânea, que, no âmago do capital financeiro, de mercadorização dos direitos sociais<sup>36</sup> e coisificação dos sujeitos, tem sido tratada como mais uma mercadoria geradora de mais-valia, que, via imposição da ética neoliberal e do capital globalizado, está estruturada, não raras vezes, como mera transferência de conhecimentos, de alienação dos sujeitos sociais, numa perspectiva de (re)produção social e de atenção ao mercado de trabalho, ao produtivismo, em detrimento da educação para a vida, para a formação profissional, social e crítica desses sujeitos sociais, políticos e históricos.

Nesse contexto contraditório, debruçamos nossas reflexões, na educação como construção de conhecimentos que cultiva razão crítica e compromisso com valores universais, sua relação com o trabalho, com possibilidades criativas e emancipatórias *versus* a realidade da educação estruturada na sociedade capitalista que demarca um mercado, um negócio funcional, a lógica do consumo e do lucro, e que traz repercussão e preocupações para o mundo do trabalho como um todo.

Afirmamos consonância com os debates acadêmicos de mobilização e fortalecimento da luta pela educação de qualidade, pública, laica e gratuita, direcionada aos interesses da coletividade e arraigada na realidade regional e nacional. De uma contrarreforma da educação, visando à superação de obstáculos da realidade e a construção de estratégias de transformações políticas, econômicas, culturais e sociais necessárias para o alcance de uma sociedade mais justa, igualitária e marcada pelo acesso universal dos direitos sociais, coletivos e historicamente construídos.

Acreditamos na educação como instrumento de transformação da vida social, e que mediada por lutas e resistências aos ditames do capital, pode possibilitar uma educação libertadora, permanente, emancipadora e não perpetrada na lógica do ideário neoliberal que atravessa este momento histórico da sociedade brasileira, de expansão desenfreada e desmesurada da educação superior com fins lucrativos e à distância (ainda que não exclusivamente), a educação como mercadoria.

---

<sup>36</sup> Direitos esses que na conjuntura neoliberal tem se transfigurado como “serviços” sociais.

Nesse interregno marcado pela precarização da educação, especificamente a superior e, concomitantemente e/ou consequentemente, pela deterioração do mundo do trabalho, elencamos as preocupações no âmbito de nossa profissão - Serviço Social - olhando para as mediações que envolvem a supervisão de estágio, considerando, no todo, que a história da sociedade é, até nos dias atuais (e por que não dizer, de modo até mais acirrado nos dias atuais), história da luta de classes (MARX; ENGELS, 1986).

Serviço Social, formação e trabalho profissional, estão aqui expressos, como síntese articulada com as teses das transformações do mundo do trabalho e os desafios postos no cotidiano profissional, na luta e construção de estratégias, amparadas em um método de análise crítico-dialética, frente à precarização da formação e exercício profissional, construída no cenário nacional a partir da década de 1990, com o ideário neoliberal e seu acirramento nos últimos anos. Uma ofensiva que consolida na contrarreforma do Estado e da Universidade.

## CAPÍTULO 1 EDUCAÇÃO E TRABALHO EM TEMPOS DE CRISE DO CAPITAL

O tempo é minha matéria, o tempo presente, a vida presente. (Carlos Drummond de Andrade)

O tempo é parte constitutiva do cotidiano e é neste espaço e tempo que têm se concretizado as profundas alterações nos padrões tecnológicos e gerenciais na produção e comercialização de bens e serviços, em escala mundial, com a requisição de novas especializações do trabalho, implicando mudanças morfológicas sociais do trabalho, estreitando vínculos entre educação superior e o mercado de trabalho.

Eventos e documentos oficiais da UNESCO<sup>37</sup>, nos anos 1990, de acordo com Castro (2010, p. 195), anunciavam a “preocupação” com a expansão da educação superior na América Latina. Nesse contexto de “preocupação” apresentavam orientações de flexibilização para o ensino<sup>38</sup>, na perspectiva “[...] de ampliação do acesso ao ensino superior através das vias da diversificação e internacionalização, buscando formar capital humano a fim de potenciar a capacidade competitiva dos países em desenvolvimento.”

Em nome dessa “preocupação” e da “necessidade de formar o tal capital humano”, no Brasil, por exemplo, tivemos a instalação de diferentes instrumentos de atenção aos ditames internacionais: processos de avaliação, como Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) voltados á educação superior; gestão flexível e ágil; adoção de uma política de financiamento para investimentos públicos no setor privado; a implantação do Programa Universidade para Todos<sup>39</sup>(PROUNI) com isenção de tributos às universidades privadas em troca de vagas; o Fundo de Financiamento Estudantil<sup>40</sup>( FIES); as chamadas Universidades Aberta do Brasil<sup>41</sup>(UABs) atreladas à lógica

<sup>37</sup> Unesco é a sigla para Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Foi fundada logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de contribuir para a paz e segurança no mundo, através da educação, da ciência, da cultura e das comunicações. A sede da Unesco fica em Paris, na França e atua em diversos países, dentre eles Brasil.

<sup>38</sup> Propositamente, referimo-nos aqui á terminologia “ensino” para chamar atenção que a preocupação burguesa não é com a educação, no sentido mais amplo de sua significância, mas ao “ensino” tão somente, descolado da pesquisa e extensão.

<sup>39</sup> Prouni tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei n. 11.096, em 13 de janeiro de 2005, oferece, em contrapartida, isenção de tributos àquelas instituições de ensino que aderem ao Programa. (BRASIL, 2005).

<sup>40</sup> O Fies é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições privadas.

<sup>41</sup> O programa UAB, em nome da redução da desigualdade da oferta e acesso à educação superior, amplia a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação à distância. É voltado a professores em efetivo exercício na educação básica, porém ainda sem graduação, e também de formação continuada àqueles já graduados. Uma das propostas da UAB, de acordo com MEC (2013) “[...] é formar professores e outros profissionais de educação nas áreas da diversidade. [...] Disseminar o desenvolvimento de metodologias

do Ensino à Distância (EAD); os quais servem, num todo, para cumprir a meta governamental, até 2021, de números de brasileiros com educação superior e cumprir o discurso de qualificação de mão de obra para fins do mercado de trabalho.

Tais ações têm sido implantadas direcionando a privatização da política de educação, tal como de saúde - consideradas universais no Brasil e também na Argentina (países do MERCOSUL considerados de maior potencialidade econômica).

O Estado capitalista, nos anos de 1970, de acordo com Faleiros (2009, p. 53), numa conjuntura socioeconômica e política marcada internacionalmente pela crise<sup>42</sup> do capitalismo, “[...] obrigou a uma nova regulação mundial e mudança na forma de acumulação.” Durante a crise do petróleo e, ao mesmo tempo, do ponto de vista político, “[...] constata-se a ascensão da direita no governo da Inglaterra (Thatcher, em 1979) e dos Estados Unidos (Reagan, em 1981), com políticas neoliberais de redução do Estado e valorização do mercado.” Na América Latina, têm-se as ditaduras “[...] orquestradas pelos Estados Unidos para manter seu ‘quintal’ de negócios e de poder no contexto da guerra fria.” (FALEIROS, 2009, p. 47).

Tanto países desenvolvidos como subdesenvolvidos, a partir da década de 1970, com a crise<sup>43</sup> estrutural do capital, apoiam-se nas estratégias da ordem burguesa para seu enfrentamento, orientam e reordenam o modo de produção, reprodução e proteção social, e instituem a reestruturação produtiva, a difusão do projeto neoliberal e a reforma do Estado, ampliando e abrindo os intercâmbios do sistema financeiro mundial.

A crise estrutural do capital, como coloca Alves e Puziol (2010),

[...] impulsiona uma série de reestruturações capitalistas nas várias instâncias da vida social como a instância da produção (reestruturação produtiva sob o espírito do toyotismo), tecnológica (a nova base técnica da informática, telemática e sociedade em rede), a política (a constituição do Estado neoliberal), a cultura (as ideologias do

---

educacionais de inserção dos temas de áreas como educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação patrimonial, educação para os direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual e temas da atualidade no cotidiano das práticas das redes de ensino pública e privada de educação básica no Brasil.”

<sup>42</sup> Com base na teoria social de Marx e nas reflexões de Alves (2011a), temos que a crise é inerente a estrutura do capital. Sob a ótica do capital a “crise” significa risco e oportunidade histórica de reestruturação e expansão sistêmica. O capitalismo se expande e se renova no plano fenomênico através de suas crises. “Cada crise financeira [por exemplo] que se manifesta na temporalidade histórica do capitalismo global [...] expõe com intensidade candente a nova dinâmica instável e incerta do capitalismo histórico.” (ALVES, 2011a, p. 8).

<sup>43</sup> Com base na teoria social de Marx e nas reflexões de Alves, no texto: **Crise de valorização e desmedida do capital:** breve ensaio sobre a natureza da crise estrutural do capital, 2011 (preparado para fins didáticos da disciplina “Trabalho e Globalização” ofertada pelo autor no programa de pós-graduação *stricto sensu* em Ciências Sociais na UNESP-Marília) temos que a crise é inerente à estrutura do capital. Sob a ótica do capital a “crise” significa risco e oportunidade histórica de reestruturação e expansão sistêmica. O capitalismo se expande e se renova no plano fenomênico através de suas crises. “Cada crise financeira (por exemplo) que se manifesta na temporalidade histórica do capitalismo global expõe com intensidade candente a nova dinâmica instável e incerta do capitalismo histórico.” (ALVES, 2011a, p. 8).

pós-modernismo). Enfim, temos alterações cruciais na dinâmica da produção e reprodução social, emergindo o que denominamos de sócio metabolismo da barbárie.

A reestruturação produtiva, sob a égide do capital financeiro, transformou o cenário mundial por meio de mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais do mais amplo espectro sócio-histórico. Entretanto, trata-se de uma reestruturação cujo fundamento é o liberalismo conservador, e o Estado passa a operar com um novo modelo: Estado Mínimo.

No campo da proteção social, por exemplo, legitima o mínimo para o social e o máximo para o capital, para o mercado, e desregulamenta direitos sociais anteriormente conquistados pela classe trabalhadora. Pode-se dizer que o capital, no seu processo de expansão, vem operando novas racionalidades e formas de extração de valores de campos antes só imaginados para serem explorados e gerenciados pelo Estado.

Com isto, como nos diz Pereira (2006, p. 2),

Uma das repercussões da reação burguesa à crise foi o crescente processo de mercantilização dos direitos sociais, agora transfigurados em “serviços”. Assim, direitos sociais, como saúde, previdência, educação, passaram por amplos processos de mercantilização, o que também ocorreu com os sistemas de educação superior, principalmente nos países periféricos.

No transcorrer da década de 1980, conforme nos coloca Benatti e Caputi (2010, p. 381), “[...] com a derrocada do mundo socialista – queda do Muro de Berlim (1989) – temos o fortalecimento, sobremaneira da investida do ordenamento do capital, em todas as dimensões da vida humana, social e política.” E, segundo Antunes (apud PEREIRA, 2007, p. 3) essa investida favoreceu os detentores do meio de produção, haja vista que a reestruturação produtiva ocasionou “[...] altas taxas de (des)sindicalização, precarização das condições de trabalho, desemprego estrutural e, portanto, fragilização dos tradicionais processos organizativos daqueles que vivem do seu trabalho.”

Nos governos de Thatcher (Inglaterra), Ronald Regan (EUA), e Itamar Franco, Fernando Collor de Melo, Fernando Henrique Cardoso, Lula e atualmente com Dilma Rousseff (Brasil), o ideário neoliberal traz um arcabouço de ordem política, social, econômica e cultural de ajustes fiscais, repressão sindical, contenção dos gastos públicos na área social, abertura e flexibilidade para o mercado conduzir e gerenciar suas funções sem regulamentação e controle estatal.

As políticas sociais de atendimento aos direitos sociais universais, conquistados em lutas anteriores, pela classe trabalhadora, são substituídas por ações imediatistas, focalizadas e assistencialistas do Estado, ou seja, a política social como forma estratégica do Estado na

amenização dos conflitos de classe – entre burguesia e trabalhadores (BEHRING; BOSCHETTI, 2006) em sua concepção clássica - nos dizeres de Ivo (2004, 2006), na contemporaneidade, é compreendida como a “reconversão do social” na produção de um novo “fetiche” no contexto da desregulamentação do mercado de trabalho, no qual as políticas sociais setoriais e focalizadas são estratégias de construção desta reconversão.

Ao longo dos anos 1990 até os dias atuais, as manifestações da crise do desenvolvimento econômico brasileiro, segundo Pochmann (2004, p. 384) tem sido a mais longa desde 1940, e a degradação do mercado de trabalho persiste acentuadamente.

Em se tratando de precarização, degradação ou ainda deterioração do trabalho e os rebatimentos na educação, aqui tão logo, na formação e exercício profissional, cabe assinalarmos o contexto de precarização a que nos referimos para apreendemos as determinações do mundo do trabalho.

Vivemos tempos em que a precarização do trabalho se dá tanto na dimensão do trabalho enquanto força de trabalho como mercadoria, como a precarização do trabalho na dimensão do ‘homem que trabalha’<sup>44</sup> enquanto ser humano-genérico capaz de dar respostas ao movimento do capital. O que significa que o metabolismo social do trabalho, como está configurado, implica em novas formas de consumo e exploração da força de trabalho como mercadoria e novos modos de (des)constituição do ser social, com isso, configurando a barbárie social contida no processo de precarização nas condições da crise estrutural do capital (ALVES, 2011b).

A precarização, como desmonte de formas reguladas de exploração da força de trabalho como mercadoria, marcada por diferentes modalidades de contratação salarial, pela desregulamentação da jornada de trabalho e instauração de novos modos da remuneração flexível, fortalecimento do trabalho voluntariado, achatamento salarial, corrói a relação espaço-tempo de formação dos sujeitos, altera a dinâmica da relação cotidiana entre espaço-tempo para a vida e espaço-tempo para o trabalho, acarretando, com isso, no aprofundamento da alienação do homem.

O cotidiano tem sido predominantemente voltado ao trabalho assalariado, reduzindo a vida pessoal do trabalhador e as possibilidades da construção de novos saberes, da educação para além dos moldes do mercado.

---

<sup>44</sup> A expressão homem que trabalha é utilizada por Lukács, para salientar a cisão histórico-ontológica que constitui as individualidades pessoais de classe. No capitalismo, de acordo com Alves (2011b), no seu texto didático, intitulado “Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório – o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha”, o trabalhador assalariado é, por um lado, força de trabalho e, por outro lado, ser humano-genérico (o que denominamos trabalho vivo, na medida em que o homem, na perspectiva ontológica, é um animal que se faz homem através do trabalho).

Neste interregno de precarização, não raras vezes o trabalhador confunde os interesses e objetivos do empregador com o seu, permitindo – sem perceber – maior exploração da sua força de trabalho. Nos tempos atuais, o cotidiano apresenta aumento significativo de problemas de saúde do trabalhador, doenças psicossociais e tantas consideradas como doenças contemporâneas, que nas sublinhas são doenças e até mortes próprias da precarização.

Para Alves (2011b), a nova morfologia social do trabalho sob o capitalismo global e neoliberal, traz três traços cruciais: 1. A dessubjetivação de classe, que implica no desmonte do coletivo, em detrimento da individualização; 2. A “captura” da subjetividade do homem que trabalha, a qual explica o movimento de dissolução de coletivos do trabalho e a reconstrução de novos coletivos/equipes de colaboradores, nos ditames do mercado atual. Nesse processo de captura da subjetividade, continua o autor, reencontramos o homem social, o trabalhador coletivo como criação do capital. E, 3. A redução do trabalho vivo à força de trabalho como mercadoria.

Apreender a dimensão trabalho na sociedade contemporânea não é tarefa fácil, pelo contrário, complexa, ao mesmo tempo em que fundamental e necessária, no cerne do objeto de análise desta tese, e pelo fato de o Serviço Social, enquanto profissão, estar inserido na divisão social e técnica do trabalho, e, assim, sofrer os rebatimentos da precarização em seus diversos espaços sócio-ocupacionais e processos de trabalho.

O reconhecimento do Serviço Social como trabalho está hipotecado ao entendimento da gênese de várias profissões que, em um dado tempo do desenvolvimento do modo de produção tornaram-se quase tão igualmente necessárias para a sua continuidade como o próprio trabalho operário. De tal modo, isso é possível constatar no movimento do real, que não foi tão somente o Serviço Social que surgiu na passagem do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista. Acompanham-no, por exemplo, os surgimentos de engenharias de produção, da propaganda (e de outras ligadas à comunicação) e do conhecimento da subjetividade humana. (GRANERMANN, 1999, p. 159).

As profissões oriundas da sociedade burguesa madura expressam uma determinação sócio-histórica e política, além do aspecto ideológico de terem sido formadas para responder às especificidades impostas pelo capital; no caso, o Serviço Social surge como forma de “[...] instrumento ideológico do Estado no trato da amenização da questão social”, – nos aportes conservadores/positivistas, assumindo ao longo de sua trajetória uma postura de resistência, luta organizativa e política para a “ruptura” com essas bases, ou nos termos de Martinelli (1991) para (re)construir uma identidade profissional no processo histórico da realidade, e não mais aceitar os elementos a nós atribuídos enquanto categoria profissional. Então, fica o Serviço Social como profissão legitimada pelo delineamento de seu objeto de

intervenção/investigação – as *expressões da questão social*<sup>45</sup>. Essas são reconhecidas pelo Estado, via políticas públicas, a partir da luta da classe trabalhadora no âmago da sociedade capitalista, entre os séculos XIX e XX.

Isso posto sobre a precarização do trabalho, faz-se mister esclarecer o sentido ontológico da categoria trabalho, para além de sua deterioração nos tempos vigentes. Coerente com José Paulo Netto e Marcelo Braz (2006) é muito mais do que um elemento para a compreensão da atividade econômica no âmbito da sociedade burguesa, mas uma categoria vinculada ao próprio modo de ser dos homens e da sociedade, portanto, uma categoria central para a compreensão do próprio “fenômeno humano-social”.

Seguem os autores problematizando o trabalho como atividade diferente das realizadas pelos animais – que não impõem elementos intencionais à sua ação, bem como, não criam novas necessidades e nem se relacionam no bojo das relações sociais de produção, sem contar com a limitada e quase inexistente relação entre si. E, assim, o trabalho foi se organizando e se desenvolvendo no processo histórico da sociedade, diferenciando-se da atividade natural dos animais irracionais, devido ao fato de que:

- em primeiro lugar, porque *o trabalho não se opera como uma atuação imediata sobre a matéria natural*; diferentemente, ele exige *instrumentos* que, no seu desenvolvimento, vão cada vez mais se interpondo entre aqueles que o executam e a matéria;
- em segundo lugar, porque *o trabalho não se realiza cumprindo determinações genéticas*; bem ao contrário, passar a exigir *habilidades e conhecimentos* que se adquirem inicialmente por repetição e experimentação e que se transmitem no *aprendizado*;
- em terceiro lugar, porque *o trabalho não atende a um elenco limitado e praticamente invariável de necessidades*, nem as satisfaz sob *formas fixas*; se é verdade que há um conjunto de necessidades que sempre deve ser atendido (alimentação, proteção contra intempéries, reprodução biológica etc.), as *formas* desse atendimento variam muitíssimo e, sobretudo, implicam o desenvolvimento, quase sem limites de *novas necessidades*. (PAULO NETTO; BRAZ, 2006, p. 30-31, grifo do autor).

---

<sup>45</sup> O Serviço Social é assim reconhecido como uma *especialização do trabalho*, parte das relações sociais que fundam a sociedade do capital. Essas são, também, geradoras da “questão social” em suas dimensões objetivas e subjetivas, isto é, em seus determinantes estruturais e no nível da ação dos sujeitos. As desigualdades e lutas sociais contra as mesmas se refratam na produção social, na distribuição desigual dos meios de vida e de trabalho, nas objetivações políticas e culturais dos sujeitos sociais. Reafirma-se a “questão social” como *base de fundação sócio histórica da profissão*, salientando as respostas do *Estado, do empresariado e as ações das classes trabalhadoras no processo de constituição, afirmação e ampliação dos direitos sociais*. Esse ângulo de análise exige decifrar as multifacetadas refrações da “questão social” no cotidiano da vida social, abrangendo suas manifestações universais, particulares e singulares, a objetividade e a subjetividade, os momentos econômicos, sociais, éticos, políticos e ídeo culturais, que são a “matéria” do trabalho do assistente social (ABESS; EDEPSS, 1997).

Nesse sentido, é notório que o gênero humano rompe com o padrão naturalizado e invariável do trabalho; em outras palavras, é através do trabalho que a humanidade se constituiu – salto ontológico<sup>46</sup>.

O trabalho cria uma sociabilidade entre o homem e a natureza, bem como entre este e outros homens vivendo em sociedade, pois o trabalho é eminentemente coletivo e combinado, uma vez que cada trabalhador realiza seu trabalho mediado pelas condições objetivas e subjetivas da realidade, em diversos espaços e âmbitos profissionais. Assim, o trabalho não é circunstancial, e sim essencial ao ser humano; dito de outro modo é condição *ontológica do ser social* – e constitutivo do mesmo.

Nessa linha de pensamento temos a questão da causalidade e intencionalidade (teleologia) no âmbito do processo do trabalho humano; quer seja, há as determinações da sociedade capitalista nos aspectos econômicos e as intenções e objetivações do trabalhador, que tem a ideação do produto de seu trabalho, rumo às transformações que se deseja construir – estamos aqui nos aproximando de um determinado tipo de trabalhador humano e social – o *ser social*.

No pensamento marxista o *ser social* é, ao mesmo tempo, humano-genérico e singular-particular, donde singular é o espaço da vida cotidiana, cuja legalidade e forma de ser levam ao senso comum, ao pragmatismo e imediatismo do cotidiano, e o humano-genérico é mediatizado pela vontade coletiva através da política, arte, ética e filosofia. O ser social está intrinsecamente relacionado ao trabalho, no qual constrói suas relações, e também as constrói e reconstrói, na guisa de um trabalho consciente, crítico, a partir da sua consciência.

Nesse sentido, como coloca Gaudêncio Frigotto (2001, p. 73) o trabalho tem dupla centralidade como valor de uso: criador e mantenedor da vida humana em suas múltiplas e históricas necessidades, e como princípio educativo – dimensão do trabalho que deriva da sua especificidade de ser uma atividade necessária desde sempre a todos os seres humanos.

O trabalho constitui-se, por ser elemento criador da vida, num direito, ao mesmo tempo em que num dever a ser apreendido e socializado. É constitutivo do ser social, mas o ser social não se reduz ou se esgota no trabalho – o seu desenvolvimento e suas objetivações transcendem esse âmbito, envolvendo outra dimensão, que é a *práxis*. E, segundo Marx e Engels (1986, p. 534) “[...] toda vida social é essencialmente prática”, mas essa totalidade

---

<sup>46</sup> O salto ontológico é discutível no âmbito científico, pois há várias hipóteses sobre o surgimento da espécie humana, mas, para fins do entendimento do surgimento de um novo ser – *ser social* – compreendemos essa discussão sobre a questão do trabalho em três esferas: orgânica, inorgânica e social. A inorgânica não dispõe de propriedade para se reproduzir; a orgânica possui vida e possibilidade de reproduzir a si mesmo e a social é a possibilidade de produzir o novo, novas necessidades, sociabilidades. É, sobretudo, a diferenciação do homem perante outros seres naturais.

prático-social pode ser decomposta em diferentes setores, se levarmos em conta o objeto ou material sobre o qual o homem exerce sua atividade prática transformadora.

Entendemos que a práxis é a ação do homem sobre a matéria e a criação de uma nova realidade, assim, podemos falar de diferentes níveis da práxis, de acordo com o nível de consciência do sujeito ativo no processo prático e de criação - ou humanização - da matéria transformadora, destacado no produto de sua atividade prática.

A práxis é precipuamente uma atividade humana sobre a vida social prática, com capacidade objetivada pela consciência crítica e ativa de sujeitos históricos para agir e transformar, recriar a realidade, reconstruindo-a. Para tal, utiliza-se da mediação como instrumento de realização dessa intervenção na realidade.

As mediações - formas da reflexão/razão/ação - permitem que, por aproximações sucessivas, chegue-se negando ao imediato/fatos, desvelando as forças e processos que determinam a gênese e o modo de ser dos complexos e fenômenos que existem em uma determinada sociedade. E, parafraseando Barroco (2001, p. 26) “[...] as mediações, capacidades essenciais postas em movimento através de sua atividade vital, não dadas a ele; são conquistadas no processo histórico de sua autocriação pelo trabalho. São elas: a sociabilidade, a consciência, a universalidade e a liberdade.” Assim, para a autora, esses elementos são capacidades humano-genéricas, ou seja, sem a qual a práxis não se realiza em suas potencialidades emancipatórias.

É indissociável a discussão entre ser social e práxis, uma vez que o ser social é síntese de determinações estruturais e só pode agir teleologicamente (finalidades, antecipações e ideações) quando dispõe de capacidade de projetar-se, e isso só pode ser realizado através da práxis humana e de suas objetivações materiais e ideais da ciência, arte, filosofia e política.

Ainda, na concepção de Adolfo Sánchez Vázquez (2007), compreendendo-a, na realidade, como uma *filosofia da práxis*, fundamentado em Marx, coloca que é uma atividade material humana transformadora do mundo e do próprio homem. Essa atividade real, objetiva, é, ao mesmo tempo, ideal, subjetiva e consciente. José Paulo Netto e Marcelo Braz (2006, p. 47, grifo do autor) enfatizam que no “[...] seu processo de amadurecimento, e *conforme as condições sociais que lhe são oferecidas*, cada homem vai se apropriando das objetivações existentes na sociedade; nessa apropriação reside o processo de construção da sua *subjetividade*.” Ou seja, a dimensão subjetiva do trabalho humano, do ser social, é relativamente condicionada pelas objetivações de que ele possa se apropriar – constituindo-se no quadro das mais densas e intensas relações sociais.

Tais fundamentos filosóficos, teóricos, éticos e políticos, e, sobretudo, a compreensão do trabalho como categoria constitutiva e constituinte do ser social, realizada pela práxis, tornam possível desvendar o real e construir mediações para as lutas e resistências, bem como, estratégias de enfrentamento ao desmonte da educação superior e seus rebatimentos na formação profissional em Serviço Social e, reciprocamente, no processo de supervisão de estágio.

Dentro dos limites determinados pelo capitalismo na sociedade contemporânea – no qual vive a classe trabalhadora – a criação de possibilidades vinculadas a um projeto societário pautado na luta pela realização da emancipação política, e na direção da competência profissional necessária à consolidação do projeto ético-político do Serviço Social faz-se a partir da apreensão do homem como ser social, autoconstruído através do trabalho, da cultura e da ética como capacidade humana essencial e objetivadora da consciência da liberdade humana.

Assim, a construção de vicissitudes concretas se dá num processo de desenvolvimento histórico para além da concepção teoricamente apreendida, na construção de instrumentos críticos fundamentados nas intencionalidades. Entretanto, as possibilidades, em especial na realidade brasileira, estão sendo construídas na atenção das intencionalidades dos organismos internacionais, na preocupação com o fortalecimento e expansão do mercado, viabilizando diferentes serviços, na potencialização do capital e da ordem burguesa estabelecida. Serviços que vêm sendo regulados no desmonte dos direitos sociais e universais, como é o caso da educação.

No documento, “Brasil: justo, competitivo, sustentável”<sup>47</sup>, o Banco Mundial (BM) apresenta a agenda de reformas a serem implementadas pelo governo Lula, destacando, contudo, a necessidade de reformas no ensino superior, priorizando o investimento maciço na expansão do mercado, e explicita que a educação, tendo seu vínculo com o capital social, deve ser para todos (BANCO MUNDIAL, 2002, p. 97). Tais medidas adotadas pelo Estado compõem, então, o marco das políticas de ajuste “recomendadas” pelos organismos multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), apontando, além de recomendações para a economia, também para a educação.

Aos países emergentes, como o Brasil, há a necessidade de investimentos públicos, com mais afinco, em instituições de ensino superior privadas, com o fito de ampliar a

---

<sup>47</sup> Documento elaborado pelo Banco Mundial para direcionar “[...] a reconstrução e desenvolvimento” do Brasil, bem como demais países da América Latina, publicado em primeira impressão no Brasil em dezembro de 2002.

formação de “mão de obra” a serviço do mercado, em detrimento da produção científica voltada ao desenvolvimento social, cultural e, por conseguinte, econômico da nação, por meio da razão crítica.

A universidade vem sendo conduzida pelos governos a tornar-se um grande centro de qualificação de quadro técnico-profissionais, capaz de responder ao novo panorama ocupacional. Tende a transformar-se em um espaço de formação de mão de obra para as necessidades imediatas do mercado, respondendo, conforme coloca Iamamoto (2008, p. 451) “[...] com reformulações do ensino técnico de nível médio, cursos superiores de curta duração, cursos de formação tecnológica integral nos institutos politécnicos, [...] assim, como os mestrados profissionalizantes e os cursos sequenciais.”

A política educacional no Brasil está legitimada no Consenso de Washington (1989)<sup>48</sup>, que estabelece condições de ajustes macroeconômicos e políticos. Trata-se de uma grande investida do gigante capital como resposta do capital à sua própria crise estrutural. É sabido que a ofensiva neoliberal foi aprimorada pelo Dissenso de Washington, em 2000, e que viabiliza a abertura e expansão da exploração do capital privado e a minimização do Estado.

Para Iamamoto (2008, p. 35), essas recomendações deram o “[...] suporte normativo necessário para viabilizar a reforma educacional.” Um desses normativos apresenta-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, de 20/12/1996 (BRASIL, 1996) - que possibilita vicissitudes no contexto da Educação no Brasil, conformando uma gestão vinculada aos interesses dos empresários e do mercado de ensino. Institui-se no plano um modelo de instituições de ensino associado à prestação de serviços.

A LDB nasce como fruto desse contexto histórico neoliberal, enquanto lei elaborada de forma generalizada, tornando-se “menos legitimada” enquanto política nacional de educação do que as medidas provisórias, projetos de leis complementares, resoluções e portarias do próprio Ministério de Educação e Cultura (MEC) - que norteiam as reformas no campo da Educação Superior Brasileira - trazendo graves consequências para a formação profissional, bem como para o trabalho profissional e a prestação de serviços à população.

O Programa Nacional da Educação (PNE) aprovado no governo FHC e o Plano de Desenvolvimento da Educação, no governo Lula, desencadeiam no Programa de Aceleração do Crescimento/PAC Educação. Em 2012, no governo Dilma, foi aprovado o Plano Nacional de Educação, que dá continuidade ao ajuste fiscal e à parceria público-privado, enfim,

---

<sup>48</sup> O Consenso de Washington (1989, online) se configura como organismo internacional norte-americano que avalia as reformas econômicas “necessárias” na América Latina e registra a implantação do neoliberalismo, e com ele, a lógica do Estado mínimo.

legítima o “Pacote da Educação”, que segue “fatiando” a educação ao mercado. Com isso, cresce o empreendedorismo, o estímulo à competitividade e à chamada “autonomia das universidades”.

A autonomia das universidades federais proposta pelo MEC orienta-se no sentido de reduzir a participação financeira do Estado na manutenção da universidade pública, a favor da sua crescente privatização, através de mecanismos que corroem, por dentro, a sua natureza pública. [...] Estimula-se o estreitamento de laços da universidade com o mundo empresarial -, no financiamento de pesquisas, laboratórios, bolsas de estudos, convênios para prestação de serviços, entre outros, além da venda de serviços a organismos governamentais. (IAMAMOTO, 2008, p. 448-449).

Essa atenção aos organismos internacionais visa, ainda, de acordo com Iamamoto (2008), alcançar a meta, recomendada pelo BM, de que as instituições públicas possam gerar rendimentos que financiem até 30% de suas necessidades totais de recursos para gastos ordinários.

Com isso, assistem-se a diferentes formas de expansão e reestruturação das universidades, sejam públicas ou privadas, legitimada, além do Consenso de Washington, também pela Declaração de Bolonha (UNIÃO EUROPÉIA, 1999, online)<sup>49</sup>.

O Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e o Programa Universidade para todos (PROUNI), por exemplo, trazem um “caráter” ou discurso de democratização da educação superior - para que o Brasil alcance, até 2021, 30% dos jovens com curso superior. Essa é a meta do Programa de Aceleração da Educação assumida pelos governos Lula e Dilma. E que, parece, está caminhando para seu alcance, se observarmos os dados, de que, segundo Pochmann (2004) cerca de 13,3% dos jovens estavam neste período (2004) no ensino superior, e que, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), em 2009, esse alcance foi de 19% na faixa etária de 18 a 24 anos. Restam menos de 10 anos (considerando estarmos em 2014) para o alcance de mais 11% de jovens na educação superior. Com o advento da EAD, certamente se superará a meta; porém, no campo intelectual, de acesso à educação de qualidade, é fato que esse percentual será bem inferior.

---

<sup>49</sup> Declaração conjunta dos Ministros da Educação europeus reunidos em Bolonha, 18 e 19 de Junho de 1999, traça-se metas para a educação mundial, a partir da reforma da educação europeia, como: “Promover [...] a empregabilidade e a competitividade internacional do sistema europeu do Ensino Superior; Adopção de um sistema essencialmente baseado em dois ciclos principais, o graduado e o pós-graduado”. O grau conferido, após o primeiro ciclo, será também relevante para o mercado. Estabelecimento de um sistema de créditos - como um correcto meio para promover a mobilidade mais alargada dos estudantes. Os créditos podem também ser adquiridos em contextos de ensino não superior, incluindo a aprendizagem ao longo da vida, desde que sejam reconhecidos pelas respectivas Universidades; Promoção da mobilidade; especialmente no que respeita ao desenvolvimento curricular.

Conseqüentemente, o discurso de acesso dos “pobres” à educação nunca foi tão propagado como atualmente. Dificilmente, na história, o filho do trabalhador ou o próprio trabalhador tiveram acesso à universidade; no entanto, se o filho do rico está nas universidades públicas e o filho dos pobres está nas universidades privadas, ou se, este último está na universidade pública e precisa do trabalho para atender às suas necessidades básicas, há incoerências no discurso. Ainda mais se observarmos a realidade de estudantes (das escolas privadas e públicas) que

[...] são trabalhadores, que passam o dia trabalhando e vão para a universidade ou trabalham à noite e vão para a universidade, que tem que achar ‘bicos’ para se manter porque a universidade é manhã e tarde. (LIBERDADE, 2014).

Trata-se, portanto, de um discurso de problemática da reificação, que para José Paulo Netto (1981, p. 11), “[...] é, necessariamente a problemática da alienação e do fetichismo, uma vez que a reificação, para Lukács, [...] é a realidade imediata necessária para todo homem que viva no capitalismo.”

Na lógica de precarização do trabalho e da educação (formação e exercício profissional) instaurada nesta sociedade de classes<sup>50</sup>, no contexto real do tecido social brasileiro, segmentos da classe trabalhadora (segmentos porque nem todos têm acesso, ainda que o discurso político governamental seja inverso, “de universidade para todos”) estudam a educação fundamental e média nas escolas públicas e cursam o ensino superior nas universidades privadas, reforçando, assim, a divisão e desigualdades nas diferentes esferas da vida social, inclusive na educação e no trabalho.

O escopo das reformas neoliberais é de liberar o capital à sua natureza violenta, desigual e destrutiva. Abortam as possibilidades do avanço científico de qualificar a vida humana em todas as suas dimensões, inclusive diminuem exponencialmente o tempo de trabalho necessário à reprodução da vida biológica e social, dilatando o tempo livre, o espaço e tempo de liberdade, fruição e gozo.

---

<sup>50</sup> Destaco aqui tessituras de reflexões por mim apresentadas em forma de resumo “Serviço Social e os Desafios da Classe Trabalhadora” no II Seminário de Estudos Críticos sobre Educação, realizada na UNESP campus de São José do Rio Preto, em 2010, em que concordo com Celso Frederico (2009) quando afirma que classe social é “*como um componente estrutural da sociedade capitalista e, ao mesmo tempo, como sujeitos coletivos que têm suas formas de consciência e de atuação determinadas pela dinâmica da sociedade*”, e, que sua definição é marcada pelo lugar que os indivíduos ocupam nas relações de produção – proprietários e não proprietários, classe dominante e classe dominada. Duas classes sociais antagônicas, com interesses e necessidades distintas, porém correlacionadas entre si. A classe trabalhadora, esfoliada pela burguesa, cotidianamente enfrenta desafios aguçados no contexto de hegemonia do neoliberalismo, a destacar a luta pela liberdade, pela emancipação plena dos indivíduos sociais, pela socialização da riqueza.

As modalidades de educação, oriundas das determinações neoliberais, vêm se legitimando para fortalecer a hegemonia da classe dominante e os “super lucros”, formando profissionais em massa apenas para o mercado de trabalho, descaracterizando o papel de politização e intelectualização que a educação deve exercer.

Esse projeto, em suma, vem arquitetando a lógica sob a égide das leis de mercado, que estimula o processo de expansão, privatização e mercantilização da política nacional de educação, deixando-a como objeto de direito privado, estimulando e financiando a mesma com verbas públicas, haja vista o FIES (2001) e o PROUNI (2004), que subsidiam o financiamento aos estudantes de Faculdades Privadas, ou seja, aplicam investimentos públicos em órgãos privados, em consonância com o sistema chamado parceria público-privado<sup>51</sup> - em atenção aos ditames do BM, como acima mencionado.

No, âmbito público, temos, como dito, o REUNI, que tem como objetivo aumentar as vagas das unidades de ensino. No entanto, essa política apresenta sérios problemas e compromete de forma devastadora a qualidade da educação no país como um todo, haja vista o aceleramento de abertura de cursos, vagas, sem a devida estrutura educacional.

É importante elucidar que o capital atravessa, presentemente, uma crise de natureza estrutural, que atinge todas as dimensões da vida: econômicas, políticas e sociais. Nesse contexto, o próprio Estado passa por uma reestruturação neoliberal, para se adaptar às exigências de expansão e reprodução ampliada do sistema do capital; exigências essas, que vão, no sentido, não da garantia do bem estar social, mas, ao contrário, da recuperação das taxas de lucro, da financeirização do capital, comprometidas pela dinâmica da crise aqui contextualizada.

A configuração neoliberal para sair da crise, segundo Elaine Berhing e Ivonete Boschetti (2006), compreende as seguintes medidas (às quais, por sinal, assistimos acontecendo intensa e velozmente):

- 1) um Estado forte para romper o poder dos sindicatos e controlar a moeda;
- 2) um Estado parco para os gastos sociais e regulamentações econômicas;
- 3) a busca da estabilidade monetária como meta suprema;
- 4) uma forte disciplina orçamentária – contenção de gastos e restauração de uma taxa natural de desemprego;
- 5) uma reforma fiscal, diminuindo os impostos sobre os rendimentos mais altos e,
- 6) o desmonte dos direitos sociais, implicando na quebra da vinculação entre política social e esses direitos, que compunha o pacto político do período anterior. (BERHING; BOSCHETTI, 2006, p. 12-13).

---

<sup>51</sup> Sobre essa discussão, sugerimos ver: O Brasil sob nova ordem: a economia brasileira contemporânea – uma análise do governo Collor a Lula, obra organizada por Marques e Ferreira (2010).

A reestruturação do Estado acontece em atenção aos organismos multilaterais que, na década passada, em seus relatórios, falavam da “erradicação da pobreza”, preocupados em gerenciar os conflitos sociais derivados da mesma. O que se observa é que “[...] aprimoram as indicações para os países periféricos no sentido de ‘aliviar a pobreza e a miséria’, através de seus próprios programas de ajuda e empréstimo.” (MELO, 2007, p. 5).

A crise tem repercussão em todas as esferas do Estado. O âmbito da educação, nesta sociedade de classes, se abdica do seu papel ontológico de transmitir aos estudantes os conhecimentos históricos e culturalmente acumulados pela humanidade, passando a preparar especificamente para o mercado de trabalho.

As políticas educacionais apregoam uma instrução dotada de um esvaziamento do conteúdo, em nome de um conjunto de habilidades, aptidões e valores apegados ao plano da imediatividade e do utilitarismo, temperados com abstrações mistificadoras, deslocadas de suas determinações ontológicas. Adotam concepções educacionais instrumentais e pragmáticas, que oferecem aos alunos uma aprendizagem em “doses homeopáticas” e negam os conhecimentos universais.

Com a mercantilização, a despolitização do conhecimento, a formação reduzida ao ensino, à graduação, a educação perde aos poucos sua dimensão de formação integral e, sem uma dimensão filosófica, sociológica, produtora de massa crítica, reduz-se à instrumentalização; o ensino instrumental reduz-se ao mercado, ao ponto de se estilizar a educação como “*fast food*”.

Os pensadores neoliberais defendem o mercado como espaço central de autonomia e, desse modo, as funções do Estado tendem a diminuir cada vez mais, sustentadas pela ideia de que as crises na sociedade capitalista advêm dos gastos que o Estado promove, especialmente em políticas públicas (educação, saúde, assistência). Descaracterizam, assim, a lógica estrutural da sociedade capitalista, que tem a crise imbricada na sua estratégia de fortalecimento e permanência.

O que assistimos até agora na sociedade brasileira, é o “desmonte” dos direitos sociais consolidados na Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988). Mesmo com limites e críticas, ali apresentam-se avanços significativos na área da seguridade social e da educação, colocada como um direito de todos e um dever do Estado, portanto, com caráter de universalidade.

Segundo Pinto (2007, p. 7), ao questionar: a serviço do que esse processo (de privatização, mercantilização, desmonte dos direitos sociais) se realiza? Responde a autora,

“[...] ao perguntarmos isto e, a depender das respostas, rompemos ou reafirmamos as fronteiras entre o público e o privado.” E, continua,

[...] as ações do governo Lula da Silva para a educação – mas também das políticas de proteção social – nos permitirá como única resposta a conclusão de que este governo, mais do que outros, empresariou a educação no país ao transformá-la em um serviço majoritariamente oferecido pelo setor privado (e gerenciado com a mesma lógica empresarial quando oferecido pelo Estado). Assim, as ações do governo Lula da Silva constituíram um grande espaço de acumulação de capital em áreas até então não exploradas pelo capital no país.

Assim, podemos dizer que no governo Lula tivemos a maior expansão de unidades de ensino superior da história da sociedade brasileira. Considerando, inclusive, que o ensino superior no Brasil teve sua gênese no campo privado no início do século XX, com os jesuítas, ligado inicialmente à igreja católica e depois à protestante, e foi estatizado somente nos anos 1950, no governo de Juscelino Kubistchek, que começa a criar as grandes universidades federais. Na década de 1960 houve um incentivo para a privatização, que foi intensificada com FHC e acelerada com Lula. Inclusive, nesses governos, acirrou-se acentuadamente a parceria público-privado, o que é contínuo ainda no governo de Dilma.

Frente a essa realidade, a questão que nos fica é: qual a concepção de educação que está por trás desse modelo, que hoje está pautado na mercantilização da educação e é medido pela produtividade? É preocupante. Ainda mais, sabendo que esta realidade não se restringe a educação superior, mas atravessa também a educação infantil, fundamental e média; conforme ratifica a estagiária de Serviço Social entrevistada:

[...] a educação já vem desde o fundamental e o médio totalmente precarizada [...] chegando fragilizada na superior. (APRIMORAMENTO, 2014).

As deficiências do sistema de educação no Brasil têm se refletido nos índices de evasão, repetência escolar, distorção série/idade, bem como no contingente de crianças e jovens que nunca frequentaram a escola. De acordo com Castro (2010, p. 208), “[...] o Brasil continua sendo o país com o maior número de crianças fora da escola na América Latina e no Caribe.” Apresenta os números mais elevados de repetência na escola primária: “[...] a taxa brasileira foi de 19% em 2007, enquanto os índices nos países vizinhos latino-americanos e caribenhos giraram em torno de 4%.” (CASTRO, 2010, p. 208).

É necessário problematizar tal realidade, que se configura como uma questão social que urge enfrentamentos e desencadeia em reflexos de precarizações em demais esferas de serviços, benefícios e direitos sociais, bem como na dimensão trabalho.

O contexto de precarização e de mercantilização da educação se dá tanto no campo público como no privado, no presencial e à distancia. O debate da educação tem que estar vinculado ao macroestrutural e, nessa análise, observa-se que não há possibilidade de universalização de políticas públicas nesse modo de produção. Isso mostra o quanto devemos lutar e vincular nossas lutas imediatas às lutas e resistências históricas, e nesse bojo, cabe, por exemplo, a defesa para se ampliar o percentual de aplicação do produto interno bruto/PIB do país na educação.

A subordinação da política educacional aos aportes da acumulação capitalista tem provocado um redesenho na qualidade da educação superior, desvalorizando, quer em pública e/ou privada, a docência universitária, a pesquisa, a extensão, as diretrizes curriculares condizentes com as funções precípuas da universidade. Ainda que se assista a abertura de concursos públicos para docentes, sobremaneira via REUNI, se identifica contraditoriamente, a desestruturação da carreira docente, aumento do trabalho precário, e, sobretudo, impõe uma brutal intensificação da carga de trabalho, o que, no todo do cenário, tem levado ao adoecimento do docente (ainda que não especificamente, mas também podemos relacionar estes fatores, com a realidade dos assistentes sociais, supervisores entre outros trabalhadores). Entretanto, as UFAs que compõem a microrregional da ABEPSS Sul II (São José do Rio Preto/Franca) assinalam que:

[...] de um modo geral as doenças contemporâneas têm rebatido nos trabalhadores, mas nem sempre estes associam a doença com a dimensão do trabalho cotidiano;  
 - no âmbito da docência se observa uma demanda significativa de trabalho que leva a queixas comuns como: estresse, dores generalizadas advindas de cansaços mentais e/ou físicos;  
 - apenas uma UFA mencionou que há dois professores afastados por problemas de saúde (síndrome do pânico e estresse). (ABEPSS, 2011<sup>52</sup>).

Aos países desenvolvidos não interessa que os países subdesenvolvidos desenvolvam pesquisas; esse é o interesse do capital estrangeiro. Eles determinam que tipo de educação nosso país merece<sup>53</sup>. Essa proposta não assegura tais diretrizes, pois está estruturada para uma massificação, simplesmente para atender aos anseios do mercado.

A educação superior vem enfrentando desafios colocados para além da dinâmica da vida social, mas pela nova lógica do sistema educacional regulamentado pela LDB, que inaugurou um conjunto significativo de mudanças na concepção e na operacionalização do ensino com a política de governo pautada numa perspectiva de estratégia de redefinição das

<sup>52</sup> Relatório em Anexo A desta tese.

<sup>53</sup> Ver Declaração de Bolonha.

relações sociais, imprimindo nas universidades um modelo de gestão empresarial, estimulando a sua privatização, o que Marilene Chauí (1999, na Folha de S. Paulo, Cadernos Mais!) denomina de “universidade operacional” ou “universidade de resultados de serviços”.

Assim,

O propósito foi o de compatibilizar o ensino superior com os ditames da financeirização da economia, fazendo com que as descobertas científicas e o seu emprego na produção se tornem meios de obtenção de lucros excedentes isso que justifica a orientação de submeter à universidade aos interesses empresariais (IAMAMOTO, 2008, p. 433).

As mudanças na educação superior pautadas na “ideia de flexibilização” dispõem de atividades e diversidades no oferecimento de cursos, de modo, inclusive, que até 20% da carga horária dos cursos de graduação sejam oferecidos em modalidades *on line* ou semipresencial ou ainda 100% à distância, dando concretude à lógica da “Universidade Aberta do Brasil” e legitimando a chamada “Educação à Distância”, dentre os quais, descobre-se o nicho de valorização do mercado e o fetiche da tecnologia operando como argumento tecnológico para EADs.

Esse modelo de educação caracterizado no artigo 44 da LDB (BRASIL, 1996), explicita a preocupação da educação vinculada às necessidades do mundo do trabalho, mostrando uma gama de diversificação e flexibilização que favorecem a expansão do mercado universitário que se encarregará, de acordo com Maciel (2007) “[...] de viabilizar tais modalidades de ensino superior.”

A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas:

- I- Cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino;
- II- De graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;
- III- De pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;
- IV- De extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino. (Artigo 44 da LDB, BRASIL, 1996.).

Observa-se autonomia às instituições de ensino na oferta de modalidades de cursos e desenvolvimento dos mesmos. Possibilidades de “cursos sequenciais”, “requisitos abertos” para ingresso na educação superior, constituição de “equivalências”, e “outros”.

Terminologias usadas no texto da lei, que tem dado abertura e flexibilidade para o mercado educacional ofertar diferentes atividades, conforme a demanda técnica do mercado.

Fica implícita a indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão, ou melhor, tem se tornado desnecessário nossa matéria vida, tão fina da educação, passa a ser tratada com velha diferença do mercado na perspectiva desumanizadora perpetrada pelo capital, ou seja, nega-se a perspectiva ontológica da educação.

Nas tramas dessas relações cotidianas, a educação é permeada pelo mercado de ensino, de pesquisa e de extensão, ofertados na lógica de serviço em detrimento do direito. E a supervisão de estágio reduzida à mera preparação para as condições do mercado de trabalho.

Para o Conselho Federal de Serviço Social, este cenário,

Trata-se de produzir uma preparação para as requisições de mensuração e gestão/controle dos pobres. Não se requisita o perfil das diretrizes curriculares, crítico, articulador político-profissional dos sujeitos, preocupado com os direitos e a cidadania, pesquisador que vai além das aparências dos fenômenos, profissional preocupado com a coletivização das demandas, com a mobilização social e a educação popular. Ao contrário, o que se requisita é um profissional à imagem e semelhança da política social focalizada e minimalista de gestão da pobreza e não do seu combate, politização e erradicação. (CFESS, 2010, p.14).

Segundo David Harvey (1993, p. 140), a essência e estética da precarização apoia-se na acumulação flexível do capital, que escora na flexibilidade dos processos de trabalho dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo.

Caracterizam-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (HARVEY, 1993, p. 140).

As implicações da reestruturação produtiva da contrarreforma universitária rebatem diretamente na formação profissional, no exercício das profissões, na prestação dos serviços de qualidade, na formação da consciência de classe, nas condições e nas relações de trabalho e na vida do trabalhador que, no atual contexto, vive a dessubjetivação, a descoletivização e a esmagadora desumanização. Frente a isso, somos desafiados a lutar, resistir e construir alternativas de uma educação significativamente diferente.

Afinal, a construção de uma profissão não pode ser confundida com preparação para o emprego e a restrita dimensão técnica e instrumental. Supõe, preliminarmente, um sólido arcabouço teórico-metodológico, ético-político e, então, técnico-operativo, numa solidificação da práxis profissional. A supervisão também demanda tais elementos de formação, alargando

assim as possibilidades de exercício profissional, em consonância com os princípios éticos fundamentais do Serviço Social.

## **CAPÍTULO 2 SERVIÇO SOCIAL, FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL: CAMINHANDO NO “FIO DA NAVALHA”**

Este é um tempo de aflição e não de aplausos.  
(Lêdo Ivo, Urubus na Enseada).

As consequências da reforma do Estado certamente rebatem também na profissão de Serviço Social e no que tange ao objeto de discussão desta tese: o processo da supervisão de estágio em Serviço Social, (re)significando-o a partir da Política Nacional de Estágio (ABEPSS, 2010), no âmbito das situações concretas que se colocam a supervisão, na realidade cotidiana da microrregional da ABEPSS Sul II São José do Rio Preto/Franca-SP.

A precarização da educação e do trabalho, no contexto do neoliberalismo, implica a formação e exercício profissional do assistente social - que no atual contexto encontra-se demandado e desafiado a fortalecer seu projeto de formação e ideário profissional, o que propõe posicionamento em defesa da educação de qualidade como um direito, e o trabalho valorizado como produção humana, afinal, o homem se faz humano por meio do trabalho.

A formação profissional é aqui disseminada como processo dialético, dinâmico, indissociável do exercício profissional e determinada socialmente no conjunto mais geral de uma dada formação social; expressa o contexto contraditório da lógica empregada na educação superior hoje. Portanto, é um projeto educacional que envolve educação permanente para realização de trabalho intelectual. Não se reduz, a um período de graduação.

Trata-se de um espaço amplo de preparação científica de quadros de profissionais, uma capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa alicerçada na vertente crítica, capaz de propiciar ao profissional interpretar a realidade social no seu movimento estrutural e conjuntural e intervir na mesma com o propósito de emancipação dos sujeitos sociais. É entendida como processo que incorpora as contradições sociais, historicamente dadas, e no contexto da divisão social e técnica do trabalho, luta e, legítimas ações que respondem às demandas sociais postas na sociedade – derivadas das lutas de classes no processo de produção e reprodução dos meios de vida e trabalho – e, nessa conjectura, tem a educação como pauta de luta, enfrentamentos e resistências.

A formação profissional, por um lado, pode se configurar como instrumento de ampliação e legitimação da exclusão e manutenção da ordem estabelecida, por outro, como importantes mediações sociais, culturais, econômicas e estéticas de emancipação humana.

A lógica curricular para a formação profissional do assistente social, idealizada pela categoria, estabelece concepção de ensino-aprendizagem em sintonia com a dinâmica da vida

social. Indica que, diante das necessidades postas hoje à profissão, precisamos estar atentos ao reordenamento do padrão de acumulação capitalista, bem como de regulação da vida social, o que exige do profissional o redimensionamento na sua forma de pensar e agir, indicando a inserção dos profissionais, nos diversos espaços sócio ocupacionais, de forma compreendida com olhar crítico/investigativo, pautado em referencial teórico-metodológico crítico-dialético, que embase a postura ética e política, ao mesmo tempo em que ofereça condições para que o profissional lance mão de um arsenal técnico-operativo que ultrapasse o campo da imediatividade, e lhe permita construir ações que promovam a emancipação dos sujeitos usuários dos serviços.

No âmbito da LDB (BRASIL,1996), a direção da formação profissional precisou ser construída seguindo a flexibilidade das Diretrizes Curriculares (DCs). A configuração da formação profissional do assistente social, nas DCs, elaboradas pela ABEPSS em 1996 foram promulgadas pelo Ministério de Educação e Cultura/MEC em 2001 – e de acordo com Iamamoto (2008, p. 445-446) o texto geral de definição do perfil do bacharel em Serviço Social; das competências e habilidades, que apontam para formação de profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social e o direcionamento teórico-metodológico e histórico para a análise dos processos sociais e da sociedade brasileira foram suprimido pelo MEC-CNE.

Assim, o conteúdo da formação profissional passa a ser submetido à livre iniciativa das unidades de ensino, desde que atendam o texto legal das DCs estabelecidas pelo CNE/MEC.

A flexibilização acadêmico-profissional “[...] é condizente com os princípios liberais que vêm presidindo a orientação para o ensino superior, estimulando a sua privatização e submetendo-o aos ditames da lógica do mercado.” (IAMAMOTO, 2008, p. 446).

Entre tantos desafios, e apesar das DCs vigentes não exprimirem integralmente o projeto de formação profissional da ABEPSS, foi estruturada numa perspectiva de totalidade e organizada basicamente, em dois momentos: um, com o objetivo de romper com a fragmentação apresentada no conjunto das disciplinas e matérias dispostas no currículo de 1982; outro, orientando a compreensão da própria realidade com base na perspectiva de totalidade, dotada de múltiplas determinações que só podem ser compreendidas mediante uma articulação dos fatores que a engendram.

As DCs são compostas por um conjunto de conhecimentos que estão articulados em três núcleos de fundamentação: *núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social*; *núcleo de fundamentos da formação sócio histórica da sociedade brasileira*; e, *núcleo de*

*fundamentos do trabalho profissional*, os quais não se apresentam de forma fragmentada, ao contrário, à medida que o primeiro articula o ser social em uma perspectiva de totalidade histórica e tem como finalidade desvelar os elementos fundamentais da vida social, o segundo e o terceiro tratam das particularidades desses elementos fundamentais para formação em Serviço Social.

Esses núcleos, concorde ABESS (1997, p. 63), “[...] congregam os conteúdos necessários para a compreensão do processo de trabalho do Assistente Social, afirmam-se como eixos articuladores da formação profissional pretendida e desdobram-se em áreas de conhecimento [...]” que, por sua vez, se traduzem pedagogicamente através do conjunto dos componentes curriculares, rompendo, assim, com a visão formalista do currículo, antes reduzido a matérias e disciplinas. Esta articulação favorece uma nova forma de realização de mediações – aqui entendida como a relação teoria-prática – que deve permear toda a formação profissional, articulando ensino – pesquisa – extensão.

Os núcleos reúnem em si os conteúdos que fundamentam o trabalho do assistente social estabelecendo-se em eixos norteadores e articuladores da formação profissional. Esses eixos desdobram-se em áreas do conhecimento que são traduzidas, pedagogicamente, pelo conjunto das matérias básicas que são de fundamental importância no conjunto de conhecimentos necessários à formação profissional, e, nessa lógica curricular, podem ser operacionalizados mediante pesquisas, oficinas, núcleos e seminários temáticos, monitorias, extensão e atividades acadêmicas complementares, buscando romper com a estrutura de disciplina como forma, quase única de se construir conhecimentos.

Nessa configuração da formação profissional, a supervisão atrelada ao estágio insere-se no núcleo de fundamentos do trabalho profissional, no qual o trabalho é tratado como categoria dialética, como práxis, e, essa concepção deve perpassar toda a formação profissional, estendendo-se à transversalmente ao processo de supervisão de estágio.

O núcleo de fundamentos do trabalho profissional, articulado aos demais, envolve a compreensão do Serviço Social como uma especialização do trabalho, e, as dimensões histórica, teórica, metodológica, e técnica da profissão são necessárias para apreender a formação cultural do trabalho profissional e, em particular, as formas de pensar dos assistentes sociais, que implicam nos modos de agir e no *ethos* profissional.

A dimensão ética e a pesquisa são entendidas como atitude investigativa e instrumento do cotidiano da ação profissional; o planejamento, a administração em Serviço Social, o estágio e a supervisão, a instrumentalidade constituem mediações na formação do conjunto de competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, que orientam o

pensar e o agir profissional, tudo articulado à análise dos fundamentos do Serviço Social e dos processos de trabalho em que esse profissional se insere.

Nesse interregno articulado com demais núcleos de fundamentos da formação profissional, a supervisão de estágio é contemplada garantindo o todo que envolve a dimensão da formação e trabalho profissional.

A proposta curricular é estruturada na perspectiva de ensino-aprendizagem e de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de formar profissionais com referencial teórico-metodológico, ético-político e técnico-operacional capaz de intervir/investigar e responder às necessidades sociais da classe trabalhadora. Isso considerando o caráter interventivo, democrático, investigativo, político, de interpretação da realidade da profissão, o que prescinde de uma formação profissional que estimule o debate e a mudança no modo de pensar e agir no sentido de analisar criticamente o que está posto e determinado pela sociedade, despertando a curiosidade, a criação e reconstrução do pensamento, bem como a descoberta do novo.

O pressuposto central das diretrizes, propostas em 1996 pela ABEPSS, é a permanente construção de conteúdos (teórico-ético-políticos-culturais) para a intervenção profissional nos processos sociais que estejam organizados de forma dinâmica, flexível assegurando elevados padrões de qualidade na formação do assistente social.

As DC(s), Resolução n. 15, de 13 de março de 2002, aprovadas pelo MEC, apresentam como perfil de bacharel em Serviço Social,

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. (BRASIL, 2002).

O estágio supervisionado é um dos elementos pedagógicos que colaboram para fomentar esse perfil do futuro profissional.

Nesse sentido, problematizamos: será que o modelo de educação superior, delineado nas páginas anteriores desta tese, e no que tange à formação profissional do assistente social, com carga horária mínima de 3.000 horas, distribuídas em 04 anos, regimentadas pelo parecer CNE/CES n. 329/2004, com até 20% do ensino semipresencial, ou com o curso de duração de 02 anos e 100% à distância, poderá, de fato, garantir a formação capaz de responder aos desafios propostos na realidade e conforme requer o projeto ético-político da profissão? Será que todos os cursos de Serviço Social estão sendo desenvolvidos em conformidade com as

DCs inclusive, com os debates ideológicos da categoria profissional para o projeto de formação e trabalho profissional, logo, conhecem e defendem as DCs elaboradas na íntegra pela ABEPSS? Os cursos de Serviço Social participantes da nossa pesquisa de campo, a destacar aqueles a que os sujeitos entrevistados estão vinculados, nos mostram terem esta preocupação e acompanharem o debate da ABEPSS, tanto que foram escolhidos para participarem desta pesquisa bem como mostraram participar e defender os debates hegemônicos da categoria e participarem das ações, por exemplo, na Oficina da Microrregional da ABEPSS Sul II (São José do Rio Preto/Franca-SP).

É fato corrente a incompatibilidade do curso de graduação em Serviço Social com a modalidade à distância<sup>54</sup>. “Longe de ser uma posição meramente ideológica, trata-se de firmar defesa da densidade teórico-prática que deve orientar a formação do profissional de qualidade que o país requer.” (CFESS, 2010, p. 31).

Ainda conforme CFESS (2010), a realidade tem revelado diversos fatores, dilemas e aspectos da graduação à distância, que colidem com a garantia de uma educação superior pública de qualidade e com os princípios norteadores do Projeto Ético-Político Profissional.

Esse posicionamento converge com as bandeiras históricas de luta da profissão de Assistente Social em defesa da educação superior enquanto direito de todos e dever do Estado; da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; do processo formativo básico com a perspectiva de totalidade e criticidade na apreensão da realidade; do acesso à bibliografia de qualidade; da realização do estágio supervisionado, de modo presencial e com acompanhamento dos supervisores acadêmico e de campo; da realização de pesquisa e investigação como princípio formativo que deve perpassar todo o currículo. (CFESS, 2010, p. 31)

A expansão dos cursos de graduação pelo país, mais precisamente em UFAs privadas, a partir de 2006, implica no projeto de formação e exercício profissional, como já adiantou Iamamoto (2008, p. 443), contextualizando que os novos cursos não acompanharam histórica e, politicamente, o processo coletivo de elaboração de construção das DCs pela ABEPSS, o que desafia o projeto. Mas, o principal desafio, é que a predominância de cursos em UFAs privadas, tem recaído sobre o ensino em detrimento da pesquisa e extensão.

A lógica empresarial e mercadológica tem condicionado as relações contratuais de docentes, que são penalizados pelo regime de horista, com elevada carga horária de disciplinas, comprometendo um dos princípios das diretrizes curriculares: a integração do ensino, pesquisa e extensão.

---

<sup>54</sup> Ver mais no material produzido pelo CFESS (Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta 2008/2011), sobre a incompatibilidade entre graduação a distancia e Serviço Social.

Relatório da Microrregional da ABEPSS Sul II (São José do Rio Preto/Franca-SP), 2011, explicita que:

**[...] sobre o vínculo empregatício:**

- no geral os docentes possuem vínculo empregatício horista/CLT;
- algumas UFAs tem o trabalho docente com vínculo informal (a pedido do professor);
- uma UFA privada mencionou também o vínculo celetista, horista e/ou estatutário.

**Quanto ao plano de cargos e salários;**

- [...] disseram existir, mas nem todos conhecem e se beneficiam;
- duas mencionaram que há e que é cumprido, o docente é beneficiado plenamente;
- uma disse que a UFA está em fase de construção.

**Na efetivação do tripé: ensino, pesquisa e extensão;**

**ENSINO:** a maioria das UFAs apresentou que esse é o eixo mais forte do curso, o que está articulado com as diretrizes curriculares da ABEPSS.

- uma UFA disse que é um desafio à matriz curricular do curso, uma vez que a referida unidade trabalha com modelos prontos e sem muita possibilidade de argumentação; mas apontou que o Núcleo Docente Estruturante tem feito incisivos debates e enfrentamentos, posicionando-se contrário a mesma e provocando enfrentamentos de ordem ética e política.

**PESQUISA:** é um desafio para a maioria das UFAs

- apenas duas mencionaram uma política de iniciação científica de âmbito institucional e no qual o Serviço Social articula ao ensino e a extensão;
- uma mencionou que as pesquisas ficam condicionadas às bolsas/desconto nas mensalidades dos alunos, estes têm que fazer iniciação científica, contando com o trabalho docente sem remuneração para a orientação;
- as demais não possuem nenhum tipo de política;
- um desafio é a titulação dos docentes que impedem a vinculação de núcleos de pesquisa ou a criação de política institucional quando a UFA se dispõe a isso.

**EXTENSÃO:** é um desafio com relação à carga horária remunerada para a maioria das UFAs;

- duas UFAs consideraram que a Extensão ocorre articulada com o ensino e a partir dos projetos se realizam pesquisa também, mas estas contam como campo de estágio para o aluno – ou seja, a extensão está atrelada mais à necessidade do estudante e do curso do que à comunidade, mas de todo modo os projetos acabam se estendendo para ações na comunidade;

- uma UFA mencionou que existe a política de extensão, mas, agora, com a troca de coordenação, estão no momento de conhecê-la para fazer proposição; esses projetos se configuram mais para atender a demanda dos alunos no cumprimento de atividades complementares e de conteúdos de sala de aula;

- uma UFA mencionou que é exigido pela mesma que os docentes cumpram atividades de extensão em forma de cine-debate, publicação de artigos, minicursos para que tenham garantidas as ‘pontes’ nos feriados, assim como banco de horas para necessidade de falta do docente. (ABEPSS Sul II, 2011).

Contudo, incumbe dizer que a precarização não está somente nos cursos de UFAs privadas, mas perpassam também as instituições públicas, com falta de concurso para docentes e, com isso, sobrecarga de trabalho para aqueles que estão em exercício; com a lógica produtivista e pressão pela produtividade de artigos científicos, livros, entre outros trabalhos acadêmicos ao docente - como forte requisito para aprovação de bolsas de estudos em projeto de iniciação científica, entre outros, como exemplo. Observa-se, pois, a educação a serviço do mercado.

Nas UFAs da microrregião da ABEPSS Sul II São José do Rio Preto/Franca-SP, talvez por serem de natureza predominantemente privada, com docentes horistas, prevalece o ensino em detrimento da unidade ensino-pesquisa-extensão e revelam que:

[...] as Instituições não têm cobrado tanto a produtividade, mesmo porque não dispõem de carga horária para tal. Uma UFA apontou a análise de que a política do ensino superior no país rebate no docente, no que tange à avaliação institucional, avaliação do curso, mais especificamente; Num todo, também disseram que a produção científica tem ficado mais no campo do docente-individualmente e aparece acirrada quando o docente tem vinculação mais orgânica com a academia, por exemplo, aqueles que são mestrandos ou doutorandos. (ABEPSS Sul II, 2011).

A conjuntura aponta múltiplas determinações que tangenciam no professor conteudista (a destacar na EAD), na pressão para se desenvolver conteúdos (não raras vezes extensos) no limite de um semestre, considerando a carga horária mínima, no caso do Serviço Social de 3000 horas. A realidade tem expressado que a formação profissional está se configurando mais na superficialidade dos conteúdos abarcados nos núcleos de fundamentos para o Serviço Social, que no aprofundamento teórico-metodológico destes.

O Relatório da Microrregional da ABEPSS Sul II (São José do Rio Preto/Franca-SP), 2011, sobre a efetivação das Diretrizes Curriculares, explicita reptos enfrentados pelas UFAs, a destacar na proposta pela ABEPSS, 1996, considerando que as UFAs como um todo seguem as DCs aprovadas pelo CNE/MEC 2002.

As DCs são discutidas com frequência pelo corpo docente. Mas há dificuldade na sua efetivação plena, considerando [...] a precarização do ensino superior como um todo no Brasil e [...] os fatores:

1. [...];
2. nem todos os docentes são titulados;
3. Os alunos não têm hábito de leitura e não raras vezes são trabalhadores e não contam com disponibilidade de tempo suficiente para o estudo requisitado;
4. Os docentes são horistas, logo não disponibilizam de tempo/carga horária suficiente para desenvolver as diretrizes como um todo, inclusive no que tange ao ensino-pesquisa-extensão.
5. A implantação da Supervisão Acadêmica é também considerada um desafio ao atendimento da PNE e diretrizes;
  - uma UFA disse que passa por sérias dificuldades para que as instâncias superiores compreendam as diretrizes curriculares do Serviço Social e aceitem as proposições do NDE<sup>55</sup>. (ABEPSS Sul II, 2011).

De um modo geral, observa-se que o corpo docente e discente têm se debruçado coletivamente, em suas disciplinas, para primar pela formação de qualidade e com compromisso ético, bem como, contribuído com a construção de estratégias, habilidades, criatividade e proposição mediante os desafios da conjuntura atual para efetivar as DCs.

---

<sup>55</sup> Núcleo Docente Estruturante.

Nota-se, também, que a realidade da microrregional não difere da realidade nacional, considerando a pesquisa realizada pela ABEPSS (gestão 2007/2008), divulgada no Encontro Nacional de Pesquisa e Estudos em Serviço Social/ENPESS, 2008, sobre o estado da arte da implementação das DCs. Ali se explicitam desafios concretos e a tendência preocupante á perspectiva instrumental da formação profissional em detrimento da dimensão dialética.

Neste interregno de quase uma década de DCs, segundo a ABEPSS (2008), cerca de 74,5% de UFAs haviam implantado as DCs. As UFAs apontaram dificuldades de garantir, com fundamentação bem estruturada, eixos centrais para a formação profissional do assistente social, até mesmo no entendimento da nova lógica curricular e no domínio do conteúdo/ementário.

Na lógica dos eixos de fundamentos, que são estruturados articuladamente, “[...] a minoria alcançou a perspectiva de totalidade no tratamento dos conteúdos das disciplinas e dos eixos estruturantes [...]”; predominou-se a perspectiva fragmentária, do currículo de 1982, “[...] sem garantir a unidade, sequer, da história, metodologia, teoria”. E, com isso, a dicotomia entre história, método e teoria ainda se apresentou como reducionista quanto aos fundamentos do Serviço Social. Nesse contexto, as dificuldades evidentes foram:

[...] tratamento da transversalidade; garantia de unidade; apreensão do método em Marx; insuficiência de conhecimento pelos discentes do contexto socioeconômico e político brasileiro; e, compreensão histórica da profissão respaldada em uma condição crítico-dialética. (ABEPSS, 2008).

No eixo trabalho, especificamente, notou-se a “[...] necessidade de problematizar as condições do exercício profissional, tratando o Assistente Social como trabalhador assalariado e, portanto, subordinado às relações capitalistas de produção”. Dificuldades na compreensão das categorias Trabalho e Processo de Trabalho, e sua relação com o Serviço Social; dificuldades para tratar a dimensão operativa da profissão, a partir do conceito de trabalho. (ABEPSS, 2008).

No eixo central, questão social, identificou-se que esta é tratada na perspectiva crítica, mas a teoria marxista é insuficientemente adotada. A questão social aparece algumas vezes como questões sociais, o que coloca em dúvida a perspectiva referenciada.

Quanto à pesquisa e Serviço Social, os rumos acompanham a fragmentação ou até o desaparecimento da unidade ensino-pesquisa-extensão. As tendências visualizadas mostraram a pesquisa apenas como disciplina; em atividade complementares (iniciação científica, grupos/projetos de pesquisa, Trabalho de Conclusão de Curso); como parte de procedimentos didáticos em disciplinas, reforçando a pesquisa investigativa e a transversalidade; perspectiva

de busca de unidade entre Teoria e Prática. Inserindo a dimensão investigativa como componente da formação e da prática profissional; ainda com dificuldades em relação às especificidades das dimensões investigativa e interventiva na lógica curricular.

No campo do denominado ‘ensino da prática’ tem-se a problematização: de redução da prática à dimensão técnico-operativa; estágio como um dos componentes do ensino da prática, mas não exclusivo; evidências de que o ensino da prática não apresenta uma tônica de transversalidade; e as disciplinas teóricas separadas de disciplinas práticas. Considerando aqui nosso objeto de estudo, observamos que os desafios postos à gestão da ABEPSS (2007/2008) são também legítimos nos dias atuais e se expressaram na oficina da ABEPSS (gestão 2011/2012).

Concorde o supervisor e militante da ABEPSS, Liberdade (2014), é no processo de estágio que o estudante vai perceber o que é o trabalho do assistente social, que subsidia e que traz elementos para se pensar a formação. E é essa formação, vinculada e calcada numa perspectiva crítica sobre o trabalho, que vai permitir que o estudante vá ao campo de estágio e construa a suas mediações.

[...] sem essa relação trabalho e formação profissional, a concepção de estágio das diretrizes da PNE, da Resolução n. 533/2008, se a gente não traz esse elemento à tona, ela fica comprometida. Então a gente reforça essa concepção de estágio com essa relação e quando a gente entende que é uma relação trabalho e formação profissional ela deixa de ser um momento que o aluno vai pra prática. [...] o estágio é mais do que a prática em si, [...] o estágio é um momento privilegiado aonde o aluno vai se inserir no campo de estágio pra entender [...] como que os assistentes sociais, trabalhador assalariado constrói suas mediações profissionais. Então, se [...] o campo é o lugar da prática, e o estágio é o lugar da prática, eu quebro a relação teoria e prática. [...] essa relação teoria e prática ela que tem que se dar do começo ao fim do curso. Ele (*o aluno*) tem que estudar economia política e entender porque que ele está estudando economia política quando ele chegar no estágio, ele tem que entender a formação social e econômica do Brasil no primeiro ano não como um disciplina teórica, uma disciplina que articula a relação teoria e prática. (LIBERDADE, 2014).

O estágio supervisionado constitui-se, portanto, como um momento de protagonismo do estudante, e privilegiado de aprendizado teórico e prático do exercício profissional, concorde sujeitos entrevistados na pesquisa de campo desta tese.

Considerando a cultura construída por essa profissão temos incorporado o refrão de que na prática a teoria é outra mais por hábito e por influência da ideologia dominante que fragmenta esta relação tornando-a dicotômica, do que por realmente estarmos convencidas disso. Certamente não fazemos nada se não refletirmos sobre esse fazer e que esta reflexão não é aleatória, mas possui um método orientado por uma teoria social. E é no estágio que esta síntese entre teoria e prática é mais do que percebida, a

unidade está lá quando vamos analisar as situações concretas pela via do nosso pensamento e tentar explicá-las conceitualmente. (EMANCIPAÇÃO<sup>56</sup>, 2014).

Assim, com o propósito de fortalecer o projeto de formação profissional e dar suporte a dimensão política à categoria, a ABEPSS (gestão 2011/2012) criou o projeto denominado ABEPSS Itinerante<sup>57</sup>: “*As Diretrizes Curriculares e o Projeto de Formação Profissional do Serviço Social*”, com oferta de cursos concomitantes em todo o país. Tratou-se de um avanço e,

[...] não é à toa que se tem o projeto de continuidade [...] foi um momento muito importante [...] da ABEPSS se aproximar das escolas, dos professores, dos supervisores de campo. Chegar mais próximo de quem está discutindo a formação. (LIBERDADE, 2014).

Estratégia política, que deve ser ampliada pelos órgãos da categoria em parceria com as UFAs, a fim de garantir a dimensão dialética da formação.

Os desafios enfrentados cotidianamente pelos assistentes sociais, especialmente docentes das UFAs, a destacar no âmbito privado, que comungam do projeto ético-político da profissão e das diretrizes curriculares concentram-se no embate de defendê-los da perversa lógica empresarial consubstanciada no ensino superior. Urge a necessidade de encaminhamento de ordem jurídica e legal envolvendo conjunto Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Executiva Nacional de Estudante de Serviço Social (ENESSO), Associação Latino-Americana de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ALAEITS), Conselho Nacional de Educação (CNE<sup>58</sup>) e Ministério da Educação e Secretaria

<sup>56</sup> Intelectual do Serviço Social brasileiro.

<sup>57</sup> O projeto ABEPSS Itinerante, foi realizado em território nacional no período de Setembro/2011 a Novembro de 2012. Teve Carga Horária: 07 Módulos totalizando 70 horas (52 horas presenciais, 18 horas para trabalho de síntese final). O Público Alvo: Docentes e coordenadores dos cursos de serviço social, supervisores de estágio, membros de comissões de formação dos CRESS e discentes de mestrado e doutorado na área. Envolveu além da ABEPSS também o conjunto CFESS/CRESS. O Objetivo do projeto é fortalecer as estratégias político-pedagógicas de enfrentamento à precarização do ensino superior, por meio da difusão ampla dos princípios, conteúdos e desafios colocados para a consolidação das DC como instrumento fundamental na formação de novos profissionais (reforço dos eixos: Fundamentos, Trabalho, Questão Social, Ética, Pesquisa e Ensino da prática). Para mais detalhes, indicamos visitar o site ABEPSS.

<sup>58</sup> É relevante considerar que o Conselho Nacional de Educação (CNE) no Brasil é dividido em duas Câmaras – Educação Básica e Educação Superior, sendo composto por conselheiros indicados pelas Instituições de Educação e sancionado pelo Ministro da Educação em exercício. Os conselheiros, que são 12 para cada câmara, tendo seus mandatos por 04 anos, sendo renováveis por mais quatro, possuem pouca legitimidade para deliberar, decidir e sancionar as pautas discutidas, pois, todas as deliberações, resoluções, propostas de leis advindas deste Conselho, segue para aprovação na Câmara dos Deputados, no Senado e no Ministério da Educação, ou seja, o Conselho não delibera sozinho, prejudicando o caráter nato dos conselhos que é o do controle social sobre as políticas públicas. Neste sentido, analisamos que é preciso avançar, lutar, criar estratégias para que o CNE crie força política, interferindo, a partir das proposições de seus conselheiros, todavia sendo emanado a partir dos interesses das instituições que os mesmos representam, alicerçando de forma democrática a fiscalização, proposição e ampliação da discussão sobre a Educação no Brasil, prezando para que a mesma seja de qualidade, emancipatória e livre de viés políticos partidários e empresariais. Assim,

de Ensino Superior (MEC/SESU) para garantir a efetividade dos projetos da profissão, conforme debatido, construído e legitimado pela categoria.

Trata-se, contudo, de lutas constantes travadas pela categoria, contrárias ao projeto neoliberal, em defesa dos princípios fundamentais e valores éticos profissionais, os quais norteiam o *ethos* do assistente social no Brasil. A saber, conforme Código de Ética do Assistente Social (1993, p. 17-18): a) “reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas a ele inerentes (autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais)”; b) “defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do autoritarismo”, o que requer posição contra todo o tipo de abuso de autoridade, violência, enfim requer travar luta a favor dos direitos humanos; c) “ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da classe trabalhadora”, entendendo que a ampliação desses direitos envolve o direito de educação de qualidade e formação profissional presencial, crítica e qualificada; d) “defesa do aprofundamento da democracia,” apontando a necessidade de socialização da riqueza, acesso e oportunidades para todos (trabalho, condições dignas de moradia, saúde, lazer, educação, cultura etc.); e) “posicionamento em favor da equidade e justiça social”; f) “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito” postas pela ordem burguesa para sua manutenção; g) “Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e do compromisso com o constante aprimoramento intelectual”, o que não é coerente com matrizes teóricas conservadoras dotadas de ideias liberais, uma vez que o projeto de profissão também prevê a opção por construção de uma nova ordem societária e a articulação com os movimentos sociais de outras categorias profissionais que partilhem desta luta democrática e participativa em prol de compromisso com a luta da classe trabalhadora e a qualidade dos serviços prestados à população, na perspectiva da competência profissional. Logo, não cabe na consolidação desse projeto uma formação profissional com as precariedades advindas da Contrarreforma Universitária.

Coerente com o projeto ético-político da profissão, os esforços empreendidos para a formação profissional em Serviço Social se direcionam para preservar a unicidade entre ensino, pesquisa e extensão, e assegurar conforme Marilda V. Yamamoto (2008, p. 432), “[...] a liberdade didática, científica e administrativa para produzir e difundir conhecimentos – e

---

defendemos o processo eleitoral dentro do CNE e não apenas a aprovação final do ministro da educação, ou seja, é preciso que as Instituições de Ensino Públicas e Privadas indiquem seus representantes, mas, que os mesmos sejam eleitos entre seus pares, legitimados pelo aparato jurídico-democrático vigente no Brasil, sobretudo, a partir da Constituição Federal de 1988.

realizar sua crítica – voltados aos interesses das maiorias: uma universidade que seja um centro de produção de ciência, de tecnologia, do cultivo das artes e das humanidades”; também um espaço voltado à qualificação de profissionais com alta competência, para além das necessidades do capital e do mercado, mas em atenção ao humano-genérico, a totalidade da vida humana. Presenciamos um rebatimento na formação profissional, também na medida em que o MEC, atendendo aos imperativos do capital, incentivou e incentiva a proliferação de novos cursos de Serviço Social, tanto na modalidade presencial, como semipresencial e à distância.

Pesquisa realizada pela ABEPSS (gestão 2011/2012), expressa a realidade de expansão desenfreada de cursos nos país, conforme vemos nos quadros quantitativos de cursos de Serviço Social no Brasil, que seguem.

**Quadro 6 – Expressão Nacional de Curso de Serviço Social<sup>59</sup>**

Quadro Nacional			
Quadro Geral Brasileiro			
Região	Nº de Cursos	Presenciais	Ead
Sul I	85	60	21
Sul II	77	69	16
Leste	109	86	23
Nordeste	99	48	52
Centro oeste	35	12	23
Norte	87	57	37
<b>TOTAL</b>	<b>492</b>	<b>332</b>	<b>172</b>

FONTE: MEC/INEP. Levantamento da ABEPSS em Março/2011.

**Fonte:** Levantamento realizado pela ABEPSS em março de 2011.

Em 2013, no *site* do MEC, identificamos que o número de cursos presenciais saltou para 472, ou seja, 140 novos cursos<sup>60</sup>.

Essa realidade se concretiza no universo de nossa pesquisa, cuja região, do interior do Estado de São Paulo, delimitada pela divisão regional da ABEPSS Sul II como microrregião São Jose do Rio Preto/Franca, as extremidades das cidades Franca – Santa Fé do Sul marcam um raio geográfico de cerca 500 km. Nesse espaço há onze cursos de Serviço Social de modalidade presencial. Dentre esses, somente um curso público estadual, os demais todos

<sup>59</sup> Quadro apresentado pela ABEPSS em Reunião Ampliada em março de 2011, no Rio de Janeiro. Slides sobre O contexto da Graduação em Serviço Social no Brasil: realidade e desafios para a ABEPSS.

<sup>60</sup> Pesquisa realizada no site do MEC em 27 de agosto de 2013.

privados, ainda que no campo jurídico do MEC apareçam como sendo sem fins lucrativos ou como autarquia municipal, como mostra o quadro a seguir:

**Quadro 7 - UFAs da Microrregião da ABEPSS Sul II (Franca/São José do Rio Preto)**

UFAs	Naturezas Jurídicas
1. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP campus de Franca/SP.	Pública Estadual.
2. Faculdades Integradas da Fundação Municipal de Educação e Cultura de Santa Fé do Sul – FUNEC.	Fundação municipal pública.
3. Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro Victório Cardassi – IMESB.	Faculdade pública municipal.
4. Centro Universitário de Jales – UNIJALES.	Associação privada sem fins lucrativos.
5. Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos – UNIFEB.	Fundação privada sem fins lucrativos.
6. Centro Universitário da Fundação Educacional de Votuporanga – UNIFEV.	Associação privada sem fins lucrativos.
7. Faculdade CERES-FACERES.	Privada com fins lucrativos.
8. Faculdades Integradas da Fundação Educacional de Fernandópolis – FIFE/FEF.	Fundação privada sem fins lucrativos.
9. União das Faculdades dos Grandes Lagos UNILAGO.	Associação privada sem fins lucrativos.
10. Universidade Camilo Castelo Branco – UNICASTELO campus de Fernandópolis.	Associação privada sem fins lucrativos.
11. Universidade Paulista – UNIP campus de São José do Rio Preto.	Associação privada sem fins lucrativos.

**Fonte:** Elaborado por Lesliane Caputi em 2014, com base em dados da ABEPSS. Relatório da Oficina da Microrregional Sul II – Região Franca/São José do Rio Preto e Marília/Lins: “Desafios Atuais da Formação e do Trabalho Profissional”. 2011.

Há predominância de cursos privados. Com isso, conforme problematizações discutidas nas linhas anteriores deste capítulo, acerca da unidade entre ensino, pesquisa e extensão, há uma forte tendência da formação profissional ser constituída largamente pela dimensão ensino, prevalência de professores horistas, além da provável concorrência de mercado entre as UFAs, dada a natureza privatista e a aproximação geográfica da oferta do mesmo curso.

**Tabela 1 - Percentual de vagas de curso de Serviço Social autorizadas pelo INEP/MEC em 2008**

<b>Ensino</b>	<b>Número de vagas</b>	<b>Percentual</b>
<b>Público e Privado</b>	<b>34.454</b>	<b>61,97%</b>
<b>Ensino à distância</b>	<b>21.145</b>	<b>38,03%</b>
<b>Total</b>	<b>55.599</b>	<b>100%</b>

Fonte: MEC/INEP 2008

**Fonte:** Pesquisa realizada no site do MEC em 27 de agosto de 2013.

O crescimento do contingente profissional, de modo acelerado e em curto prazo, concorde Yamamoto (2008, p. 440), “[...] traz sérias implicações para o exercício profissional e para as relações de trabalho e condições salariais por meio das quais se realiza.” Tanto, que já nos dias atuais, temos visto assistentes sociais desempregados e/ou trabalhando em outra área, já que a oferta de postos de trabalho não tem acompanhado, no mesmo ritmo, o crescimento do contingente profissional. Há uma pressão para o piso salarial, considerando, os achatamentos salariais do assistente social nos diversos espaços-ocupacionais.

O crescimento do contingente profissional, ao tempo que eleva a lucratividade nos negócios educacionais “[...] poderá desdobrar-se na criação de um exército assistencial de reservas.” (IAMAMOTO, 2008, p. 440).

Nota-se a precarização das condições de trabalho e o aumento da insegurança do trabalhador. Identificam-se profissionais exercendo o trabalho voluntariamente, descaracterizando o trabalho profissional e qualificando o voluntariado no reforço da solidariedade e da exploração do trabalho, dando assim, invisibilidade para o trabalho e naturalizando as relações sociais.

Os desdobramentos desta realidade impulsionam um processo de despolitização e descoletivização da categoria, desafiando cada vez mais o projeto ético-político da profissão, e demandando ações de seus órgãos representativos.

Nas tramas das contradições das relações cotidianas, o Serviço Social, em 2010, como resultado de lutas coletivas, conquistou aprovação da Lei n. 12.317 de 26 de agosto de 2010 (BRASIL, 2010), que acrescenta dispositivo à Lei n. 8.662, de 07 de junho de 1993, de regulamentação da profissão, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social de 30 (trinta) horas semanais aos profissionais com contrato de trabalho em vigor na data de publicação da lei, sem redução do salário.

Trata-se de um avanço, mas ainda marcado por muitos limites e desafios nas instituições, por exemplo, se considerarmos o acúmulo de trabalho aos profissionais, como coloca a supervisora Autonomia (2014)

[...] houve a redução da carga horária para trinta horas semanais, mas com o acúmulo de trabalho que tínhamos anteriormente, isso não mudou.

Próprio da precarização do trabalho - que acarreta o aprofundamento da alienação do trabalhador - há profissionais que resistem, concomitantes aos seus empregadores, em reconfigurar a carga horária de trabalho conforme regulamentação. E consolidam vicissitudes, junto ao mercado empregador, de ganhos salariais em consonância com a produtividade, lutando inclusive por receber insalubridade, em vez de lutar mais acirradamente para a inexistência de condições insalubres e precárias de trabalho.

O movimento de luta, de resistência e de construção coletiva de estratégias e alternativas em defesa da educação e trabalho de qualidade no mundo contemporâneo se faz ímpar nos diferentes espaços e processos de formação e trabalho profissional. Fazem-se legítimas as manifestações sociais ocorrida no ano de 2013 no país e a busca para a superação da imersão que vivemos no cotidiano de globalização econômica, que além de reproduzir o capital e reconcentrar a riqueza, produz e reproduz desemprego, fome, violência, desumaniza e aliena os trabalhadores.

É na perspectiva de construção coletiva de estratégias para a transformação social, política, econômica, cultural e social, necessárias para o desamarre da lógica do capitalismo imperante, que se firma a luta e a resistência dessa profissão, que tem, política e eticamente, o compromisso com a classe trabalhadora. Pauta-se na compreensão da educação como um processo de emancipação dos seres humanos, como ato de conhecimento, como ato político, de formação continuada e permanente. A educação como direito universalizado e não uma educação bancária, descolada da linguagem, da necessidade concreta da vida social. Referimo-nos à educação que capacita para a vida, para a liberdade, para leituras críticas e conscientes da realidade, e não como treinamento de sujeitos para serem consumidores de mercadorias.

A educação numa visão mais ampla e ontológica, de que o estudo é também trabalho, é arte, é política, é neuro-físico, é intelectual, é construção de consciência de classe. É pensar, concorde Gramsci (2006) a educação sem a separação entre *Homo faber e Homo sapiens*. É resgatar o eixo estruturante da educação e de sua relação com o trabalho, as suas possibilidades criativas e emancipatórias, o que requer pensar a sociedade tendo como

parâmetro o ser humano na sua totalidade que, conforme Mészáros (2008, p. 9) “[...] exige a superação da lógica desumanizadora do capital, que tem no individualismo, no lucro e na competição seus fundamentos.”

Com base em autores marxistas e no próprio Marx, entendemos a educação como um processo de aprendizagem permanente de nossa própria vida e uma via para superarmos os obstáculos da realidade e transformamos o trabalhador em um agente político, que pensa, age, e usa a palavra e o conhecimento como arma para transformar o mundo e suas relações. A nosso ver, todos os homens<sup>61</sup>, mediante o processo de educação libertadora, são capazes de pensar e, concorde Gramsci, de se tornar em condições de escolher seus dirigentes ou mesmo de se tornar também um dirigente.

A educação (escola) deve ser universalizada, para todos (mas não no contexto de mercantilização como o cenário contemporâneo tem nos mostrado), tem como função fazer com que as pessoas que por ela passem tenham condições de se governar.

Para Gramsci, a escola (educação) deve ser igual para todos, ou seja, sem divisão entre profissionalizante ou clássico ou, como nos dias atuais, sem a divisão entre presencial, à distância, semipresencial, pública ou privada, profissionalizante, técnico ou superior, alimentando a desigualdade social, a divisão de classes e limitando acessos e sucessos, da classe trabalhadora, por exemplo. Assistimos à classe trabalhadora (quando tem acesso à educação/escola) inserida num espaço educacional – seja qual for o nível (infantil, fundamental, superior, profissionalizante) – precarizado, enquanto a burguesia está nas melhores escolas. É notória a divisão entre *homo sapiens e homo faber* na sociedade capitalista e, tão logo, na sociedade brasileira.

Defendemos uma educação que transcenda a educação apenas para uma determinada função social específica e cristalizadora no mundo do trabalho. E nos debruçamos no pensamento de Gramsci (2006, p. 19), que diz que “[...] todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais” ou têm a consciência incorporada como intelectual, já que vivemos num mundo em que a profundidade da intelectualidade de cada indivíduo se multiplica com as especializações e aperfeiçoamentos resultantes das instituições escolares de diversos graus, ou seja, do acesso à educação permanente que, na lógica do capital, é limitada ao objetivo obviamente de manter o trabalhador manipulado, alienado, “no seu lugar”. (MÉSZÁROS, 2008, p. 49).

---

<sup>61</sup> Vale reiterar, para qual parafraseamos Benatti e Caputi (2010, p. 385) que “[...] ao utilizarmos a terminologia homem não estamos concebendo-a de forma machista e singular no âmbito da discussão de gênero, mas assim, como José Paulo Netto e Marcelo Braz (2006), estamos entendendo-o como parte do gênero humano.”

Contra a concepção estreita da educação e da vida intelectual, enfaticamente temos em Gramsci, que:

[...] não há atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *Homo faber do Homo sapiens*. [...] todo homem desenvolve alguma atividade intelectual; ele é um “filósofo”, um artista, um homem com sensibilidade; ele partilha uma concepção do mundo, tem uma linha consciente de conduta moral, e portanto, *contribui para manter ou mudar a concepção do mundo*, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar. (GRAMSCI, 2006, p. 53, grifo do autor).

Logo, temos que a educação pode ser um instrumento de manutenção ou de transformação social, conforme os pressupostos, os conceitos que a fundamentam e direcionam na trajetória social, histórica e política.

Para Coutinho (2011, p. 13), o papel da educação visa às relações sociais, assim, pode contribuir tanto com a manutenção da hegemonia da sociedade vigente, quando ajusta os indivíduos à ordem social por meio do saber elitista e do discurso homogêneo, reproduzindo a ideologia dominante, ocultando as contradições, como, por outro lado, pode colaborar com a transformação dessa sociedade conservadora e autoritária, pois a educação deve possibilitar a tomada de consciência, a desocultação dessas contradições e a construção de uma contra hegemonia.

Essa construção contra hegemônica coincide com a passagem “gramsciana” da consciência da necessidade para a consciência da liberdade. Com o processo educativo podem-se vencer essas contradições e criar a autonomia tanto dos indivíduos como da classe dos trabalhadores.

A nova hegemonia, de caráter organizativo, de consciência de classe, só é possível quando a educação eleva os sujeitos do senso comum para o senso de criticidade da realidade, passando para o momento do pensar politicamente. Por isso, na sociedade não há espaço para uma educação neutra e dessa forma ela se apresenta como uma relação hegemônica.

Vale dizer, concorde Coutinho (2011), que a dimensão educativa, na situação da sociedade regulada (sociedade comunista), passa a ter uma grande participação nas relações hegemônicas, pois a função coercitiva da hegemonia nessa sociedade é utilizada somente em última instância. E assim, a educação tem como objetivo maior reafirmar a prática desocultadora das contradições presentes nas relações sociais na sociedade capitalista. Entendida como elemento de transformação social, a educação constitui um processo de hegemonia, isto é, uma prática social transpassada pelos conflitos fundamentais da sociedade.

A *práxis* educativa é, portanto, um momento importante da disputa pela hegemonia na sociedade.

Gramsci tinha uma concepção de educação como atividade que elevaria as massas trabalhadoras a um patamar moral, intelectual e cultural capaz de elaborar suas próprias ideologias ou visões de mundo e, com base nelas, empunhar o imperativo da revolução.

No pensamento freiriano é central a ideia de que somos seres em relação com o outro e com o mundo, criamos e recriamos cultura num processo contínuo e coletivo de ação-reflexão, de conscientização. A educação é dialógica, mediatizada pelo conhecimento e o ato educativo é profundamente político, o que reafirma a necessidade da educação permanente compreendida no contexto histórico, político e econômico, considerando as transformações societárias e os interesses vigentes das classes sociais, tendo em vista que estas transformações vêm influenciando o trabalho e a educação do século XXI.

Desse modo, mencionando Rosa Maria Castilhos Fernandes (2009, p. 527) tomamos como referência a educação permanente por compreender, também, que sua raiz está plantada por princípios éticos e políticos da profissão de Serviço Social, direcionando assim, a edificação de uma sociedade em que prevaleça a “[...] justiça social e a emancipação humana, em que a razão técnica não predomine e não subestime a consciência crítica de sujeitos dotados de desejo e de conhecimentos, capazes de refletir sobre seus atos.”

Reiterando a perspectiva de Mészáros na defesa pela educação, no sentido da emancipação humana e não a educação como mera transferência de conhecimentos, de informação e voltada para a produção de capital e na lógica de mercado, temos que a educação como processo contínuo de aprendizagem se situa para além das instituições educacionais formais, mas a educação para a vida.

[...] esses processos (*educação para a vida*) não podem ser manipulados e controlados de imediato pela estrutura educacional formal legalmente salvaguardada e sancionada. Eles comportam tudo, desde o surgimento de nossas respostas críticas em relação ao ambiente material mais ou menos carente em nossa primeira infância, do nosso primeiro encontro com a poesia e a arte, passando por nossas diversas experiências de trabalho, sujeitas a um escrutínio racional, feito por nós mesmos e pelas pessoas com a quem as partilhamos e, claro, até o nosso envolvimento, de muitas diferentes maneiras e ao longo da vida, em conflitos e confrontos, inclusive disputas morais, políticas e sociais dos nossos dias. (MÉSZÁROS, 2008, p. 53, grifo nosso).

Insistimos na necessidade da educação para a emancipação e desenvolvimento humano de uma nação global, educação enquanto aprendizagem para a vida e não uma educação pautada na razão instrumental ou mercadológica.

Conforme afirma Guerra (2000b, p. 61), no seu texto, “[...] a instrumentalidade no trabalho do assistente social”, a razão instrumental não dá conta de elaborar respostas mais qualificadas, na construção de novas legitimidades; há que se investir numa instrumentalidade inspirada pela razão dialética.

Nos espaços do estágio e supervisão, em que há o predomínio da concepção instrumental, por exemplo, a atividade curricular é entendida, conforme a intelectual e docente Emancipação (2014), como a realização de ações, operacionalização, espaço para aquisição de comportamentos e de treinamento de habilidades (manipulação, adestramento).

Esta concepção instrumental de estágio, bem como de exercício profissional, tem levado supervisores acadêmicos e de campo a referenciar o estágio como prestação de serviços e não como um momento privilegiado na formação profissional (prática pedagógica). E o estágio acaba sendo reduzido a:

- 1) execução de tarefas conferidas institucionalmente ao aluno, à prestação de serviços, execução de atividades meio para o alcance de resultados finalísticos.
- 2) *locus* de “articulação, ou pior, aplicação da teoria na prática”.
- 3) espaço de prestação de serviços que reitera as ações realizadas pelos assistentes sociais.
- 4) utilização do estagiário como secretário do assistente social. (EMANCIPAÇÃO, 2014).

É importante assinalar que a razão instrumental é uma dimensão da razão dialética, mas limitada às operações formal-abstratas e às práticas manipulatórias e instrumentais fragmentadas, descontextualizadas e segmentadas, por isso ela é funcional à reprodução social da ordem burguesa. A razão dialética é a razão substantiva e emancipatória.

A razão humana é dialética, ou seja, incorpora a contradição, o movimento, a negatividade, a totalidade, as mediações, buscando a lógica de constituição dos fenômenos, sua essência ou substância. A razão dialética refere-se a uma lógica objetiva que os processos sociais portam e às condições que permitem a reconstrução desta lógica, pela via do pensamento. No capitalismo, esta razão é limitada as suas dimensões: a dimensão instrumental. (GUERRA, 2000b, p. 61)

Pela razão dialética, contudo, encontra-se a possibilidade de construção de alternativas que sejam instrumentais à superação da ordem capitalista.

Para uma sociedade evoluir e se desenvolver, seus integrantes devem, primeiramente, se emancipar das forças que os conduzem e os oprimem e não o contrário, como assistimos o desenvolvimento da sociedade capitalista contemporânea. Coeso com István Mészáros (2008), faz-se necessário fazer a negação da educação nos moldes capitalistas, mas, para além da negação. É imperativo criar estratégias, alternativas para uma educação que propicie de fato a cisão crítica da realidade; a conscientização e emancipação dos sujeitos.

Necessitamos [...] de uma atividade de contrainternalização, coerente e sustentada, que não se esgote na negação, [...] que defina seus objetivos fundamentais, como a criação de uma alternativa abrangente concretamente sustentável ao que já existe. (MÉSZÁROS, 2008, p. 56).

Afinal, estamos no “fio da navalha”, lutando no limiar entre, a universalidade da educação de qualidade, laica, de direito, e, o sucateamento de uma política de Estado que fortalece no todo: os interesses mercadológicos e as imposições dos organismos internacionais.

Acreditamos, via luta coletiva, em novas possibilidades de educação para materialização do projeto de uma nova ordem societária, afinal, é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente (MÉSZAROS, 2008, p. 27).

O desafio, como diz Iamamoto (2008, p. 470): “[...] é afirmar uma profissão voltada à defesa dos direitos e das conquistas acumuladas ao longo da história dos trabalhadores no país, e comprometida com a radical democratização da vida social no horizonte da emancipação humana.”

Parafraseando a filósofa Marilene Chauí (1995),

Não deliberamos e nem decidimos sobre aquilo que é regido pela natureza, isto é, pela necessidade. Mas, deliberamos e decidimos sobre tudo aquilo que, para ser e acontecer depende de nossa vontade e de nossa ação. [...] Deliberamos sobre o possível, isto é, sobre aquilo que pode ser ou deixar de ser [...].

Nas mediações entre educação e trabalho, formação e exercício profissional do assistente social, tem-se o lugar da supervisão de estágio em Serviço Social. A supervisão, atrelada à formação numa dimensão de qualificação humana,

[...] diz respeito ao desenvolvimento das condições físicas, teóricas, afetivas, estéticas, políticas e éticas dos alunos, capaz de alargar a capacidade do trabalho na produção de valores de uso em geral como condição de satisfação das múltiplas necessidades do ser humano no seu processo histórico. (LEWGOY, 2009, p. 30).

No contexto de precarização da educação e do mundo do trabalho, com os rebatimentos intrínsecos na formação e no exercício profissional do assistente social, somos desafiados a resignificar o sentido da práxis no processo da supervisão de estágio no cotidiano profissional, e construir estratégias de fortalecimento desta dimensão educativa do Serviço Social, articuladamente com os órgãos representativos da categoria em consonância com as lutas e resistências em defesa do projeto ídeo-político de formação profissional.

### **CAPÍTULO 3 A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE ESTÁGIO E SUPERVISÃO NOS TEMPOS DE 2001 A 2013 EM CENA <sup>62</sup>**

É preciso desvestir nossas almas e  
Mostrar o que o Serviço Social produziu neste tempo.  
(MARTINELLI, 1994).

Tecemos aqui a sistematização do levantamento bibliográfico realizado para fins desta tese acerca do estágio e supervisão em Serviço Social, buscando desvelar a produção científica da categoria acerca da temática, já que tradicionalmente, a categoria faz referência a pouca produção sobre o tema.

Observa-se, a produção científica mais precipuamente nos anos 2001 em diante, em consonância com tempo histórico das Diretrizes Curriculares aprovadas pelo CNE/MEC, mais a diante, a Resolução CFESS n. 533/2008; e da PNE (ABEPSS, 2010), sem desconsiderar é claro a Lei Federal n. 11.788/2008. Estas legislações impulsionaram de certo modo, debates mais afincos da categoria sobre estágio e supervisão, com a realização de fóruns, oficinas, encontros, jornadas de estágio, entre outros espaços coletivos de debates. E com isso amplia-se também a produção científica, apesar de haver, ainda muito que ser explorado no âmbito do estágio supervisionado. A produção tem apenas começado!

A destacar, com as Diretrizes Curriculares (1996), sua implantação a partir de 2001 em que o estágio passa a ter mais legitimidade no processo de formação profissional. Assim, a produção científica aqui apresentada também acompanha o recorte temporal de estudo desta tese: 2001 - 2013.

Partimos do pressuposto de que o ser humano constrói o conhecimento na medida em que age sobre o mundo na luta para sobreviver e garantir a sobrevivência dos seres humanos, aqui o conhecimento é resultante dos procedimentos da razão e vai além da apreensão imediata da vida cotidiana, da formação e trabalho profissional. Nesta mediação, estão as particularidades do estágio supervisionado em Serviço Social e a concernente essência da práxis.

Conhecer implica a capacidade de construir ideias, concepções, informações sobre algo ou alguém e que conhecimento é o ato/fato de conhecer num processo de elucidação da

---

<sup>62</sup> Partes das reflexões aqui expressas são oriundas da monografia apresentada ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília; Conselho Federal de Serviço Social; e, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social em cumprimento às exigências do curso de pós-graduação *lato sensu*, á distancia, Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais, no ano de 2010.

realidade, ou seja, é uma compreensão inteligível da realidade em que o sujeito humano adquire através de sua confrontação com esta mesma realidade. O conhecimento é uma dimensão do saber humano que envolve análise da verdade ainda que seja no campo do que é verdade para um pode não ser para outrem.

A partir das necessidades humanas o homem num processo contínuo de buscas, indagações, curiosidades constrói e (re)constrói os conhecimentos que respondem a tais necessidades. O homem via o processo de construção de conhecimento, na aceleração geral da vida social, da temporalidade social, dos avanços científicos e técnicos tampouco se confronta com saberes estáveis legados pela tradição do conhecimento, mas se confronta a saberes em fluxo contínuo de construção entre os quais aprende a construir os próprios saberes em atenção as suas necessidades humanas e sociais.

Existem diferentes graus ou níveis de conhecimento, os quais se constituem em momentos distintos, mas complementares entre si, por exemplo: o conhecimento advindo da intuição, o oriundo do simples entendimento e o conhecimento oriundo da razão crítico-dialética (como o nível mais elevado do conhecimento).

No âmbito do Serviço Social, a pesquisa e a produção do conhecimento representam parte constitutiva e essencial da formação e do trabalho profissional cotidiano considerando o caráter interventivo/investigativo da profissão, em que temos a necessidade de conhecer a realidade para atuarmos na mesma e isso nos conduz no cumprimento das atribuições e competências profissionais, produzir conhecimento sobre as condições e relações sob as quais o exercício profissional se realiza dos objetivos de intervenção, das condições e relações de vida, de trabalho, de lutas e resistências dos sujeitos sociais a quem se prestam os serviços, além do que tange avaliação, elaboração, execução de políticas, programas e projetos sociais, formação profissional, entre outros que requerem o saber profissional.

A produção do conhecimento consiste numa mediação e dialética privilegiada na relação entre conhecimento e realidade na apreensão do movimento real que se coloca para a profissão na divisão social e técnica do trabalho. Neste sentido, temos que a pesquisa como produção de conhecimento é indispensável ao Serviço Social, principalmente, “[...] se a profissão quiser se manter com um estatuto efetivamente universitário.” (PAULO NETTO, 2009, p. 693).

Mas é claro, tal como acrescenta José Paulo Netto (2009) que nem todo assistente social tem que dedicar-se sistematicamente à pesquisa, pois a própria alocação sócio profissional (isso como em todas as profissões) impede o exercício sistemático da pesquisa por todos os profissionais.

É por esta razão, aliás, que é preciso democratizar os resultados das investigações conduzidas por aqueles que estão alocados ao espaço específico da pesquisa: é preciso encontrar meios, canais e modos de coletivizar, com o conjunto da categoria, os avanços teóricos e técnico-operativos alcançados pelos pesquisadores. (PAULO NETTO, 2009, p. 693).

Todavia nenhum assistente social pode abandonar a atitude investigativa no seu campo de atuação profissional. Continua o autor: “[...] o fato de não ser um pesquisador em tempo integral não o exime de acompanhar os avanços dos conhecimentos pertinentes ao seu campo de trabalho, quer de procurar conhecer concretamente a realidade.” Aliás, este é o movimento principal para qualificar o exercício profissional.

O Serviço Social no Brasil, até final dos anos 1960, “[...] desconheceu a pesquisa como parte constitutiva do perfil profissional”, afirma José Paulo Netto (2009, p. 692). Com as mudanças no mundo do trabalho nos anos seguintes, com a reforma universitária e conseqüentemente, com as novas exigências para a formação e exercício profissional coerente com a dinâmica da realidade social, a pesquisa timidamente foi abarcada pela profissão com a existência dos cursos de pós-graduação (mais precisamente nos anos 1980 com o curso de doutoramento em Serviço Social e revisões curriculares que passam incluir a pesquisa).

Com a realização de pesquisa e interlocução com as ciências sociais, o Serviço Social adquire sua maioria intelectual e passa a contribuir significativamente com a produção de conhecimento acerca da realidade social.

Neste sentido, buscamos em livros, artigos, trabalhos publicados em anais de eventos político-científicos da categoria, a produção do conhecimento sobre estágio e supervisão.

As produções científicas identificadas acerca do objeto de estudo plasmaram também o texto teórico da tese como um todo e contemplam o processo de construção de conhecimento da pesquisadora, entretanto, este não se restringiu tão somente as produções sistematizadas neste capítulo, já que aqui se configuram somente as produções do período de 2001-2013 em livros, capítulos de livros, artigos de revistas (*qualis* A1), e trabalhos publicados em grandes eventos da categoria, como Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) e Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS).

Por uma questão didática, na apresentação dos dados coletados, optamos por primeiramente, apresentar as produções de conhecimento sistematizadas e publicadas em forma de livros, capítulos, em seguida, artigos de revistas e sumariamente os trabalhos de anais. Importante explicitar o quão louvável é o engajamento dos profissionais em publicizar suas investigações advindas de reflexões do cotidiano profissional, mas, sem as amarras das

determinações do “[...] produtivismo acadêmico, que se identifica com os processos fordista/taylorista de produção”, como bem explica Yolanda Guerra (2010, p. 734).

A dimensão investigativa deve ser assumida como competência profissional e a pesquisa como indispensável à consolidação da área como produtora de conhecimento que tenha uma relevância social.

## Livros

Identificamos a publicação de seis livros. Acrescidos a estes temos mais três livros que abarcam capítulos sobre a temática. Dentre o todo, se fazem presente autores como: Marta A. Feiten Buriolla; Edna M. Goulart Joazeiro; Alzira M. Baptista Lewgoy; Olívia M. Jácome Costa; e dentre os capítulos de livros: Maria T. Menezes e Maria das Graças Lustosa; Fátima G. Ortiz; Eleusa Bilemjian Ribeiro; Yolanda Guerra e Maria Elisa Braga; Ney Luiz Teixeira de Almeida, e também Alzira Lewgoy.

Uma observação, quanto às publicações dos livros diz respeito às editoras, pois no Serviço Social, predominante e tradicionalmente, as publicações são via editora Cortez (apesar de haver tantas outras). As publicações de livros, sobre estágio e/ou supervisão de estágio nos tempos de 2001 a 2013<sup>63</sup>, estão democraticamente distribuídos entre diferentes editoras: Cortez, Esetec, Lumen Juris, Editora Vieira e CFESS.

Seguem nos quadros a seguir, os respectivos livros, autores, edição, editora e ano.

**Quadro 8 - Produção de Conhecimentos sobre Estágio e Supervisão em Livros.**

<b>Autora</b>	<b>Título</b>	<b>Edição e Editora</b>	<b>Ano</b>
BURIOLLA, M.A.F.	<b>Estágio Supervisionado.</b>	3. ed. São Paulo: Cortez.	2001
JOAZEIRO, E.M.G.	<b>Experiência e Conhecimento.</b>	Santo André, SP: ESETec	2002
BURIOLLA, M.A.F.	<b>Supervisão em Serviço Social: o supervisor, sua relação e seus papéis.</b>	3. ed. São Paulo: Cortez.	2003

<sup>63</sup> Além destes, vale destacar, ainda que não esteja no período de análise desta monografia, o livro publicado pela PUC-SP via o Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social e NEMESS (Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Ensino e Questões Metodológicas em Serviço Social), em 1997, parte de tese de doutorado da autora: PINTO, R.M.F. Estágio e Supervisão: um desafio teórico-prático do Serviço Social. São Paulo: PUC-SP, 1997. E também o livro de PACCHIONI, M.M. Estágio & Supervisão: uma reflexão sobre a aprendizagem significativa. Americana-SP: Stiliano, 2000.

<b>Autora</b>	<b>Título</b>	<b>Edição e Editora</b>	<b>Ano</b>
JOAZEIRO, E.M.G.	Supervisão de Estágio: <b>formação, saberes, temporalidades.</b>	<b>Santo André, SP: ESE Tec</b>	<b>2008</b>
LEWGOY, A.M.B.	<b>Supervisão de estágio em serviço social:</b> desafios para a formação e exercício profissional.	São Paulo: Cortez.	2009
COSTA, O. M. J.	<b>Estágio em Serviço Social:</b> uma reflexão crítica.	Goiania: Vieira.	2013

**Fonte:** Elaborado por Lesliane Caputi em 2014.

### **Quadro 9 - Produção de Conhecimentos sobre Estágio e Supervisão em Capítulos de Livros**

<b>Autora</b>	<b>Capítulo</b>	<b>Livro/autor</b>	<b>Local/Editora/Ano</b>
GUERRA, Y.; BRAGA, M.E.	Supervisão em Serviço Social.	CFESS/ABEPSS. (Org.). <b>Serviço Social:</b> Direitos Sociais e Competências Profissionais.	Brasília-DF: CFESS, 2009.
ALMEIDA, N.L.T.	Magistério, Direção e Supervisão Acadêmica.	CFESS/ABEPSS. <b>Serviço Social:</b> Direitos Sociais e Competências Profissionais.	Brasília-DF: CFESS, 2009.
MENEZES, M.T.; LUSTOSA, M.G.	Reflexões sobre o Ensino da Prática no Serviço Social e os Impasses para a Consolidação do Projeto Ético-Político Profissional.	FORTI, V.; GUERRA, Y. (Org.). <b>Serviço Social:</b> temas, textos e contextos – coletânea nova de Serviço Social.	Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
ORTIZ, F.G.	Desafios Contemporâneos para o Processos de Estágio e Supervisão em Serviço Social.	FORTI, V.; GUERRA, Y. (Org.). <b>Serviço Social:</b> temas, textos e contextos – coletânea nova de Serviço Social.	Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
RIBEIRO, E.B.	O Estágio no Processo de Formação dos Assistentes Sociais.	FORTI, V.; GUERRA, Y. (Org.). <b>Serviço Social:</b> temas, textos e contextos – coletânea nova de Serviço Social.	Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
LEWGOY, A.M.B.	A Supervisão de Estágio na Formação em Serviço Social: novas configurações e desafios.	SILVA, J.F.S. da; SANT'ANA, R.S.; LOURENÇO, E.A.S. (Org.) <b>Sociabilidade Burguesa e Serviço Social:</b> coletânea nova de Serviço Social.	Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

**Fonte:** Elaborado por Lesliane Caputi em 2014.

## Conteúdos abordados nas publicações

Os livros de Buriolla são oriundos de sua tese de doutoramento em Serviço Social. **O Estágio Supervisionado** é composto de duas partes, sendo a primeira constituída por quatro capítulos e a segunda por cinco. Respectivamente, a primeira parte do livro – O Espaço do Estágio – aborda reflexões conceituais de estágio a partir da visão dos sujeitos da pesquisa (estagiários, supervisores e docentes), bem como a visão das mesmas quanto a organização das unidades de ensino e de campo de estágio no que tange relação teoria e pratica. A segunda parte do livro – A matéria-prima da Supervisão de Estágio em Serviço Social – traz a concepção de profissão e de pratica profissional e o conteúdo da supervisão na visão dos estagiários, supervisores/as e docentes. O objetivo da autora é desvelar a realidade do estágio supervisionado.

Para Buriolla (2001, p. 79), o Estágio Supervisionado

[...] é parte integrante e essencial na formação do assistente social. É *lócus* apropriado onde o aluno estagiário treina o seu papel profissional, devendo caracterizar-se, portanto, numa dimensão de ensino-aprendizagem operacional, dinâmica, criativa, que proporcione oportunidades educativas que levem à reflexão dos modos de ação profissional e de sua intencionalidade, tornando o estagiário consciente de sua ação.

O livro é parte da tese de doutoramento em Serviço Social pela PUC-SP, mas precisamente, os capitulos IV (*A matéria-prima da supervisão em Serviço Social*), V (*O espaço do estágio*) e VII (*Um resgate conclusivo sobre a supervisão em Serviço Social na formação profissional do assistente social e a indicação de algumas possibilidades*) da tese. Sendo os demais capítulos (I, II, III e parte do VII) da mesma, condensados no livro **Supervisão em Serviço Social: o supervisor, sua relação e seus papéis**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2003, Vale destacar, que os anos aqui apresentados, respectivamente 2001 e 2003, se referem a reedição dos livros, mas os mesmos foram publicados em primeira edição na década de 1990. Tão atuais e inéditas foram as reflexões da autora, bem como, quanto carecem de publicações sobre a temática estágio e supervisão em Serviço Social, que até os dias atuais tais livros se fazem exemplares na discussão e são consagrados pela categoria no que tange a temática que os envolve. Considerando a década da publicação, permite a autora apontar o estágio como espaço de treinamento, pois somente a partir das Diretrizes Curriculares que teremos o estágio no âmbito do núcleo de fundamentos do trabalho profissional e compreendido como espaço de construção de conhecimento, sendo os sujeitos deste processo

concebidos como ser social capaz de criar, transformar o que está dado e construir o novo em detrimento, daquele que reproduz o aprendido com na perspectiva de treinamento que remete a conotação de alienação.

No livro **Supervisão em Serviço Social: o supervisor, sua relação e seus papéis**, Buriolla destaca a importância da concepção da supervisão em Serviço Social, desde sua gênese até os anos 1990, considerando que a supervisão em Serviço Social não pode ser entendida isoladamente do contexto sócio histórico da profissão; analisa o significado da relação entre supervisor e supervisionado e o resgate dos papéis do supervisor numa perspectiva histórica, destacando assim, o papel de educador, de transmissor de conhecimentos-experiências e de informações, o papel de facilitador, de autoridade, de avaliador, além de aspectos relativos ao desempenho dos papéis do supervisor, como, a competência do supervisor, a sua pessoa, as condições objetivas de trabalho do mesmo, a concepção de mundo do supervisor e as ações consideradas prioritárias no processo de supervisão. A autora busca compreender a supervisão a partir dos discursos de professoras representativas de sujeitos coletivos e para tal adota o método estruturalista de Lucien Goldman<sup>64</sup>. A discussão de supervisão no texto, principalmente, análise conceitual se dá em 03 enfoques: administrativo, educativo e operacional, os quais são interligados entre si.

O livro de Edna Joazeiro, **Experiência e Conhecimento**, é resultado da pesquisa de mestrado em educação da autora. O mesmo coloca em questão a evidência ou consenso da separação entre formação e trabalho ou ainda entre teoria e prática, e o faz mediante a consideração do estágio e de sua supervisão em atividades de trabalho. Para Joazeiro, o estágio é trabalho, dado no período da formação. “A atividade de estágio realizada pelas estudantes no campo de estágio é trabalho e será considerado sob o crivo de trabalho, não como execução, mas do trabalho como uso de si”. Coloca que o “estágio não é treinamento” (contrapõe a perspectiva de Buriolla), “[...] mas essa atividade de renormalização ou ergológica, ou seja, é o estágio formação e trabalho, mostrando que não há separação entre eles, nas atividades varias que realiza a estagiária-estudante e trabalhadora na aprendizagem do fazer de sua profissão.” (JOAZEIRO, 2002, p. XV). O referencial teórico-metodológico adotado pela autora é o da abordagem ergológica<sup>65</sup>, pouco disseminada no Serviço Social. O objeto de estudo é oriundo da atividade de trabalho da autora como supervisora de estágio no

---

<sup>64</sup> Goldman parte da categoria analítica da totalidade cujo fenômeno social é visto sob uma perspectiva mais ampla, a partir das suas relações estruturais que articulam a parte (a estrutura parcial) e o todo (a estrutura maior que a engloba). (BURIOLLA, 2003, p. 10).

<sup>65</sup> Teoria da sociologia clássica, estudada por Ive Schawatz. *Ergo* que significa atividade do trabalho e *lógica* pensamento. (JOAZEIRO, 2002).

Núcleo de Enfermidades, no Hospital das Clínicas (HC) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), quando indagava sobre as atividades de trabalho de estágio quanto as estagiárias bolsistas de Serviço Social no cotidiano de trabalho desse Núcleo. O livro é estruturado em três capítulos, os quais trazem reflexões quanto o espaço de trabalho e formação; encontro entre experiência e conhecimento; trabalho na área da saúde, a temporalidade e a micro gestão de saberes. Trata-se, contudo, de uma reflexão teórica da realidade apreendida pela autora na vivência da atribuição profissional de supervisora de estágio, cujos dados analisados, são tanto das percepções, quanto do que dizem os diários de campo das estagiárias.

O outro livro de Edna Joazeiro intitulado **Supervisão de Estágio: formação, saberes, temporalidades**, pela mesma editora: Santo André, SP: ESETec, é resultado de sua tese de doutoramento também em educação pela UNICAMP. É embasado no referencial teórico da Ergologia, e analisa a atividade de trabalho da supervisora de estágio “[...] do e no Serviço Social no hospital de ensino público, tomando com base o seu ofício.” (JOAZEIRO, 2008, p.02). A pesquisa aponta a atividade de trabalho, o uso de si por si mesmo e a relação e articulação entre os saberes disciplinares da profissão, da saúde e os saberes gerados na atividade de trabalho no estágio. A autora percorre a trajetória histórica da profissão resgatando a presença da supervisão de estágio no processo de formação profissional, bem como a legalidade do estágio no Brasil. Contudo, as reflexões são tecidas tomadas a sistematização da experiência de supervisora da autora no HC- Campinas. O livro é estruturado em quatro densos capítulos teórico-práticos: 1. *Da filantropia a consolidação do estatuto do Serviço Social como profissão*; 2. *Profissionalização: dialogo entre a vida e as escola*; 3. *Supervisão de campo no Serviço Social na Saúde: relação com a vida e saberes diversos*; e 4. *Tensão entre temporalidades na Supervisão de estagio*. Todos revelam dados empíricos refletidos a luz do referencial teórico ergológico.

O livro de Alzira M.B. Lewgoy (2009), **Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e exercício profissional** é fruto de sua tese de doutoramento em Serviço Social que foi motivado pela autora a partir de sua experiência como assistente social, docente e supervisora de estágio, bem como da militância política profissional no âmbito do ensino e da pesquisa via ABEPSS. O objetivo geral das reflexões consistiu em conhecer como se constituiu o processo de supervisão de estágio, a fim de propor estratégias que contribuam para a efetivação da competência profissional nas dimensões ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas. Para tanto, a autora, identificou basicamente quatro

dimensões essenciais ao processo de supervisão de estágio as quais direcionaram toda a reflexão da autora:

1. Quais os elementos presentes na concepção de supervisão de estágio em Serviço Social?
2. Com a dimensão ético-política se expressa no processo de supervisão?
3. Qual é a base teórico-metodológica de referência para o processo de supervisão de estágio?
4. Como se operacionaliza a supervisão de estágio a partir das Diretrizes Curriculares em Serviço Social? (LEWGOY, 2009, p. 13).

O terreno analítico da autora se dá no período de 1996 a 2004, período de elaboração e implantação das Diretrizes Curriculares. O livro é estruturado em quatro capítulos, cujas sínteses das múltiplas determinações analisadas se dão em: 1. Desafios e exigência da formação profissional na contemporaneidade, em que se analisa também a relação educação e trabalho, supervisão de estágio e o projeto ético-político-profissional; 2. Caminhos da supervisão de estágio em Serviço Social numa análise contextual da genealogia da supervisão de estágio em Serviço Social e algumas indagações/reflexões da supervisão acadêmica e de campo; 3. Elementos constitutivos da concepção de supervisão de estágio, em que a autora traz o espaço da mediação entre formação e exercício profissional e o espaço afirmativo de formação; 4. Competência profissional e as dimensões do processo de supervisão de estágio, as quais são compreendidas como ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa. Contudo, as reflexões acerca da supervisão são realizadas no contexto mais amplo da formação profissional que inclui análise crítica das transformações ocorridas no ensino superior e os rebatimentos no Serviço Social. Trata-se de um livro que em nosso ver, melhor apreende as múltiplas determinações que envolvem o processo de supervisão de estágio em Serviço Social.

Dentre as produções de capítulos de livros, observa-se a articulação de textos referentes a formação e trabalho profissional, dentre os quais o estágio e a supervisão se fazem inerentes. O livro organizado pelo CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**, configura-se como coletânea que constituiu o material didático pedagógico do curso de especialização *lato sensu* em Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais – eis o título do livro. O conteúdo do mesmo dá centralidade às competências e atribuições do assistente social nos diferentes espaços ocupacionais em se consolidam, considerando a dinâmica do todo que envolve a profissão. A publicação, segundo CFESS. ABEPSS (2009, p. 5), “[...] compõe um estratégia de enfrentamento de um dos maiores

desafios do projeto ético-político profissional que, no ano de 2009, completou 30 anos: incidir cada vez mais no trabalho profissional cotidiano.”

Com essa coletânea, composta de sete unidades contemplando, trinta e oito densos textos, o propósito é também ampliar a massa crítica do Serviço Social, contribuindo com a análise no âmbito das relações entre o capital e trabalho e o Estado e a Sociedade, no contexto da crise capitalista contemporânea e seus impactos na questão social, nos direitos de cidadania, na formação e no exercício profissional. Busca, contudo, fornecer reflexões capazes de aprimorar e adensar os fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnicos-operativos do Serviço Social brasileiro.

Neste cerne, os textos de Yolanda Guerra e Maria Elisa Braga, **Supervisão em Serviço Social**, e de Ney Teixeira, **Magistério, Direção e Supervisão Acadêmica**, particularizam no todo das competências e atribuições profissionais, a supervisão de estagio em Serviço Social com uma reflexão crítica e com embasamentos para o debate da política nacional de estágio, que neste tempo está em gestação pela categoria profissional.

O livro organizado pelas autoras Valéria Forti e Yolanda Guerra, **Serviço Social: temas, textos e contextos** – coletânea nova de Serviço Social, publicado pela editora Lúmen Juris em 2010, é composto de treze textos, sendo somente três sobre estágio supervisionado, a saber: 1. Eleusa B. Ribeiro, O Estágio no Processo de Formação dos Assistentes Sociais; 2. Maria T. Menezes; Maria das Graças Lustosa, Reflexões sobre o Ensino da Prática no Serviço Social e os impasses para a Consolidação do Projeto Ético-Político Profissional; e; 3. Fátima grave Ortiz, Desafios Contemporâneos para o Processo de Estágio e Supervisão em Serviço Social). O livro organizado por Valeria Forti e Yolanda Guerra (2010) consiste numa coletânea de textos: O mesmo, para as autoras, busca suprimir a lacuna na publicação do Serviço Social referente a reflexões sobre o cotidiano do exercício profissional dos assistentes sociais face aos dilemas impostos pela atual crise estrutural do capital - e de suas manifestações na sociedade brasileira – que impõe mudanças regressas em todas as dimensões da vida social, como trato anteriormente nesta monografia. Assim, a coletânea de textos busca enfrentar este desafio, trazendo artigos que tem por objeto a reflexão sobre o trabalho profissional em diferentes áreas de atuação, os instrumentos e técnicas de intervenção numa perspectiva crítica, a documentação em Serviço Social e seus impasses, **o estágio na formação dos assistentes sociais e a supervisão**. Tem como fio condutor das reflexões, a relação exercício e formação profissional.

O texto de Eleusa B. Ribeiro (2010), “**O Estágio no Processo de Formação Profissional dos Assistentes Sociais**”, enfoca o processo de formação profissional com

recorte no estágio curricular obrigatório que, por sua dinâmica, aponta a autora “[...] é considerado um dos elementos responsáveis, mas não o único, pelo acesso do estudante no aprendizado da realidade social, bem como pela vivência das dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa da profissão”. A autora no texto faz uma breve análise histórica da atividade estágio e exalta os avanços da mesma com as Diretrizes Curriculares, 1996; com a Lei n. 11.788/2008 que *dispõe sobre o estágio de estudantes*, e a Resolução n. 533/2008, que regulamenta a supervisão direta de estágio em Serviço Social. Conclui o texto, apontando basicamente seis desafios postos ao estágio, os quais fazem parte objetivamente da realidade da formação profissional dos assistentes sociais hoje de norte a sul e de leste a oeste no país, os quais são, concordando com a autora, destacamos:

a) Falta de maior articulação entre os sujeitos do processo: supervisores acadêmicos e de campo e estagiários; b) a falta de atualização profissional por parte de alguns supervisores; c) necessidade de a bolsa estágio não ser o principal critério na escolha dos campos de estágio; d) dissociação teoria-prática que se sustenta numa visão distorcida de que a universidade é o espaço da teoria e os campos de estágio, da prática; e) pulverização de campos de estágio, segundo uma tendência do mercado na redução da oferta de vagas; d) proliferação dos cursos a distância que vendem uma imagem distorcida do estágio e da profissão. (RIBEIRO, 2010 apud FORTI; GUERRA, 2010, p. 99).

No texto de Maria Thereza Menezes; Maria das Graças Lustosa, “Reflexões sobre o Ensino da Prática no Serviço Social e os impasses para a Consolidação do Projeto Ético-Político Profissional”, se analisarmos, fragmentadamente, somente o título do texto, temos a aparência de que as autoras, tratam o estágio como atividade do ensino da prática, ou seja, numa perspectiva dicotômica entre teoria e prática, entretanto, ao observar o texto como um todo, observamos que há uma análise crítica por parte das autoras quanto este entendimento, mas que a realidade, segundo as mesmas, a partir de fontes empíricas dos conteúdos programáticos das disciplinas estágio supervisionado, dos relatórios do Fóruns de Supervisores de estágio e do estudo do perfil dos alunos da Universidade Federal Fluminense (UFF), mostram um processo de ensino-aprendizagem da formação profissional que “[...] denota a persistência da tradicional orientação **dicotomizada da teoria e a da prática**. Para Maria Thereza Menezes e Maria das Graças Lustosa (2010, p. 106), cabe admitir que

[...] a condução dada a disciplina de “estágio supervisionado em Serviço Social”, de um modo geral, não se coaduna com as diretrizes curriculares traçadas pela ABEPSS, o que significa, de antemão, dizer que o projeto de formação profissional, hoje em vigência, não é acatado hegemonicamente pelos docentes, estudantes, “profissionais da prática” e as organizações políticas da categoria.

São salutares as reflexões das autoras, entretanto, os avanços tidos no debate das atividades estágio não são destacados, o que a nosso ver, coloca um hiato nas reflexões tecidas. Na fase conclusiva do texto, Menezes e Lustosa (2010) destacam a necessidade de se estabelecer uma estratégia para consolidar o Projeto Ético-Político Profissional, a qual está sendo criada frente os desafios que a realidade reflete. Observa-se, contudo, que o texto centra mais na análise crítica do denominado pelas autoras “ensino da prática”.

Em Fátima Grave Ortiz, sobre **“Desafios Contemporâneos para o Processo de Estágio e Supervisão em Serviço Social”** (também na coletânea de textos organizada por Forti e Guerra, 2010, p. 121), vê-se uma análise do estágio como atividade central na formação profissional, entendendo que este “[...] permite a convergência e o desvelamento dos diversos conteúdos aprendidos em sala de aula, os quais muitas vezes parecem aos alunos distantes da realidade e desconectados dela.” O que a nosso ver não é coerente com os núcleos de fundamentos da formação profissional que estruturam toda lógica das Diretrizes Curriculares, 1996 como visto nos capítulos anteriores desta monografia. A autora reafirma pressupostos que nos levou a realização desta pesquisa poucas referências bibliográficas acerca da temática. Objetivamente as reflexões do texto se centram em: “1.analisar as premissas que envolvem o chamado “ensino da prática”; 2.fortalecer o caráter pedagógico da supervisão; 3.discutir os desafios e as implicações contemporâneos do processo que vincula o estágio e a supervisão”. No que tange o processo de supervisão Ortiz aponta desafios comumente debatido e reitera a importância de cursos para capacitação de supervisores de estágio, criação e fortalecimento de fórum de supervisores e o estreitamento de vínculos entre os sujeitos envolvidos no processo de estágio e supervisão, o que se contempla em 2010 na PNE.

Na coletânea **Sociabilidade Burguesa e Serviço Social**, organizada em três grandes partes (I. Trabalho e (re)produção Social; II. Serviço Social, Gestão do Pauperismo e Processos Emancipatórios; III. Serviço Social e Formação Profissional), Alzira Lewgoy analisa a supervisão de estágio nestes tempos de desafios marcados pela mundialização do capital. Fazendo uma análise de conjuntura, a autora explana sobre “A Supervisão de Estágio na Formação em Serviço Social: novas configurações e desafios”, convocando a categoria para o adensamento do debate sobre a temática que nos inflama desafios cotidianos, a destacar com a concretude da formação profissional na modalidade EAD.

Os livros aqui citados (exceto Forti e Guerra que é uma coletânea de textos) referem-se à publicação de dissertação de mestrado e/ou tese de doutorado das autoras. Os livros de Buriolla são constituídos pelos capítulos de sua tese de doutorado. Os de Joazeiro,

respectivamente, o primeiro resultante da dissertação e o segundo da tese. O de Lewgoy resulta de sua tese. Observa-se também, que há uma dinâmica de envolvimento com o tema, tanto que as publicações das autoras referem-se a reflexões sobre estágio articuladamente com a supervisão de estágio. Dado que observamos tanto nas produções de Marta A.F. Buriolla como de Edna Joazeiro.

Em 2013, tem-se o livro de Costa, **Estágio em Serviço Social: uma reflexão crítica**. Editado em Goiânia pela editora Vieira, a autora faz uma apreensão do significado histórico-social do estágio curricular obrigatório no curso de Serviço Social, chamando atenção de que a prática profissional não é neutra e tampouco livre dos interesses contraditórios em tensão no cotidiano da formação e do trabalho profissional. O livro é constituído de duas articuladas partes, compostas num todo por seis capítulos que adensam as reflexões sobre a fundamentação do estágio em Serviço Social, dando-lhe um devido rigor teórico-metodológico contextualizando-o nos espaços institucionais.

Observamos, nas produções científicas, o pluralismo histórico e eminente na categoria de Serviço Social, com rebates, obviamente, na concepção do estágio supervisionado e no processo de supervisão intrinsecamente. A concepção do estágio como “ensino da prática” se faz presente, tal como estágio como espaço de treinamento, e por outra visão de homem e de mundo, o uma reflexão ampla calcada na totalidade da perspectiva teórica marxista. Eis, contudo, desafios a ser enfrentados! Percebe-se que este ainda é um impasse e que requer muita discussão pela categoria.

### **Artigos de Revistas**

Buscamos identificar as revistas mais disseminadas nacionalmente no universo acadêmico da profissão, legitimadas, avaliadas e qualificadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) como periódico de qualidade A1 nacional, ou seja, com reconhecimento máximo pela estrutura da academia em vigência no país<sup>66</sup>. Não ignoramos as críticas e questionamentos por parte da comunidade científica acerca do indicador Qualis, que visa sobre tudo, atribuir extratos de qualidade da produção dos programas de pós-graduação e com isso imbui a lógica de ranqueamento e competitividade entre os mesmos – próprios do ideário neoliberal.

---

<sup>66</sup> A pesquisa de identificação de qualis dos periódicos foi realizada via catalogação da Unesp/Franca-SP. Na página do site da mesma.

Para a Capes, o Qualis é uma classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da produção intelectual de seus docentes e estudantes, cujo objetivo é atender às necessidades específicas da avaliação da pós-graduação realizada por esta agência.

Os periódicos que compõem o Qualis são constituídos por publicações mencionadas anualmente pelos programas de pós-graduação por ocasião da Coleta de Dados da Capes. Quando os dados chegam à Coordenação, são reunidos em uma base de dados os títulos de todos os periódicos e eventos mencionados pelos Programas naquele ano. Portanto, o Qualis é o processo de classificação dos periódicos mencionados pelos próprios programas e não do universo de periódicos ou de eventos de cada área. A classificação é feita ou coordenada por uma comissão de consultores de cada área e passa por processo anual de atualização. Os veículos de divulgação citados pelos programas de pós-graduação são enquadrados em categorias indicativas da qualidade do veículo utilizado, e, por inferência, do próprio trabalho divulgado.

De acordo com Yolanda Guerra (2010, p. 730),

As comissões vêm perdendo sua pouca autonomia no que se refere à posição de critérios que contemplam as particularidades da área. Tais critérios são formulados por assessores da Capes e formatados numa ficha de avaliação única para todas as áreas acadêmicas. Cada vez mais a avaliação é equalizada, burocratiza, uniformizada, descaracterizada, suprimindo as diferenças entre as áreas.

O Conselho Técnico Científico/CTC em 16 e 17/04/2008 deliberou a classificação dos periódicos no Qualis das áreas que passou a ser composta de oito estratos, a saber: A1 (o mais elevado), A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C (com peso zero).

Segundo Capes, a atualização do Qualis acontece quando há inclusão de novos veículos, abrangendo: a) novos veículos citados na Coleta de Dados e ainda não classificados; b) veículos outros não citados na Coleta de Dados, mas que a área deseja incluir para compor um cenário mais amplo de publicações de seu campo; c) classificação nos estratos correspondentes de veículos já citados em Coletas anteriores, mas que ainda não foram classificados pela comissão de área. A reclassificação de periódico no Qualis acontece quando há mudança na categoria em que o veículo foi enquadrado. Deve ser efetuada no primeiro ano de cada triênio de avaliação, exceto nos casos considerados imprescindíveis pela área para a efetivação de correção ou ajuste na classificação por ela anteriormente realizada.

Um mesmo veículo pode ter, para diferentes áreas, diferentes classificações. O princípio utilizado é o de que cada área deve expressar a relevância potencial da divulgação de trabalhos nos veículos incluídos no seu Qualis.

Neste processo de avaliação, elegemos as revistas de qualis de grau mais elevado (A1) pelos critérios Capes, no âmbito do Serviço Social. Identificamos somente duas revistas: Serviço Social e Sociedade e Katalysis<sup>67</sup>.

A Revista Serviço Social e Sociedade é publicada desde 1979 pela editora Cortez.

A Revista Katalysis iniciou em 1997 e é produzida e publicada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Cabe aqui destacar, que a Revista Temporalis, sendo organizada pela ABEPSS por ora é qualificada como B1. A Revista foi criada em 2000, é editada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). São considerados também os trabalhos apresentados nos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) recomendados por pareceristas e é uma revista legitimada e renomada pela categoria dado o rigor teórico e político-científico da mesma.

A revista Serviço Social e Sociedade iniciou suas primeiras publicações no marco histórico da categoria, considerando o movimento de reconceituação, a busca incessante pela interlocução com a teoria social de Marx e o denominado Congresso da Virada. Até o recorte temporal desta pesquisa, 2013, conta com 116 publicações.

No que tange a temática estágio/supervisão em Serviço Social, a revista Serviço Social e Sociedade, nos seus 34 anos, tem publicado apenas oito artigos e mais quatro correlatos que discutem prática profissional ou supervisão de trabalho em comunidade.

Encontramos a publicação de um único artigo no período de recorte temporal desta pesquisa: **“O estágio na formação profissional do assistente social: desvendando significados”** de autoria de Cirlene H.A.S Oliveira, o qual está contemplado na revista n. 80 (novembro de 2001), intitulada “Política de Assistência Social”. As reflexões da autora são pertinentes ao tempo presente. Analisa o significado do estágio supervisionado no processo de formação profissional do assistente social no contexto das Diretrizes Curriculares e o compreende vinculado aos princípios educacionais. Para tal, a autora numa perspectiva freireana se respalda também em autores como Dermeval Saviani e Cipriano C. Luckesi. Se

---

<sup>67</sup> Consulta atualizada em 18/05/2014 pela pesquisadora. A tabela Qualis da área de Serviço Social indica o ISSN, o nome do periódico e seus respectivos estratos. O Qualis da área de Serviço Social é composta por 300 Periódicos avaliados pela Comissão de Área.

referindo à autora, cabe elucidar que é também um das relatoras da PNE, e cuja tese de doutoramento em Serviço Social também trata da atividade de estágio supervisionado.

Curiosamente, em 2005 teve a publicação da revista número 84, cuja temática se referiu aos “40 anos de Reconceituação do Serviço Social” e nenhum artigo contemplou a atividade estágio. Em 2007, um exemplar (n. 91) sobre “Projeto Profissional e Conjuntura” também nenhuma reflexão sobre estágio supervisionado. Em 2008 tanto o exemplar n. 94 sobre “Exame de Proficiência em debate” quanto o exemplar n. 95 sobre “Serviço Social: memória e história”, o estágio e a supervisão não são tratados.

Considerando a relevância, a amplitude, a circulação latino-americana e o significado da revista Serviço Social e Sociedade para a categoria, nos indagamos porque o estágio quase não aparece nas reflexões publicadas na mesma? Isso denota a ampliação de revistas para fins das socializações de conhecimentos, que de acordo com a tabela Qualis da área de Serviço Social - são 300 periódicos? Mas sendo apenas duas com qualis A1, nos inquietamos ainda com a esparsa produção nestas. Por outro lado, é louvável e significativa a produção em livros.

Sobre a Revista Katalysis, produzida pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Curso de Graduação em Serviço Social. É um periódico científico, indexado, de circulação nacional, com penetração em países de língua hispânica e em Portugal, voltado para assistentes sociais e profissionais de áreas afins, professores, pesquisadores e para os segmentos da sociedade civil e política. É classificado, desde 2002, pelo Sistema de Avaliação e Qualificação da Capes, Qualis, como periódico de qualidade A1 Nacional nas áreas de Serviço Social e Ciências Sociais Aplicadas e como C Internacional, desde 2007, na área da Educação.

Tem o objetivo de promover e disseminar produções atuais e relevantes do ensino, da pesquisa e extensão, no âmbito do Serviço Social e das suas relações com os demais campos do saber visando à formulação e divulgação de políticas sociais públicas e privadas no contexto das temáticas: cidadania, democracia, qualidade de vida, inclusão/exclusão social, organizações da sociedade civil e globalização.

No levantamento bibliográfico realizado no período de 2001 a 2013, por artigos sobre estágio supervisionado e/ou supervisão de estágio, encontramos dois artigos.

Um no ano de 2005, no volume 2, intitulada “**Serviço Social: contribuições analíticas sobre o exercício profissional**”, Yolanda Guerra, traz o artigo “O potencial do ensino teórico-prático no novo currículo: elementos para debate”, apresentando uma reflexão sobre a nova lógica curricular, as Diretrizes Curriculares (2001) que para a autora “[...] não permite a dicotomia entre o ensino teórico e o ensino prático [...] pelo contrário”, continua ela, “[...]”

pauta-se em uma relação de auto implicação entre ambos.” E nesta perspectiva, Guerra contextualiza os avanços na formação profissional neste novo projeto, dando ênfase, na questão teórico-prática que deve perpassar todo o processo da formação do assistente social. Assim, entendemos que apesar do artigo não refletir propriamente o estágio supervisionado, este é contemplado na medida em que é uma atividade curricular intrínseca da formação profissional e que o debate do ensino teórico-prático o abarca.

Na publicação de 2012, volume 2 da revista, específica sobre: **Formação e Exercício Profissional em Serviço Social** têm a publicação de um artigo, sobre “A unidade teoria-prática e o papel da supervisão de estágio”, das autoras Rivânia Lúcia Moura de Assis, Iana Vasconcelos Moreira Rosado. O artigo apresenta reflexões sobre a unidade teoria-prática no âmbito do Serviço Social, apontando os principais dilemas que a perpassam, tendo como base o estágio supervisionado. Busca particularizar o estágio como o momento potencializador dos grandes questionamentos sobre o sentido atribuído à relação entre a teoria e a prática e as formas como se expressa essa relação no cotidiano profissional. Discorre sobre o papel fundamental que a supervisão de estágio assume como processo didático-pedagógico, capaz de articular as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, as quais compõem a formação e o exercício profissional.

Assim, na *Katalysis* com título abarcando estágio supervisionado ou supervisão de estágio, tem de fato somente uma publicação de produção de conhecimento, já que a que referimos da professora Yolanda Guerra não se referir especificamente a esta temática.

Observamos, contudo, que em duas revistas consagradas da categoria, em pouco mais de uma década temos a publicação de somente dois artigos que especificamente tratam sobre estágio supervisionado.

### **Trabalhos publicados nos principais eventos da categoria: ENPESS e CBAS**

O Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS) e o Congresso Brasileiro de Assistente Social (CBAS) são os maiores e legitimados eventos da categoria no Brasil. Sendo o ENPESS organizado pela ABEPSS, bianualmente, e o CBAS de organização do CFESS/CRESS realizado a cada três anos.

Consistem em eventos de natureza político-científica, cujos debates subsidiam a construção da agenda de lutas e resistências das entidades nacionais da categoria – conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS, ENESSO.

Ambos os eventos consistem em espaços de fortalecimento das lutas em defesa das necessidades e interesses coletivos da categoria de assistentes sociais e da classe trabalhadora, bem como, objetivam socializar a produção de conhecimento da área do Serviço Social e contribuir com o debate intelectual da categoria.

Para o levantamento bibliográfico nos Anais destes eventos, metodologicamente, realizamos as buscas a partir de palavras chaves: estágio supervisionado e supervisão de estágio.

### **Produções sobre estágio e supervisão no ENPESS**

Considerando que a falta de dado também se configura como um dado a ser analisado na pesquisa, cabe mencionar que o anais no ENPESS 2002 não foi aqui analisado pela pesquisadora devido a dificuldade de encontrá-lo. Com isso, observou-se que os anais dos ENPESS são disponibilizados somente para os inscritos no evento. Que apesar de digitalizados e publicados em *cd room* a partir de 2002 não são disponibilizados para pesquisa da categoria no site da ABEPSS, o que implicou num hiato na pesquisa ora apresentada, pois não alcançamos os Anais do ENPESS 2002.

Em **2004, IX ENPESS**, realizado em Porto Alegre/RS. A temática centrou-se em “Os desafios da produção do conhecimento do Serviço Social” e se estruturou em três eixos temáticos: 1. Formação Profissional, 2. Articulação Entre Formação e Exercício Profissional, 3. Educação Continuada. Coerentemente, no eixo 1 encontramos trabalhos sobre estágio supervisionado e supervisão de estágio em Serviço Social. E numa quantidade significativa, 14 trabalhos. Os quais, elencamos no quadro a seguir com os respectivos autores.

#### **QUADRO 10 - Produção do Conhecimento sobre Estágio Supervisionado em Serviço Social – ENPESS 2004.**

<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR</b>
A Centralidade da Supervisão de Estágio na Formação Profissional do Assistente Social.	Viviane Elisabeth Diniz da Silva.
A Relação Teoria-Prática no Estágio Supervisionado em Serviço Social.	Edneia M. Machado e Lesliane Caputi.
A supervisão de estágio em Serviço Social: os caminhos dos discursos na formação profissional.	Alzira M.B. Lewgoy.
Formação Profissional: o estágio do curso de Serviço Social da UCG.	Eleusa B. Ribeiro.
O Estágio Curricular como experiência de construção do conhecimento na ação: política habitacional do município de Porto Alegre.	Viviane F. Borges.

TÍTULO	AUTOR
O estágio na formação profissional: o debate sobre os desafios e as formas de enfrentamento.	Maria Aparecida Ramos; Maria de Fátima L. Gomes; Maria de Fátima M. do Nascimento; Maria de Lourdes Soares; Maria do Socorro de S. Vieira.
O Estágio Supervisionado na Assistência Psiquiátrica: A Experiência do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí.	Lucia Cristina dos Santos Rosa; Gonçalina Gomes Monteiro da Silva, Francisca Claudênia Feitoza da Costa.
O estágio supervisionado na formação profissional: qual a parte que te cabe neste latifúndio?	Larissa Dahmer Pereira.
O Estágio Supervisionado Na Formação Profissional do Assistente Social.	Cristiane Carla Konno.
O Serviço Social Jurídico em Universidade: uma experiência na formação de alunos de Serviço Social.	Maria de Souza Rodrigues.
Serviço Social e Estágio Curricular.	Ana Maria de Vasconcelos. Alany Pinto Caldeira
Estagio Supervisionado em Serviço Social na UNIOESTE/campus Toledo: uma construção coletiva.	Alfredo Batista. Carmem P. Salata. Cleonice Daleargo. Elaine M. Moreira. Fernanda Alburquerque.
Estagio na Formação Profissional do Assistente Social e sua dimensão educativa.	Maria C. C. Nicolau.
Uma contextualização do Estágio na Implementação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS.	Isabel C. C. Lopes.
<b>Total de 14 trabalhos.</b>	<b>Total de 25 autores.</b>

Fonte: Elaborado por Lesliane Caputi em 2014.

O **ENPESS - 2006** realizado em Recife/PE, cuja temática “Crise Contemporânea, Emancipação Política e Emancipação Humana: questões e desafios do Serviço Social no Brasil”, comemorou os 70 anos no Serviço Social brasileiro e os 10 anos de elaboração das Diretrizes Curriculares. Foi estruturado em quatro eixos: 1. Fundamentos do Serviço Social, 2. Formação Profissional e o Processo Interventivo do Serviço Social, 3. Questão Social e Trabalho, 4. Política Social. Neste Encontro, no eixo 2 identificamos oito trabalhos sobre estágio supervisionado, os quais seguem com seus respectivos autores:

**Quadro 11 - Produção do Conhecimento sobre Estágio Supervisionado em Serviço Social – ENPESS 2006**

<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR</b>
A Interação Ensino-Pesquisa–Estágio na Formação Profissional do Assistente Social.	Josiani Julião Alves de Oliveira. Marcos Roberto de Faria Bernardi .
A Prática de Estágio em Serviço Social no SAJUG: política de assistência social como acesso aos direitos sociais.	Gabriele Borges Valêncio
Abordagem Ergológica e a Formação no Estágio em Serviço Social.	Edna M. Goulart Joazeiro.
Desvelando o 'Meio-Fio' da Supervisão Sistemática no Estágio Acadêmico em Serviço Social no Brasil: entre 'buscas' e 'fugas' no processo de avaliação.	Célia M. Grandini.
O Estágio Curricular e Sua Articulação com as Disciplinas das Áreas de Conhecimento Consubstanciadas no Currículo do Curso de Serviço Social-PUC-Campinas.	Maria C. T. Fernandes. Maria T. C. Marques. Mathilde A. B. da Silva. Sandra C. F. Joanini. Vânia M. Caio .
O Estágio Supervisionado na Realidade do Curso de Serviço Social da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP Campus de Franca-SP.	Kelly M. da Silva .
Teoria e Prática na Experiência da Formação Profissional.	Telma F. B. Gil
Uma Análise do Trabalho do Assistente Social nos Campos de Estágio do UniFOA na Área de Saúde.	Rozana A. de Sousa.
<b>Total de 08 trabalhos.</b>	<b>13 autores.</b>

Fonte: Elaborado por Lesliane Caputi em 2014.

O **ENPESS 2008**, realizado em São Luiz/MA, intitulado “Trabalho, Políticas Sociais e Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social: resistência e desafios” buscou de acordo com a ABEPSS contribuir para o aprofundamento do debate sobre as lutas e processos de resistência dos trabalhadores brasileiros e de todo mundo, na perspectiva das conquistas democráticas e emancipatórias - base material e horizonte histórico do projeto ético-político profissional do Serviço Social em desenvolvimento na sociedade brasileira desde 1979.

Nesta perspectiva, o tema é abordado nas conferências de abertura, mesas redondas e colóquios que compõem a programação geral, cujo debate atravessa e consubstancia as sessões de apresentação dos trabalhos centradas em quatro eixos: Fundamentos do Serviço Social; Formação Profissional e o Processo Interventivo do Serviço Social; Questão Social e Trabalho; Política Social. Estes eixos desdobram-se em 30 sub eixos, em torno dos quais foram apresentados 852 trabalhos, distribuídos entre: 636 comunicação oral; 97 pôster; 17 mesas temáticas coordenadas; 102 projetos de teses, dissertações de iniciação científica em

oficinas. Foram inscritos 34 Grupos e Redes de pesquisa. Dentre estes no que tange estágio supervisionado ou processo de supervisão de estágio identificamos o seguinte:

Uma mesa temática coordenada ‘Formação Acadêmica e Trabalho de Qualidade’ com apresentação do trabalho de Eleusa B. Ribeiro “**O estágio no processo de formação dos assistentes sociais**”. Observa-se que não é o primeiro trabalho apresentado pela autora. Outros ENPESS ela também se fez presente analisando o estágio supervisionado.

No terreno de trabalhos apresentado na modalidade comunicação oral ou pôster encontramos trabalhos no eixo formação profissional e processos de trabalho.

No sub eixo Formação Profissional em Serviço Social sete trabalhos.

**Quadro 12 - Produção do Conhecimento sobre Estágio Supervisionado em Serviço Social – ENPESS 2008**

<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR</b>
A Efetivação das Diretrizes Curriculares de 1996 na percepção dos discentes do curso de Serviço Social da UEPE inserido no estágio supervisionado.	Adriana Almeida de Lima, Edna Medeiros do Nascimento, Juliana Marques da Cunha, Mauricelia Cordeiro da Silva, Kathleen Elane Leal Vasconcelos, Sandra Amélia Sampaio Silveira.
A Supervisão e os desafios para a intervenção profissional.	Cleusa Santos.
Estágio Supervisionado e Formação Profissional em Serviço Social: de qual centralidade se fala?	José Fernando Siqueira da Silva, Patrícia Soraya Mustafa.
O Perfil Profissional dos Supervisores de Estágio do Curso de Serviço Social da UNILAGO: aspectos socioeconômicos, políticos, culturais e mercado de trabalho.	Lesliane Caputi, Lucimara Perpétua dos Santos Benatti.
Fórum de Supervisores e Formação Profissional: relato de uma experiência político-acadêmica e pedagógica na Faculdade de Mauá - SP.	Maria Liduína de Oliveira e Silva , Rodrigo José Teixeira, Maria José Basaglia , Elisandra Cristina de O. Lino.
Supervisão de Estágio no Serviço Social: temporalidades e saberes.	Edna Maria Goulart Joazeiro.
O “Diálogo” com o Estágio e a Supervisão Sistemática em Serviço Social: a avaliação qualitativa na formação profissional.	Célia Maria Grandini Albiero; Dra Mariângela Belfiore Wanderley.
<b>Total de 07 trabalhos.</b>	<b>18 autores.</b>

**Fonte:** Elaborado por Lesliane Caputi em 2014.

O **ENPESS 2010** foi realizado no Rio de Janeiro/RJ, no período de 06 a 10 de dezembro, com a temática “Crise do Capital e Produção do Conhecimento na Realidade Brasileira: pesquisa para quê, para quem e como?”. De acordo com dados do a ANAIS reuniu

1682 enviados, sendo: 1293 aprovados; e previstos para apresentação: 913 orais, 165 pôsteres e 32 Mesas Temáticas Coordenadas.

Este é o ENPESS que desencadeia a estrutura dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP), processo que busca fortalecer a pesquisa na área de serviço social, na pós-graduação e na graduação.

Os GTPs são estratégia de coletivização da dimensão investigativa e de resistência política em tempos de produtivismo e individualismo acadêmicos, e que refletem o ambiente da sociedade do capital neste início de século. São também estruturas para conectar a pesquisa com as demandas dos trabalhadores, socializando reflexões e análises que alimentem a luta social por transformações profundas no Brasil e alhures. Daí decorre o tema central do XII ENPESS: Crise do Capital e Produção do Conhecimento na Realidade Brasileira: pesquisa para quê, para quem e como? Convidamos a todas e todos a participarem deste processo de criação histórica dos GTPs! (ABEPSS gestão 2009-2010, ENPESS, 2010).

**Quadro 13 - Produção do Conhecimento sobre Estágio Supervisionado em Serviço Social – ENPESS 2010**

<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR</b>
Reflexões sobre o estágio supervisionado em serviço social	Luciane Silva Nascimento França, Rosenete Gonsalves Rosa, Raquel Renzo Da Silva, Carmem Mendes.
A centralidade do estágio supervisionado nas diretrizes curriculares da ABEPSS: desafios à formação profissional em serviço social.	Adriana Silva Sales, Nádlia Matias De Souza.
A implantação do setor de estágio supervisionado em serviço social em uma unidade de formação acadêmica: desafios e possibilidades.	Solange Monteiro Amador, Rodrigo José Teixeira.
Núcleo de estágio em serviço social: Refletindo a formação profissional a partir de uma experiência em belo horizonte.	Fabricia Cristina De Castro Maciel, Reginaldo Guiraldelli.
Supervisão de estágio em serviço social: uma reflexão sobre a formação e o trabalho profissional.	Carla Alessandra Da Silva Nunes
O estágio curricular de serviço social na saúde e na assistência	Maria Da Conceição Vasconcelos Gonçalves, Carla Alessandra Da Silva Nunes, Lorena Dos Santos Machado, Maria Camila Guilherme Gomes, Nathaly Leite Santana.
Estágio curricular e as novas diretrizes curriculares: algumas preocupações.	Tereza Cristina Santos Martins
A supervisão em serviço social e a mercantilização do ensino superior: as condições de trabalho do supervisor de campo.	Nirciene Quintão De Assis Correa

<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR</b>
Estágio supervisionado em serviço social: novos tempos, velhos desafios?	Lesliane Caputi, Eliane Marques De Menezes Amicucci, Cirlene Aparecida Hilario Da Silva Oliveira.
Serviço social e estágio: um desafio ao processo de formação.	Eleusa Bilemjian Ribeiro
Estágio supervisionado e formação profissional em serviço social: uma reflexão necessária.	Marcia Cristina Brasil Santos
Supervisão de estágio em serviço social: (in) definições e desafios.	Iana Vasconcelos Moreira Rosado, Kleylenda Linhares Da Silva
Desvendando o sócio-jurídico: relato da experiência de estágio no I Juizado Especial Criminal do Recife.	Kássia Cristina Uchôa Soares Barbosa
Estágio e supervisão em serviço social: elementos para o debate.	Francisca Rodrigues Mascena, Rosa Maria Limeira De Queiroz
O estágio e a supervisão em serviço social da Universidade Federal do Tocantins articulado a política de assistência social no município de Miracema do Tocantins através do campo de estágio.	Célia Maria Grandini Albiero
Campos de estágio supervisionado em serviço social: a trajetória das faculdades INTA na região norte do Ceará.	Cláudia Dos Santos Costa
Estágio e supervisão em serviço social: elementos para o debate	Francisca Rodrigues Mascena, Rosa Maria Limeira De Queiroz
Contribuição para elaboração da política de estágio do curso de serviço social do instituto de ciências sociais	Isaura Gomes De Carvalho Aquino, Virgínia Alves Carrara
<b>Total de 18 trabalhos.</b>	<b>Total de 34 autores.</b>

**Fonte:** Elaborado por Lesliane Caputi em 2014.

O **ENPESS 2012** foi realizado em Juiz de Fora/MG, no período de 05 a 09 de novembro, organizado pela Gestão da ABEPSS (2011-2012) “Reafirmar Conquistas e Permanecer na Luta”. Teve 1.343 trabalhos aprovados nas modalidades de apresentação oral (798), pôster (188), mesa coordenada (35) e oficina de projeto (322). O tema de debate consistiu no “Serviço Social, acumulação capitalista e lutas sociais: o desenvolvimento em questão”. O objetivo do evento é criar um espaço acadêmico-político diversificado tanto para a socialização da rica produção da área quanto para a discussão das ações políticas da ABEPSS, propiciando a oportunidade de construção coletiva de uma agenda política para as novas gestões. Tratou-se do ENPESS de maior publicação com a temática estágio e supervisão em Serviço Social como podemos ver na quadro a seguir:

**Quadro 14 - Produção do Conhecimento sobre Estágio Supervisionado em Serviço Social – ENPESS 2012**

<b>Título</b>	<b>Autor</b>
A formação profissional em tempos de contrarreforma universitária: desafios para o estágio curricular em serviço social	Gláucia Maria De Oliveira Carvalho, Andréa Catarina Brandão Batista Dos Santos
Análise crítica da formação e da prática profissional a partir da experiência de estágio em serviço social na área da saúde.	Bruna Nascimento Miranda, Rakina Frez Poubel, Diana Moraes, Amanda Terra Da Silva
Dimensão investigativa do exercício profissional: apreensões a partir da experiência de supervisão de estágio na política de educação	Flavia Augusta Santos De Melo
Ética profissional e a experiência de estágio em duas áreas tradicionais do serviço social	Vivia Santos Santana, Maria Florência Dos Santos, Rosane Souza Freitas, Maria Da Conceição Souza Mendonça
Diretrizes curriculares e o estágio supervisionado: contribuições para a formação em serviço social	Nádlla Matias De Souza
Serviço social e planejamento da prática profissional: desafios da supervisão no HFSE/RJ	Ana Paula Cardoso Da Silva, Danielle Cardoso Paz, Elaine Menezes Da Silva, Michelle Borely Ferreira De Lima Ferrari, Camilla Cecília Couto Doria Perez, Isabel Do Vale Pereira Silva
Estágio supervisionado em serviço social: qual direção ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa para a formação profissional?	Eliane Marques De Menezes Amicucci
Estágio curricular obrigatório: os discentes em ação	Maria Da Conceição Vasconcelos Gonçalves, Milena Macena Do Espírito Santo, Fernanda Basílio Guimarães, Everton Melo Da Silva
Estágio supervisionado em serviço social: panorama da transição do projeto de formação 2007-2010 na UFMT	Josiley Carrijo Rafael, Eva Emilia Freire Do Nascimento, Janaina Loeffler De Almeida
Os entraves e possibilidades do estágio supervisionado: contribuição da supervisão acadêmica qualificada voltada para a práxis social	Suênya Thatiane Souza De Almeida, Cirlene Aparecida Hilário Da Silva Oliveira
O estágio e a supervisão de estágio em serviço social face à mercantilização da educação	Daniele Cristina Silva Gomes, Ludmila Pacheco Lopes
Mercado de trabalho do assistente social e o processo de supervisão de estágio	Gleny Terezinha Duro Guimarães, Fabiana Da Silva Stedile, Karla Cardoso Borges
Os desafios do estágio supervisionado nas instituições privadas	Jeovana Nunes Ribeiro, Leidiane Fátima De Moraes
Avanços e impasses da formação profissional: supervisão acadêmica de estágio em serviço social	Carla Alessandra Da Silva Nunes, Thalyta Rayana Fontes Rcha Santos, Lucivânia De Oliveira Lisboa

<b>Título</b>	<b>Autor</b>
A (re)construção da identidade profissional do assistente social supervisor de campo em tempos de regulamentação da supervisão direta de estágio em serviço social.	Marcio De Souza
Repensando a formação profissional a partir da supervisão acadêmica	Luzilene De Almeida Martiniano
Estágio curricular supervisionado em serviço social: uma questão em debate.	Maria Auxiliadora De Araújo, Francisca Rejane Bezerra Andrade
Educação ambiental e o fortalecimento da organização social: reflexões da intervenção de estágio no PEAC	Jailson Ramos Messias, Sheyla Zacarias Da Cruz
Formação, prática e estágio profissional em serviço social na relação com empreendimentos solidários	Maria José De Souza Barbosa, Carolina Flexa Da Silva, Rodrigo Augusto Sobral Santos, Núbia Cristina Assunção Miranda, Ana Maria Pires Mendes
Instrumentalidade da supervisão de estágio em serviço Social: desafios diante do mundo do trabalho e do projeto profissional.	Alzira Maria Baptista Lewgoy, Juliana Martins
A supervisão de estágio em serviço social	Carla Do Nascimento Santos Morani
Supervisão acadêmica e de campo em serviço social: Sinergia entre conceito, experiência e vida.	Edna Maria Goulart Joazeiro
O estágio supervisionado em serviço social na UFTM: um desafio para processo de formação profissional	Raquel Maria Cassimiro Magnabosco
Dimensão da supervisão de estágio em serviço social	Lesliane Caputi
Reflexões teóricas sobre a política nacional de estágio em serviço social	Liege Maria Da Silva Servo
A supervisão acadêmica como uma estratégia da docência na formação profissional em serviço social	Selma Aparecida Leite De Andrade
<b>Total de 26 Trabalhos.</b>	<b>Total de 56 Autores.</b>

**Fonte:** Elaborado por Lesliane Caputi em 2014.

### **Produções sobre estágio e supervisão no CBAS**

O **CBAS 2001**, 10º. Congresso teve como tema de discussão “Trabalho, Direitos e Democracia”, foi realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ. Teve um total de 784 trabalhos publicados nos Anais. Destes onze referentes á estágio supervisionado e supervisão de estágio.

**Quadro 15 - Produção do Conhecimento sobre Estágio Supervisionado em Serviço Social – CBAS 2001**

<b>Título</b>	<b>Autor</b>
Campo de estágio da vila parolin – uma experiência do serviço social em comunidade.	Nanci Ferreira Pinto Sílvia Albertini
Desafios e possibilidades para o estágio supervisionado na formação profissional: a experiência desenvolvida na faculdade de serviço social da UNISA - SP.	José Fernando Siqueira Da Silva; Priscila Fernanda Gonçalves Cardoso
Supervisão: uma teia de relações no processo didático – pedagógico na formação acadêmica em serviço social.	Alzira Maria Baptista Lewgoy; Maria Lúcia Amaral Scavoni
Conhecendo os campos de estágio em serviço social: demandas ações e exigências no exercício profissional.	Dunia Comerlatto
Os desafios do processo de supervisão na formação profissional do assistente social.	Necilda De Moura Santana
Ensinar e aprender: desafios constantes na formação profissional em S.S.	Célia Maria Grandini Albiero
Campos estratégicos de estágio: aproximação da formação e do exercício profissional de assistentes sociais.	Odária Batini
Formação profissional em serviço social - reflexões acerca das atividades de extensão e supervisão enfocando a dimensão cultural.	Elaine Cristina De Almeida Barboza; Héli da Meneses De Oliveira; Jaqueline Conceição Costa.
A supervisão em serviço social como prática da pedagogia Libertadora de Paulo Freire.	Almeida,E.F.; Sá,M.A.A.S. Pires,I.C..
Estágio: prática para a formação profissional.	Ana Cristina Pinheiro Ramos; Beatriz Duarte Gil; Denise Dias Dos Santos; Renata Rosa Dos Santos; Sandra Maria Da Silva ; Tatiana Maria De Araújo Da Fonseca; Co-Autor: Ney Luiz Teixeira De Almeida.
Ética, política e direitos humanos: Campo estratégico de estágio.	Andréa Luiza Currealinho Braga; Anelise Silos Messa; Giovana Kucaniz; Livia Ramos Pinto; Lylían Christine Cavalcante; Paula Dos Santos Tavella; Rosane Terezinha Jangada De Moraes; Talita Maria Muniz Rodrigues; Valquíria Aparecida Sauer; Vera Lúcia De Souza Santos; Odária Battini; Clarice Metzner; Denise Ratmann Arruda Colin; Heloíse Elaine Pereira; Marco Antonio Da Rocha; Rosilene De Fátima Polli; Sandra Mancino.
<b>Total de 11 trabalhos.</b>	<b>Total 40 de autores.</b>

Fonte: Elaborado por Lesliane Caputi em 2014.

O **XI CBAS** aconteceu em **2004** na cidade de Fortaleza/CE, com o tema “O Serviço Social e as Esfera Pública no Brasil: o desafio de construir, afirmar e consolidar direitos”.

**Quadro 16 - Produção do Conhecimento sobre Estágio Supervisionado em Serviço Social – CBAS 2004**

<b>Título</b>	<b>Autor</b>
A Dimensão Investigativa no Estágio Supervisionado em Serviço Social: Novos Subsídios para uma Rediscussão	Nirciene Quintão de Assis Corrêa Wilaine Pereira da Silva Raquel Cristina Lucas
A Experiência De Estágio Supervisionado Do Curso De Serviço Social Da Universidade Estadual Da Paraíba (UEPB).	Adinari Moreira de Sousa Idalina Maria Freitas Lima Santiago
Capacitação De Supervisores De Estágio: Contribuições Para Formação Profissional.	Mônica Barros da Nóbrega Moêma Amélia Serpa Lopes De Souza
Cinco Observações Sobre A Supervisão Acadêmica Em Serviço Social.	José Fernando Siqueira Da Silva
Estágio Em Serviço Social Elemento Essencial Na Formação Profissional Do Assistente Social.	Suzaneide Ferreira Da Silva Menezes
Educação E Estágio: Subsídios Para O Debate Sobre o Trabalho Do Assistente Social	Odária Battini Jucimeri Isolda Silveira Samira Kauchakje
O Estágio No Processo Da Formação Profissional De Assistentes Sociais	Maria Célia Correia Nicolau
Supervisão de Estágio e Formulação Profissional - Montagem de Um Novo Script, Cenário e Atores.	Alzira Maria Baptista Lewgoy Esalba Silveira Maria Beatriz Marazita Dra. Maria Ysabel Barros Bellini
Supervisão Pedagógica: O Desafio De Ensinar A Construir Direitos.	Marli Palma Souza
O Importante Papel Do Estágio No Desenvolvimento De Competências.	Ana Maria Giusti Barbosa
Estágio Supervisionado em Serviço Social	Sâmbara Paula Ribeiro
<b>Total de 11 trabalhos.</b>	<b>Total de 20 autores.</b>

**Fonte:** Elaborado por Lesliane Caputi em 2014.

O **XII CBAS** foi no ano de **2007** juntamente com IV Encontro Nacional de Seguridade Social, na cidade de Foz do Iguaçu, no mês de outubro. Foram enviados 1119 trabalhos, e aprovados 835, sendo 689 na modalidade de comunicação oral e 146 em pôster.

O congresso pautou-se na discussão da temática “Questão Social na América Latina: ofensiva capitalista, resistência de classe e Serviço Social”.

**Quadro 17 - Produção do Conhecimento sobre Estágio Supervisionado em Serviço Social – CBAS 2007**

<b>Título</b>	<b>Autor</b>
Supervisão Em Serviço Social: Desafios Para Uma Nova Formação Profissional	Luzilene De Almeida Martiniano, Maria Cristina Piana, Maria José De Oliveira Lima; Dr. José Walter Canôas E Dra. Claudia M. Daher Cosac
O Processo De Supervisão Em Serviço Social: Elemento Determinante Para A Formação Profissional	Nirciene Quintão De Assis Corrêa; Marilda Villela Iamamoto
O Estágio Supervisionado Na Formação Profissional Do Assistente Social: Um Desafio Permanente.	Ilenilda Venâncio Da Silva Justo
Notas Sobre O Estágio E Supervisão No Contexto Das Diretrizes Curriculares E Dos Limites Das Condições De Trabalho Do Assistente Social	Maria Teresa Dos Santos
I Encontro Estadual Sobre Estágio Supervisionado Em Serviço Social	Rafaela Margonar Moreira, Fernanda Ferreira Da Silva, Dorival Da Costa, Dione Do Rocio Poncheck, Marcelle Diório De Souza, Fátima Regina Fernandes De Araujo, Diva Rosa Marvule, Silas Da Silva Moreira
Fórum De Supervisores: Construindo Um Movimento Único	Newvone Ferreira Da Costa, Erika Schreider, Dionísio Cristóvão Ferreira, Nanci Pinto De Abreu Macedo, Rita De Cássia Dos Santos
Formação Profissional e Estágio Supervisionado Em Serviço Social: a Experiência Da Comissão De Estágio No Hospital Municipal Souza Aguiar	Christiane Pessanha Athayde, Eliane Santos Da Silva, Maria Angélica Lacerda Da Silva, Monica Simone Pereira Olivar
Estágio Supervisionado: A Necessária Construção De Um Processo Coletivo	Suely De Oliveira Bezerra, Dinara De Macedo Marinho, Jaqueline De Souza E Silva , Marília Gunegundes De Freitas
Dimensões E Limites Da Supervisão Acadêmica De Estágio Em Serviço Social	Luzilene De Almeida Martiniano; Dr. José Walter Canôas
Curso De Supervisão Em Serviço Social – UFF – Rio Das Ostras: Uma Contribuição Para A Elaboração De Estratégias De Fortalecimento Da Política De Estágio E Do Projeto Ético-Político Profissional.	Valéria Rosa Bicudo, Cristina M. Brites, Suênya Santos Da Cruz, Adriana Ramos, Maria Raimunda P. Soares.
A Prática De Estágio Em Serviço Social No SAJUG: Política De Assistência Social Como Acesso Aos Direitos Sociais	Gabriele Borges Valencio, Andressa Correa Bernardon; Leonia Capaverde Bulla
<b>Total de 11 trabalhos.</b>	<b>Total de 40 autores.</b>

**Fonte:** Elaborado por Lesliane Caputi em 2014.

O **XIII CBAS 2010** foi realizado na capital nacional brasileira, na cidade de Brasília/DF, no período de 31 de julho a 05 de agosto. Com o tema “Lutas sociais e o

exercício profissional no contexto da crise do capital: mediações e a consolidação do projeto ético-político do Serviço Social”. Recebeu 1351 trabalhos, dentre foram aprovados 914 para comunicação oral e 218 para pôster. Reuniu cerca de 2700 participantes.

**Quadro 18 - Produção do Conhecimento sobre Estágio Supervisionado em Serviço Social – CBAS 2010**

<b>Título</b>	<b>Autor</b>
A importância do estágio supervisionado no processo de formação profissional do serviço social	Ana Paula Martiniano Lima, Zilmara Marília Correia Bezerra
O estágio profissional na formação profissional do assistente social	Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves, Lorena dos Santos Machado, Maria Camila Guilherme Gomes, Nathaly Leite Santana, Carla Alessandra da Silva Nunes
Estágio supervisionado: uma contribuição do serviço social de uma unidade acadêmica da saúde à formação profissional.	Vania Dias de Oliveira
A realidade da formação profissional – estágio e supervisão em serviço social no Brasil	Célia Maria Grandini Albiero
O serviço social na saúde do trabalhador - uma experiência vivenciada no cotidiano de estágio em uma empresa estatal.	Maria Cristina Jorge de Carvalho
Medida socioeducativa de semiliberdade: Uma experiência de estágio no centro educacional Nazaré.	Barbara Karoline de Holanda Azevedo Silva
O estágio supervisionado na formação profissional: A experiência do centro universitário una de Belo Horizonte – MG	Fabricia Cristina de Castro Maciel, Kenia Augusta Figueiredo, Reginaldo Guiraldelli.
Fórum de supervisão de estágio em serviço social: a experiência do hospital universitário Oswaldo Cruz / universidade de Pernambuco.	Soraya Araújo Uchoa Cavalcanti, Renata Alves Cesar, Christiane Virginio de Oliveira Barbosa, Ana Elisabeth Machado Lins.
Saber acadêmico e prática do estágio em serviço social: uma necessária relação para o fortalecimento da formação profissional	Sílvia Severiano DA Silva
Serviço social: prática profissional, planejamento e estágio supervisionado.	Ana Maria de Vasconcelos, Aline Maria Thuller de Aguiar, Valquiria Helena do Santo Coelho, Mayana de Souza Gomes das Silva, Juliana Ferreira Baltar, Mariana Cordeiro Miranda, Cinthia Assis, Renata Mendes Lima.
O estágio e a supervisão de estágio em serviço social na assistência ao estudante	Elizete Rodrigues de Oliveira, Eli Mendes Pitaluga.

<b>Título</b>	<b>Autor</b>
Estágio supervisionado e formação profissional em serviço social: concepção dos supervisores de campo	Maria José Campos Moura Melo
A prática do assistente social e as medidas alternativas: A experiência de estágio no juizado especial criminal do Recife.	Kássia Cristina Uchôa Soares Barbosa
Estágio supervisionado em serviço social: desafios para a formação profissional	Eliane Marques de Menezes Amicucci, Ubaldo Silveira.
Estágio supervisionado em serviço social: análise institucional uma experiência de campo	Aline Teles Veloso Coelho, Cintia Kely dos Santos Silva.
O estágio no serviço social: uma discussão apenas iniciada	Maria Augusta Tavares, Adelina Almeida Moreira de Araújo, Cândida Gabriela André Braz, Fernanda Pessoa de França, Nataly de Sousa Pinheiro, Rebeca Medeiros da Silva Santos
As narrativas do supervisor de campo de estágio: conhecendo a atribuição privativa do assistente social	Mirela Ferraz
O estágio supervisionado e suas implicações no projeto ético-político do serviço social	Tárcio Holanda Teixeira
Formação profissional do assistente social na atualidade: o estágio supervisionado em questão.	Marcia Cristina Brasil Santos
<b>Total de 19 trabalhos.</b>	<b>Total de 44 autores.</b>

**Fonte:** Elaborado por Lesliane Caputi em 2014.

O 14º. CBAS, ano de **2013**, “Impactos da Crise do Capital nas Políticas Sociais e no Trabalho do Assistente Social”, se realizou em São Paulo, na cidade de Águas de Lindóia/SP, no período de 14 a 18 de outubro. Teve 1288 trabalhos aprovados, dentre estes 30 sobre estágio supervisionado e/ou supervisão de estágio.

#### **Quadro 19 - Produção do Conhecimento sobre Estágio Supervisionado em Serviço Social – CBAS 2013**

<b>Título</b>	<b>Autor</b>
Construção de uma nova práxis: movimento estudantil, educação popular e o estágio interdisciplinar de vivência de minas gerais.	Leonardo Nogueira Alves, Vinícius Mendes Maia, Isabel Gonçalves Cordeiro.
O estágio curricular em serviço social: desafios à formação profissional na conjuntura de contrarreforma universitária	Suamy Rafaely Soares, Andréa Catarina Brandão Batista dos Santos, Gláucia Maria de Oliveira Carvalho
Relato de experiência: estágio supervisionado na vara da infância e juventude da comarca de Mossoró/RN	Fabírcia Ariadina Medeiros de Oliveira, Verônica Maria de Aquino
O estágio supervisionado no serviço social: elemento fundamental do processo de formação profissional	Aline Aparecida Grezele, Carla Klitzke, Selma Graciele Gomes.

<b>Título</b>	<b>Autor</b>
O estágio supervisionado na formação profissional do assistente social: da concepção da razão instrumental à construção de habilidades e competências profissionais.	Jaqueline de Melo Barros, Luana Braga, Cacildo Teixeira de Carvalho Neto, Valquiria Alves Mariano, Reginaldo Pereira França Junior, Marcia Cristina Freitas Silva, Josiele Fernandes Alves.
Os desafios do estágio e da supervisão em serviço social: a particularidade do estado do Tocantins	Célia Maria Grandini Albiero
A invisibilidade das lutas dos sujeitos no processo de estágio curricular: breves reflexões a partir da experiência no CRAS Porto D' Anta.	Cíntia Karim Dos Santos, Luiz Isaque Aragão Silva, Tereza Cristina Santos Martins.
O estado da arte sobre o processo de supervisão de estágio em serviço social	Daniele Cristina Silva Gomes, Cláudia Monica dos Santos, Ludmila Pacheco Lopes.
Supervisão de estágio em serviço social: aportes para a formação profissional	Rossana Lopes Pereira de Souza, Thiana Orth, Patrícia Lane Araújo Reis, Gleny Terezinha Duro Guimarães, Fabiana da Silva Stedile.
Núcleo de estágio em serviço social: Refletindo a formação profissional a partir de uma experiência em belo horizonte	Cristiano Costa de Carvalho, Edna Alves de Oliveira, Fabrícia Cristina de Castro Maciel, Rutinéia Alves Ferreira, Simone Gomes da Silva, Narjara Incalado Garajau, Paula Rocha de Oliveira
Educação ambiental e estágio supervisionado: a contribuição do programa de educação ambiental com comunidades costeiras para a formação em serviço social	Maria Naislaine de Jesus Santos , Ticiane Pereira dos Santos , Amanda Gabriella da Silva.
Política nacional de estágio em serviço social e Resolução n. 533/2008: estratégias de enfrentamento a precarização da formação profissional.	Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira, Lesliane Caputi, Suênya Thatiane Souza de Almeida
O papel educativo do supervisor de campo no estágio supervisionado	Adriana Giaqueto, Ana Flávia Luca de Castro, Isabela Lima Bonfim de Almeida
Algumas considerações sobre a supervisão acadêmica de estágio em serviço social	Luzilene de Almeida Martiniano
A implantação e a consolidação do estágio supervisionado da faculdade de serviço social da UFPA/breves/região do Marajó	Maria Emiliana Pinto Medeiros, Merize de Jesus da Silva Américo
O estágio curricular em serviço social frente à precarização do ensino superior.	Maria de Fátima Leite Gomes, Fernanda Alves Ribeiro Paz, Ana Paula Araújo Medeiros, Vivian Lúcia Rodrigues de Oliveira
Formação e exercício profissional: questões diversas e adversas sobre limites, desafios e possibilidades do estágio supervisionado e da materialização do projeto ético político profissional do serviço social.	Andreia Agda Silva Honorato

<b>Título</b>	<b>Autor</b>
Estágio supervisionado em serviço social: construindo possibilidades.	Eliane Marques de Menezes Amicucci, Lesliane Caputi, Fabíola Regina Falcoski, Elaine Friozi Garcia de Souza
Supervisão de estágio em serviço social: a instrumentalidade e o projeto ético-político profissional.	Alzira Maria Baptista Lewgoy, Juliana Martins
A supervisão de estágio no processo de trabalho hospitalar	Liege Maria da Silva Servo, Josemara Delgado
A intersetorialidade entre as políticas de habitação e assistência social: experiência de estágio junto aos moradores do residencial Gilson de Barros em Várzea Grande – Mato Grosso.	Ângela C. de Souza Matos , Leícy Lucas de Miranda Vitória
Formação e exercício profissional: o lugar ocupado pela supervisão de estágio	Melissa Ferreira Portes, Mabel Mascarenhas Torres
O estágio curricular: desafios da contemporaneidade.	Flander de Almeida Calixto, Mariane Costa Moreira, Erlandia Silva Pereira, Ameliane Graça Araujo, Auster Ruzante
A supervisão direta de estágio em serviço social: os desafios da supervisão acadêmica.	Rodrigo José Teixeira
A atuação do assistente social no hospital Luiz Antonio: uma análise a partir do estágio curricular	Lilian da Silva Cortez, Rita de Lourdes de Lima
Crise capitalista e estágio supervisionado: desafios contemporâneos ao serviço social brasileiro.	Alano do Carmo Macêdo, Jonas Augusto da Silva Freitas, Lauriene Rodrigues Marreiro, Maria Auxiliadora de Araújo, Paulo Wesley Maia Pinheiro, Rafaela Sampaio de Oliveira, Rafaela Silveira de Aguiar, Renata Gomes da Costa, Tatiana Raulino de Sousa, Thais Cristine de Queiroz Costa
Fórum de supervisão em serviço social: experiência em construção na Unisinos/RS.	Marilene Maia, Gisleine Lima da Silva, Lia Gonçalves Alves, Tatiana Gonçalves Lima, Maria Aparecida Marques da Rocha
O profissional de serviço social no campo da educação no ensino superior: a atividade de supervisão curricular em ensino, pesquisa e extensão.	Bárbara Zilli Haanwinckel
Supervisão em ensino, pesquisa e extensão: sistematização de uma experiência do serviço social em educação em direitos humanos no ensino superior - núcleo interdisciplinar de ações para a cidadania – NIAC/UFRJ.	Miriam Krenzinger Azambuja Guindani, Aline Silveira de Assis, Bárbara Zilli Haanwinckel, Gisele Ribeiro Martins, Valéria Pereira da Silva, Nathalia Cavaliere do Amarante
A materialização da dimensão ética no processo de formação e exercício profissional: em debate o lócus do estagio supervisionado na UFRB.	Albany Mendonça Silva, Angelo Vinicius de Cardoso Carvalho, Tamires da Silva dos Santos , Thiago Sodré de Jesus
<b>Total de 30 trabalhos.</b>	<b>Total de 100 autores.</b>

**Fonte:** Elaborado por Lesliane Caputi em 2014.

O esboço quantitativo da produção de conhecimento do Serviço Social sobre livros, artigos e trabalhos em anais, mostra que o estágio supervisionado está no cerne de debate, preocupações e produção da categoria profissional.

As análises se referem precipuamente à centralidade do estágio supervisionado na formação profissional no cerne das DC(s); a indissociabilidade entre os atores protagonistas que compõem do estágio em Serviço Social (estagiário, supervisor acadêmico e de campo), bem como entre ensino-pesquisa-extensão; a relação de unidade entre teoria e prática; as possibilidades e desafios acerca da supervisão acadêmica; a dimensão educativa da supervisão de estágio, tal como a dimensão investigativa da profissão que deve permear o estágio e o processo de supervisão; apontam a importância de se conhecer o perfil dos supervisores; relacionam o estágio com a dimensão da autonomia e identidade profissional correlacionadas com competência profissional; a ética e a práxis perpassam as reflexões como um todo - que se expressam muito na socialização de experiências concretas de estágio e de supervisão em diferentes espaços sócio-ocupacional, tal como a realidade de diversas UFAs (públicas e privadas), inclusive relatos que edificam a importância de fórum de estágio e/ou de supervisores. As reflexões são contextualizadas coerentes com os desafios postos à profissão nos tempos atuais, tratados no todo desta tese.

No período de 2001 a 2013, se contabilizam 06 livros; 06 capítulos de livros, 03 artigos de revista, 73 trabalhos no ENPESS, 82 trabalhos no CBAS, logo um total de 170 produções no decorrer de doze anos. Não consideramos, nos limites da pesquisa, tantos e significativos trabalhos publicados em demais vias de socialização de conhecimento impresso e digital, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses. Com esta pesquisa, podemos contrapor as afirmações de escassas publicações do Serviço Social sobre estágio supervisionado e/ou supervisão de estágio, o que certamente redimensionaria a produção desvelada.

Interessante observar que com as palavras chaves: estágio supervisionado e supervisão, encontramos mais trabalhos publicados no CBAS do que no ENPESS. Temos mais livros e capítulos sobre a temática do que artigos em revistas. Percebe-se, contudo, uma produção significativa de livros e apresentação de trabalho em evento da categoria.

Cabe dizer, que a produção científica acerca desta temática, não se inicia com os saltos qualitativos da formação profissional do assistente social frente à implantação das Diretrizes Curriculares em 2001, mas, anterior a este período, já se tinha a preocupação com a atividade estágio. Inclusive em 1998, no caderno ABESS, Nobuco Kameyama, já trazia pesquisa sobre a produção do conhecimento da categoria, e nesta, a autora aponta sobre o estágio. Como também os livros de Buriolla, em primeira edição se deram em tempos anteriores. Mas é fato,

que a produção alavancou nos anos 2000, a partir de 2008 com a Resolução CFESS n. 533/2008 que regulamenta a supervisão direta de estágio, e assim, convoca a categoria a (re)pensar a supervisão de estágio, e ainda mais a partir de 2010 com a Política Nacional de Estágio em Serviço Social, em que os estágio supervisionado ganha diretrizes, princípios norteadores para sua efetivação e amplia o debate sobre o mesmo.

Curiosamente, os assistentes sociais que escrevem sobre estágio supervisionado e/ou supervisão de estágio em Serviço Social não são muitos, considerando o número de assistentes sociais no país, o número de UFAs, de supervisores de campo e acadêmicos, de campos de estágio e de estagiários.

Os dados revelam o compromisso e esforço da categoria em sistematizar suas ações e reflexões cotidianas nas mais diferentes áreas de atuação profissional.

A produção de conhecimento aqui sistematizada explicita a interlocução direta entre formação e exercício profissional, revelando atenção da categoria com a unidade entre teoria e prática, formação e exercício profissional, indissociabilidade das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, bem como, entre ensino-pesquisa-extensão. Expressa preocupação com as atuais configurações da educação que atendem as determinantes da atual fase do capitalismo e se orienta pelas demandas do mercado de trabalho e rebatem no Serviço Social.

A formação e exercício profissional têm

[...] o desafio de desvelar e enfrentar a crise do capital e nela as diversas formas de precarização das relações e condições de trabalho, flexibilização dos direitos e focalização das políticas sociais, que, como parte da mesma racionalidade se expressam e condicionam a formação e exercício profissional. (GUERRA, 2010, p. 715).

As socializações das abstrações<sup>68</sup> profissionais propagam o movimento de resistência da categoria frente à precarização da educação e trabalho, que conduzem para exigências de perfil profissional instrumentalista, imediato, polivalente ou multifuncional, desespecializado, com precariedade dos espaços laborais e dos salários, de frágil organização política e profissional, como contextualiza Guerra (2010, p. 719).

---

<sup>68</sup> Com base na teoria social de Marx, a abstração é a capacidade intelectual que permite extrair da sua contextualidade determinada (de uma totalidade) um elemento, isolá-lo, examiná-lo; é um procedimento intelectual sem o qual a análise é inviável – aliás, no domínio do estudo da sociedade, o próprio Marx insistiu com força em que a abstração é um recurso indispensável ao pesquisador (PAULO NETTO, 2009, p. 684).

A produção de conhecimento e a participação dos profissionais e estudantes de Serviço Social nos eventos denotam a busca pelo fortalecimento da categoria, da luta e resistência em defesa do projeto ético-político profissional.

É claro que não prevalecemos de visão romântica e descontextualizada, de que estamos ilesos da lógica produtivista que assola também o cotidiano do Serviço Social, a destacar no campo das UFAs – seja pública ou privada. Afinal vivemos em tempos de (re)configuração da educação, que ao invés de estar voltada para a universalidade, como direito, tendo a sociedade e seus valores como referencia, e a produção qualificada sob critérios da sua relevância social, a educação está orientada pela lógica de mercado, valorizando o que se produz, em quanto tempo e qual o curso do que é produzido. Assim, socializar conhecimento, coletivizar e fortalecer as relações profissionais se fazem *mister* nestes tempos de crise do capital que marcam desafios ao Serviço Social, textos e contextos á supervisão de estágio num movimento dialético da realidade cotidiana.

---

## PARTE 2 O COTIDIANO DA SUPERVISÃO DE ESTÁGIO: TEXTOS E CONTEXTOS

Pensar na flor é vê-la e cheirá-la.  
E comer um fruto é saber-lhe o sentido.  
(Alberto Caeiro<sup>69</sup>)

Tratamos da supervisão de estágio em Serviço Social como processo indissociável do estágio, sendo este entendido como unidade de um mesmo componente curricular obrigatório na formação profissional. Como atribuição privativa do assistente social, regulamentada pela Lei n. 8.662/1993 que explicita as atribuições legais de exercício profissional, a supervisão também deve estar em estreita relação com o projeto de formação profissional.

Considerando, o objeto de estudo da presente tese, enfatizamos elementos e dimensões específicas e particularizadas da supervisão de estágio. Entendendo-a como uma dimensão do exercício profissional, ou seja, como a dimensão formativa, como uma atribuição profissional e como tal

[...] não desvinculada dos seus componentes ético-filosóficos, pedagógicos e políticos (como parte do projeto de sociedade do assistente social e do seu projeto profissional). (EMANCIPAÇÃO, 2014).

Atentamo-nos para contemplar pressupostos orientadores da supervisão de estágio, considerando a supervisão como expressão da indissociabilidade entre formação e trabalho profissional e da unidade entre teoria e prática.

Uma unidade dialética e interdependente que pressupõe a contradição, aproximações sucessivas e a construção de saberes. (EMANCIPAÇÃO, 2014).

É pertinente, neste movimento processual da formação, tratar da categoria cotidiano<sup>70</sup> por perpassar todo o processo e dimensão da supervisão de estágio em Serviço Social e também todas as reflexões aqui realizadas, já que a vida cotidiana é a vida de todos os homens e cenário de todas as relações.

---

<sup>69</sup> Heterônimo de Fernando Pessoa.

<sup>70</sup> Apenas sinalizamos a categoria cotidiano. Indicamos ver com mais profundidade em Agnes Heller, no livro “O cotidiano e a história”; e em José Paulo Netto; Maria C. Brant de Carvalho, “Cotidiano: conhecimento e crítica”.

## CAPÍTULO 4 O MOVIMENTO SINGULAR-UNIVERSAL-PARTICULAR DO COTIDIANO

Não há vida cotidiana sem espontaneidade, pragmatismo, economicismo, andologia, precedentes, juízo provisório, ultrageneralização, mimese e entonação. Mas as formas necessárias da estrutura e do pensamento da vida cotidiana não devem se cristalizar em absolutos, mas tem de deixar ao indivíduo uma margem de movimento e possibilidades de explicitação. (AGNES HELLER, 2000, p.37).

A vida cotidiana é o espaço de todos os dias e de todos os homens em todas as histórias. É percebida e apresentada nas suas múltiplas cores e faces, nos diferentes gestos e relações. É permeada por um mundo de alienação, com possibilidades de superação, de suspensão deste cotidiano, como espaço banal, da rotina e da mediocridade, vulgar e sem valor (PAULO NETTO; CARVALHO, 1996).

O cotidiano é espaço privado de cada um, rico em ambivalências<sup>71</sup>, tragicidades, sonhos, ilusões, modo de existência social fictício/real, abstrato/concreto, heterogêneo/homogêneo, fragmentário/hierárquico, cheio de contradições. Assim, é um espaço rico de lutas, resistências e possibilidade de transformação.

Na vida cotidiana do estágio, o estudante desenvolve sua ação-reflexão-razão profissional e pode tomar consciência das múltiplas relações entre a prática profissional e social, por isso, expressamos o cotidiano da supervisão, atrelado às contradições no movimento singular-universal-particular do cotidiano.

Dentre as múltiplas relações, diz Pinto (1997, p. 66), “[...] apresenta-se a realidade por excelência, ou seja, a realidade da vida cotidiana”, sendo que através dela o estudante se coloca em comunicação com outros sujeitos da vida profissional. E o cotidiano, “[...] passa a ser um modo único e possível do indivíduo viver sua vida e realizar sua atividade profissional.”

O cotidiano torna-se o espaço da aprendizagem da intervenção e investigação profissional porque é esteira das relações (micro e macro) sociais que concretiza o trabalho profissional. É por excelência espaço de alienação, mas também de criação, de superação, e este é o espaço da supervisão de estágio.

Com base nas contribuições da pensadora Agnes Heller (2000), podemos afirmar que a vida cotidiana é heterogênea e hierárquica, ou seja, se caracteriza por um conjunto de ações

---

<sup>71</sup> Apresentam perante a mesma coisa dois valores, dois aspectos. Sentimentos opostos.

heterogêneas, as quais contêm em si uma dada hierarquia, que é mutável de acordo com os interesses particulares e sociais dos indivíduos em função das diferentes estruturas econômicas e sociais.

A adaptação dos homens às formas sociais que surgem com o desenvolvimento das forças produtivas se realiza imediatamente em atos particulares, no interior de um processo social concreto, tendo em vista responder ativamente a determinadas necessidades. (HOLANDA, 2012, p. 164).

O indivíduo já nasce inserido na cotidianidade. O seu processo de amadurecimento se efetua na medida em que assimila as formas de intercâmbio ou comunicação social na vida cotidiana, no dia-a-dia.

Essa assimilação ocorre pela mediação entre os indivíduos e os costumes, valores, normas e a ética do grupo em que a vida cotidiana o coloca face a face.

Na vida cotidiana, os choques entre a particularidade e a generalidade não costumam, segundo a pensadora húngara, tornar-se conscientes. Mas não significa que o homem não possa elevar-se da particularidade à genericidade. O meio para esta elevação é a homogeneização. Este processo ocorre quanto o indivíduo concentra seus esforços e energia e os utiliza em uma atividade humana genérica que escolhe consciente e com autonomia.

A suspensão do cotidiano não rompe com a cotidianidade, mas permite que o indivíduo retorne a ela de forma humanizada, além de tornar-se mais consciente e motivado por exigências que passam a ser incorporadas à sua individualidade. Isto é, embora insuprimível, o indivíduo retorna modificado à cotidianidade. Essa suspensão não é fuga, vai e volta a ela de forma modificada, ou seja, vivemos a rotina do cotidiano, mas suspendemos quando tivermos consciência de sua necessidade crítica. É esperado que esse processo ocorra na supervisão de estágio - que o estagiário possa suspender o cotidiano da reprodução e retornar ao cotidiano profissional e social modificado, crítico.

A imediateidade é uma característica da cotidianidade, é a relação direta entre pensamento e ação, de forma imediata, o que torna a vida cotidiana pragmática - o que vemos ser uma tendência nos dias atuais, tanto no campo do trabalho profissional, como no processo de formação, dada a precarização da educação e do mundo do trabalho.

A cotidianidade favorece a incorporação da alienação, na medida em que se reproduz a partir da dinâmica do espontaneísmo, do pragmatismo, da heterogeneidade e da repetição acrítica de modos de vida e de valores.

A vida cotidiana, de acordo com Barroco e Terra (2012, p. 73),

[...] é o espaço de reprodução do trabalho do assistente social. As demandas típicas das instituições rebatem na dinâmica da cotidianidade, ganhando consistência, pois a heterogeneidade, a repetição, a falta de crítica, o imediatismo, a fragmentação, o senso comum, o espontaneísmo são atitudes típicas da vida cotidiana repetidas automaticamente em face da *burocracia* institucional. Ou seja, a burocracia favorece essa dinâmica. Contudo, não é necessário que seja assim.

Ainda que a reprodução da alienação que ronda o cotidiano profissional, dentre tantos fatores, trata-se da herança conservadora e da ideologia dominante (BARROCO; TERRA, 2012, p. 73), o assistente social não está imune aos apelos moralistas, aos costumes e valores construídos e consolidados anteriormente à formação profissional. Essas situações são comumente reveladas por estudantes na supervisão acadêmica de estágio – exemplos de práticas contrárias ao que preconiza o projeto ético-político são relatados com frequência, explicitando que no cotidiano das instituições e na vida cotidiana vive-se hoje um fortalecimento de posicionamento conservadores e tradicionais, a se destacar em relação aos temas polêmicos, como aborto, drogas, violência contra mulher, violência contra criança, homofobia, etc.

A supervisão de estágio ocorre no espaço e tempo do cotidiano durante a graduação do curso de Serviço Social, a destacar, conforme PNE (ABEPSS, 2010), do 5º ao 8º período do curso, após, o estudante ter construído conhecimentos elementares para ir para o campo de estágio.

Enquanto ação-reflexão-razão do cotidiano, a supervisão pode se objetivar com diferentes níveis de consciência e comprometimento ético-profissional, que pode não ultrapassar a dinâmica da cotidianidade e da singularidade, mas, ainda de acordo com Barroco e Terra (2012, p. 72), “[...] conta com um campo de possibilidades para se ampliar e atingir diferentes graus de conexão com motivações que permitam a ultrapassagem dessa dinâmica.” Afinal, a vida cotidiana é carregada de alternativas e de escolhas.

No cotidiano da supervisão de estágio, por exemplo, as escolhas podem ser pela supervisão tal como preconizada no projeto hegemônico da categoria de Serviço Social, consolidada da PNE (ABEPSS, 2010) e Resolução CFESS n. 533/2008 sobre supervisão direta, ou a supervisão numa perspectiva instrumentalista coerente com as demandas estritas do mundo e mercado de trabalho hoje e coerente com as influências tradicionalistas e conservadoras que historicamente acompanham o cotidiano da profissão.

Na supervisão se realiza a **unidade entre ensino e aprendizagem**: trata-se da inserção de sujeitos sociais numa relação dialética, a partir do engajamento em situações concretas, cujo objeto de conhecimento é o próprio movimento da realidade, o qual permite a análise concreta de situações concretas. (EMANCIPAÇÃO, 2014).

Contudo, é salutar dizer, concorde a supervisora de campo Universalidade (2014), em consonância com a intelectual Emancipação (2014), que

[...] a supervisão é um processo de aprendizado [...] que enriquece o estágio” e as legalidades atuais retratam e estabelecem “[...] o estágio e supervisão como intrínsecos e essenciais no processo de ensino-aprendizagem, da formação profissional [...] e da relação teoria e prática.

É fundamental o conhecimento e a análise crítica da realidade, a fim de propiciar aos sujeitos condições de decidirem elevando-se acima da cotidianidade, pois é nesse processo, segundo Agnes Heller (2000, p. 24), que há possibilidades de mudança e coexistência de particularidade e genenericidade. A reflexão científica rompe com a tendência espontânea do pensamento-ação no cotidiano.

Neste sentido, acreditamos, na importância da contínua e permanente construção de estratégias para disseminação da supervisão conforme projeto ético-político da profissão. É fato, que a herança histórica da profissão e do processo de formação e nele a supervisão de estágio, não está abolida de ser reproduzida na cotidianidade pelo próprio movimento da realidade.

Afinal, como afirma Heller (2000, p. 32, grifo do autor), em “O Cotidiano e a História”:

As ideias necessárias á cotidianidade jamais se elevam ao plano da teoria, do mesmo modo como a atividade cotidiana não é práxis. A atividade prática do individuo só se eleva ao nível da práxis quando é *atividade humano-genérica consciente*; na unidade viva e muda de particularidade e genenericidade, ou seja, na cotidianidade, a atividade individual não é mais do que uma parte da práxis, da ação total da humanidade que, construindo a partir do dado, produz algo novo, sem com isso transformar em novo o já dado.

Eis, na nossa visão, a importância de conhecer o movimento histórico da supervisão de estágio em Serviço Social, buscando identificar as particularidades dos momentos históricos, elevando-se a supervisão num movimento dialético à práxis profissional, e os dias atuais, como síntese do processo histórico da tese da supervisão em movimento de antítese. E as sínteses, hoje vivenciadas e amplamente discutidas, com possibilidades de expandir o

movimento de antítese, e assim, sucessivamente, na materialização dos princípios que marcam o projeto maior de formação e trabalho profissional.

#### **4.1 Movimento Histórico da Supervisão de Estágio em Serviço Social**

Recorrer à historicidade é buscar o sentido da história no cotidiano da supervisão de estágio em Serviço Social, que está intimamente ligado ao processo histórico da profissão na sociedade brasileira.

Sem determinismo histórico, mas na possibilidade de superação e direcionamento de transformação social em direção ao que preconiza o projeto ético-político da profissão, a destacar o projeto de formação profissional, nos debruçamos no movimento histórico da supervisão de estágio em Serviço Social, entendendo-o como movimento singular-universal-particular que propicia, nos tempos atuais, pensar e repensar as sínteses da supervisão de estágio que são resultantes certamente de múltiplas determinações.

É significativo olhar a história na qual foram produzidos textos e contextos no desenvolvimento da supervisão de estágio coerente com a dinâmica da cotidianidade da profissão.

No movimento complexo da história, diferentes papéis e atribuições são legitimadas pelos atores que compõem a profissão, e nesta, o processo de supervisão até chegar aos dias atuais no cenário das Diretrizes Curriculares; da Resolução CFESS, n. 533/2008 sobre supervisão direta de estágio; e da Política Nacional de Estágio em Serviço Social (ABEPSS, 2010).

De acordo com Lewgoy (2009, p. 65) “[...] a supervisão corresponde a uma das atividades mais antigas de ensinar e aprender” e no Serviço Social surge quando este ainda tinha caráter de vocação e não profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho.

Literaturas como de Ander-Egg e Balbina Ottoni Vieira, segundo Lewgoy (2009, p. 66) apontam que a supervisão se desenvolveu para enfrentar a necessidade de orientação, coordenação, formação e administração numa perspectiva de treinamento na concepção de “aprender fazendo”. É assim, que a supervisão sempre ocupou espaço na educação e no estágio enquanto atividade da prática, ensino da prática.

No desenvolvimento sócio histórico da educação, paulatinamente a concepção de supervisão vai se transformando e tomando novas perspectivas.

Assim, concordando com as reflexões de Lewgoy (2007, 2009), neste processo de conhecimento histórico da supervisão, vale conhecer o significado da palavra supervisão.

A palavra **supervisão** é um neologismo formado pelo prefixo **super**, afixo que se une à **visão**, para designar o ato de **ver**. Etimologicamente significa ver. Do latim *videre, avistar*. [...] Significa ação ou efeito de supervisionar, dirigir, orientar ou inspecionar. Supervisão é uma palavra derivada do termo inglês *supervision*, que significa “olhar de cima”, “olhar em conjunto.” O vocábulo também sugere a ideia de uma visão superior, inspeção, ou seja, a presença de um **controle**. Essa expressão pode abrigar a ideia de arbitrariedade, todavia, há controle quando do acompanhamento à verificação do processo de trabalho do estagiário, avaliando os objetivos da intervenção, a qualidade dos serviços prestados aos usuários e a qualidade da formação dos alunos. (LEWGOY, 2007, p. 75, grifo do autor).

A palavra supervisão tem sua gênese no verbo supervisionar, muito utilizado nas literaturas tradicionais da profissão, mas não aparece, ainda conforme a autora (LEWGOY, 2007), nos textos contemporâneos de Serviço Social, quando é usado o termo **supervisionado**, que se origina do verbo **supervisionar**.

Qual a diferença entre supervisionar e supervisionar?

Lewgoy (2007, 2009), explica que embora a raiz seja a mesma, o valor semântico dessas palavras denota cargas diferentes: o primeiro termo dá ideia de ordenação, controle e fiscalização; enquanto o segundo, acompanhamento, orientação e controle. “**Supervisar**, etimologicamente, provém de um verbo do idioma inglês *to supervise*. O termo **supervisionar** advém da palavra supervisão, cuja etimologia também remete ao inglês: *supervision* (substantivo).” (LEWGOY, 2007, p. 75, grifo do autor).

Historicamente, a supervisão está vinculada ao treinamento para estudantes, capacitação do indivíduo com vistas à produtividade – a destacar a quantidade de produção na Idade Moderna com o processo de industrialização.

No Serviço Social, a supervisão de estágio enquanto dimensão da formação e do trabalho profissional acompanha o movimento sócio histórico da sociedade e da profissão, o qual indica o perfil profissional e projeto de profissão. Com isso, a supervisão se concretiza e é pensada conforme a matriz do pensamento social que embasa a profissão. Surge na perspectiva de treinamento de pessoal, que trabalhava nas organizações de caridade e que devia ser instruído conforme os valores morais a instituição que estivesse ligado, logo, o treinamento seguia uma doutrinação da prática vocacional.

Na década de 1930, nos primórdios do Serviço Social brasileiro, a ideologia tomista<sup>72</sup> embasava o pensar e agir profissional. A perspectiva doutrinária - de influência da Igreja Católica - perpassava os princípios da formação e do trabalho do assistente social, tão logo,

<sup>72</sup> Os referenciais orientadores do pensamento e da ação do emergente Serviço Social tem sua fonte na Doutrina Social da Igreja, no ideário franco-belga de ação social e no pensamento de São Tomás de Aquino (séc. XII): o tomismo e o neotomismo (retomada em fins do século XIX do pensamento tomista por Jacques Maritain na França e pelo Cardeal Mercier na Bélgica tendo em vista "aplicá-lo" às necessidades orientando-se por posicionamentos de cunho humanista conservador.

também do denominado, dicotomicamente, "o ensino da prática". O Serviço Social era considerado como uma tarefa de ajuda ou uma vocação, o aprendizado era feito através da prática.

No campo do processo de ensino-aprendizagem predominava o aspecto psicomotor, em que se focaliza a aquisição de conhecimentos via a prática cotidiana da imitação, da reprodução dos hábitos, habilidades ou destreza. Cabia ao supervisor de estágio ensinar a prática do Serviço Social aos estudantes do curso, numa concepção verticalizada de educação e de supervisão.

Na década seguinte, no contexto desenvolvimentista da economia brasileira – com repercussão no todo da sociedade - ampliou-se o mercado de trabalho para o Serviço Social, frente à criação e desenvolvimento de grandes instituições assistenciais estatais, paraestatais e autárquicas<sup>73</sup>. Foi um período marcante na história da profissão, que se transforma numa atividade institucionalizada, superando paulatinamente com suas origens confessionais.

Em 1947, a profissão tem seu primeiro Código de Ética Profissional, fundamentado, ainda, nos pressupostos neotomista - num contexto de influência norte-americano, que paulatinamente, se sobrepõe à influência europeia nos fundamentos da profissão, apontando uma base mais técnica com Serviço Social de Caso e de Grupo.

A supervisão de estágio acompanha a dinâmica da profissão, e neste interregno pauta-se no metodologismo técnico, que expressa o Serviço Social técnico, com razão instrumentalista, própria da teoria positivista. Passa a ser entendida como um conjunto de métodos que privilegiam a dimensão técnica do processo de ensino, fundamentada nos pressupostos psicossociais cientificamente validados na empiria. A supervisão tinha caráter tecnicista e pedagógico ao mesmo tempo.

A década de 1940 inaugura a fase da supervisão, chamada de relacionamento, que enfatizava a função de ajuda do supervisor e supervisionado. Ao supervisor cabia a tarefa de orientar o supervisionado, proporcionando-lhe um clima propício para o aprendizado. Assim, a aprendizagem cognitiva, de sala de aulas, se torna presente também no campo de estágio, através de conhecimentos práticos proporcionados pelas situações encontradas no cotidiano, pelo treinamento em processos mentais de percepção, atenção, raciocínio, capacidade de análise e síntese, etc. A relação supervisor-supervisionado ainda é pautada numa dimensão pragmática, técnica e instrumentalista.

---

<sup>73</sup> Para este aspecto destaca-se as contribuições de Yamamoto e Raul de Carvalho (1982) em *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*.

Assim, nos anos 1930 e 1940, conforme explana Buriolla (2003), no seu livro *Supervisão em Serviço Social*, os padrões de eficácia profissional baseavam-se em padrões morais, calcados na ideologia cristã. Ainda que mais acentuados nestas décadas, a destacar a influência do pensamento tomista e neotomista, os rebatimentos se propagam até meados da década de 1960. Os rebatimentos dessa ideologia direcionavam um processo de supervisão baseada na doutrinação do estagiário, na formação moral, com valores cristãos pautados na caridade, na dignidade humana na harmonia, na hierarquia, na pessoa, etc. “O papel do supervisor de aluno era educar e avaliar. Educar no sentido de o supervisor imprimir em seu aluno, tanto em sua formação acadêmica, como em seu estágio e na sua visão pessoal, a Doutrina Social da Igreja.” (BURIOLLA, 2003, p. 147).

O supervisor era visto como disciplinador e avaliador da situação em aprendizagem como o estagiário. Há uma relação verticalizada e hierárquica.

Nesse contexto, de acordo com a autora (BURIOLLA, 2003, p. 147), os princípios pedagógicos e psicanalíticos, se constituíam como básicos no processo de supervisão. Sendo os pedagógicos, voltados à compreensão da individualidade, “[...] implicando a responsabilidade de compreender as necessidades e as capacidades de cada pessoa, apreender o modo de aprender do aluno.” E os psicanalíticos, contemplando as discussões da supervisão com temas como: a situação de vida, conflitos pessoais, desajustes das pessoas e ainda a transferência de saber do supervisor para o supervisionado.

O tecnicismo e metodologismo no Serviço Social marcam o período de 1947<sup>74</sup> a 1961<sup>75</sup>, e rebatem na supervisão de estágio, com visão humanista, concebendo o homem capaz de se autorrealizar, autopromover, preservando a ordem moral e a ética burguesa. Há, contudo, no Serviço Social, uma preocupação com a técnica, com o método, que num contexto de profissão regulamentada pela Lei n. 3.252 de 27 de agosto de 1957 (BRASIL, 1957), garante uma idoneidade profissional pautada em critérios objetivos e científicos.

Ainda que discutida e realizada desde os primórdios da profissão no Brasil, a supervisão de estágio em Serviço Social, historicamente compreendida de diferentes formas, conteúdos e concepções, aparece como atribuição do assistente social somente na década de 1950 com a lei de regulamentação da profissão aprovada em 1957.

---

<sup>74</sup> Primeiro Código de Ética do Assistente Social.

<sup>75</sup> Período ainda com lastros doutrinários.

Nos anos 1950 e 1960 tem-se uma renovação didática marcada por recomendações da ABESS<sup>76</sup> para a formação profissional em Serviço Social, e a supervisão se constitui como educativa e pedagógica.

Em 1953, o currículo do curso de Serviço Social, concorde Buriolla (2003, p.149) contemplava, dentre as diversas disciplinas nos quatro anos de curso, também o estágio supervisionado com carga horária de 1.150 horas – quase o triplo da carga horária, nos anos 2000, de 450 horas.

Nessa época, grupos de supervisores, encontros, para se discutir a supervisão, ocorriam com a preocupação da formação profissional -, ainda que muitas temáticas de estudos perpassassem os valores doutrinários.

O estágio é tido como o momento privilegiado do ensino da prática, assim, a supervisão deve planejar o treinamento profissional do estagiário, voltado aos princípios do Serviço Social:

[...] o indivíduo, o grupo e a comunidade, os métodos de Serviço Social e técnicas específicas, o relacionamento profissional junto aos usuários e junto ao público, a documentação específica do Serviço Social, seu preparo e utilização, a observância da ética profissional etc. (BURIOLLA, 2003, p. 151).

Como conteúdo avaliativo, as literaturas mostram que se destacavam a integração do estagiário e seus conhecimentos da instituição-campo de estágio; sua capacidade de aplicar conhecimentos teóricos e práticos; o desempenho de suas tarefas no estágio; sua capacidade de autocrítica; sua autodisciplina e equilíbrio; sua assiduidade, responsabilidade e amadurecimento, suas aptidões, limitações, entre outros elementos coerentes com a razão instrumental. E que até os dias hodiernos, muitas UFAs trabalham com instrumentos de avaliação de estágio que perpassam esses elementos, não raras vezes, na íntegra. A supervisão de estágio na atualidade alastra resquícios tradicionais históricos da profissão, e isso, certamente, inerente ao movimento da realidade.

---

<sup>76</sup> A Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) foi instituída, em 1946, por um grupo de assistentes sociais das escolas pioneiras no ensino de Serviço Social, tendo em vista promover intercâmbio e colaboração entre as escolas filiadas. Criada com o objetivo de definir e coordenar uma política de formação profissional do assistente social promove a adoção de um padrão mínimo de ensino. Em 1998, a ABESS funde-se com o Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social (CEDEPSS), formando-se, assim, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), que tem o papel fundamental na construção do projeto ético-político da profissão e nos avanços dos processos de formação profissional do Serviço Social.

Nesse interregno, a profissão busca, na matriz do pensamento positivista, referências para o conhecimento dos problemas sociais e, logo, uma ação mais eficaz e sistematizada, com procedimentos adequados de intervenção.

A supervisão de estágio intrínseca a este movimento histórico da profissão, também enfatiza os procedimentos técnicos, ostentando a formação de habilidades e atitudes. A razão técnica e instrumental marca a formação e prática profissional até 1975 (BURIOLLA, 2003, p. 148).

A ênfase à personalidade meio social e grupos primários direciona a supervisão em Serviço Social. É o período marcante na proliferação de produções sobre supervisão, sendo as duas maiores expoentes deste período Helena I. Junqueira e Nadir G. Kfoury, que escreveram, de 1947 a 1961, mais de vinte produções sobre o assunto, com forte influência dos Estados Unidos. Em, 1948, é ministrado o primeiro curso de formação de supervisores, pela Escola de Serviço Social. (BURIOLLA, 2003, p. 148-149).

Interessante notar que a supervisão tem um enfoque no educar, avaliar e interpretar, com uma forte preocupação progressiva com o conhecimento, o planejamento e a execução da supervisão.

Com influência do pensamento pedagógico da Escola Nova, a supervisão passa a ser de natureza mais administrativa que pedagógica, o supervisor, de acordo com Vieira (1979, p. 29) é “orientador da metodologia”. Para Lewgoy (2009) e Vieira (1979), a ideia de ensino incorporada na supervisão foi de influência de Mary Richmond (1950), além da Escola Nova.

[...] o estágio correspondia a um modo de aprender decorrente da compreensão do quê e como fazer; assim, o supervisor exercia um papel de natureza mais administrativa do que pedagógica. A partir da segunda década do século XX, a supervisão reflete influência da psicanálise, visto que o supervisor assumia tarefas de terapeuta em relação aos supervisionados [...]. (LEWGOY, 2009, p. 68).

Predominavam os estudos de casos somados às influências da norte-americana Richmond (1950) com a publicação da obra “*Diagnóstica Social (1917), que traz ideias de sistematização teórica do Serviço Social*”. Implicando na supervisão, o exercício do supervisor como orientador da metodologia, já que a literatura (1917) indicava metodologias de estudo, diagnóstico e tratamento para atendimento de casos, desencadeando na supervisão o debate relacionando ao plano de tratamento entre supervisor e supervisionado, mostrando caminhos ao supervisionado.

O cenário de Movimento de Reconceituação<sup>77</sup> do Serviço Social desencadeia mudanças no significado social da profissão, repercutindo na supervisão. Contribuições de Balbina Ottoni Vieira e demais autores brasileiros da época<sup>78</sup>, reforçam a supervisão no universo das relações pedagógicas, enfocando a natureza, o processo, os relacionamentos, os objetivos e o conteúdo. Passa-se a privilegiar a dimensão técnica e instrumental; o relacionamento entre supervisor e supervisionado; a sistematização da ação na supervisão; o enfoque didático-pedagógico; e assim, a inclusão dos fundamentos acadêmicos da supervisão (LEWGOY, 2009, p. 76).

A partir dos anos 1970 tem-se o delineamento do pensamento marxista no Serviço Social brasileiro, frente à intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional, conforme discute José Paulo Netto (2002). Mas, no âmbito da supervisão, especificamente, concorde Buriolla (2003), não se teve salto teórico-metodológico pelo método dialético-crítico, apenas rejeitou-se a perspectiva psicossocial que embasava a produção relacionada à supervisão, uma vez que a reconceituação avançou na estrutura mais teórica do Serviço Social, deixando ainda lacunas no campo da prática profissional. Exemplo disso foi a tentativa de negação do atendimento individual que, no processo de supervisão, continuou como técnica fundamental e, nos anos 1990, ainda complementada pela supervisão grupal – aliás, até os dias atuais essas técnicas se fazem *mister*, inclusive nas diretrizes da Política Nacional de Estágio em Serviço Social de 2010, mas, certamente, com amadurecimento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo marcado pelo referencial marxista.

Cabe destacar, que no cenário dessa década (1970), a obra da argentina, Teresa Sheriff (1973), *Supervisión en Trabajo Social*, explicitava a ruptura com as produções tradicionais, na medida em que as ideias eram fundamentadas no humanismo marxista e nas reflexões de Paulo Freire. Nessa produção, a supervisão era entendida como “[...] processo educativo e administrativo de aprendizagem mútua entre supervisor e supervisionado, no qual ambos são sujeitos do processo, tratando de que sejam portadores de uma educação libertadora.” (SHERIFF et al., 1973, p. 26).

Em Teresa Sheriff et al. (1973), se tem uma produção teórica com fundamentos inovadores sobre a supervisão de estágio, com possibilidades de ruptura com o enfoque funcionalista. Ainda que a proposta se mesclasse por um ecletismo com a vertente dialética e

---

<sup>77</sup> O Movimento de Reconceituação não significa a primeira, nem a última, tentativa de aproximar o debate do Serviço Social à realidade nacional. Pode-se registrar a busca por uma teorização do Serviço Social com os eventos: Araxá-MG (março, 1967); Teresópolis-RJ (janeiro, 1970); Sumaré-SP (novembro de 1979); Alto da Boa Vista-RJ (novembro de 1984) e Rio de Janeiro-RJ (junho de 1989).

<sup>78</sup> São expoentes neste período além de Balbina O. Vieira também Helena Juracy Junqueira e Nadir Gouvêa Kfourri.

a humanista. O supervisor busca no processo de ensinar-fazendo a integração entre teoria e prática, e entende que o estagiário também tem saberes, e ambos aprendem no processo de supervisão de estágio. A supervisão era embasada numa consciência crítica, libertadora, em que supervisor e supervisionado como sujeitos históricos almejavam uma nova sociedade, via a “revolução comunitária<sup>79</sup>”. Nota-se uma perspectiva de supervisão pautada numa relação horizontal, dialogada e participativa, em que não há a dicotomia daquele que ensina daquele que aprende ambos constituem o mesmo processo de construção de conhecimento, autonomia, participação, emancipação política e identidade profissional.

Segundo, Buriolla (2003, p. 155), no Brasil, a faculdade de Serviço Social PUC-SP, foi vanguarda da concepção de supervisão de Sheriff adotada em 1973 na *Escuela de Servicio Social de La Paz*. Aderiu à proposta e realizou cursos de formação de supervisores, mas fez críticas às ideias no que tange à relação horizontal defendida por Sheriff, entre supervisor e supervisionado, apontando a impossibilidade, devido às diferenças que assumem cada ator, nos seus papéis, nesta relação de ensino-aprendizagem.

Entretanto, no Brasil de acordo com Buriolla (2003) e Lewgoy (2009) foram as contribuições de Vieira (1979) *Supervisão em Serviço Social*, numa perspectiva de método de ensino do Serviço Social, que predominaram - diferentemente das ideias de Sheriff et. al. Com isso, preponderantemente, os trabalhos publicados sobre supervisão pautavam-se na instrumentalização técnica.

Predomina, historicamente, no processo de supervisão, a relação de ensino-aprendizagem acerca da prática profissional. O supervisor é responsável pelo ensino da prática e por relacioná-la aos estudos teóricos do curso de graduação.

A lógica bancária se faz veemente, na medida em que o estagiário ocupa o espaço e papel de receptor de informações, de depósitos de conhecimentos transmitidos pelo supervisor. Descaracteriza a perspectiva da troca de conhecimentos, do diálogo, do processo de unidade de ensino-aprendizagem mútua entre os sujeitos envolvidos, da horizontalidade e do debate conforme diretrizes do pensamento social crítico-dialético - que o Serviço Social fez interlocução a partir do Movimento de Reconceituação, mais precisamente e com maturidade, no decorrer dos anos de 1980.

É, contudo, num processo de aprendizagem mais amplo, crítico e criativo que se pensa a educação e o trabalho profissional, e neste o processo de supervisão de estágio, que

---

<sup>79</sup> Tal proposta de acordo com Buriolla (2003, p. 24) tinha suporte nas ideias revolucionais de Ernesto “Che” Guevara.

acompanha o movimento histórico, teórico, metodológico, ético-político e técnico-operativo da profissão.

A supervisão de estágio está atrelada ao processo de ensino-aprendizagem, logo, a concepção de educação, a concepção de profissão, de formação e de trabalho profissional e suas mediações constituem a concepção de supervisão e as diretrizes do processo de supervisionar na totalidade.

Ao se pensar o processo de aprendizagem, na história da profissão, somos levados a pensar, em aspectos como:

- Aprendizagem resulta sempre em **mudanças**: aprender é mudar e toda mudança requer esforço, é penosa e quase sempre determina um estado de sentimentos opostos: desejo de saber x medo de mudar. Essas mudanças podem se dar na estrutura cognitiva ou afetiva;
- A aprendizagem é o resultado **cumulativo** da prática, através da vivência de situações diversas. A aprendizagem vai ocorrendo aos poucos e cada nova situação traz mais uma contribuição para a vivência de quem aprende.
- A aprendizagem implica na existência de um fator dinâmico, que é a **motivação**. A motivação leva o supervisionado a superar esforços exigidos pelas mudanças assim como as vivências penosas. A motivação na aprendizagem, deve ser despertada, mantida e orientada, papel este que é desempenhado pelo(a) supervisor(a). É uma condição interna, relativamente duradoura que leva o sujeito, ou que, o predispõe a persistir num comportamento orientado para um objetivo, possibilitando a satisfação do que era visado.
- Na aprendizagem há a **transferência e troca**, ou seja, muito do que é assimilado pode ser aproveitado em outras situações. Essa transferência ocorre quando é possível transportar a uma situação de conhecimentos, habilidades, técnicas, atitudes adquiridas em outros setores ou situações de vida/trabalho.

No período que segue de 1974 a 1980, conforme Buriolla (2003, p. 152), apesar do contexto de Movimento de Reconceituação, a partir de 1965<sup>80</sup>, que pôs em debate as práticas profissionais fazendo críticas ao pragmatismo, tecnicismo, metodologismo e a ideologia, no campo da supervisão tiveram rebatimentos, somente nos anos de 1973.

O enfoque teórico-cientificista torna-se forte no discurso e leva um tempo para ser disseminado na prática – a teoria para ser operacionalizada passa por um conjunto de

---

<sup>80</sup> Segundo Código de Ética do Assistente Social.

mediações. A aproximação com o marxismo na profissão se deu sem as fontes originais, foi inicialmente, um marxismo sem Marx<sup>81</sup>. O que tarda de fato tal influência teórico-metodológicas no Serviço Social e a destacar na supervisão de estágio.

O Movimento de Reconceituação no Serviço Social constituiu-se na construção de propostas que rompessem com o Serviço Social Tradicional e no debate concreto que possibilitou avançar na discussão teórico-metodológica sobre a profissão e seus desdobramentos internos e externos e, ainda, corroborou na construção de projetos políticos profissionais, que disputam não só a direção das entidades representativas da categoria, como também a formação profissional. Consistiu na tentativa de romper com a dualidade, constatada no âmbito do ensino do Serviço Social, enfatizando-se a necessidade de se relacionar teoria e prática.

No entanto, sem o desenvolvimento e ampliação de um suporte teórico sólido que aprofundasse a crítica sobre a fragmentação existente no processo de formação profissional e da prática profissional, essa via de ruptura passou a ser questionada, utilizando-se o conteúdo da teoria social marxista, não rompendo, até os anos 1979, com a lógica da teoria positivista.

A leitura parcial da teoria social marxista, sem a percepção da totalidade, fez com que o debate não ultrapassasse o nível da sistematização das ideias. Desse modo, a formação profissional dos assistentes sociais também se constituiu, nesse tempo (1975<sup>82</sup> - 1979), como objeto de amplo debate no interior da categoria, tendo como enfoque, a necessidade de novos pressupostos teóricos e novas propostas de ação profissional, comprometidas com os interesses populares, indicando a exigência de um novo projeto de formação profissional que envolve indissociavelmente a supervisão de estágio.

Para Guerra (2009, p. 538), na América Latina, em especial no Brasil, “[...] a produção da temática Supervisão em Serviço Social não acompanhou a profícua produção do Serviço Social reconceituado, que redirecionou ética, política e teoricamente o Serviço Social.” E neste contexto, a autora coloca que até a década de 1990 as produções eram calcadas pela influência norte-americana:

---

<sup>81</sup> É importante afirmar que a vertente de Intenção de Ruptura se desenvolveu no interior do Movimento de Reconceituação tendo por base teórico-metodológica, fundamentada na obra de Karl Marx. Ainda que num primeiro momento de forma enviesada, pela leitura de seus comentadores e, posteriormente, no decorrer do processo histórico, baseando-se na leitura e apreensão de seus escritores originais. A teoria social de Marx, da qual se apropria o Serviço Social brasileiro, encontra-se desvelada na obra máxima do autor **O Capital**, especialmente, no livro 1, sem perder de vista o conjunto de sua obra. Para, além disso, na literatura específica do Serviço Social, a apreensão dessa teoria social pela profissão pode ser encontrada em vários autores, a destacar Marilda Villela Iamamoto e José Paulo Netto.

<sup>82</sup> Terceiro Código de Ética do Assistente Social.

[...] a única produção que rompeu com a influência norte-americana foi a Tereza Sheriff, em 1973, com a *Supervisión em Trabajo Social* onde a supervisão é entendida como um processo educativo e administrativo da aprendizagem mútua entre supervisor e supervisionado no qual ambos são sujeitos do processo, tratando de que sejam portadores de uma educação libertadora. (GUERRA, 2009, p. 538, grifo do autor).

Em se tratando de publicações acerca da temática supervisão no Brasil, temos, após Vieira (última em 1981), artigos publicados na Revista Serviço Social e Sociedade em 1984 e 1988. Na década de 1990, dois livros de Buriolla - *Supervisão em Serviço Social, o supervisor, sua relação e seus papéis* (1994) e *O estágio supervisionado* (1995). Mais tarde, nos anos 2000, é que se torna mais veemente a discussão acerca da atividade de estágio e supervisão em Serviço Social; concomitantemente, o contexto de precarização e desregulamentação do trabalho, da educação e redução dos direitos como um todo, repercutindo na formação e exercício da profissão logo desafiam a mesma a pensar estratégias de enfrentamentos e resistência. Não obstante, observa-se nos anos 2000, um número reduzido de produções bibliográficas sobre supervisão de estágio<sup>83</sup>, se comparada com demais temáticas que envolvem a profissão. Destacamos aqui os livros de Pacchioni (2000) *Estágio & Supervisão: uma reflexão sobre a aprendizagem significativa*; de Joazeiro (2002) *Estágio Supervisionado: experiência e conhecimento* e (2008) *Supervisão de Estágio: formação, saberes e temporalidade*; Lewgoy (2009), *Supervisão de Estágio em Serviço Social*; em 2010, pela editora Lumem Juris, na coletânea nova de Serviço Social, o livro *Serviço Social: temas, textos e contextos*, organizado por Guerra e Forti, traz no seu cerne o debate sobre estágio supervisionado; e, Costa (2013) *Estágio em Serviço Social: uma reflexão crítica*. Dentre as demais produções identificamos artigos científicos em revistas e eventos específicos da categoria.

Nos anos de 1996, com a promulgação e implantação das Diretrizes Curriculares (DCs) – aprovadas pelo conjunto da categoria em 1996, quando os impactos da contrarreforma do Estado vêm avançando, ofensivamente, na política de educação superior, e em particular no Serviço Social - as DCs desencadearam alterações significativas na formação profissional e impulsionaram reflexões e produção acerca da temática estágio e supervisão.

Assim, dentre os vários componentes curriculares, observa-se que a supervisão de estágio é norteadada por princípios, objetivos e espaços formativos que ultrapassem os aspectos técnico-pedagógicos, requerendo competências éticas, teóricas e políticas coerentes com o projeto de profissão, conferindo à supervisão de estágio atributo indispensável no

---

<sup>83</sup> Recorte temporal, este, considerando a implantação das Diretrizes Curriculares e a fase de implantação da PNE, bem como o tempo de nossa pesquisa (gestão 2011-2013 ABEPSS).

desenvolvimento da formação profissional, pressupondo supervisão sistemática ligada à atividade de estágio, recomendando que a supervisão seja desenvolvida por

[...] professor supervisor e pelo profissional de campo, através de reflexão e do acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre Unidade de Ensino e Unidade de Campo de Estágio, tendo como referência a Lei. n. 8.662/1993 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética do profissional (1993). (ABEPSS, 1997, p. 71).

Segundo Buriolla (2003), nos anos 1980, a ABESS adotou nas convenções nacionais a Supervisão em Serviço Social como tema de discussão da categoria, e em São Paulo, o CRESS/SP 9º Região implantou uma comissão de supervisão e de estágio em resposta às demandas das UFAs da época, no que tange a campos de estágio e supervisores de campo.

De modo geral, a supervisão em Serviço Social apresentou e apresenta uma evolução analítica, prática e política na formação e exercício profissional. Observa-se que a supervisão é intrínseca ao processo de formação profissional, tanto que se desenvolve historicamente, em consonância com os avanços e desafios postos à profissão. Nesse sentido, não se trata apenas da construção técnica e operativa do fazer profissional, mas, sobretudo, da dimensão intelectual, ética e ontológica do trabalho, considerando aquilo que é específico ao trabalho do assistente social (ABESS; CEDEPSS, 1996, p. 14).

Com a interlocução do Serviço Social com referencial teórico crítico/dialético, a supervisão passa a ser entendida como espaço de troca de conhecimento entre os atores envolvidos, onde todos têm conhecimento e/ou experiência para trocar, ensinar e aprender; assim, a relação ensino-aprendizagem passa a ser entendida como processo contínuo de construção de conhecimento e saber.

Na década de 1990, o Serviço Social, se revê, e elabora um conjunto de instrumentos que explicita a direção coletiva que pauta o trabalho dos assistentes sociais brasileiros, o então denominado Projeto ético-político do Serviço Social.

Para José Paulo Netto (1999), tal projeto, deve ser concebido para além de um conjunto de prescrições normativas e corporativas, como atributo da profissão que busca se aproximar, coerentemente, com o projeto “societal emancipatório”. Assim, estrutura-se na sua dimensão jurídico-normativa, com a aprovação e difusão do Código de Ética de 1993 e a Lei n. 8.662/93 que regulamenta a profissão; na dimensão política, com a reorganização e o fortalecimento das entidades de organização da categoria (CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO) e na dimensão formativa, por meio da elaboração e implementação das DCs do Serviço Social.

Remando a contracorrente da lógica da formação profissional às leis do mercado, a formação se dirige para a construção de alternativas e estratégias profissionais que contribuam para a defesa dos interesses da classe trabalhadora. Nesta perspectiva, “[...] o projeto de formação profissional é a defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, acompanhada da denúncia dos efeitos deletérios da privatização do ensino superior.” (IAMAMOTO, 2000, p. 444). Tal direção opõe-se à redução da formação ao mero desenvolvimento da racionalidade técnico-instrumental, o que exige do estágio supervisionado, possibilitar experiências que ultrapassem o atendimento exclusivo das novas demandas do mercado de trabalho, ampliando os horizontes da formação do profissional com o desenvolvimento de competências técnico-operativas, compromisso ético-político e sustentação teórico-metodológica. Logo, a supervisão em Serviço Social se constitui desta dimensão da totalidade que envolve o projeto de formação profissional.

Enquanto elemento da formação e trabalho profissional, o estágio permite o primeiro contato com o cotidiano do trabalho do assistente social. E assim vai propiciando ao estagiário a relação de unidade entre teoria e prática. É coerente com o que afirma a supervisora acadêmica e de campo, Cidadania (2014)

[...] o primeiro momento que o aluno vai conseguir ver no cotidiano do estágio dele aquilo que ele aprende teoricamente, [...] e vai começar a compreender a fundamentação teórica.

O estágio não pode ser o momento da educação para o trabalho, para o fazer exclusivo da prática profissional, assim, a supervisão não pode ser esse momento da educação para o trabalho formal, requer, como coloca Liberdade (2014),

[...] um momento de reflexão, de síntese, possibilitando que o aluno [...] saia do estágio [...] sabendo articular a instrumentalidade do trabalho profissional - claro que ela não é uma educação instrumental, [...] mas a supervisão tem que garantir que o aluno conheça os instrumentos de trabalho, saiba manuseá-los, saiba eleger os instrumentos de trabalho.

O processo de trabalho exige instrumentos, habilidades e conhecimentos para operá-lo e decifrar as novas formas e demandas profissionais.

O estágio tem que permitir com que o estudante saiba desvendar os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social,

[...] já no relatório social mais simples que ele faz”, ser direcionado numa concepção de educação que supere a educação para o fazer profissional puramente, mas que a supervisão possa fazer com que o aluno, conheça os instrumentos de trabalho, manuseie-os, articule, entenda isso na vida do usuário, a importância dessa intervenção, dessa ação específica da nossa ação profissional, na intervenção das expressões da questão social. No [...] como é que essa questão social própria do capitalismo se modifica no capitalismo financeiro. Modifica-se com as crises do capital, mas que a sua raiz é a mesma. (LIBERDADE, 2014).

Nos anos 2000, cresce de modo acirrado, a necessidade da articulação das entidades representativas da categoria em torno da defesa do projeto de formação, em especial da atividade de estágio qualificado e de supervisão direta, que se intensificou, de acordo com a PNE (ABEPSS, 2010) devido a diversos fatores. De um lado, a ampliação dos Ensinos à Distância (EADs) e suas implicações na qualidade da formação profissional do assistente social, notadamente, na realização do estágio e no descumprimento da supervisão conjunta entre supervisores acadêmicos e de campo, conforme preconizado pelas DCs. De outro, a aprovação da Lei Federal n. 11.788, de 25/09/2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências.

Na sustentabilidade da concepção de estágio e supervisão disseminada no projeto de formação profissional, a categoria, num processo de luta constante das contrarreformas do Estado, elabora, dentre várias estratégias, a Resolução CFESS n. 533, de 29 de setembro de 2008, que regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social, e a Política Nacional de Estágio em Serviço Social elaborada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social/ABEPSS em 2010.

Conjuntamente, observa-se, maior disseminação acerca da atividade estágio e supervisão em Serviço Social. A temática tem ganhado destaque nos eventos do Serviço Social, por exemplo: Oficina Nacional da ABEPSS, 2011; Curso Abepss Itinerante, 2012; Fórum Nacional de Supervisores (*in* Oficina Nacional da ABEPSS em 2011), entre outros, na perspectiva de luta que envolve a dimensão da profissão como um todo - tanto no campo da formação quanto no exercício profissional cotidiano, requisita-se construção de estratégias para qualificar o estágio supervisionado enquanto processo didático-pedagógico

[...] que se consubstancia em atividade teórico-prática, efetivada por meio da inserção supervisionada do estudante nos espaços sócio-institucionais nos quais trabalham os/as assistentes sociais, capacitando-o/a nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para o exercício profissional. Tal processo impulsiona o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao exercício profissional, bem como a construção do perfil profissional pretendido (crítico, criativo, propositivo, investigativo), comprometido com os valores e princípios que norteiam o projeto ético-político profissional. (ABEPSS, 2010).

A compreensão do processo de supervisão, se evidencia numa perspectiva de indissociabilidade entre trabalho e formação profissional. Envolve condições objetivas que se operam no mercado de trabalho, e subjetivas, relativas ao sujeito e à necessidade de qualificação permanente. O que contempla a dimensão formativa e educativa da supervisão pelo processo constante de aprimoramento da condição humana de vida e convívio na sociedade, no mundo pelos atores envolvidos.

De acordo com Lewgoy (2009, p. 95), à medida que a formação profissional é problematizada, a dimensão endógena da supervisão vai sendo superada.

[...] da atribuição de treinamento de habilidades, de unidade entre teoria e prática, a supervisão é pensada, intelectualmente, como atividade indissociável do estágio, que, articulada ao projeto profissional, é configurada como lugar de ultrapassagem dos limites do imediatismo e da superficialidade do real. (LEWGOY, 2009, p. 95).

A PNE (ABEPSS, 2010) compreende a supervisão de estágio num processo coletivo de ensino-aprendizagem entre os atores envolvidos, de ação conjunta pelo supervisor acadêmico e de campo, enquanto atribuição privativa de assistentes sociais, bem como a avaliação do processo de aprendizagem do estudante, visando à construção de conhecimentos, competências e habilidades para o exercício da profissão assegurando a participação dos diversos segmentos envolvidos (supervisores acadêmicos e de campo e estagiários), trazendo no seu bojo, as atribuições do supervisor de campo, do estagiário, do supervisor acadêmico, do coordenador de estágio.

A supervisão supõe construção de conhecimentos e habilidades como meio de conscientização, de autonomia e politização dos sujeitos, numa perspectiva crítica do saber como instrumento de concretização do projeto ético-político da profissão e de construção de estratégias de transformação da realidade sócio institucional e político-cultural. É um processo de ensino-aprendizagem constante, desenvolvido numa determinada prática profissional, “[...] através da troca, do movimento do supervisor e do supervisionado (experiência – não experiência e nova-experiência) que exige habilidade, atitudes, respeito e ações efetivas, num determinado tempo e espaço a ser construído.” (ANDRAUS, 1996, p. 18 apud LEWGOY; SCAVONI, 2002, p. 4).

A supervisão é compreendida como dinâmica e presente no espaço de contradições que se objetiva a profissão de Serviço Social. Espaço de conflitos, realizações, conquistas, superação, criatividade, liberdade, mediação, democratização, autonomia, emancipação política, participação, identidade profissional. Ou num espaço de controle, vigia, burocracia e conservadorismo. Deste modo, tem-se que a supervisão, pela natureza sócio-histórica da

profissão, também depende das condições objetivas e subjetivas nas quais se realiza. A supervisão é orientada pelo referencial teórico-metodológico e político que lhe confere fundamentação e dá a direção, ou seja, que embasa e orienta o trabalho profissional do supervisor. Não pode, conforme Emancipação (2014), ser realizada independentemente do caráter e modelo de políticas sociais, seja público ou privado, e das formas particulares de enfrentamento da chamada “questão social” pelo Estado, bem como da sua relação com a dinâmica do mercado de trabalho, dada sua expressão de indissociabilidade entre formação e trabalho profissional.

É importante reiterar que a supervisão em Serviço Social se dá tanto no âmbito do estágio na formação profissional como no âmbito de supervisão técnica em equipes profissionais, em políticas sociais, programas, projetos, serviços entre outros. Em todas as modalidades, presume-se que a supervisão cumpra com os princípios éticos de compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, com o aprimoramento intelectual permanente, na perspectiva da competência profissional, da participação dos sujeitos, da autonomia e emancipação política, expressa no projeto ético-político da profissão.

## **CAPÍTULO 5 LEGALIDADE, LEGITIMIDADE E CONCEPÇÃO DE SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL: A REALIDADE CONCRETA EM VITRINE**

Se a não vejo, imagino-a e sou forte como as árvores altas.  
Mas se a vejo tremo, não sei o que é feito do que sinto na ausência dela.  
Todo eu sou qualquer força que me abandona.  
Toda a realidade olha para mim como um girassol com a cara dela no meio.  
(Alberto Caeiro)

O estágio supervisionado indissociável da supervisão é legítimo na formação e exercício profissional em Serviço Social, desde a gênese da profissão no Brasil, como vimos anteriormente. E, como processo de desenvolvimento de fundamentação teórica e ético-política da profissão, acompanha a concepção de estágio e supervisão, bem como a legalidade destes.

Nos encostes e propósitos desta tese, debruçamos o estudo nos tempos da contemporaneidade. Assim, o recorte temporal nos aponta as Diretrizes Curriculares num contexto de Lei de Diretrizes e Bases, 1996; A Lei de Regulamentação da Profissão n. 8662/1993; o Código de Ética do Assistente Social, 1993; a Resolução CFESS n. 533/2008; a Lei n. 11.788/2008; e a Política Nacional de Estágio em Serviço Social, 2010.

Localizar o tempo presente é fundamental para compreender as mediações que permeiam os desafios cotidianos. Numa conjuntura de reordenamento do capital na busca de recuperação de seu ciclo reprodutivo, com impactos significativos para a intensificação da precarização da formação e do exercício profissional, com uma contrarreforma expressa na expansão acelerada do ensino superior precarizado, posições construídas coletivamente no Serviço Social apresentam regulações como instrumentos político-normativos e estratégicos na luta pela qualidade da formação e do trabalho, e em defesa da profissão.

É nesta perspectiva que temos as legalidades mencionadas.

As regulamentações se situam num campo de correlação de forças e luta determinadas pelas condições objetivas e contradições postas pelo contexto histórico, e na busca pelo enfrentamento coletivo das questões vivenciadas. Nesse contexto, trazemos as vivências cotidianas dos sujeitos sociais que participaram da pesquisa de campo, apontando a realidade concreta da supervisão de estágio na microrregião ABESS SUL II, (São Jose do Rio Preto/Franca).

O estágio supervisionado, conforme a LDB (1996) é fundamentado em dois princípios

de formulação bastante genérica, que são: o princípio da autonomia universitária<sup>84</sup>, que atribui a responsabilidade de normatização para as UFAs; e o princípio regulatório da relação entre o sujeito supervisionado e o mercado de trabalho, onde estabelece que estágio supervisionado não caracteriza vínculo empregatício. Define no artigo 82 que:

Os sistemas de ensino estabelecerão as normas para realização dos estágios dos alunos regularmente matriculados no ensino médio ou superior em sua jurisdição. Parágrafo único. O estágio realizado nas condições deste artigo não estabelece vínculo empregatício, podendo o estagiário receber bolsa de estágio, estar segurado contra acidentes e ter a cobertura previdenciária prevista na legislação específica. (BRASIL, 1996).

Observam-se as responsabilidades das UFAs com a realização do estágio, bem como o caráter educativo e não empregatício da atividade curricular.

Em 2008, tem-se a Lei Federal no. 11.788, conhecida como Lei do Estágio. Foi instituída para regulamentar o estágio nas instituições de educação nos níveis superior, profissional, médio, especial e dos anos finais do ensino fundamental, assim como na modalidade profissional da educação de jovens e adultos, conforme artigo 1º.

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

A lei traz o estágio como ato educativo supervisionado, que não gera vínculo empregatício e estabelece as obrigações das unidades de formação acadêmica, abrangendo, além da formalização do compromisso entre as partes em instrumentos próprios, a análise das condições das instalações da instituição, o processo de avaliação, a definição do supervisor acadêmico, a construção do plano de atividades, incluindo a elaboração de normas complementares.

“A gente tem que entender”, complementa Universalidade (2014),

[...] que o estágio é processual e obrigatório no Serviço Social, e que esse processo requer supervisão, planejamento, plano de estágio supervisionado, entendimento dos instrumentos de trabalho, inclusive a importância do plano, e como isso se dá no trabalho do assistente social.

---

<sup>84</sup> Tratado anteriormente nesta tese articulando o artigo 44 da LDB (1996).

E, acrescenta a supervisora acadêmica e de campo, Cidadania (2014).

A avaliação do estágio supervisionado deve acompanhar este processo conjunto e destacar o conhecimento sobre as legalidades e direção política do estágio de todos os atores: supervisor de campo, supervisor acadêmico e estagiário.

Nesta visão processual do estágio, a coordenadora de estágio e supervisora de campo, Pluralismo (2014), coloca que

[...] é também fundamental [...] acompanhar o crescimento do aluno no decorrer do curso, principalmente no campo de estágio, [...] que se vê um salto, um crescimento, um amadurecimento desse aluno que é gratificante!

Ainda que no contexto de ingresso na faculdade, principalmente no curso de Serviço Social, continua a docente e supervisora,

[...] o aluno chegue sem os fundamentos do ensino fundamental e médio de qualidade, [necessários] para ser ter um conhecimento teórico mais aprofundado. (PLURALISMO, 2014).

As instituições concedentes (campo de estágio) devem oferecer instalações adequadas ao processo de aprendizagem e, em conformidade com a lei, definir o profissional da mesma área de formação do estagiário para a supervisão, assegurando o desempenho da supervisão como atribuição privativa daquela área profissional – o que também preconiza as legislações específicas do Serviço Social. Todavia, no cotidiano as precárias condições de trabalho colocam “[...] o profissional em situações nas quais precisa dividir a mesa com o estagiário porque não tem local para ele ficar [...].” (AUTONOMIA<sup>85</sup>, 2014).

Estão ainda resguardadas, com a lei, a limitação da carga horária e o recesso de 30 dias em caso de cumprimento de um ano de estágio, e garantida à proporcionalidade se em tempo inferior, além de concessão de seguro e auxílios como transporte, alimentação e saúde (mas não obrigatoriamente no caso dos auxílios).

O seguro de vida, contra acidentes pessoais é direito de todos os estagiários e deve ser assegurado pela UFAs, mas,

[...] tem sido custeada pelos estagiários, exceto os campos de estágio remunerados que são custeados pelas empresas contratantes; Apenas duas UFAs indicaram que efetuam o pagamento do seguro para o estagiário. (ABEPSS Sul II, 2011).

---

<sup>85</sup> É docente, supervisores acadêmica e de campo.

O componente estágio deve estar expresso no projeto político pedagógico do curso, legalmente definido, podendo ser obrigatório ou não (opcional), sendo que, em se tratando da primeira modalidade deve ser especificada a carga horária a ser cumprida como condição para aprovação e obtenção do diploma.

- algumas UFAs possuem a carga horária de estágio correspondendo a 450 horas distribuídas entre 5º, 6º, 7º e 8º período conforme orientações da PNE, inclusive em relação às disciplinas que devem ser cursadas antes do ingresso do aluno no campo de estágio;
- há UFAs que trabalham no 4º período ou 2º ano com Estágio de Observação variando de 40 horas a 72 horas, sem necessidade de cursar disciplinas pré-curriculares e ou plano de estágio. (ABEPSS Sul II, 2011).

A realidade das UFAs nos convoca a refletir sobre implantação da PNE hegemonicamente, já que as diretrizes da política, a partir de amplo e longo debate da categoria profissional, não legitima o estágio nos primeiros dois anos do curso de graduação, e delibera a importância de disciplinas básicas para a qualificação da efetivação do estágio em Serviço Social.

O estágio não obrigatório deve oferecer as condições necessárias para a efetiva garantia da qualidade dessa atividade no processo de formação profissional do estudante, tal como o estágio obrigatório. Inclusive o processo de supervisão direta. Essa modalidade de estágio tem acompanhado a autonomia de cada UFA, requerendo maior sistematização pelos agentes do curso de Serviço Social.

- A maioria das UFAs não tem feito acompanhamento de estágio-não obrigatório;
- A maioria se dá pelo convênio com CIEE/UFA;
- apenas uma UFA relatório que o estágio não obrigatório segue as mesmas prerrogativas para o estágio-obrigatório que também contempla os estágios remunerados em Serviço Social;
- uma UFA disse que só é permitido estágio não obrigatório para alunos do 8º semestre que já cumpriram a carga horária obrigatório do curso. (ABEPSS Sul II, 2011).

Observa-se que

[...] o estágio ainda está multifacetado, as escolas ainda estão cada uma fazendo do seu jeito. [...] entendem a importância da PNE e da Resolução, mas na sua execução cotidiana ainda têm muita dificuldade de operacionalização. (LIBERDDE, 2014).

O estágio supervisionado se configura como atividade de aprendizado teórico-prático do trabalho profissional, com uma carga horária mínima de 15%<sup>86</sup> da carga horária do curso (atualmente estabelecida pelo MEC como mínimo de 3.000 horas), ou seja, 450 horas, concebida nas Diretrizes Curriculares aprovadas pela ABEPSS em 1996; na Resolução CFESS, n. 533/2008 que regulamenta a supervisão direta de estágio em Serviço Social, na Política Nacional de Estágio em Serviço Social (ABEPSS, 2010), como:

[...] atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Essa supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre Unidade de Ensino e Unidade Campo de Estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética Profissional (1993). O estágio supervisionado é concomitante ao período letivo escolar. (ABESS; CEDEPSS, 1997, p. 71).

Chamamos a atenção, para o objetivo citado nas diretrizes curriculares sobre o estágio, no que tange à capacitação para o trabalho profissional, que, para a supervisora Equidade (2014),

[...] nem sempre os supervisores de campo e acadêmicos estão aptos para exercer o papel de supervisor de estágio, então [...], [continua ela], [...] não é todo campo de estágio que vai capacitar de fato o estudante para ser assistente social, mas é um avanço se tratar de capacitação e não treinamento.

Com base nas legalidades, legitimidades e concepções hegemônicas da categoria, a concepção de Equidade (2014) nos alerta para o quanto é importante a unidade entre supervisão de campo e acadêmica, a realização de fóruns de supervisores, de estágio, das reuniões e oficinas, entre outros instrumentos de articulação, de acompanhamento sistemático do estágio e da supervisão como um todo. E impera pensar que se o campo de estágio não capacita algo está errado, talvez não se configure de fato como campo de estágio em Serviço Social.

---

<sup>86</sup> O Conselho Nacional de Educação e Câmara Superior de Educação (CNE/CSE) via Resoluções número 492/2001 e número 15/2002, deliberam sobre as DCs para o curso de graduação em Serviço Social, em consonância com a concepção de estágio e supervisão formulada nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996). E em 2007, o parecer CNE/CES 184, que trata da carga horária mínima dos cursos na modalidade presencial, indica a carga horária de três mil horas para o curso de Serviço Social. Sendo que o estágio já deve estar incluso nesta carga horária. Até o currículo de 1982 a carga horária mínima obrigatória para estágio supervisionado era de 10%.

Por outro lado, comenta Emancipação (2014),

[...] as escolas nem sempre capacitam para essa atribuição, não há um acompanhamento e/ou a capacitação sistemática do corpo de supervisores.

Confirmamos isso na fala da supervisora Cidadania (2014):

[...] quando eu comecei na supervisão acadêmica, eu acredito [...] eu não tinha muita clareza do que era.

E assim, Emancipação (2014) complementa:

Tenho percebido que existem logicas diferentes e divergentes que medeiam estágio e supervisão: Lógica mercadológica, lógica pragmática, lógica da formação do perfil de profissional das diretrizes.

Outro elemento que me parece problemático é que por falta de capacitação o supervisor muitas vezes acaba reforçando a lógica mercadológica que envolve esta relação entre estagiário e instituição. [...] a ausência dessa relação mais intrínseca entre os campos de estágios e unidades de ensino encontram-se expressos nos problemas: o desconhecimento das diretrizes parte dos supervisores de assistentes sociais e na ausência de capacitação, dentre outros.

Vejo que seja necessário romper a hierarquia (supervisor de campo e supervisor acadêmico), romper os preconceitos, incentivar a organização de Cursos para supervisores. [...] há que se ressaltar a relação entre estágio e a própria supervisão. Esta tem que ser direcionada ao perfil profissional proposto pelo projeto de formação profissional [...], porém nem sempre o assistente social de campo, mas também nem sempre o docente, conhece o perfil das diretrizes e investe nos meios para a sua formação. (EMANCIPAÇÃO, 2014).

Ratificando essa reflexão, a estagiária de oitavo período, Aprimoramento (2014), assim se expressa sobre a lógica mercantilizada que perpassa o estágio na sua realidade concreta, marcada por limites institucionais da faculdade e também nos campos de estágio:

[...] relatos dentro da sala de aula [de] que estagiário vai para abrir campo de estágio, para conhecer, fazer a primeira visita institucional, e não raras vezes, [...] pela questão concorrencial de mercado de trabalho, não se abre campo de estágio.

Além disso, a estagiária coloca que muitos campos de estágio não têm processo seletivo, depende do contato do estagiário com o campo ou com o supervisor de campo. São retratos de condições de trabalho que ferem inclusive as legalidades da profissão, a destacar, no que tange ao processo de seleção de estagiário por indicações e consolidação, uma lógica instrumentalista e pragmática de um olhar concorrencial para o estagiário, quando este está ainda em processo de formação profissional, jamais pode substituir o profissional.

A estruturação e organização dos cursos de graduação em Serviço Social estão centradas nos elementos ditos ‘teóricos’, atribuindo ao estágio a dimensão do ‘ensino da prática’, evidenciando-se, assim, uma dicotomia no nível do ensino, em que o ‘saber’ e o ‘fazer’, o ‘pensar’ e o ‘agir’ são considerados elementos paralelos, autônomos e independentes – polos distintos de um mesmo processo – reafirmando assim, o desenho da contrarreforma da educação superior e os limites eminentemente institucionais.

[...] muitas instituições não oferecem condições mínimas de estágio; [...] existem Unidades de Ensino que não assumem ‘realmente’ o estágio com todas as suas implicações, tornando-se este um apêndice do curso, e sua operacionalização fica a cargo do aluno-estagiário; na instituição, o profissional assistente social designado ou imposto para dar supervisão ao aluno está, muitas vezes, despreparado profissionalmente para assumir tal função [...]. (BURIOLLA, 2001, p. 17-18).

A lógica neoliberal perpassa o todo da educação,

[...] não tem investimento da instituição, deixa a desejar pela falta de recursos para investir em profissionais, entretanto, tem profissionais que são capazes de superar os limites institucionais, e então tem a supervisão acadêmica, por exemplo. (APRIMORAMENTO, 2014).

Tais limites se fazem presentes também nos campos de estágio, é algo estrutural da precarização do trabalho. São críveis de enfrentamentos, via a perspectiva de coletividade, de explicitar os limites institucionais, as pouquíssimas condições de trabalho para garantir, por exemplo, a abertura de campos de estágios, o contato sistemático entre supervisor de campo e supervisor acadêmico, atribuição de horas-aulas para o exercício da supervisão acadêmica, enfim para garantir um estágio supervisionado de qualidade.

Trata-se de uma conjuntura nacional de precarização do trabalho, precarização no campo de trabalho e nas condições de trabalho que reflete diretamente no estágio e o aluno não sai ileso, porque é um complexo, uma síntese complexa, um elemento complexo dentro da complexidade do trabalho na sociedade capitalista, na relação trabalho e formação. (LIBERDADE, 2014)

A operacionalização do estágio supervisionado, como um dos elementos da dimensão teórico-prática do processo de formação profissional, compreende um conjunto de sujeitos diretamente envolvidos – estagiário; supervisor acadêmico; supervisor de campo e demais profissionais e pessoas envolvidas no cotidiano do campo de estágio – que, num mesmo processo, exercem papéis e atribuições diferentes na efetivação das atividades didático-pedagógicas, destacando-se a supervisão. Entretanto, há dificuldades no exercício efetivo dos

papéis desenvolvidos pelos diferentes sujeitos, o que implica nos “nós” existentes na efetivação do estágio supervisionado e intrinsecamente no processo de supervisão. Eis o desafio da supervisão de estágio e, logo, da própria atividade estágio, o que aponta bandeira de lutas da categoria.

Com a edificação da PNE (ABEPSS, 2010), temos as diretrizes para o desenvolvimento destes papéis e atribuições. O desafio passa a ser, então, a implantação dessa política pelas UFAs, já que se trata de política; sem natureza legal, logo, requer compromisso ético-político da coordenação político-pedagógica e colegiado dos cursos de graduação para fazer valer o que tange à mesma.

Não se trata de desafios e limites simplesmente, mas de legalidades que legitimam a concepção da categoria sobre estágio e concepção.

A PNE e a Resolução CFESS n. 533/2008 trazem mais possibilidades do que limites, porque avançamos também teoricamente. A categoria avançou e isso não é pouca coisa. (LIBERDADE, 2014).

Trata-se de uma posição nacional diante da formação e trabalho profissional que envolve o estágio e a supervisão. As legalidades trazem possibilidades de avanços em relação ao estágio supervisionado. A Resolução n. 533/2008, por exemplo,

[...] não vai [se] colocar sobre a ação do supervisor de campo, acadêmico, mas ela vai regulamentar o trabalho do assistente social. Limitar o número de alunos por supervisor de campo é uma possibilidade, é um avanço. (LIBERDADE, 2014).

Avançamos qualitativamente para melhorar a relação trabalho e formação!

Em relação ao **estagiário**, por exemplo, há uma forte tendência em delegar-lhe a responsabilidade pelo encaminhamento das atividades que nem sempre são condizentes com sua condição de estudante: exercício de tarefas eminentemente burocráticas e rotineiras; não raras vezes, o estagiário é considerado como mão de obra barata, compondo o quadro funcional da instituição e, portanto, sendo subordinado às suas exigências – esse fato, como nos aponta Oliveira (2004), é mais notório frente à lógica neoliberal com a situação socioeconômica imperante, em que os estágios estão adquirindo, crescentemente, o caráter de emprego para o estagiário, inclusive no Serviço Social: muitos estudantes têm o estágio como fonte de renda para o pagamento das mensalidades escolares, entretanto, estágio, ainda que remunerado não caracterize vínculo empregatício, como garante a Lei n. 11.788/2008 acima descrita. E tão menos substituição de profissionais. Mas acontece,

[...] no espaço sócio ocupacional [...] do estagiário ser visto pela instituição como um tarefeiro, por exemplo, na assistência social, pensar no estagiário para fazer o cadastro do bolsa família, tem algumas situações também na área habitacional [...]. Então vira um tarefeiro, sem muita crítica, sem reflexão teórica. (AUTONOMIA, 2014).

Segundo Relatório ABEPSS Sul II<sup>87</sup>, 2011, na maioria das UFAs “[...] os estagiários remunerados têm ocupado espaços de profissionais nesse contexto de precarização das condições de trabalho”. Com base no Código de Ética do Assistente Social (1993), na efetividade dos princípios éticos gerais, especificamente ao estágio supervisionado, temos que:

Artigo 4º:

É vedado ao assistente social:

[...]

d) compactuar com o exercício ilegal da profissão, inclusive nos casos de estagiários que exerçam atribuições específicas, em substituição aos profissionais;

e) permitir ou exercer a supervisão de aluno de Serviço Social em instituições públicas e/ou privadas que não tenham em seu quadro assistente social que realize acompanhamento direto ao aluno estagiário.

Outro viés a ser considerado é o fato de o estágio ser confundido como mero cumprimento de carga horária, ou por parte do próprio estudante, interessando-lhe somente um diploma, ou por parte da instituição campo de estágio, tendo-o como auxiliar das ações desenvolvidas, somente. Assim, reduz-se o estágio supervisionado a um processo calcado na aprendizagem instrumentalista, tecnicista e correspondente às demandas do mercado.

Ao **supervisor de campo** é conferida a atribuição de acompanhar o estudante na dinâmica das atividades cotidianas realizadas no campo de estágio e contribuir com o mesmo na análise da particularização da problemática que envolve a ação profissional, no tocante às especificidades dos organismos sócio-institucionais. Porém, essa atribuição profissional não raras vezes é exercida sem a devida sistematização, de forma indireta e intuitiva, ainda, agravada pela falta de capacitação continuada dos profissionais. Realidade que se busca reverter com a PNE e Resolução n. 533/2008 do CFESS, que dão diretrizes para a supervisão direta de estágio em Serviço Social, estabelecendo também carga horária:

**Parágrafo único.** A definição do número de estagiários a serem supervisionados deve levar em conta a carga horária do supervisor de campo, as peculiaridades do campo de estágio e a complexidade das atividades profissionais, sendo que o limite máximo não deverá exceder 1 (um) estagiário para cada 10 (dez) horas semanais de trabalho. (Artigo 3º. Resolução CFESS, n. 533/2008).

---

<sup>87</sup> Em anexo A.

Pluralismo (2014), na condição de coordenadora de estágio, supervisora de campo e supervisora acadêmica, entende que a Resolução possibilita cobrar um posicionamento efetivo dos supervisores de estágio. A intencionalidade da referida resolução está na sistematização, diretrizes e regulamentação da supervisão direta de estágio.

A supervisão de campo nas UFAs mostra coerência com as legalidades da categoria, apontando desafios para a supervisão acadêmica.

Supervisão de campo: todas as UFAs apontaram estar condizentes com as leis pertinentes e PNE, assim, a quantidade de estagiários por supervisor de campo não ultrapassa às 10 horas semanais de trabalho;

DESAFIO: está no âmbito da supervisão acadêmica: carga horária docente inferior ao que tange a PNE em relação à quantidade de estagiários que estão entre 20 a 50 alunos por docente. (ABEPSS Sul II, 2011).

Acreditamos que o desafio supracitado está diretamente vinculado à precarização das condições do trabalho docente na contemporaneidade, articulada com a deterioração do mundo do trabalho como um todo, o que repercute também na formação e exercício profissional, a destacar com a lógica mercantil que atravessa a educação superior. No campo de estágio identificamos a luta pela qualificação dos mesmos, que leva ao posicionamento político de resistência da categoria. Por exemplo, quanto à busca por estágio de estudantes de curso de EAD:

- duas UFAs reforçam que devido a existência de cursos de Serviço Social EaD no município ou no entorno, estão dividindo os campos existentes.
- a maioria não está tendo problemas com isso, apenas uma UFA relatou um caso de estudante do estado de Minas Gerais, mas, a maioria dos supervisores está resistindo para abrir campos para EAD. (ABEPSS Sul II, 2011).

Com a realidade de cursos EAD, as vagas de estágio têm sido divididas entre os estudantes das unidades presenciais e à distância, o que denota a necessidade de fortalecimento dos debates sobre a PNE (ABEPSS, 2010) acerca da dimensão política da profissão, visando fortalecer os cursos de modalidade presencial.

Neste interregno, entendemos que a dimensão formativa dos supervisores, e da supervisão como um todo, deve sempre constituir eixo central das ações, envolvendo: seminários, oficinas, cursos de curta ou longa duração, reuniões, fóruns, encontros, jornadas, entre tantas outras estratégias pedagógicas de educação permanente.

Durante a Oficina Nacional da ABEPSS, no marco do I Encontro Nacional de Supervisores de Estágio em Serviço Social, no Rio de Janeiro/RJ em 2011, Lewgoy assinalou sobre a diferença de ações de supervisão e de supervisores, e a necessidade de se articular

ambas. As ações de supervisão envolvem todos os atores do estágio para se discutir e fortalecer o processo da supervisão; e as ações de supervisores, são voltadas aos supervisores acadêmicos e de campo de estágio, especificamente. Entretanto, ambas se fazem necessárias para o fortalecimento do estágio supervisionado conforme projeto ético-político da profissão.

Ao **supervisor acadêmico**, responsável pela disciplina de estágio ou de supervisão, fica a incumbência de orientar o estudante nas dificuldades frente à questão de estágio, o encaminhamento desses aos campos de estágios, a identificação de carências teórico-metodológicas e técnico-operativas do estudante e a contribuição necessária para a sua superação, além de atribuir clareza ao papel do profissional; colaborar para a identificação das singularidades do trabalho do Serviço Social, reconhecendo, ao mesmo tempo, os elementos particulares e universais nele contidos; refletir com estagiário sobre posturas, valores e comportamentos identificados no desempenho de seu trabalho como estagiário. Entretanto, nem sempre, esse profissional dispõe de carga horária suficiente para exercer tantas atribuições.

No tocante ao exercício da supervisão tem-se ainda o agravante de que as Diretrizes Curriculares, nos conteúdos de matérias e disciplinas, não tratam de elementos fundamentais para o exercício da dimensão supervisão, ou seja, não indicam conteúdos necessários para tratar de métodos, técnicas, objeto da supervisão de estágio, tal como também não tratam da dimensão do exercício da docência. O que alude num repto a ser pensado no exercício da supervisão.

A PNE, enquanto instrumento da dinâmica do projeto de formação profissional, contempla esta discussão, na medida em que traz a ideia da implantação da disciplina de Processo de Supervisão de Estágio, além da supervisão acadêmica. É necessário compreender a posição ocupada pelos sujeitos envolvidos no estágio em sua totalidade (PNE, 2010). E que as ações sejam, necessariamente, integradas e calcadas em discussão e diretrizes dos percursos metodológicos que orientam o processo de formação profissional conforme o projeto ético-político da profissão, e uma luta incansável na implantação da PNE.

A maioria das UFAs apontou que é um desafio a implantação da Supervisão Acadêmica com sistematização, carga horária suficiente para os docentes;  
Fazer com que as direções das UFAs compreendam a necessidade de horas para docentes realizar a Supervisão Acadêmica e Coordenação de Estágio com relação a todas as atribuições/prerrogativas contida nas diretrizes curriculares;  
Realizar capacitação para o exercício de tais atribuições: supervisor de campo e acadêmico. (ABEPSS Sul II, 2011).

Identificamos a figura da **Coordenação de Estágio**, para a qual há o reconhecimento e legitimidade pela PNE (ABEPSS, 2010), expressando que este tem papel de gestar a política de estágio para que haja um direcionamento para a garantia da qualidade do estágio supervisionado, devendo essa instância trabalhar articulada à coordenação de curso e outros departamentos relacionados das UFAs.

Mas o que revela a realidade concreta das UFAs na microrregião ABEPSS Sul II São José do Rio Preto/Franca-SP?

- algumas UFAs possuem uma coordenação de estágio com carga horária para tal, a maioria insuficiente pela demanda de trabalho existente;
- algumas são realizadas a coordenação pelos docentes/supervisores acadêmicos;
- outras acumulam a coordenação de curso e de estágio;
- uma tem uma comissão formada por 04 docentes, sendo revezados a cada gestão. (ABEPSS Sul II, 2011).

Observamos que a coordenação de estágio em Serviço Social, ainda que legitimada no debate hegemônico da categoria e nas diretrizes da PNE (ABEPSS, 2010), não é consolidada em todas as UFAs. Dentre os sujeitos entrevistados, identificamos uma mesma docente exercendo a coordenação de curso, a coordenação de estágio, acumulando com supervisão acadêmica e também supervisão de campo em projeto de extensão à comunidade como campo de estágio supervisionado. Outra exerce a coordenação de estágio e a supervisão acadêmica e de campo. Contudo, os reflexos da precarização do trabalho e da educação superior rebatem também na configuração da gestão do estágio supervisionado em Serviço Social. Há profissionais exercendo diversas atribuições de uma mesma profissão e, certamente, com carga horária não raras vezes insuficiente para abarcar o todo com qualidade; além do que, nem sempre se tem atribuição de horas específicas para a coordenação de estágio, por exemplo.

Se a Política Nacional de Estágio traz esses sujeitos, a destacar o coordenador de estágio, temos que pleitear este cargo administrativo e pedagógico nas unidades de ensino. (LIBERDADE, 2014).

Sem dúvida, é necessário repensar estratégias da dimensão educativa e formativa, construir espaços de educação permanente e potencializar a organização política da base da categoria profissional.

O exercício da supervisão de estágio e os sujeitos envolvidos nesse processo são situados num contexto sócio-histórico e cultural, caracterizados como agentes capazes de criticar e transformar a realidade que vivenciam; daí a necessidade de a atividade de estágio

ser sistematizada e de resistir aos imperiosos rebates da precarização das condições de trabalho como um todo.

A nosso ver, urge a construção de estratégias como viabilização de mecanismos para ampliar a unidade entre supervisão acadêmica e de campo, entre unidade de ensino e campo de estágio. É fato que essas estratégias estão intimamente ligadas à superação da precarização da educação e do trabalho e a mais investimentos das UFAs na educação de qualidade e implantação na íntegra das Diretrizes Curriculares, com visão de educação superior com unidade de ensino-pesquisa-extensão.

Vale ressaltar que somente a partir dos anos 2008, com os constantes desafios da formação profissional, que o estágio recebe destaque no debate da categoria, ganhando resolução própria, para a sistematização da supervisão direta de estágio (CFESS, Resolução n. 533/2008), que objetiva o enfrentamento das lacunas postas a essa atividade, inerentes ao processo de formação profissional do assistente social.

A Regulamentação da Supervisão Direta de Estágio é válida e significativa à medida que visa à qualidade do estágio supervisionado, reportando aos supervisores acadêmicos e de campo as responsabilidades da supervisão direta e sistemática, numa ação planejada e amplamente discutida, o que pressupõe “[...] a indissociabilidade entre teoria e prática ao reafirmar a necessária relação de cooperação e intercâmbio entre essas duas instâncias de formação no processo de construção do estágio.” (BOSCHETTI, 2007, p. 12).

Em 2010, a PNE, passa a ser amplamente debatida e implantada, após sua construção coletiva para a sistematização do estágio supervisionado, na luta pela formação profissional de qualidade articulada com demais discussões da categoria no enfrentamento do sucateamento da formação profissional, da precarização do trabalho docente, da ampliação do ensino à distância, da mercantilização da educação, bem como das lógicas que polarizam a supervisão de estágio, tal como apresentado nos parágrafos anteriores. Assim, a PNE em consolidação do projeto ético-político profissional se coloca

[...] na contracorrente da colagem da formação profissional às leis do mercado, a formação deve dirigir-se para a construção de alternativas e estratégias profissionais que contribuam para a defesa dos interesses da classe trabalhadora. Tal direção opõe-se à redução da formação ao mero desenvolvimento da racionalidade técnico-instrumental, o que exige do estágio supervisionado curricular, possibilitar experiências que ultrapassem o entendimento exclusivo das novas demandas do mercado de trabalho, ampliando os horizontes da formação do profissional com o desenvolvimento de competências técnico-operativas, compromisso ético-político e sustentação teórico-metodológica [...]. (ABEPSS, 2010, p. 10).

A PNE oferece parâmetros para a operacionalização da atividade estágio, buscando apreender o processo de formação profissional nos tempos atuais, numa leitura crítica da realidade. Para tal, reforça a importância de se considerar o significado social do Serviço Social e de se ter a direção de um processo educativo para a supervisão de estágio, articulando as condições objetivas do mercado de trabalho com o compromisso com a população e com a efetivação do projeto ético-político profissional.

Para que o estágio supervisionado se constitua como um espaço efetivo de formação profissional com a construção de conhecimentos, habilidades, favorecendo o aprimoramento ético e intelectual do estudante é necessário que os sujeitos envolvidos tenham clareza de seus papéis na operacionalização dessa atividade. Entretanto, o que identificamos é que não se trata de uma dificuldade somente do tempo presente.

A PNE elenca as atribuições de cada sujeito, em consonância com as legislações: Lei n. 11.788 de 25 de setembro de 2008, Lei de Regulamentação da Profissão, Lei n. 8.662/1993 e a Resolução CFESS n. 533 de 29 de setembro de 2008.

Dessa maneira, a PNE (ABEPSS, 2010) aponta que compete ao supervisor acadêmico, em diálogo com o supervisor de campo, o papel de orientar e avaliar os estagiários a partir das dimensões teórico-metodológicas, ético-política e técnico-operativas da profissão, em conformidade com o plano de estágio construído conjuntamente pelos supervisores e estagiários, com base no projeto político pedagógico da UFA e programas institucionais do campo de estágio que envolvem a dimensão profissional do Serviço Social. Entretanto, as condições objetivas de trabalho têm apontado limites à construção coletiva do plano de estágio, por exemplo, evidenciando a necessidade de estratégias para se ampliar as possibilidades da supervisão acadêmica e de campo, de modo indissociável.

Ao supervisor de campo cumpre a demanda do diálogo constante com o supervisor acadêmico. Compete a inserção, acompanhamento, orientação, avaliação do estudante no campo de estágio, no cumprimento do plano de estágio; ao estagiário cabe conhecer e compreender a realidade social na perspectiva de ensino-aprendizagem, identificando as relações de força, os sujeitos, as contradições presentes.

A legalidade aponta que os sujeitos envolvidos no processo de operacionalização da atividade de estágio devem manter integração, diálogo constante para troca e construção de saberes profissionais. Essa premissa é algo que enseja os debates na formação profissional e constitui desafios na materialização dos objetivos do estágio, pois envolve a concepção, o significado, a postura profissional frente ao mesmo, bem como, o contexto da realidade das UFAs, sobretudo as privadas, em que os professores são horistas, e que nem sempre têm horas

para o exercício da supervisão.

Com isso, a materialização da PNE na íntegra, fica relegada às relações contraditórias que são imbricadas numa relação social de poder e exploração, num processo de correlação de forças entre a profissão e a lógica institucional marcada pelo capitalismo imperante, que coloca a lógica mercadológica no âmbito do ensino superior, tendo este não como direito, mas como serviço de mercado.

Refletimos, contudo, sobre a relevância da PNE possuir dimensão legal para, de fato, ser implantada, principalmente na realidade das UFAs de natureza privada. Essa reflexão emerge a partir de quando a PNE apresenta orientações e diretrizes para a realização do estágio supervisionado na sua totalidade, mas não determina que seja materializado, tal como preconiza, por não ter força de lei. Infelizmente, a realidade explicita que

[...] quando a gente fala de uma resolução ou de uma normativa, nos referimos a uma lei, e isso instrumentaliza o supervisor. (AUTONOMIA, 2014).

Deixamos explícito que não fazemos aqui a defesa do ensino privado, da mercantilização da educação, muito menos da precarização do trabalho docente e da formação profissional, mas não devemos negar essa realidade, que tem sua gênese num processo de transformações societárias inerentes ao projeto neoliberal instaurado no Brasil a partir de 1990, trazendo consequências nas condições de vida da classe trabalhadora.

Da mesma forma, não podemos ignorar que nós profissionais e estudantes de Serviço Social fazemos parte dessa classe, e que, majoritariamente, no âmbito das UFAs privadas o perfil do alunado é de trabalhador que concilia a realização da atividade de estágio com o trabalho. Assim, mais uma vez indagamos: como garantir a supervisão acadêmica a esses estudantes que trabalham em período integral, aos sábados e estudam à noite? Ou, como garantir a supervisão acadêmica, em grupo ou individual, ao estudante trabalhador que reside em município diverso daquele em que estuda? Como esse estagiário realiza o estágio?

O cotidiano do cenário de estudo, revela:

- ausência de campo de estágio nos finais de semana nos municípios;
- alunos tem ficado de DP por conta do não cumprimento de estágio;
- dificuldades dos alunos cumprirem a carga horária de estágio durante a semana/semestre/ano e, então, fazem estágio quando tiram férias do trabalho;
- dificuldade para estes estudantes participarem da supervisão acadêmica extra-matriz curricular;
- algumas UFAs apontaram que falta estagiário para durante semana em detrimento da oferta de campos sem remuneração/semanal;
- uma UFA mencionou que há conflitos entre estagiários e supervisores de campo, necessitando da intervenção do setor de estágio;

- uma UFA apresentou que há projetos de extensão com Famílias e adolescentes de 8ª série para viabilizar estágios no final de semana.

**ESTRATÉGIAS:** projetos de extensão a comunidade como campo de estágio. (ABEPSS Sul II, 2011).

Vários elementos se apresentam para reflexão acerca do estudante que trabalha e tem estágio como atividade curricular obrigatória.

Um dos elementos se refere ao fato de os espaços sócio-ocupacionais, a rede de serviços de materialização das políticas sociais no país, atenderem somente nos ditos horários comerciais, ou seja, durante o dia e apenas de segunda a sexta-feira. Dificilmente encontram-se atendimentos com assistentes sociais à noite ou nos finais de semana, ainda que haja demanda para tanto. Então, essa realidade rebate no todo, desde a prestação de serviços, no exercício e na formação profissional. Com isso, as demandas para estágios em horários tidos como não comerciais (das 8h às 17h), e nos finais de semana que, num geral poderia ampliar os campos de trabalho para assistentes sociais, serviços à população e estágio para o estudante trabalhador, dificilmente são atendidas.

O estudante trabalhador tem suas possibilidades de estágio reduzidas. “Há um número grande de alunos trabalhadores que têm dificuldade para realização do estágio [...]”, sinaliza a estagiária Eliminação de Preconceito (2014),

[...] e têm que fazer no fim de semana ou então os professores dão um jeitinho [...] de uma maneira diferente.

Tal realidade, de acordo com o Relatório da ABEPSS Sul II (2011), desafia as UFAs, a destacar, em relação à necessidade de estágio nos finais de semana, e como estratégias configuram projetos de extensão como campo de estágio.

- uma UFA apresenta os projetos de extensão à comunidade do curso através de parcerias com instituições do município e/ ou região com alternativa de estágio para o final de semana.

- os espaços sócio ocupacionais em que estão os Assistentes Sociais no município e na região não disponibilizam de horários para estágios nos finais de semana que estão inseridas as UFAs;

- duas UFAs apresentaram que possui campos de estágio no final de semana (Hospital de Base, loteamento clandestino e mapeamento de população atendida junto aos conselhos). (ABEPSS Sul II, 2011).

Será que projetos de extensão como campo de estágio é de fato a estratégia, ou dever-se-ia dar mais centralidade à atividade estágio na formação profissional e considerá-lo como

inerente à graduação em Serviço Social e, caso não seja realizado, provocar no aluno a necessidade do curso ser realizado em maior número de semestres?

É inegável a articulação necessária do estágio com a pesquisa e extensão, cuja importância da indissociabilidade é reafirmada na PNE<sup>88</sup>. Mas, cabem as devidas observações aos objetivos e concepção de estágio em Serviço Social, além da atenção às ditames da Lei n. 11.788/2008, PNE (ABEPSS, 2010), Resolução CFESS n. 533/2008.

Destacamos que, para efeitos da PNE como da Lei n. 11.788/2008, as atividades de extensão (núcleos, projetos) podem ser caracterizadas como campo de estágio, desde que devidamente previstas no projeto pedagógico e respeitada a questão da carga horária docente e discente. Para que os projetos de extensão se tornem campo de estágio faz-se necessário:

Explicitar objetivos e funções desempenhadas pelo Serviço Social em conformidade com artigo 4º e 5º da Lei que regulamenta a profissão;  
Indicar que os projetos e planos de intervenção do estágio estejam articulados ao exercício profissional do serviço social, considerando a análise e a apropriação crítica do contexto sócio institucional;  
Que o docente envolvido na atividade de extensão assuma o processo de supervisão de campo, quando não houver outro assistente social devidamente registrado no Conselho;  
Que não haja acúmulo nas funções de supervisor(a) de campo e de supervisor(a) acadêmico(a). O(a) docente, ao assumir a função de supervisor(a) acadêmico(a) de um grupo de estudantes, não poderá acumular a função do supervisor de campo junto aos mesmos. (ABEPSS, 2010, p. 40).

E ainda assim, nos inquietamos, pois será o bastante constar no Projeto Político Pedagógico do Curso a extensão como campo de estágio? Penso ser algo para repensar, pois se trata de naturezas e objetivos distintos na formação profissional, ainda que na perspectiva de indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão. Além disso, fortalece a não contratação de assistentes sociais ao invés de ampliar o mercado de trabalho. Pode haver o não reconhecimento do espaço como ocupacional de assistente social pelo estudante. Pode efetivar a precarização na contratação dos denominados preceptores; ampliar as possibilidades para os cursos de modalidade à distância; dificilmente garante o previsto na Resolução CFESS n. 533/2008 sobre a supervisão direta de um estagiário para cada dez horas de trabalho do assistente social regularmente contratado na instituição campo de estágio, como vimos a realidade de projeto como estágio no loteamento e mapeamento. Será estágio considerando inserção em espaço sócio ocupacional do assistente social ou o trabalho no loteamento é uma atividade de extensão e o trabalho de mapeamento junto as conselho

---

<sup>88</sup> Indicamos ver mais em ABEPSS no que tange a Política Nacional de Estágio em Serviço Social, 2010.

atividade de pesquisa? Parece-nos mais uma distorção do significado do estágio supervisionado na formação profissional em Serviço Social.

Trata-se de um desafio, sim. Mas que requer amplas reflexões e debates com a categoria, tendo como horizonte, sempre, o fortalecimento do projeto ético-político. Afinal,

- 03 UFAs contam com projetos de extensão a comunidade (uma mencionou que está devidamente contemplado no PPC e se constitui campos de estágio estratégicos para atender a demanda de alunos-trabalhadores) e os mesmos são supervisionados por docentes-assistentes sociais e contam com a avaliação positiva dos alunos;
- a mesma UFA [...] apontou que a carga horária do docente-supervisor de projeto de extensão não é coerente com PNE; até mesmo porque, projeto de extensão tem uma especificidade diferenciada de demais campos de estágio. Identificaram a necessidade da PNE contemplar esta situação inclusive considerando a avaliação dos estagiários acerca da importância dos mesmo. (ABEPSS Sul II, 2011).

Urge ampliar essa discussão, sem perder o horizonte da qualidade expressa no projeto de formação e estreitar de fato o que preconiza as legalidades e diretrizes para o estágio supervisionado; tratando-se de uma atividade central na formação profissional, não cabem eticamente, os denominados “jeitinhos brasileiros” para sua efetivação.

[...] tem alunos que “ai eu vou tirar férias pra eu fazer meu o estágio”, então ele vai vivenciar só aquele momento ali [...] Acho que esse processo deveria ser repensado. A gente sabe que é difícil trabalhar, estudar, é muito difícil, é muito complicado [...] Eu tive uma oportunidade de vivenciar o estágio [...] remunerado, e estar presente todos os dias no campo de estágio. Então isso pra mim foi bom, porque eu aprendi muito, só que tem aluno que não tem essa oportunidade, [...] de ter esse processo de estágio, vivenciando o dia-a-dia com mais tempo. (NOVA ORDEM SOCIETÁRIA<sup>89</sup>, 2014).

Como dito, o estágio é processual, o que significa ficar reduzida a leitura de realidade, na dimensão ensino-aprendizagem, se restrito a um período de férias do trabalho do estudante. “Eu acho ruim o aluno tirar férias só para fazer o estágio, [reflete Autonomia (2014)] porque ele fica numa coisa de só cumprir horas, isso reduz o sentido do estágio.”

Por outro ângulo, se considerarmos as 450 horas de estágio, divididas em quatro semestres do curso (5º., 6º., 7º. e 8º. períodos) são cerca de 112 horas por semestre, podendo realizar até 06 horas diárias, o que contabilizam 30 horas semanais. Sendo assim, em um mês ou quatro semanas, ou que sejam cinco semanas, o estudante conclui a carga horária obrigatória apontada nas diretrizes curriculares. São contradições da realidade que precisamos ponderar, considerando acima de tudo o projeto ético-político, o significado do estágio e da

---

<sup>89</sup> Estagiária.

supervisão de campo e acadêmica como um todo. Não dá para se ter uma visão simplista e estruturalista, da operabilidade somente.

Urge incluir-se a supervisão acadêmica na matriz curricular e realizá-la no horário comum de aulas para garantir a participação de todos os estagiários. A unidade entre supervisão acadêmica e supervisão de campo fortalece a formação profissional, fortalece os atores envolvidos no estágio e previne conflitos nas relações estagiários e supervisores, considerando o processo de supervisão direta e o entendimento de que o estagiário é um agente em formação profissional, tão logo, não substitui o assistente social.

Sobre remuneração, a dificuldade é que raramente tem-se assistência estudantil nas UFAS (a destacar nas privadas) ou bolsas pelo campo de estágio, além de, não raras vezes, o estudante trabalhar para custear seus estudos; quando não, é arrimo de família.

No estado de São Paulo tem duas universidades públicas que possibilitam bolsas para o aluno continuar estudando e nem sempre essas bolsas suprem as suas necessidades. (ELIMINAÇÃO DE PRECONCEITO<sup>90</sup>, 2014).

A realidade para estágio remunerado:

- as UFAs disseram que em sua maioria tem um significativo número de campo de estágio remunerado, mas o valor é baixo, inferior a 01 salário mínimo;
- poucas UFAs apresentaram que são escassos os campos de estágio remunerado;
- 02 UFAs disseram que dentro da unidade existem estágios remunerados;
- os alunos às vezes não aderem ao estágio remunerado devido o emprego formal que está inserido; e, ainda que estejam em emprego informal, preferem permanecer neste por conta de valores da remuneração, pois os estágios remunerados tem se configurado mais como ajuda de custo ou bolsa de estudo. E há um número significativo de alunos que são arrimo de família. (ABEPSS Sul II, 2011).

Para além da reflexão sobre bolsas de estudo ou estágio remunerado, a grande questão é o significado de educação, de formação profissional, de estágio supervisionado, de trabalho profissional. Nota-se que o relatório da ABEPSS Sul II, 2011, revela um retrato da precarização. A realidade está explicitando o sentido da educação superior na sociedade de classes, do acirramento das desigualdades sociais e significâncias de desafios concretos de acesso à educação de qualidade para todos, independente de classe, etnia, gênero, idade, religião, etc. O movimento de luta é maior que a remuneração do estágio e o valor em moeda financeira desta remuneração. Trata-se de debater sobre qual educação defendemos; que formação profissional queremos? O que remete a pensar na arte, na cultura, na vida social para além do mercado.

---

<sup>90</sup> Estagiária.

É necessário, sim, pensar e construir mediações e estratégias para garantir que arte e cultura compõem a educação. Necessidade de criar a cultura de estudar. A conscientização de que estudo também constitui os processos de trabalho, de que estudo requer dedicação, requer tempo. O estudo se torna bancário, fragmentado se analisado unilateralmente face o contexto de exploração de mão de obra, de remuneração insuficiente, entre outros elementos resultantes da deterioração do sentido do trabalho e da educação, tão logo, da formação e trabalho profissional. Não queremos educação “*fast food*”, nem leilão de bolsas e financiamentos, e tão menos outros recursos adotados pela lógica de educação bancária próprios da sociedade de fetiches.

A LDB (BRASIL, 1996), como vimos anteriormente, no seu artigo 82, estabelece regulamentação sobre o estágio supervisionado, cuja formulação regula a relação que deve se estabelecer entre o estágio supervisionado e o mercado e trabalho, situando que o estágio supervisionado não caracteriza vínculo empregatício. Desse modo, resguarda minimamente o estudante de possíveis riscos e permite cobertura previdenciária de suas atividades.

A articulação das entidades representativas da categoria para fortalecer o projeto de formação profissional, bem como ampliar o número de agentes fiscais nos CRESS se faz real, até mesmo pelo trabalho de politização, de orientação, de acompanhamento que envolve a “fiscalização”. Faz-se necessário fortalecer a categoria como um todo em articulação com os próprios docentes, assistentes social, estudantes para realização de estágio tal como preconiza nosso projeto ético-político.

Claro que esse contexto constitui em desafios que recaem sobre as UFAs, e, que estratégias de enfrentamento devem ser construídas, mas, faz-se também necessário à articulação com a categoria profissional e o envolvimento direto dos órgãos representativos como CFESS, CRESS, ABEPSS, ENESSO na realização de amplos debates e construção coletiva de enfrentamento a estes desafios em prol da implantação efetiva da PNE e da formação profissional de qualidade.

Entendemos que a apropriação do projeto ético-político pela categoria e das Diretrizes Curriculares, bem como o encaminhamento da PNE para tomada de ordem jurídica e legal podem constituir em estratégias viáveis. Como dissemos anteriormente, a luta continua! A PNE é sem dúvida uma conquista da categoria, mas que agora nos coloca diante de novos desafios frente a um velho tema da formação profissional: o estágio.

O estágio supervisionado como exigência curricular, configurada no processo de formação profissional, incide no processo de capacitação do discente ao trabalho profissional cotidiano. Tem como premissa oportunizar o estudante a inserção no espaço sócio

institucional, propiciando o conhecimento dos aspectos difusos, tensos, contraditórios, os quais perpassam a prática profissional. Com essa concepção, consideramos necessário contínuas discussões acerca da atividade de estágio, inclusive no que diz respeito ao amadurecimento, materialização dos objetivos e operacionalização dessa atividade contida na PNE pelas UFAs para que haja o fortalecimento dos sujeitos envolvidos no processo de supervisão.

Com base em Buriolla (2001, p. 88), temos que essa atribuição requer um profissional que tenha domínio acerca da particularidade e habilidades inerentes à ação supervisora, afinal “[...] este exercício profissional deve ter o caráter de práxis, assumindo uma postura crítica e tendo como horizonte o movimento no sentido da transformação das relações sociais.”

A supervisão de estágio deve ser expressa como dimensão do processo de formação profissional do assistente social, numa perspectiva de totalidade, de dialética, o que, no âmbito do estágio supervisionado esse movimento dialético expressa o movimento teórico-prático da formação profissional.

É preciso que o estágio supervisionado conquiste a centralidade nas discussões no âmbito da formação profissional e ganhe visibilidade a toda categoria profissional envolvendo os desafios apresentados, e no que tange à supervisão de qualidade se possa lutar contra a precarização do trabalho e formação profissional que “[...] requer a apropriação das diretrizes curriculares e de outros instrumentos normativos e legais da categoria.” (GUERRA; BRAGA, 2009, p. 549).

Os atores envolvidos no estágio supervisionado na microrregional da ABEPSS Sul II, explicitam desafios e também possibilidades na implantação da PNE (ABEPSS, 2010), e tão logo da Resolução CFESS n. 533/2008, já que estes são atreladas ao projeto de formação profissional em Serviço Social no que tange especificamente diretrizes, legitimidades e legalidades para o estágio supervisionado e neste indissociavelmente o processo de supervisão. Contudo há um consenso em existir muitas possibilidades em detrimento dos diversos desafios.

Na opinião da supervisora de campo, Universalidade (2014), as legalidades esclarecem o estágio e a supervisão. E os limites ou desafios consistem no

[...] próprio profissional entender o que é o estágio, porque a partir do momento que ele entender que é um processo de ensino-aprendizagem ele consegue [...] ver as possibilidades. Existe muita possibilidade.

E neste sentido, complementa a estagiária Aprimoramento (2014), os desafios consistem no deciframento das legalidades pelos atores envolvidos para assim dar mais legitimidades inclusive institucionalmente:

[...] os limites da PNE está nela ser identificada, entendida na totalidade pelos estagiários, supervisores de campo, supervisores acadêmicos, coordenador de estágio e coordenador de curso.

Tão real tais espectros, que a estagiária Democracia (2014) coloca:

[...] as resoluções, a PNE, a gente ouviu falar, mas acaba passando batido, ouvimos muito nas oficinas da ABEPSS, nos eventos da ENESSO [...].

E neste sentido, outra estagiária, diz

[...] não conheço muito bem a Resolução [...] estudei pouco sobre a PNE [...] o que eu recorde muito era sobre a importância do estágio e da supervisão. (JUSTIÇA SOCIAL, 2014).

Para Pluralismo (2014) há a necessidade de um envolvimento maior do próprio profissional, em relação à supervisão de estágio.

Ter uma consciência maior do seu papel, desse processo de supervisão, [...] da importância da supervisão de estágio. (PLURALISMO, 2014).

Cidadania (2014) coloca que enquanto supervisora acadêmica tem mais dificuldade de desenvolver o trabalho, do que enquanto supervisora de campo.

Enquanto supervisora acadêmica, eu acredito que os limites institucionais, estão na precarização. É o principal fator aqui que a gente tem que pensar. Não temos transporte, então eu acredito que o contato com o supervisor de campo, não adianta falar que ele existe, porque ele não existe. No máximo o que acontece é um encontro anual ou então o setor de estágio entra em mais contato, mas enquanto supervisor acadêmico fica a desejar. [...] Eu tenho três aulas semanais, divido a turma em grupos de dez alunos [...] Não tem tempo [...] não tem horas-aulas ganhas para ir até o campo de estágio e [...] nem voluntariamente não tem jeito, porque não tem transporte, então acredito que o maior limite é a precarização mesmo, enquanto uma universidade privada.

Observamos, contudo, que a fala de Cidadania (2014) é coerente com as opiniões dos demais sujeitos entrevistados, e tanto de unidades de ensino privada quanto das públicas assistimos tal realidade que desafiam os supervisores e estagiários.

A supervisora, por exercer tanto a supervisão de campo quanto a supervisão acadêmica, coloca que:

Enquanto supervisora de campo, eu não consigo ver algo negativo. Assim, eu acredito que tem pessoas que pensam que [...] o estagiário vai tomar tempo do supervisor e tudo mais, mas eu não consigo ver dessa forma, porque eu coloco o estagiário sempre junto comigo. Então, tudo o que eu estou fazendo ele está desenvolvendo junto, então eu não vejo que é algo que atrapalha que eu não tenho tempo pra supervisionar, porque é tudo feito junto. (CIDADANIA, 2014).

Sobre as possibilidades, Cidadania (2014), defende estar no conhecimento.

É poder propiciar a troca. Levar subsídios para que o aluno consiga fazer a relação teoria e prática. Então as possibilidades são diversas.

A supervisora de estágio Autonomia (2014) aponta sumariamente a importância de se ampliar os debates e espaços políticos da categoria, pensando nas estratégias de fortalecimento do projeto de formação, ainda mais considerando a conjuntura macroeconômica e política que rebatem na formação e trabalho profissional.

Pensando no macro [...] dessa mercantilização do ensino, a gente está falando do ensino à distância, de universidades que estão fazendo tudo, de *merchandising*, vender o FIES e coisas mais agora, é que daqui um tempo, [...] teremos mais profissionais formados no ensino à distância do que no presencial. Então, quando a gente fala de supervisão, a gente não está falando só do aluno que é estagiário do ensino à distância, mas a gente está falando do supervisor de campo formado no ensino à distância. Então, a gente tem que pensar politicamente nosso conjunto, CFESS, CRESS, ABEPSS e ENESSO, e trazer esses atores para uma discussão política mais próxima da realidade que a gente tem. A gente tem que trazer os profissionais para a gente poder discutir, inclusive pensando nas nossas normativas, nas nossas resoluções, no nosso projeto ético-político, no nosso Código de Ética, enfim, pensar [...] como é que a gente vai dar conta disso.

Nessa perspectiva, a profissional continua a preocupação com sugestões que nos convocam a pensar inclusive na vigília, que precisamos nos ater aos nossos princípios éticos e a materialização destes nas diferentes ações e espaços cotidianos.

A gente fala muito das coisas negativas, mas tem muitos profissionais hoje que lutam para materializar nosso projeto [...] eu fico bastante preocupada porque cotidianamente a gente passa por muitas dificuldades. E algumas dificuldades que são solitárias, e acho que a gente enquanto profissional tem que se organizar mais. Falo de organização mais política e não só dos desafios, do fazer profissional, mas também da formação. (AUTONOMIA, 2014).

A expectativa da supervisora contempla a da estagiária de último período, Eliminação de Preconceito (2014), ao explicar a importância da aproximação dos órgãos representativos da categoria dos profissionais atuantes, a destacar dos supervisores de campo.

Os profissionais estão na atuação [...] e sabem identificar cada problema, cada território, cada dificuldade.

Nessa reflexão desabafa, dizendo que os eventos como CBAS e ENPESS cobram valores elevados se comparados com o salário dos profissionais e que desta maneira o estímulo para a educação permanente fica prejudicado.

Se pode sim fazer um evento bom, de qualidade, cobrando mais barato [...] senão a gente avança em folhas, mas não avança na luta. (ELIMINAÇÃO DE PRECONCEITO, 2014).

Temos assim, mais um desafio que perpetua na categoria profissional, que a nosso ver perpassa fortemente pela dimensão política da profissão – que tem no seu cerne o perfil militante, de luta constante, frente os avalanches da ordem capitalista.

## **CAPÍTULO 6 SUPERVISÃO ACADÊMICA E DE CAMPO: DOIS LADOS DE UMA MESMA MOEDA NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL**

É preciso romper com a estagnação e realizar a travessia, pois é no meio da travessia que o real se dispõe para a gente. (Guimarães Rosa)

Com base na fala de Liberdade (2014), afirmamos que

[...] o processo de supervisão de estágio [...] é uma dupla inseparável: não existe estágio sem supervisão e não existe supervisão sem estágio.

Esse é um ponto fundamental.

Se tem o estágio, [...] mas não tem uma das supervisões, não é estágio. [...] Só é estágio, quando a gente tem os três sujeitos envolvidos. (LIBERDADE, 2014).

Embora cada uma tenha a sua especificidade, a supervisão de um modo geral, tem que estar, conforme aborda a supervisora Equidade (2014),

[...] articulada nesse processo de ter diálogo, acompanhamento, o que se constitui talvez como um dos desafios do processo de supervisão de estágio.

Para supervisora de campo Universalidade (2014) é notório na fala dos estudantes quando não acontecem as duas supervisões diretas. Através delas, todos conseguem sanar suas dúvidas acerca da profissão.

A supervisão de estágio, realizada conjuntamente pelo supervisor acadêmico e de campo, deve ser exercida articuladamente: um supervisor deve conhecer o outro e os respectivos processos de trabalho que os envolvem, as dificuldades, possibilitar entendimento dos espaços institucionais que abarcam o processo de estágio.

Assim, conforme preconiza o projeto ético-político e reafirmam os sujeitos entrevistados, é indicativa a realização de encontros periódicos sistemáticos entre supervisores. São vitais as visitas aos campos de estágio, ainda que para a realização das visitas tenham inúmeras complicações, dificuldades e limites. Em alguns casos, deve-se assegurar ao menos o contato telefônico ou via e-mail, que se realizam na instituição de ensino ou mesmo da categoria como um todo, mas sempre garantindo a articulação entre

supervisor acadêmico e de campo é uma possibilidade, destacam Liberdade, Autonomia e Equidade (2014).

Assistimos que estes contatos ainda que sumariamente acontecem:

- os contatos referentes à supervisão acadêmica e de campo se constituem *a priori* e majoritariamente por e-mail e contato telefônico, em caráter de demanda urgente se faz uma visita com recursos próprios do supervisor ou coordenador de estágio.
- demanda excessiva de trabalho dos assistentes sociais (supervisores de campo) dificulta a disponibilidade dos mesmos para agendar visitas e receber os supervisores acadêmicos ou coordenadores de estágio;
- a maioria das UFAs apresentou que realizam reunião semestral com supervisores de campo, mas, o desafio maior é de participação significativa dos mesmos (não são liberados das instituições, não tem transporte na instituição, sobrecarga de trabalho). (ABEPSS Sul II, 2011).

O cotidiano da supervisão de estágio, tal como na trajetória histórica da profissão, é marcado pelo distanciamento entre campo de estágio e unidades de formação acadêmicas. A dicotomia no estágio ainda se faz presente. Ainda nos dias atuais é significativa a ausência da participação dos supervisores nas reuniões, por diferentes motivos; além de considerarmos a precarização do trabalho em que estão inseridos, também relacionamos com a questão de nem todos terem vivenciado na graduação a supervisão acadêmica ou disciplina de processos de supervisão, o que pode levar a terem ainda uma visão reducionista do estágio supervisionado e não terem a dimensão do significado das reuniões para a relação de unidade entre supervisão acadêmica, supervisão de campo e estagiários. Outra possibilidade diz respeito à questão da identidade profissional com o exercício da supervisão. Nem todos exercem a supervisão de estágio por escolha do exercício da atribuição profissional, há espaços sócio-ocupacionais que exigem tal exercício para o assistente social; além disso, falta o entendimento de que supervisão de estágio é uma atribuição e deve ser contabilizada no trabalho realizado na instituição. Como também, entre todos os atores envolvidos no estágio pensarem na importância da qualificação dos campos estágio.

- as reuniões de supervisores acontecem periodicamente conforme a disponibilidade dos supervisores de campo, num geral 01 e/ou 02 por semestre;
- DESAFIO: a participação (de todos) dos supervisores de campo nas mesmas em decorrência, segundo os mesmos, da precarização do trabalho que vivenciam nos diferentes espaços sócio ocupacionais. (ABEPSS Sul II, 2011).

O Relatório da ABESS Sul II (2011) retrata que a maioria das UFAs apontam dificuldades em oferecer cursos de formação continuada para os supervisores de campo devido à falta de recursos e carga horária para os docentes/supervisores acadêmicos e

coordenadores de estágio. Dificuldades que, a nosso ver, advêm da precarização do trabalho docente, já que a maioria é horista e estão em UFAs privadas.

A supervisão de estágio constitui-se como atribuição privativa de assistentes sociais, configurando-se processo coletivo de ensino-aprendizagem, no qual se realizam a observação, registro, análise e atuação do estagiário no campo de estágio, bem como a avaliação do processo de aprendizagem discente, visando à construção de conhecimentos e competências para o exercício da profissão. É importante que a avaliação seja realizada continuamente, contemplando duas dimensões: a avaliação do processo de estágio e a avaliação do desempenho discente, assegurando a participação dos atores envolvidos (supervisores acadêmicos e de campo e estagiários).

Cabe ao supervisor contribuir com o estagiário na particularização da problemática que envolve a ação profissional no tocante às especificidades dos organismos institucionais, o que exige uma apropriação do projeto político-pedagógico do curso e, em especial, das orientações adotadas no ensino da prática.

A realidade explicita desafios inerentes ao próprio exercício da supervisão de estágio em coerência com os rebatimentos da deterioração da educação e do trabalho, e conseqüentemente, da formação e exercício profissional. Por exemplo, coloca Liberdade (2014):

A supervisão de campo requer algumas respostas imediatas da supervisão acadêmica. E que na verdade as respostas estão na própria supervisão de campo, no seu fazer profissional, na análise institucional que aquele supervisor de campo faz no seu trabalho profissional.

Igualmente, a supervisão acadêmica tem suas particularidades e ela também não pode responsabilizar a supervisão de campo por reflexões que são pertinentes à supervisão acadêmica.

Continua Liberdade (2014):

[...], às vezes, o supervisor acadêmico diz “ah, mas o supervisor de campo, não faz tantas reflexões, o supervisor de campo... E perde elementos que são particulares, da supervisão acadêmica. Então, eu acho que são supervisões distintas, são momentos distintos e que tem que se dialogar, ela tem particularidades na sua execução, a supervisão de campo e a supervisão acadêmica, e tem que ser consideradas. É claro que o campo, a supervisão de campo, tem uma dinâmica muito mais rápida, muito mais ágil do que a supervisão acadêmica. O trabalhador assistente social está com o estagiário, tem uma fila para fazer atendimento, tem que cumprir, muitas vezes, hoje no processo de precarização, metas no seu trabalho profissional e tem que dar conta de refletir com o aluno aquilo que ele fez [...].

Ainda que sejam momentos distintos, supervisão acadêmica e supervisão de campo constituem elementos intrínsecos de um mesmo processo, que é o estágio supervisionado. A supervisão é uma atividade didático-pedagógica possibilitadora da apreensão e assimilação da práxis profissional. Isso não significa que estamos delegando ao estágio a responsabilidade única da relação-diversa entre teoria e prática, mas dando “[...] centralidade ao estágio e à transversalidade da relação teoria e prática, e trabalho e formação profissional em todo o curso de Serviço Social. E é claro que [...] tem particularidades que tem que ser entendidas no processo da formação.” (LIBERDADE, 2014).

A supervisão de campo tem suas particularidades e a supervisão acadêmica tem as suas particularidades, como veremos nas categorias analíticas a seguir, com base na síntese das legalidades, legitimidades, concepções e no processo cotidiano das UFAs em cenário.

### **6.1 Concretudes da Supervisão Acadêmica no Cotidiano**

A supervisão acadêmica precisa se afinar-se com os elementos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos da profissão; afinal, é na supervisão acadêmica que os estagiários levam as angústias do campo de estágio para a sala de aula, “[...] para discutir, comparar com dos colegas [...] às vezes, a gente acaba apresentando soluções, alternativas para os problemas dos colegas. É muito importante.” (DEMOCRACIA<sup>91</sup>, 2014).

“Ser supervisor acadêmico é muito difícil”, coloca Liberdade (2014).

O supervisor acadêmico tem que ser um professor, tem que ser um profissional que consiga articular os elementos das diversas disciplinas, dos diversos componentes curriculares pra construir uma síntese, do trabalho profissional do assistente social, [...] para que o aluno compreenda aquele espaço em que ele está inserido. A supervisão acadêmica tem que trazer elementos fundamentais, por exemplo, da economia política, do fetiche da mercadoria, de mais-valia, da teoria do valor trabalho. (LIBERDADE, 2014).

A supervisão acadêmica é um componente curricular extremamente dinâmico continua Liberdade (2014), “[...] que, às vezes, você propõe uma aula, uma atividade, e o aluno chega com elementos [...] do cotidiano, concretos daquele cotidiano profissional específico” e o supervisor acadêmico tem que construir mediações teórico-metodológicas. Tem que resgatar com o estudante o que ele estudou, por exemplo, “[...] em sociologia e ele entendeu o estruturalismo, o como que as instituições estão nesse processo [...] ele vai ter que entender

---

<sup>91</sup> É estagiária.

que não tem o recurso, porque essa política neoliberal não garantiu direitos, não construiu políticas sociais de fato.”

Então ele tem que estar preparado para ser supervisor acadêmico, para articular, atrelar todos os conteúdos da formação profissional, fazer a relação teoria e prática, ainda que seja esse o papel do supervisor de campo também. (EQUIDADE, 2014).

A relação trabalho e formação está expressa nesse todo, numa unidade intrínseca, inclusive entre teoria e prática no decorrer do curso de graduação em Serviço Social, com ênfase no estágio supervisionado. A supervisão acadêmica como um componente curricular - porque claro que na estrutura e na dinâmica do curso, ela é uma disciplina que está dentro de uma matriz curricular,

[...] mas ela não pode ser uma disciplina como fundamentos, como ética, por exemplo. Ela não pode ser uma disciplina em que o aluno saia sobrecarregado de elementos. (LIBERDADE, 2014).

É um componente curricular contínuo: supervisão acadêmica, um, dois, três e quatro, e tem que ter níveis de complexidade que se aumentam gradativamente.

Ainda que as UFAs possuam a disciplina de supervisão acadêmica ou referente ao estágio na matriz curricular, não conferem ao que preconiza a PNE (ABEPSS, 2010), na totalidade.

Tem se processado de forma mais lenta [...] onde as instituições não conseguem de fato executar por falta de condições materiais [...] ou pelas instituições não reconhecerem ou não terem carga horária suficiente para estes supervisores. (EQUIDADE, 2014).

Na realidade da UFA, que Eliminação de Preconceito (2014) estuda como exemplo, não tem supervisão acadêmica.

O que a gente tem são professores que se disponibilizam á supervisão acadêmica [...], mas os professores estão acarretados de trabalho, é muito difícil. Vemos campo de estágio fechando por questões do estagiário [...], supervisores que fecham campos e a gente não tem para quem reclamar, não tem para onde correr, porque, não tem supervisão acadêmica e nem coordenação de estágio. [...] os supervisores reclama que não tem reuniões, etc.

É importante problematizar e restabelecer isso para gente pensar estratégias de operacionalização da supervisão acadêmica na matriz curricular.

A supervisão acadêmica está vinculada a uma disciplina teórica.

Algumas UFAs não tem na sua matriz curricular. (LIBERDADE, 2014).

Isso faz com que os estudantes se ocupem de pré-aulas, pós-aulas, momentos de supervisão acadêmica e não o componente curricular articulado dentro daquele período letivo.

Uma UFA apresentou que há carga horária para docentes, com horários alternativos (pré-aulas ou sábados) para atender os estagiários individualmente e/ou em grupo por área/segmento: assistência social, saúde, ong's, educação e projetos de extensão à comunidade do próprio curso (01 hora/aula por semana). (ABEPSS Sul II, 2011)

Continua o relatório:

Três UFAs apresentaram que o docente tem carga horária para a supervisão acadêmica (um com 06 horas; outro com 04 horas e um não especificou a carga horária para cada docente, não especificando se por área/segmento ou qual a forma de sistematização da supervisão);

A maioria das UFAs relatou a ausência de sistematização da supervisão acadêmica no PPC;

Ausência de recursos financeiros e institucionais para a visita em campos de estágio (apenas uma UFA) possui tal recurso para o supervisor acadêmico;

Carga horária insuficiente e/ou ausência de carga horária específica para docente/supervisor acadêmico em consonância com a PNE (sobrecarga de trabalho, no qual a maioria das UFAs atende mais de 20 alunos);

Dificuldades de participação dos alunos-trabalhadores nas supervisões acadêmicas por falta de disponibilidade de horários dos mesmos (quando esta não está na matriz curricular);

Dificuldade na participação de estudantes oriundos de municípios vizinhos que dependem de transportes municipais. (ABEPSS Sul II, 2011).

Considerando as peculiaridades locais, regionais e as limitações institucionais coerentes com a precarização da educação superior e seus rebatimentos no Serviço Social, como visto anteriormente, entendemos que uma das estratégias para garantir a supervisão acadêmica é constá-la também como disciplina na matriz curricular e ser realizada no horário de aulas. É uma possibilidade para todos estagiários participarem, o que é precípuo á supervisão de estágio - apesar, de neste sentido, haver o desafio no como atender a recomendação da PNE (ABEPSS, 2010) da carga horária.

Quais as possibilidades para concretizar o que hegemonicamente nossa profissão legítima? Certamente está atrelada a contratação e atribuições de horas para os docentes-assistentes sociais exercerem a supervisão acadêmica, para garantir 03 horas semanais de supervisão para cada período de estágio (5º. , 6º. ,7º., 8º.períodos) e cada professor com grupo de até 15 estagiários.

Identificamos que as UFAs tem desenvolvido a supervisão acadêmica conforme suas peculiaridades, mas não assegurando o delineamento da supervisão conforme PNE; por exemplo, o básico, de 15 estudantes para cada supervisor acadêmico, realização da supervisão no horário das aulas para garantir a participação de todos, 03 horas/aulas de supervisão por semana, supervisão acadêmica conforme área de atuação dos respectivos supervisores de campos; realização de visitas aos campos de estágio e organização de fóruns.

A supervisão acadêmica acontece dentro do período letivo. [...] eu tenho dois grupos de cerca de dez alunos, cada grupo. [...] Nós temos encontros semanais, então, tem diversos assuntos que a gente trabalha o semestre inteiro. (CIDADANIA, 2014)

A realidade, cuja ética tem sido perpetrada por normativas. A sociedade burguesa se configura como sociedade da legalidade, para garantir a supervisão acadêmica com qualidade, sistematizada, atendendo o projeto hegemônico da categoria para a formação e exercício profissional, entendemos ser necessária uma resolução CFESS que legisle sobre a supervisão acadêmica, tal como, a Resolução CFESS n. 533/2008 sobre supervisão direta de estágio, que legisla sobre a supervisão de campo.

Observa-se que ocorre a supervisão acadêmica, mas, ainda conforme as possibilidades locais e institucionais marcadas pela precarização da educação e do trabalho profissional.

Liberdade (2014) sinaliza a importância da supervisão acadêmica e exercício desta no cotidiano da formação profissional, apontando inclusive, o quanto é significativo ser exercida por assistentes sociais-docente que tem afinidade com a temática e se debruça a aprendê-la na totalidade do projeto de formação.

É um desafio ser supervisor acadêmico. [...] todos os profissionais de Serviço Social do curso deveriam passar pela supervisão acadêmica. Há professores que não se interessam. Não tem uma afinidade com estágio, enfim, respeito, mas acho que os profissionais de Serviço Social tinham que passar por essa fase da supervisão acadêmica de estágio. Eu realizo a supervisão acadêmica no meu cotidiano de trabalho, então eu assumi a disciplina, no nível três. Os alunos já ficaram dois semestres, no campo, quando eles chegam pra mim, pra esse componente curricular, pra esse momento da supervisão. (LIBERDADE, 2014).

Continua o supervisor acadêmico e militante da ABEPSS expressando a materialização da supervisão acadêmica conforme princípios da PNE (ABEPSS, 2010) articuladamente com os núcleos de fundamentos que estruturam a formação profissional, expressos nas diretrizes curriculares:

Hoje, onde eu trabalho, nós temos a capacidade de ter no máximo quinze alunos por turma. Semestre passado eu tive onze alunos em supervisão acadêmica. Isso é um avanço, porque os professores do curso [...] se dedicaram e entenderam a importância disso. Nós temos uma equipe de oito ou nove profissionais na supervisão acadêmica. [...] Então, [...]o aluno deve trazer para mim concretamente o que ele faz no campo de estágio. Toda semana tem uma rodada de alguém para falar sobre o campo [...] o que aconteceu. [...] com esses elementos que ele me traz, das reflexões dele, eu construo com os outros alunos e com o próprio aluno que trouxe aquela síntese os elementos teórico, metodológicos. Pensando os fundamentos da profissão, pensando os elementos da economia política, da ética, da filosofia, tentando entender a conjuntura econômica e social para que ele perceba a intervenção que o assistente social construiu pra aquela ação profissional. Acho que pra isso a gente tem os relatos dos alunos, tem os diários de campo. Acho importantíssimo esse instrumento. Hoje eu solicito pra que os alunos me entreguem os diários de campo. O que eu peço num diário de campo? Não é um mero relato [...]. Não é uma descrição do que ele fez, mas que ele possa pegar um ou dois atendimentos que ele acompanhou por um tempo, descrevê-lo e fazer uma síntese teórico, metodológica, ético, política sobre aquilo que foi realizado. Com essa leitura eu consigo me aproximar do campo de estágio [...] consigo me aproximar dessa realidade. Acho que é uma ação minha como supervisor acadêmico também a ida ao campo, então esta é uma tentativa de estar próximo do supervisor de campo, [...] acho isso muito importante. (LIBERDADE, 2014).

Contudo, a travessia de desafios se faz presente considerando as condições de trabalho docente.

Não consigo fazer todas as visitas dos onze, quinze alunos. Não consigo, porque a gente está também envolvido com outras atividades administrativas e acadêmicas, mas um contato com o supervisor, a necessidade da coordenação e da comissão de estágio proporem um Fórum local de estágio, onde a gente pode se aproximar também dos supervisor de campo, [...]. Então eu tento na supervisão acadêmica hoje ouvir os alunos, que é nos seus relatos pessoais, que é no diário de campo, que é no plano de estágio que ele me entrega no começo do semestre, em que tem ali as atividades que ele vai desenvolver. Acompanhar o que ele está fazendo no campo de estágio e também avaliar com o supervisor de campo o desenvolvimento do aluno. Acho que essa é [...] nossa atribuição na supervisão acadêmica de estágio. Agora tem dificuldades? Inúmeras: conseguir colocar tudo o que a gente faz no nosso plano de trabalho; a gente não consegue, sensibilizar os colegas de que quem, está na supervisão acadêmica pegue no máximo uma disciplina quem está na supervisão acadêmica não oriente um número grande de TCC's. Acho que isso tem que ser considerado na distribuição das tarefas, "é", do nosso plano de trabalho. Isso só é possível quando nós temos a equipe do curso entendendo a importância do estágio. (LIBERDADE, 2014).

Coerente com a PNE (ABEPSS, 2010), a supervisora Cidadania (2014) realiza a supervisão acadêmica com grupos de estagiários cujos campos de estágio envolvem a mesma área de atuação profissional. Em sua fala, a supervisora legitima esta orientação da política.

Nós dividimos por eixos ou por assuntos, então, eu sempre supervisiono o pessoal da área da assistência que é CRAS, CREAS e órgão gestor. Do meu ponto de vista é muito melhor trabalhar assim, porque é o cotidiano deles é um pouco mais parecido. Então, quando a gente traz pra discussão todos eles já vivenciaram e um pode contribuir com o outro.

Eu tento organizar com temáticas, num primeiro momento, a gente monta o nosso plano, e o cronograma. A gente elabora junto, eu e os alunos. O que eles querem discutir ao longo do semestre e a gente vai pensando em temas, em assuntos. Então, questões técnicas ou de referenciais teóricos, um exemplo, vamos discutir a importância da visita domiciliar, ou então qual que é a importância dos diários de campo. Então, a gente vai pensando em alguns assuntos chaves e aí ao longo do semestre cada encontro a gente vai se aprofundar em determinado assunto. Quando é algo mais técnico, geralmente vários alunos trazem experiências sobre determinado assunto, que, por exemplo, [...] condicionalidade de programas sociais. Os alunos trazem e a gente faz uma discussão sobre o que eles pensam a respeito das condicionalidades, tenta relacionar com a LOAS, sobre a universalização e tudo mais. Então a gente tenta sempre fazer relações teoria e prática. Quando a gente pensa, um exemplo, no diário de campo, então eu trabalho algum texto que trata sobre isso. Tento levar eles a entender a importância do diário, mas não enquanto um registro de atividade, mas enquanto um momento de refletir sobre o que faz lá no campo de estágio. (CIDADANIA, 2014).

A profissional enfatiza que a supervisão acadêmica ultrapassa a lógica de aula, e aponta que se trata de uma atividade acadêmica nova, que requer a compreensão de seu significado e importância, a destacar compromisso com o projeto ético-político da profissão no horizonte da práxis profissional.

Eu não considero a supervisão acadêmica uma aula, porque são trocas de conhecimento, sempre em círculo. No final desse período eu sempre peço alguma atividade, mas eu não consigo avaliar eles só pela atividade, a avaliação ela é contínua. Todo encontro eu faço anotações da participação de cada um. Então, eu avalio, cotidianamente levando em consideração a participação, a frequência. A supervisão acadêmica é algo muito novo, eu acredito que agora que eles tão conseguindo compreender qual que é a importância da supervisão acadêmica. Se eu pensar nos semestres anteriores que eu fazia, eu acredito que muitos alunos vinham num encontro, dois encontros. Então, a partir do momento que eu comecei sistematizar, montar o cronograma com eles, consegui apresentar pra eles que também faz parte da formação, que tem que ter a frequência, a participação, o envolvimento, eu acredito que eles estão levando de outra forma. [...] Agora que eles tão começando a compreender, até a gente, porque quando eu comecei na supervisão acadêmica, [...] até eu não tinha muita clareza do que era. Então, eu acho que depois que a gente vai começando ler mais, vai melhorando muito. Eu uso muito o código de ética comentado. Dá pra trabalhar muita coisa, com ele. Então, sempre tentando levar eles a refletir mesmo sobre o nosso Código de Ética, o nosso compromisso com o nosso projeto ético-político e relacionar, sempre relacionar as nossas discussões com o que eles tão vivenciando. (CIDADANIA, 2014).

Exercer a supervisão de estágio não é tarefa fácil, a destacar no contexto de mundialização do capital, em tempos de mercadorização e descaminhos neoliberal que rebate na educação e no trabalho, logo, na formação e no exercício profissional.

A supervisão acadêmica deve ser densa de fundamentação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, garantido a indissociabilidade dos núcleos que estruturam a formação profissional articuladamente com a supervisão de campo, necessariamente.

## 6.2 A Realidade Concreta da Supervisão de Campo

A supervisão de campo é um processo rico de presença do estudante no campo, propiciando reflexões ao supervisor de campo sobre o cotidiano de sua prática profissional. É permeada de reflexões profissionais, de troca e construção de saberes e informações,

[...] porque o aluno está em processo de formação, ele traz coisas novas, e que o supervisor de campo tem possibilidades de estar aprendendo também, com o aluno e até estimulando as ações profissionais, porque o aluno tem gás novo. (CIDADANIA, 2014).

A supervisão de campo deve expressar para o estudante, o todo do processo de trabalho profissional naquele espaço sócio ocupacional.

[...] o porquê [...] daquela atuação profissional e conseguir dizer por que ele fez aquilo, [...] eu fiz esse encaminhamento por causa disso e daquilo, porque que o Código de Ética dá esse respaldo, porque os valores que estão nos princípios fundamentais do Código de Ética revela isso, porque isso é um princípio da formação, eu tomei esse encaminhamento, eu tomei esta postura, porque tem resolução do conjunto CFESS-CRESS que trata sobre isso. (LIBERDADE, 2014).

Tudo isso requer um supervisor, cujo perfil profissional, seja crítico, propositivo, dinâmico, atualizado com os aportes teóricos e legais que fundamentam o trabalho profissional. Entretanto, as estagiárias Democracia e Eliminação de Preconceito (2014) colocam que

[...] nem sempre o profissional que está supervisionando é um profissional que está em formação continuada, permanente, que se atualiza, e isso é complicado.

Os princípios éticos do Serviço Social balizam como compromisso profissional a educação permanente, o contínuo aprimoramento profissional para fins da prestação de serviços de qualidade, assim, para além do exercício da atribuição privativa de supervisor/a de estágio, cabe ao assistente social, a permanente busca pelo conhecimento, a atualização profissional e a (re)construção de saberes profissionais.

O processo de supervisão requer planejamento e o plano de estágio precisa, conforme já deliberado nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), ser construído conjuntamente por supervisor de campo, estagiário e supervisor acadêmico, com base no plano de trabalho do assistente social.

O estágio contempla documentações específicas que conferem os conhecimentos de instrumentos de trabalho do assistente social no cotidiano, mas, também já dito anteriormente, para além do mero tecnicismo. O plano de estágio, o diário de campo, o relatório, dentre outros são necessários, coloca a estagiária Nova Ordem Societária (2014) – em concordância também com a fala dos demais sujeitos entrevistados.

[...] as anotações que a gente faz torna o aluno mais crítico, porque através do que ele está vivenciando, no todo do trabalho profissional, mesmo com o acompanhando direto do supervisor de campo, deve ter também o olhar crítico do estagiário, e ter a liberdade de discutir [...] com o supervisor acadêmico o como do campo de estágio, os momentos vivido ali, buscar possíveis intervenções. (NOVA ORDEM SOCIETÁRIA, 2014).

Acontece que nem todos os profissionais sistematizam, elaboram e refletem sobre o seu plano de trabalho, o que pode provocar, inclusive, o não entendimento da formação, do processo educativo, da supervisão no cotidiano profissional, como vemos na fala da militante da ABEPSS e supervisora, Autonomia (2014),

[...] às vezes, algumas chefias criticam, no sentido de ‘ela está com aluno, está na sala trancada, fazendo o quê com tanta gente para atender’ isso é um limite desse cotidiano profissional.

E isso pode gerar hiatos no processo de formação profissional do estudante de Serviço Social, como podemos ver na fala da estagiária Democracia (2014):

A minha supervisora é coordenadora de CREAS [...] como é gestão ela tem muitas reuniões externas, às vezes eu participo, mas não posso estar em todas. Então eu não consigo acompanhar os casos, trabalhar em rede [...]. Mesmo assim, ela discutiu os casos comigo, o tipo de violação, as demandas, mas tudo mais administrativo [...] não sei fazer relatórios, pareceres ainda. [...] Entendo que a supervisão deveria ser todo o tempo que a gente está no estágio, mas nem sempre é assim. Precisa de mais tempo para refletir teoricamente sobre os casos, as demandas, os usuários, os porquês, acho que relacionar teoria e prática.

Está na resolução CFESS n. 533/2008: a supervisão direta e sistematizada de estágio requer acompanhamento diário do estagiário, como também o momento específico da supervisão, considerando que o estágio é um espaço de capacitação, de relação entre teoria e prática.

A supervisão, conforme Liberdade (2014) é o acompanhamento, quando o aluno está no campo

[...] mas é também o momento em que ele (*o supervisor*) pára a sua ação profissional para refletir, e essa reflexão com o aluno, o supervisor de campo tem que dizer, porque às vezes ele faz alguma ação que é bem encaminhada, com concepção dentro dos valores do projeto ético-político, dos [...] dos princípios fundamentais do Código de Ética.

Entretanto, se o supervisor não consegue explicar para o estagiário os porquês, ele não entende que, não raras vezes, na intervenção profissional também se retrocede, que o assistente social tem que criar estratégias que não é na imediaticidade e que, processualmente, vai construindo as respostas profissionais.

Então, [...] o supervisor de campo tem que fazer com que o aluno saiba por que ele está fazendo aquilo, porque se ele não faz o aluno não compreende. “Aí” ele chega à supervisão de campo dizendo: o meu supervisor de campo fez isso, aquilo. Meu supervisor de campo não atua, porque ele não garantiu um direito, mas não entendeu como que a garantia dos direitos se dá naquela instituição [...] Supervisor de campo tem que dar conta de fazer isso. (LIBERDADE, 2014).

Frente a isso, Universalidade (2014), enquanto supervisora de campo, coloca a importância da supervisão de campo ser produtiva de conhecimentos, tanto para o estagiário quanto para o supervisor. Perpassa da unidade entre teoria e prática, articulando planejadamente o cotidiano do trabalho do assistente social com os textos, conteúdos estudados pelos estudantes em sala de aula, discussão das legislações que embasam a atuação profissional, enfim, abarcar o todo que envolve o trabalho em questão.

Eu tive um estágio e também apresento um estágio de qualidade porque da forma que eu exijo eu também estou sendo exigida. Eu deixo um dia estabelecido para a supervisão, mas ao mesmo tempo em que deixo claro para o estagiário que ela aconteça também simultaneamente com as atividades. Eu peço muito para trazerem coisas da sala de aula, porque [...] também preciso saber sobre o SUS, as discussões da saúde de agora; da assistência, como está, afinal, a lei muda muito, então eu sempre procuro discutir textos e devido à correria procuro aproveitar os mesmos textos que os professores passam nas diferentes matérias. Então a gente tem toda uma discussão mesmo e eles (*os alunos*) trazem, tem toda uma crítica também construtiva que eles colocam. (UNIVERSALIDADE, 2014).

Em contrapartida, a supervisora acadêmica e também de campo, Pluralismo (2014), opina que a supervisão de campo,

[...] é uma dificuldade, porque os próprios supervisores, não estão comprometidos. [...] não conseguem entender a importância, às vezes, do papel que eles têm, da responsabilidade que eles têm ao supervisionar um estagiário. Eles não têm o conhecimento da responsabilidade, do papel de educador que essa prática traz.

A visão de Pluralismo (2014) nos remete a pensar na história do estágio supervisionado como ‘o patinho feio’ da formação, contudo entendemos que os tempos atuais anuam uma realidade de diferentes desafios, mas que o estágio, e com ele intrinsecamente a supervisão, tem ganhado significado e significâncias para todos os atores envolvidos. Claro que não numa uniformidade de visão de homem e de mundo, mas ainda que na diversidade de visões é indiscutível a dimensão educativa da supervisão, a visão dos sujeitos da importância desta atividade na formação em Serviço Social.

No entanto, não podemos generalizar esta realidade que Pluralismo aponta.

A supervisora Cidadania (2014) explicita compromisso com a supervisão de campo:

Enquanto supervisora de campo, [...] sempre tem o momento de refletir sobre ela. [...] a supervisão de campo, ela acontece o tempo todo [...] também há o planejamento, que é o plano de estágio. O plano de trabalho do CRAS que a gente vai colocando em prática, então ela conhece todas as atividades envolvidas, todas as atividades que existem lá no CRAS. [...] De acordo com a participação do aluno, do estagiário, nas atividades já vai tendo um processo de avaliação junto dependendo da disponibilidade desse estagiário eu dou a oportunidade pra ele também pensar o planejamento [...]. Então, eu já tento estimular isso neles, de planejar, daí e depois fazer avaliação [...]. (CIDADANIA, 2014).

Ainda temos a fala da estagiária Eliminação de Preconceito (2014), que apontou não haver supervisão acadêmica na UFA onde estuda, que a supervisão de estágio se efetiva desde o primeiro dia de estágio, com o acolhimento da supervisora, que contextualiza o campo de trabalho. Explicita o quanto o estudante deve ler, conhecer as famílias, estudar, ter sigilo ético profissional, troca contínua de saberes e experiências. A supervisão ocorre de forma direta, afirma.

Aqui, elucidamos na fala da supervisora e militante da ABEPSS, como se efetiva a supervisão de campo no cotidiano, sua dinamicidade, significâncias e a dimensão educativa da mesma.

[...] a gente constrói um plano de ação semestral, [...] e tenta seguir o plano. Faz reuniões mensais de avaliação [...]. O aluno começa no campo de estágio e tem que se apropriar das documentações, do que é o campo, [...] se apropriar de alguns elementos do espaço sócio ocupacional, das legislações. A gente começa num plano mais de ação, começa a participar como observador de algumas atividades. [...] dia a gente conversar um pouquinho de como foi seu dia, do que achou dos pontos positivos e negativos. Realizo supervisão individual, semanal e uma supervisão coletiva semanal também. Utilizo alguns textos, filmes [...] exijo fazer relatórios. Sinto como supervisor de campo de saber mais do que o aluno está estudando para materializar essa teoria [...]. Mostrar [...] olha quando Iamamoto fala disso, ‘está aqui’. (AUTONOMIA, 2014).

É importante enfatizar, a partir da fala de Autonomia, que a dimensão formativa, pedagógica é inerente à supervisão de estágio, se acadêmica ou de campo, e possibilita refletir sobre os referenciais teóricos, recorrer aos diferentes recursos capazes de valorar o trabalho profissional.

### **6.3 Dimensões da Supervisão de Estágio**

Entendemos o estágio supervisionado como disciplina cujos conteúdos são transversais na formação profissional, logo, o processo de supervisão deve seguir esta diretriz, possibilitando ao estagiário a compreensão da totalidade do trabalho profissional, e que neste perpassam diferentes mediações que demandam do profissional posicionamento crítico, estratégico e coerente com o projeto da profissão.

Observamos, não raras vezes, que o estágio, na relação de unidade com a supervisão, tanto no campo da formação quanto do trabalho profissional, fica centrado mais na dimensão técnica, deixando na singularidade as dimensões teórico-metodológicas, éticas e políticas, quando estas devem perpassar o todo do processo da supervisão, atreladas com as dimensões educativas ou pedagógicas, refletir a dimensão trabalho, a tese da autonomia e da identidade profissional, como tantas outras mediações arraigadas na realidade concreta do processo de supervisão de estágio em Serviço Social.

A supervisão de estágio é então entendida como profere a intelectual Emancipação (2014),

Momento privilegiado para a análise concreta de situações concretas para se compreender as dimensões constitutivas das questões específicas que se põe ao campo, mas também para a instrumentalização do aluno; local para se equacionar o papel e o lugar do instrumental técnico, local para a criação/recriação de estratégias políticas para a ação; local para se desenvolver valores, momento privilegiado para se superar o nível de uma racionalidade imediata que é própria da vida cotidiana.

Pensar o processo de supervisão de estágio demanda clareza do perfil de profissional que se quer formar, logo, atenção aos debates da categoria quanto ao projeto de formação; os princípios éticos fundamentais que direcionam o *ethos* profissional; e ter a supervisão como dimensão educativa – eis aqui mais uma reflexão que exige indissociabilidade entre supervisão de campo, supervisão acadêmica e estagiários, UFA e campo de estágio, necessariamente.

As dimensões teóricas, metodológicas, ético-políticas e técnicas-operativas estão imbricadas em todo o processo de supervisão e das discussões aqui realizadas, bem como em literaturas já consagradas na categoria<sup>92</sup>. Por isso, aqui, a partir do cotidiano, do real concreto, trazemos para reflexão dimensões intrínsecas a estas, legitimadas na formação profissional.

### 6.3.1 Dimensão Educativa

Dimensão educativa e/ou dimensão pedagógica da supervisão de estágio envolve a busca pelas mediações duradouras em si e para si, concomitante e simultaneamente à vida social e consigo mesmo, num processo de interpretação transformadora e dialética do cotidiano.

Exercer a supervisão de estágio é estar mergulhado na dimensão educativa do trabalho e da formação profissional, na construção de conhecimentos, considerando que a supervisão é um espaço de vínculo do campo do trabalho profissional com as UFAs, sendo a escola o espaço de formação permanente, de arte e ciência.

No processo de supervisão há conhecimentos no campo da formação e do trabalho profissional, é uma concretização da práxis profissional. Trata-se de um espaço de unidade entre os sujeitos atores (assistente social, estudante, órgãos da categoria, unidade de ensino e espaço sócio ocupacional do Serviço Social) da profissão e dos conteúdos do projeto ético-político.

A dimensão educativa da supervisão é ancorada, aqui, na ideia freireana de que quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender, ou seja, o processo de ensino-aprendizagem é dialógico, de mútua construção de conhecimentos. Como troca de saberes, a supervisão possibilita articulação e fortalecimento da categoria profissional, e vicissitudes de enfrentamentos do precarizado trabalho e educação em que está inserida.

“A supervisão é importantíssima se permeada pelo diálogo profissional pela educação como superação da alienação”, bem lembra a estagiária Justiça Social (2014).

E hoje, no Brasil, continua,

[...] é um desafio, já que a educação, infelizmente, não tem protagonizado esta lógica.

---

<sup>92</sup> Indicamos ver, por exemplo, a Política Nacional de Estágio em Serviço Social (2010), Alzira Lewgoy (2009), Buriolla (2003) e Claudio Robles (2011). No capítulo 4 do livro de Lewgoy (2009), encontramos debate consolidado e fundamentado acerca das dimensões teórico-metodológica; ético-política e técnico-operativa.

Nesta perspectiva, coloca Cidadania (2014),

Enquanto supervisora eu [...] me considero educadora. [...] faço parte da formação [...] o estagiário vai estar se espelhando nas minhas ações. Eu posso muito bem, está direcionando para o lado positivo como para o negativo. Ele pode [...] as coisas negativas e levar pelo lado crítico, tentar fazer diferente, mas também pode acontecer o contrário. [...] enquanto supervisor, nós somos educadores.

A educação é inerente ao processo de supervisão de estágio, considerando a dimensão educativa e pedagógica da mesma, por se tratar de formação profissional e de veicular o aprimoramento profissional contínuo, a atualização e a educação permanente. É tanto troca como acúmulo de conhecimentos. É um fenômeno social, que ao mesmo tempo é produto e produtor de diversas determinações sociais. Para Luckesi (1993, p. 102),

Conhecimento é uma forma de entendimento da realidade; é a compreensão inteligível daquilo que se passa na realidade [...] o processo de conhecimento é ativo. Não é mera retenção padronizada e acabada de “lições”, ao contrário, é um processo de assimilação ativa dos conhecimentos já estabelecidos e um processo de construção ativa de novas compreensões da realidade.

No contexto filosófico, por exemplo, encontramos diferentes concepções sobre conhecimento: em Kant temos que o ser humano nasce com o conhecimento, enquanto em Hegel o conhecimento é construído a partir de nossas origens, convivências, pensamentos, cultura e realidade, e, em Marx, o homem constrói o conhecimento na medida em que age sobre o mundo na luta para sobreviver e garantir a sobrevivência dos seres humanos; aqui, o conhecimento é resultante dos procedimentos da razão e vai além da apreensão imediata da vida cotidiana.

Conhecer implica a capacidade de construir ideias, saberes, concepções, informações sobre algo ou alguém, e conhecimento é o ato/fato de conhecer, num processo de elucidação da realidade; ou seja, é uma compreensão inteligível da realidade que o sujeito humano adquire através de sua confrontação com esta mesma realidade. O conhecimento é uma dimensão do saber humano que envolve análise da verdade, ainda que seja no campo do que é verdade para um pode não ser para outrem.

É a partir das necessidades humanas que o sujeito, num processo contínuo de buscas, indagações, curiosidades constrói e (re)constrói os conhecimentos que respondem a tais necessidades. Via o processo de construção de conhecimento, pode-se dizer que este sujeito (homem/mulher), na aceleração geral da vida social, da temporalidade social, dos avanços científicos e técnicos tampouco se confronta com saberes estáveis legados pela tradição do

conhecimento, mas se confronta a saberes em fluxo contínuo de construção, entre os quais aprende a construir os próprios saberes em atenção às suas necessidades humanas sociais.

A construção de conhecimento é realizada continuamente, a partir das indagações e vivências do ser humano no cotidiano, para fins de entender o que existe ou na busca de atender suas necessidades e construir algo novo ou ainda refletir sobre o velho já produzido, em busca de compreender a realidade, o mundo que se vive. Nossos conhecimentos são construídos na medida em que refletimos, indagamos sobre a realidade, a natureza, o mundo, assim, num processo de construção de saberes, mudamos e formamos nossa visão de homem e de mundo, ou simplesmente entendemos o que está dado na realidade.

Conhecer, entretanto, não implica necessariamente pesquisar no sentido científico. Intuitivamente, estamos sempre investigando, na relação de convivência com o outro, com o meio natural e físico na busca pela apropriação da realidade ou na construção de teorias e produção de conhecimento científico. Com isso, identificamos que, para cada processo de conhecimento, tem-se um modo de apropriação do mundo. A mais comum, sem dúvida, é a apropriação via senso comum, via experiência da cotidianidade, no simples entendimento das coisas, da realidade.

Existem diferentes graus ou níveis de conhecimento, os quais se constituem em momentos distintos, mas complementares entre si, por exemplo: conhecimento advindo da intuição, o oriundo do simples entendimento da vida social, o conhecimento a partir da razão dialético-crítica.

O conhecimento pode partir do senso comum, da intuição, da atitude imediata do sujeito social, mas é fundamental ir mais além dele, ou seja, analisá-lo criticamente, negá-lo e reconstruí-lo, elevando-o ao patamar do novo. Essa crítica e negação não são mera recusa do que está dado, mas o estabelecimento de um diálogo íntimo com as fontes inspiradoras do conhecimento e com os pontos de vista por meio dos quais são construídos os discursos, concepções, teorias, conhecimentos, assim passando a identificar possíveis lacunas e omissões, e num processo dialético de análise, construir o novo que, nesta lógica, permite que o processo se renove através de novo questionamento, cujo resultado pode ser o aprofundamento do conhecimento do objeto analisado.

A supervisão de estágio em Serviço Social, como componente curricular, propicia a construção de conhecimentos constitutivos e essenciais do trabalho profissional cotidiano, considerando o caráter interventivo/investigativo da profissão - em que temos a necessidade de conhecer a realidade para atuarmos na mesma e isso nos conduz no cumprimento das atribuições e competências profissionais; produzir conhecimento sobre as condições e

relações sob as quais o exercício profissional se realiza, dos objetivos de intervenção, das condições e relações de vida, de trabalho, de lutas e resistências dos sujeitos sociais a quem se prestam os serviços, além do que tange à avaliação, elaboração, execução de políticas, programas e projetos sociais, formação profissional, entre outros que requerem o saber profissional.

Trata-se, contudo, de uma mediação e de uma dialética privilegiada na relação entre conhecimento e realidade, na apreensão do movimento real que se coloca para a profissão, na divisão social e técnica do trabalho.

Nesse processo de conhecimento, de investigação-intervenção, se insere o estágio e a supervisão, supervisores acadêmicos, de campo e estagiários, intrinsecamente, construindo e trocando saberes sobre a profissão de Serviço Social.

Assim, a dimensão educativa perpassa o todo do processo de supervisão de estágio, seja no âmbito da supervisão de campo ou acadêmica. Não se restringe ao processo somente de supervisão acadêmica, o que nos coloca em confronto com a concepção apontada por Equidade (2014), enquanto supervisora, quando diz

[...] não que a supervisão de campo não esteja, mas a supervisão acadêmica tem o papel pedagógico [...] porque a supervisão é exercida por docente.

Para nós esta perspectiva reafirma a concepção dicotômica presente na história com lastros tradicional e conservador, de que o docente é o supervisor da teoria e o supervisor de campo o professor da prática.

A supervisão acadêmica tem essa dimensão pedagógica, de articular conhecimentos, de instigar o aluno a ter um senso crítico, ter um olhar investigativo para essa realidade, entender todos os processos de trabalho do Serviço Social. Essa é a matéria-prima da discussão da supervisão acadêmica. A supervisão de estágio seja de fato entendida como processo educativo [...] e que tenha a mesma qualidade na formação profissional (EQUIDADE, 2014).

A concepção aponta desafios na efetivação das legalidades da categoria profissional, tangenciando dificuldades na compreensão do significado da dimensão educativa ou pedagógica, da significância da supervisão e estágio em Serviço Social, tão logo, da unidade entre formação e exercício profissional. Ainda que expresse que a “[...] supervisão de estágio seja de fato entendida como processo educativo [...] e que tenha a mesma qualidade na formação profissional”, diz Equidade (2014), o que está em questão é a concepção, o

significado de educação, de supervisão e a significância desta relação intrínseca entre supervisão e educação.

A supervisão calcada na dimensão educativa é teleológica, é sempre imbuída de finalidades, e permite a construção de conhecimentos e saberes do profissional. Requer compreensão da realidade, análise de conjuntura, interpretação dos seus rebatimentos na profissão. Demanda clareza do significado social do Serviço Social e *ethos* profissional coerente com os princípios éticos fundamentais da profissão; uma concepção de educação para além dos ditames do capital e do mercado profissional. Demanda uma perspectiva de educação (ler supervisão) libertadora, transformadora, particularizada pela análise crítica da sociedade, com pedagogia imbuída de politização dos sujeitos, de participação e coletividade, cujos conteúdos [de supervisão] estão na realidade, no cotidiano profissional, nas expressões da sociabilidade nesta sociedade de classes.

De acordo com Pinto (1997, p. 57), a dimensão educativa envolve a complexidade humana, técnica, cognitiva, emocional, sociopolítica e cultural, já que o ser social é histórico e multidimensional, perpassando na sua totalidade um conjunto de complexos. É também delineada pela concepção de educação que se tem para embasar a concepção de supervisão e todo o processo cotidiano que a envolve. Educação cuja construção de conhecimento, como discutimos nas páginas anteriores, não seja interpretada como dosagens homeopáticas de informações, mas como mergulho profundo no significado da profissão, nas matrizes do pensamento social que historicamente a embasam e na compreensão crítica das relações sociais cotidianas, tendo como eixo norteador o projeto ético-político da profissão.

### 6.3.2 Dimensões - Identidade e Autonomia Profissional: teses do processo de supervisão de estágio

No cotidiano da supervisão de estágio, as teses da identidade e autonomia profissional são perpetradas na discussão. Supervisores acadêmicos, de campo e estagiários se remetem a pensar a natureza histórica, que sintetiza dialeticamente o que é a profissão, a forma de ser, o que faz o assistente social, a forma como faz e o modo pelo qual a profissão aparece socialmente, ou seja, o conjunto de investigações/intervenções que realiza em um dado momento histórico, e o que almejamos fazer a partir das determinações ético-políticas de nosso projeto profissional e dos desafios e demandas que emergem da realidade cotidiana. Os atores da supervisão de estágio se colocam a refletir não apenas sobre o significado da

profissão, mas também sobre como aparecem socialmente e como participam do processo de reprodução social e respondem às demandas socialmente colocadas à profissão.

Encontramos possibilidades de respostas a este debate em Martinelli (2009), ao considerar a identidade como categoria de recurso heurístico, um ancoradouro para refletir-se sobre a natureza das profissões e suas particularidades sócio-históricas.

A identidade, conforme a autora, é uma categoria sócio-histórica que, dialeticamente, pulsa com o tempo e com o movimento, a partir de determinações sociais, políticas, econômicas, históricas e culturais. Enquanto categoria ético-política, a identidade se constrói no terreno da diferença, no interior de relações sociais antagônicas. Para Martinelli (2009), “[...] mais do que perguntar por identidade devemos nos perguntar por identidades, por processos de identificação em curso”, pois as identidades são, fundamentalmente, condições de ser e possibilidade, são permanências, e são transformações.

As identidades se constroem e se objetivam na práxis, pela mediação das formas sociais de aparecer das profissões. Tais formas sociais expressam as respostas construídas profissionalmente para atender às demandas que incidem em seu campo de ação. (MARTINELLI, 2009, p. 1).

Neste sentido, é legítimo que a identidade seja indagada no processo da supervisão de estágio, haja vista a dimensão que envolve este momento da formação profissional em Serviço Social durante a realização do estágio - no quinto, sexto, sétimo e oitavo período do curso de graduação. Neste tempo, coloca a estagiária Eliminação de Preconceito (2014),

[...] o aluno está mais maduro e entra no campo de estágio e começa a ver as dificuldades e possibilidades da atuação profissional do assistente social.

Tempo em que o estudante está amadurecendo sobre o significado sócio-histórico da profissão, apreendendo o cotidiano do trabalho profissional e refletindo as respostas profissionais, conforme o referencial teórico-metodológico que embasa.

O exercício profissional se dá em meio a identidades construídas e atribuídas, sendo de fundamental importância a leitura ético-política da realidade e do próprio cotidiano, tendo em vista o desvendamento das forças sociais em presença para a realização de uma prática profissional crítica, competente, direcionada para o fortalecimento de identidades historicamente construídas. (MARTINELLI, 2009, p. 9).

Nesta extensão da identidade, é possível relacionar, por exemplo, dificuldades na abertura de campos de estágios com assistentes sociais, cujas ações profissionais estejam no

campo da gestão social, na consultoria, coordenação de equipe. Não raras vezes, estes profissionais não identificam estas práticas como competências e atribuições do Serviço Social e, tão logo, não se identificam como assistentes sociais - concordando inclusive na alteração da carteira de trabalho para denominações generalistas, como coordenador técnico, técnico social, entre outras. Expressam, com isso, uma dificuldade na compreensão da identidade profissional, em que assim como as pessoas, as identidades nunca estão prontas, transformam-se, assim como se transformam também as condições sócio-históricas em que se deu a sua construção, logo, os espaços sócio-ocupacionais do assistente social têm-se ampliado, se transformado, mas sem perder a essência e as particularizações das atribuições profissionais preconizadas na Lei de Regulamentação da Profissão, n. 8.662.1993. E a identidade, como categoria sócio-histórica e política, se constrói no jogo de forças sociais e, dialeticamente, na própria história da profissão.

A estrutura e conjuntura do mundo do trabalho influenciam nos modo de ser e aparecer socialmente das profissões, como elemento definidor da participação das profissões na divisão social e técnica do trabalho e na totalidade do processo social, e na expressão ético-política das profissões. Por isso, torna-se indispensável, ao assistente social, a interpretação da realidade, a partir do desvendamento de suas múltiplas determinações. Interpretar as relações entre estrutura, conjuntura, cotidiano que se instituem como formas de acesso às múltiplas determinações da realidade, pela mediação dos contextos, acontecimentos, atores, forças sociais em presença, os quais podem ser alcançados pela análise de conjuntura - como um recurso metodológico para apreender dialeticamente o movimento do real e penetrar em suas tramas constitutivas.

As identidades estão no campo da particularidade, das mediações atreladas à dimensão educativa, formativa, do trabalho, da autonomia historicamente construída no Serviço Social. Estes campos conferem a construção de saberes e, tão logo, da identidade profissional no estágio supervisionado.

O aluno cria sua identidade. (NOVA ORDEM SOCIETÁRIA, 2014).

Expressam, conforme Martinelli (2009) no âmbito de suas reflexões sobre identidade profissional, os modos de ser e estar da profissão no confronto entre igualdade e diferença, entre diferenciação e reconhecimento. São sínteses, sempre provisórias porque históricas, de múltiplas identificações. E neste movimento se acopla também a supervisão de estágio, na medida em que expressa o modo de ser e estar da profissão no âmbito da formação e trabalho

profissional. Envolve o compromisso profissional, a destacar com a classe trabalhadora, enquanto imerso neste espaço como trabalhador e na prestação de serviços para e com trabalhadores.

Eu tive supervisores muito competentes, muito comprometidos com nosso Código de Ética [...] com a classe trabalhadora, e numa identidade com a classe trabalhadora. (ELIMINAÇÃO DE PRECONCEITO, 2014).

Neste contexto, sobrepõe Eliminação de Preconceito (2014),

[...] o assistente social sofre também adoecimentos pertinentes às suas condições e realidades de trabalho.

Para Equidade (2014),

[...] o estágio é um espaço em que o aluno vai construir a sua identidade profissional. É um espaço contínuo de amadurecimento sobre o que vem a ser a profissão de Serviço Social.

Assim, continua a docente.

[...] o estágio é uma atividade curricular que [...] possibilita o aluno fazer todo o processo dos aspectos teóricos, metodológicos, ético, políticos, técnico e operativo do Serviço Social, e que vai além de conhecer a instrumentação técnica. É uma atividade que contribui para a formação profissional e principalmente para identidade do estudante de Serviço Social.

A supervisão de estágio é constitutiva da construção da identidade profissional e para exercê-la o assistente social precisa refletir sobre o significado social do Serviço Social, identificar-se com a dimensão educativa da profissão, que acopla as atribuições privativas da profissão e, nelas, a supervisão.

É muito importante a identificação com a supervisão. “Quando você fala: vou assumir uma supervisão, não é fácil, é desafiante porque você está na construção da formação de outro profissional”, elucida Eliminação de Preconceito (2014), preocupada com o exercício da supervisão de estágio.

A que autonomia nos referimos na dimensão da supervisão de estágio? Trata-se da autonomia vinculada à identidade e ao perfil profissional coerente com o projeto ético-político da profissão, e não daquela tangenciada pelo mercado.

A autonomia vincula-se à liberdade, ao conhecimento da ética profissional, envolve a autonomia de escolher exercer ou não a supervisão de estágio. Há situações em que o

assistente social entende, por razões diversas, não ser o momento para exercer a atribuição da supervisão de estágio, entretanto, a instituição, por questões políticas em jogo, exige tal exercício ao profissional.

“Muitas vezes, a gente tenta se colocar numa escolha, se tem ou não possibilidade de ter um estagiário, mas às vezes não se tem esta possibilidade”, aponta Autonomia (2014).

As condições de trabalho limitam a participação do profissional do campo de estágio nas reuniões de supervisores, mas o saber, o significado e a significância que o supervisor confere ao estágio e supervisão deixam vislumbrar as possibilidades de efetiva participação, inclusive como espaço de educação permanente. A supervisão é uma das atribuições privativas do assistente social, logo, ele tem autonomia no seu exercício nos diferentes espaços sócio-ocupacionais.

No processo de estágio, na opinião da estagiária Nova Ordem Societária (2014), “[...] o estagiário constrói esta perspectiva de autonomia profissional, já que o estágio proporciona que o estudante faça uma análise crítica da realidade vivenciada, pois tem interligação com todas as dimensões que constituem a profissão [...]”, tanto no campo da formação quanto do exercício do trabalho profissional.

#### **Supervisor e estagiário**

Aprender não se restringe no simples fato de copiar,  
Aprender é mais que dialogar e fazer o que gostamos ou não,  
Aprender sai da conotação da sala de aula,  
Aprender é a compreensão de apreender e ensinar.

Aprendemos quando nossos conhecimentos se encontram,  
Quando a realidade se revela nos nossos olhares,  
O teu conhecimento se completa com o meu,  
E revela a nossa historia, cada uma com a sua totalidade.

De um universo que ensina, aprende e apreende fazer o novo,  
Sem deixar o velho de lado, nem o novo no começo,  
Aprendo quando me trazes o encantamento do teu saber,  
E ensino-te quando dialogamos com as experiências que vivenciei.

Nossas trocas de saberes nos fazem crescer,  
Estagiando um novo saber, na construção dessa sociedade,  
Supervisionando um novo amanhecer nessa cultura do ter,  
Eu e você no aprender a conhecer.  
(Tetê Paiva<sup>93</sup>, 2013).

---

<sup>93</sup> Poema escrito pela discente do curso de Serviço Social da UFTM para fins do Fórum de Estágio Supervisionado realizado em dezembro de 2013 neste curso, na gestão da pesquisadora.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

E é tão bonito quando a gente entende  
 Que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá  
 E é tão bonito quando a gente sente  
 Que nunca está sozinho por mais que pense estar.  
 (Gonzaguinha)

A pesquisa mostrou o quanto as preocupações acerca da supervisão de estágio atingem o coletivo. E, podemos agora afirmar, que é preocupação hegemônica na categoria de Serviço Social. E isso nos faz parafrasear Gonzaguinha, a supervisão de estágio em Serviço Social é preocupação “de tanta gente onde quer que a gente vá”.

Desse modo também, conforme nos colocou a intelectual Emancipação (2014),

[...] é no coletivo, na articulação das entidades (CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO) que poderemos vislumbrar os caminhos, em nome do projeto profissional de ruptura.

E assim, completa,

Não dá para desvincular estágio e supervisão das condições do trabalho e do ensino profissional. Assim, a qualidade de ambos depende fundamentalmente de condições de vida e trabalho para o assistente social e de uma universidade laica, pública, gratuita, autônoma que represente os interesses da classe trabalhadora e dos segmentos subalternizados. (EMANCIPAÇÃO, 2014).

A pesquisa nos possibilitou indicativos de fortalecimento do projeto de profissão articuladamente com a importância do aprimoramento profissional permanente, o que incide na qualidade da formação e trabalho profissional, na qualidade dos serviços prestados, então requer fortalecer o processo de supervisão de estágio, já que este envolve a indissociabilidade entre trabalho e formação profissional.

Então se faz necessária à criação de espaços que oportunizem a formação em serviço, tais como reuniões de estudo, supervisão técnica, supervisão de estágio. Dentre as possibilidades e espaços de aprimoramento profissional está a supervisão e aqui cabe mencionar a supervisão como atribuição profissional e como espaço de formação, bem como seus dois níveis: supervisão técnica e supervisão de estagiários o que implica tanto em qualificar os espaços de estágio quanto investir no constante aprimoramento e qualificação de supervisores. (EMANCIPAÇÃO, 2014).

### **Estratégias de Fortalecimento do Projeto Profissional: a supervisão de estágio em pauta**

As aproximações sucessivas que realizamos ao nosso objeto de estudo nos possibilitaram alcançar o campo das particularidades, da essência que envolve a supervisão de estágio em Serviço Social, assim, no campo do concreto pensado, construímos as estratégias que se seguem:

- Realização de mais cursos (pelos órgãos da categoria em parceria com UFAs) que visem fortalecer as DCs e a PNE (ABEPSS, 2010);
- Grupos de estudos com supervisores, conforme a realidade de cada UFA; possibilitando consolidar o que Cidadania (2014) aponta como estratégias para maior proximidade com os supervisores de campo “[...] montar grupos de estudos com esses supervisores [...] nem que sejam uma vez por mês ou a cada quinze dias [...], por eixos, temas conforme áreas do supervisor acadêmico [...] estimular a pensar em eventos para troca de experiência”.
- Construção de mediações e estratégias de capacitação do corpo de supervisores (tanto acadêmicos como de campo), buscando, inclusive, explicitar que o estágio não é o único responsável pelo “ensino da prática profissional”; esta visão reforça a dicotomia entre teoria e prática fundamentada na teoria positivista. O “ensino da prática” deve ser transversal ao curso como um todo, garantindo o caráter interventivo da profissão e mostrando a articulação entre teoria, realidade e as possibilidades de intervenção profissional em diferentes contextos;
- Ampliação de ações, pelos órgãos da categoria em parceria com as UFAs, a fim de garantir a dimensão dialética da formação, e não a meramente instrumental.
- Ampliação, pelo conjunto CFESS/CRESS, do número de agentes fiscais, a fim de consolidar na totalidade a fiscalização e fortalecimento da categoria frente aos desafios impostos pelo mercado de trabalho, inclusive a precarização da formação e do trabalho profissional, o que incide diretamente no processo da supervisão de estágio e na dimensão ideológica e filosófica da mesma.
- Ações educativas da categoria repercutem certamente no estágio e com ele na supervisão de estágio. Há que se pensar em ações para qualificar o todo que envolve a profissão para alcançarmos a supervisão de estágio conforme projeto ético-político. Falar em processo de supervisão com qualidade é falar em formação e trabalho profissional com qualidade.

- Ampliação, na categoria, dos debates sobre educação e concepção de educação coerente com os princípios fundamentais da profissão, considerando, aqui, que esta é a concepção de educação que deve embasar a supervisão de estágio;
- Fortalecimento dos colegiados dos cursos de Serviço Social e a defesa de um projeto profissional crítico frente às ondas conservadoras e de desqualificação da formação e exercício da profissão;
- Ampliação da discussão sobre condições de trabalho do assistente social articuladas com as condições e legitimidades dadas ao supervisor de estágio, tanto acadêmico quanto de campo. Observou-se na pesquisa que os docentes não dispõem de carga horária específica para exercício da supervisão, e o assistente social do campo também não, além de não contarem com estrutura física para tal. Urge massificar a discussão e deliberações acerca das condições de trabalho do assistente social, em todos os aspectos dos processos de trabalho profissional.
- Fortalecimento da identidade profissional com o exercício da supervisão, de modo que os assistentes sociais se identifiquem mais com o "exercício da supervisão de estágio";
- Inclusão, além do que diz a PNE, de disciplinas sobre processo de supervisão de estágio na matriz curricular e também, via órgão da categoria em articulação com as UFAs, oferecimento de cursos para debates específicos da supervisão de estágio, a fim de se implantar formação permanente sobre a temática, que envolve tanto a formação quanto o exercício profissional diretamente;
- Para além dos fóruns de supervisores, também incluir nas agendas acadêmicas fóruns de estágio supervisionado, envolvendo todos os atores e ampliando a centralidade neste componente curricular obrigatório;
- Construir resolução para supervisão acadêmica, tal como a Resolução CFESS n. 533/2008 sobre supervisão direta de estágio, que traz diretrizes específicas para a supervisão de campo;
- Lutar para que a PNE se configure como lei;
- Ampliar debates sobre processos de supervisão de estágio e metodologias para o mesmo;
- Fazer constar nas diretrizes dos programas de pós-graduação o debate sobre formação profissional e, nesta, o estágio e o processo de supervisão em Serviço Social;
- Implantar grupos de estudo sobre a temática da supervisão de estágios, a partir da articulação entre as UFAs e os órgãos da categoria;

- Criar ferramentas tecnológicas de acesso à informação nos órgãos da categoria, como sites, blogs, links e outros, para a divulgação de eventos, bibliografias, debates, documentos, entre outros, sobre estágio e supervisão;
- Pensar possibilidades de supervisão técnica de supervisores, atreladas à dimensão da supervisão técnica de assistentes sociais como um todo.

Na oficina nacional de graduação da ABEPSS, realizada no ano de 2011, no Rio de Janeiro, deliberou-se em debate a necessidade da realização de pesquisa para identificar o perfil dos supervisores de estágio (tanto de campo quanto acadêmico). Acrescemos, como sugestão, que cada UFA possa realizar tal pesquisa, para fins de levantar indicadores e estratégias de fortalecimento do processo de supervisão de estágio coerente com o debate hegemônico da categoria sobre formação e trabalho profissional, calcado no projeto ético-político da profissão, e no cerne da supervisão de estágio, explícito nos textos gerais da PNE, DCs e Resolução n. 533/2008. Aqui, podemos mencionar a experiência da realização destes nas UFAS: UNILAGO e FEF, cujos resultados explicitaram a precarização, mas também o compromisso da categoria com a formação dos futuros profissionais de Serviço Social. Nesta contradição, também se expressaram demandas por maior presença dos órgãos representativos da categoria nos diversos espaços em que esta se consolida.

A supervisão de estágio deve ser expressa como dimensão do processo de formação profissional do assistente social, numa perspectiva de totalidade, de dialética, o que, no âmbito do estágio supervisionado, esse movimento dialético expressa o movimento teórico-prático da formação profissional.

É relevante também que o estágio supervisionado conquiste a centralidade nas discussões no âmbito da formação profissional e propicie visibilidade a toda a categoria profissional, envolvendo os desafios apresentados e, no que tange à supervisão de qualidade, se possa lutar contra a precarização do trabalho e formação profissional que “[...] requer a apropriação das diretrizes curriculares e de outros instrumentos normativos e legais da categoria” (GUERRA; BRAGA, 2009, p.549).

Considerando as dimensões e pressupostos da supervisão de estágio, os seus significados e significâncias, avanços e possibilidades nestes tempos contemporâneos de desafios profissionais, apresentamos dois acrósticos com a palavra “supervisoras” elaborado

pela estagiária Valquécia Santos (2013)<sup>94</sup>, que sintetizam a amplitude desta atribuição privativa do assistente social:

S Omos  
 U Ma  
 P Equena  
 E Quipe  
 R eunida  
 V isualizando a  
 I mportância da  
 S Upervisão  
 O ntem, hoje e amanhã!  
 R ealizaremos o exercício profissional  
 A lmejando a formação de futuros profissionais do  
 S erviço Social, comprometidas com o projeto ético político da profissão.

S Ujeito  
 U nidade teoria e prática  
 P erspectiva educativa  
 E Ngajamento  
 R Eflexão  
 V Ivências  
 I Nstituições  
 S Uperação  
 O rientação do ensino da prática  
 R espaldo teórico  
 A Prendizagem  
 S Istematização

Somente numa perspectiva de práxis, a realização do estágio supervisionado, ou seja, a atividade de estágio com supervisão sistemática, pode dar um salto de qualidade no processo

<sup>94</sup> Aluna do oitavo período do segundo semestre letivo de 2013 da Universidade Federal do Triângulo Mineiro/UFTM – Uberaba/MG, a partir das reflexões ministradas pela pesquisadora sobre supervisão na disciplina de Supervisão de Estágio e Formação Profissional.

de formação profissional em Serviço Social e ser realizada conforme preconizam os princípios éticos da profissão.

Os resultados, da pesquisa elevaram o estágio e a supervisão ao patamar das demais disciplinas fundamentais na formação profissional, com desafios, mas com concepções que podem contribuir ainda mais, para a superação da característica histórica do estágio e supervisão como “patinho feio” da formação profissional em Serviço Social; identificar estratégias e propostas de efetivação de uma supervisão coerente com o projeto ético-político da profissão.

A pesquisa nos propiciou a construção de um arcabouço teórico-conceitual-filosófico-prático, fundamentado na dimensão ética e política hegemônica da profissão. A participação dos atores envolvidos na supervisão de estágio em Serviço Social foi ímpar para trazer significados e significâncias à supervisão.

O núcleo questionador do objeto de estudo, foi dialeticamente analisado em toda a tese, alcançando considerações que materializam a práxis profissional no campo da formação e exercício, em conformidade com o projeto ético-político. O que nos possibilitou avançar da indagação para a afirmação de que:

- O processo de supervisão de estágio está em sintonia com o projeto de formação profissional.

- No cotidiano, a supervisão de estágio tem apresentado limites próprios das determinantes advindas da precarização do mundo do trabalho que rebatem na formação profissional, entretanto, as possibilidades estão intrínsecas na leitura crítica da realidade concreta e que no campo da supervisão de estágio, em que a categoria profissional tem construídos estratégias de defesa sem limites do projeto de profissão.

A PNE (ABEPSS, 2010), como bem coloca Emancipação (2014), representou a realização de um grande desejo para todas nós, protagonizada pelas entidades, especialmente pela ABEPSS, como uma política de estágio composta por elementos normativos para exercício da supervisão e do credenciamento de instituições e campos.

O grande mérito da PNE é o de garantir a qualidade da formação pela via da supervisão direta, o que de certa forma também é uma maneira de defender as condições éticas e técnicas, e colocar algumas exigências para isso em termos da relação entre Unidades de Formação Acadêmicas e instituições campos de estágio, este, local privilegiado em promover a síntese da relação teoria-prática, na articulação entre as dimensões investigativa e interventiva. (EMANCIPAÇÃO, 2014).

- A concepção de supervisão que tem embasado os atores envolvidos no estágio se mostra coerente com a concepção disseminada pela categoria com aporte das legalidades. Inclusive, a supervisão se explicita efetivada como dimensão educativa, formativa, pedagógica e do exercício profissional.

- Há uma significativa produção de conhecimento da categoria profissional sobre estágio e supervisão, e coerente com as discussões hegemônicas do Serviço Social em defesa do projeto ético-político da profissão.

- Os pressupostos que orientam a supervisão de estágio, ainda que não na totalidade das UFAs, e considerando as multifaces locais e regionais do estágio, a expansão exacerbada de cursos de graduação em Serviço Social, o contexto de deterioração do mundo do trabalho, num âmbito generalista, podemos dizer que tem sido efetivado ou pelo menos problematizado pelos atores envolvidos nos diversos espaços de discussão da categoria.

- O cotidiano explicitou que a organização e a concepção de estágio e supervisão nas unidades de formação estão multifacetadas e demandam mais debates, mais esclarecimentos sobre o estágio e supervisão, quer na sua concepção, quer nos procedimentos.

A gente precisa ouvir mais as escolas, as escolas que têm avançado e as escolas que têm dificuldade de operacionalização dos estágios. (LIBERDADE, 2014).

Contudo, é fato que a supervisão de estágio hoje tem ganhado relevância, a destacar com a PNE (ABEPSS, 2010) e Resolução CFESS n. 533/2008. Temos mais publicações, comunicações em congressos, enfim, as discussões da categoria se ampliaram. Mas, lembra Equidade (2014),

[...] há que se pensar que ainda existem muitos limites e muitos desafios a serem superados no âmbito das instituições em que a gente trabalha (isso não só nas instituições privadas, mas também nas públicas) de entender todo o processo de supervisão de estágio.

Entendemos, parafraseando José Paulo Netto (2002, p. 308), que “[...] o caminho acabou, a viagem apenas começa”, pois certamente, o caminho da tese e a conclusão desta nos levarão para outras viagens com o tema que envolve a supervisão de em Serviço Social.

No compromisso de construir uma formação profissional de qualidade e coerente com o Projeto Ético Político do Serviço Social, e com ela a supervisão de estágio de forma direta, sistemática na sua totalidade, o estágio para além de carga horária, mas como espaço de síntese dialética da formação e trabalho profissional, torna-se a nosso ver, imperativo uma boa

dose de utopia, pois sem esta, como diz Frigotto (2002, p. 84) “[...] não há educação, nem futuro humano.” A utopia é uma tensão permanente daquilo que é posto como medida final, como imutável. “A utopia nos ajuda a afirmar os princípios de igualdade, solidariedade e a generosidade humana.”

**As palavras andantes**

A utopia! Ela está no horizonte.  
Aproximo-me dois passos, ela se afasta dois passos.  
Caminho dez passos e o horizonte se desloca dez passos mais adiante.  
Por muito que caminhe, nunca a alcançarei.  
Para que serve a Utopia?  
Para isso: para me fazer caminhar.  
(Eduardo Galeano)

## REFERÊNCIAS

- ABEPSS. CEDEPSS. Diretrizes para o curso de Serviço Social (com base no currículo mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro e 1996). **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 7, p. 58-76, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Desafios atuais da formação e do trabalho profissional**: Relatório da Oficina da Microrregional Sul II – Região Franca/São José do Rio Preto e Marília/Lins. São José do Rio Preto, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Estatuto da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/files/estatuto.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2014.
- \_\_\_\_\_. Formação Profissional do assistente social no Brasil e a consolidação do projeto ético-político. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 25, n. 79, esp., p. 72-81, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Política Nacional de Estágio em Serviço Social**. Brasília, DF, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Relatório Final da Pesquisa Avaliativa da Implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social**. São Luís/MA, 2008. (1 CD ROOM).
- ABREU, M. H. E. A experiência da “ABEPSS itinerante”: a atualidade do projeto de formação profissional frente à contrarreforma da educação. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 13, n. 25, p. 113-132, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/4853/4145>>. Acesso em: 13 fev. 2014.
- ABREU, M. M. **Serviço Social e organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.
- ALVES, G. Crise de valorização e desmedida do capital: breve ensaio sobre a natureza da crise estrutural do capital. In: CAMARGO, J. M.; CORSI, F. L.; VIEIRA, R. L. (Org.). **Crise do capitalismo**: questões internacionais e nacionais. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011a. p. 7-30. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/crisedocapitalismo.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2013.
- \_\_\_\_\_. Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório: o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. **Revista da RET**: Rede de Estudos do Trabalho, Marília, ano 5, n. 8, p. 1-31, 2011b. Disponível em: <[http://www.estudosdotrabalho.org/4\\_8%20Artigo%20ALVES.pdf](http://www.estudosdotrabalho.org/4_8%20Artigo%20ALVES.pdf)>. Acesso em: 8 ago. 2013.
- \_\_\_\_\_.; PUZIOL, J. K. P. As metamorfoses do mundo social do trabalho e a educação profissional: elementos para uma crítica da ideologia da educação profissional disseminada pela UNESCO no Brasil. **Revista da RET**: Rede de Estudos do Trabalho, Marília, ano 3, n. 6, p. 1-13, 2010.

AMARAL, A. S.; MOTA, A. E. A reestruturação produtiva e as novas modalidades de subordinação do trabalho: reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, A. E. (Org.). **A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1998.

AMICUCCI, E. M. M.; CAPUTI, L. OLIVEIRA, C. A. H. S. Estágio supervisionado em Serviço Social: novos tempos, velhos desafios? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 12., 2010. **Anais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2010.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDRADE, C. D. **Poesia e prosa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1983.

BANCO MUNDIAL. **Um Brasil mais justo, sustentável e competitivo: 2002**. Disponível em: <[www.bancomundial.org.br](http://www.bancomundial.org.br)>. Acesso em: 25 ago. 2011.

BARBOSA, M. C. A práxis do Serviço Social nas instituições. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 11, n. 34, p. 5-20, dez. 1990.

\_\_\_\_\_. O Serviço Social como práxis. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 3, n. 6, p. 33-44, jul. 1981.

BARROCO, M. L. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. São Paulo: Cortez, 2008. v. 4. (Biblioteca básica de Serviço Social)

\_\_\_\_\_.; TERRA, S. H. **Código de Ética do/a assistente social comentado**. Organização do Conselho Federal de Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2012.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de Serviço Social).

BENATTI, L. P. S.; CAPUTI, L. A formação profissional em Serviço Social no Brasil: desafios e limites na contemporaneidade. In: CONFERENCIA MUNDIAL DE SERVIÇO SOCIAL: O desafio de concretizar direitos numa sociedade globalizada e desigual, 19., 2008, Salvador. **Anais....** Salvador: ABEPSS, 2008a.

\_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_. O perfil profissional dos supervisores de estágio do curso de Serviço Social da Unilago: aspectos socioeconômicos, políticos, culturais e mercado de trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL: Trabalho, políticas sociais e projeto ético-político profissional do Serviço Social: resistência e desafios, 11., 2008, São Luís. **Anais....** São Luís: ABEPSS, 2008b.

BENATTI, L. P. S.; CAPUTI, L. Serviço Social e trabalho: lutas e estratégias frente à precarização na formação profissional. In: SEMINÁRIO DE SAÚDE DO TRABALHADOR DE FRANCA, 7.; SEMINÁRIO O TRABALHO EM DEBATE, 5., 2010, Franca. **Proceedings online ...** Franca: Ed. Unesp, 2010.

BERTOLDO, E.; MOREIRA, L. A. L.; JIMENEZ, S. (Org.). **Trabalho, educação e formação humana: frente á necessidade histórica da revolução.** São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

BOSCHETTI, I. S. **Subsídios ao debate sobre estágio supervisionado com vistas à regulamentação, pelo CFESS, da supervisão direta.** Texto circulado pelo conjunto CFESS/CRESS, 2007.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. **Código de Ética do Assistente Social: Lei 8.662/1993** de regulamentação da profissão. 3. ed. Brasília, DF: Conselho Federal de Serviço Social, 1993.

\_\_\_\_\_. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social-ABEPSS. In: CRESS 9ª Região. **Legislação brasileira para o Serviço Social: coletânea de leis e resoluções.** 2. ed. São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. Lei n. 3.252, de 27 de agosto de 1957. Regulamenta o exercício da profissão de Assistente Social. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 28 ago. 1957. p. 20.701. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L3252.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3252.htm)>. Acesso em: 13 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 jan. 2005. p. 7. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm)>. Acesso em: 13 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 26 set. 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm)>. Acesso em: 13 nov.2012.

BRASIL. Lei n. 12.317, de 26 de agosto de 2010. Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 27 ago. 2010. p. 3. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12317.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12317.htm)>. Acesso em: 7 mar.2014.

\_\_\_\_\_. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. p. 27833. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 07 nov.2012.

BRITES, C. M.; SALES, M. A. **Ética e práxis profissional**. Brasília, DF: CFESS, 2001.

BRZEZINSKI, I. (Org.). **LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BURIOLLA, M. F. **O estágio supervisionado**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **Supervisão em serviço social: o supervisor, sua relação e seus papéis**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CADERNOS ABESS: A metodologia no serviço social. São Paulo: Cortez, n. 3, 1989. 192 p.

CADERNOS ABESS: Diretrizes curriculares e pesquisa em Serviço Social. São Paulo: Cortez, n. 8, 1998. 120 p.

CADERNOS ABESS: Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional. São Paulo: Cortez, n. 4, 1991.148 p.

CADERNOS ABESS: Formação profissional: trajetórias e desafios. São Paulo: Cortez, n. 7, ed. esp. 1997. 168 p.

CADERNOS ABESS: O processo da formação profissional do assistente social. São Paulo: Cortez, n. 1, 1986. 88 p.

CAPUTI, L. A educação superior no contesto dos descaminhos imperativos do capitalismo na sociedade brasileira: lutas, resistências e desafios do Serviço Social. In: MENEZES, J. P. P. (Org.). **Historia e educação na sociedade de classes: coletânea de autores**. São José do Rio Preto: Clube de Autores, 2012.

\_\_\_\_\_. **A unidade teoria e pratica no estágio supervisionado em Serviço Social**. 2005. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2005.

CAPUTI, L. **Serviço Social: a produção de conhecimento acerca do estágio supervisionado (2001 – 2010)**. Monografia (Especialização em Serviço Social) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2010.

CASSAB, M. A.T. Indicações para uma agenda de debates sobre o ensino da prática a partir do novo currículo. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 1, n. 2, p. 121-132, jul./dez. 2000.

CASTRO, A. T. B. Política educacional e direitos sociais: reconfiguração do ensino superior no Brasil. In: BOSCHETTI, I. (Org.). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

CFESS. ABEPSS (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009.

\_\_\_\_\_. **Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional**. Brasília, DF, 2005.

\_\_\_\_\_. **Meia formação não garante um direito: o que você precisa saber sobre a supervisão direta de estágio em Serviço Social**. Brasília, DF, [2012]. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS\\_ESTAGIO-SUPERVISIONADO.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_ESTAGIO-SUPERVISIONADO.pdf)>. Acesso em: 8 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. Resolução n. 533, de 29/9/2008. Regulamenta a Supervisão Direta de Estágio em Serviço Social. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>>. Acesso em: 3 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. **Sobre a incompatibilidade entre graduação a distância e Serviço Social**. (Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta 2008/2011), 2010. (mimeo).

CHAUÍ, M. A universidade operacional. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 9 de maio 1999. Caderno Mais!

\_\_\_\_\_. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.

CIAVATTA, M.; FRIGOTTO, G. (Org.). **Teoria e educação no labirinto do capital**. Petrópolis: Vozes, 2001

COHEN, I. J. Teoria da estruturação e práxis social. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. (Org.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

CONSENSO de Washington. Washington, 1989. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Consenso\\_de\\_Washington](http://pt.wikipedia.org/wiki/Consenso_de_Washington)>. Acesso em: 10 nov. 2013.

COSTA, O. M. J. **Estágio em Serviço Social: uma reflexão crítica**. Goiânia: Vieira, 2013.

COUTINHO, C. R. Estado, educação e a hegemonia dos trabalhadores. In: SEMINÁRIO CIENTÍFICO INTERNACIONAL TEORIA POLÍTICA DO SOCIALISMO: Antonio Gramsci: a periferia e os subalternos, 4., 2011, Marília. **Anais....** Marília: Ed. UNESP, 2011.

CRESS. 9ª Região. **Legislação brasileira para o Serviço Social:** coletânea de leis, decretos e regulamentos para instrumentação da(o) assistente social. 2. ed.rev., ampl. e atual. até dezembro de 2005. São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Legislação brasileira para o Serviço Social:** coletânea de leis, decretos e regulamentos para instrumentação do(a) Assistente Social. São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. **A atuação do assistente social no CRAS:** sistematização de dados do levantamento realizado pela Comissão de Orientação e Fiscalização. São Paulo, 2009. (Caderno, 4).

CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

FALEIROS, V. P. O Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais na Conjuntura dos Anos 70. In: CFESS (Org.). **30 anos do Congresso da Virada.** Brasília, DF, 2009.

FERNANDES, F. **A sociologia no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1980.

\_\_\_\_\_. **Os circuitos da história.** São Paulo: Hucitec, 1977.

FERNANDES, R. M. C. (Re)valorização da educação permanente. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 99, p. 518-539, jul./set. 2009.

FONSECA, L. M. V. Uma reflexão metodológica para o trabalho social: conhecer e intervir para transformar. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 3, n. 9, p. 85-96, ago. 1982.

FORTI, V.; GUERRA, Y. (Org.). **Serviço Social:** temas, textos e contextos: coletânea nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

FREDERICO, C. **Lukács:** um clássico do século XX. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1997. (Logos).

FRIGOTTO, G. Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 71-87, jan./jun. 2001.

\_\_\_\_\_. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 46, p. 235-274, jan./abr. 2011.

GENTILLI, R. **Representações e práticas:** identidade e processo de trabalho no Serviço Social. São Paulo: Veras, 1998.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GOUVEA, M. G. Estágio, supervisão e trabalho profissional. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 17, n. 1, p.65-78, 2008.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. (Caderno 12: apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais, 1932).

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Luís Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. (Caderno 22: americanismo e fordismo, 1934).

GRANEMANN, S. O processo de trabalho e Serviço Social I. In: **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: reprodução social, trabalho e Serviço Social**. mod. 2. Brasília, DF: CFESS : ABEPSS : CEAD : Ed. UnB, 1999.

GUERRA, Y. A. D. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e da atuais configurações do ensino público, privado e a distancia. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 104, esp., p. 715-736, out./dez. 2010.

\_\_\_\_\_. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. A instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: o trabalho do assistente social e as políticas sociais**. mod. 4. Brasília, DF: CFESS : ABEPSS : CEAD : Ed. UnB, 2000b.

\_\_\_\_\_. Dimensão Investigativa no exercício profissional. In: CFESS. ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: 2009.

\_\_\_\_\_. O ensino da prática profissional no serviço social: subsídios para uma reflexão. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 1, n. 2, p. 153-162, jul./dez. 2000a.

\_\_\_\_\_.; BRAGA, M. E. Supervisão em Serviço Social. In: CFESS. ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: 2009.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (Filosofia).

HOLANDA, M. N. A. B. Cotidiano e conhecimento. In: BERTOLDO, E.; MOREIRA, L. A. L.; JIMENEZ, S. (Org.). **Trabalho, educação e formação humana: frente á necessidade histórica da revolução**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas. Fortaleza: CRESS, 1997.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000a.

\_\_\_\_\_. Reforma do ensino superior e Serviço Social. **Temporalis**, Brasília, ano 1, n. 1, jul. 2004.

\_\_\_\_\_. **Renovação e conservadorismo no serviço social**: ensaios críticos. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000b.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

IASI, M. L. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

IVO, N. B. L. A reconversão da questão social e a retórica da pobreza nos anos 1990. In: CIMADAMORE, A.; DEAN, H.; SIQUEIRA, J. (Org.). **A pobreza do Estado**: reconsiderando o papel do Estado na luta contra a pobreza global. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

IVO, A. B. L. A reconversão do social: dilemas de redistribuição no tratamento focalizado. **Revista São Paulo em Perspectiva**. Fundação SEADE, São Paulo, v. 18, n. 2, p.57-67, abr./jun. 2004.

JOAZEIRO, E. M. G. **Estágio supervisionado**: experiência e conhecimento. Santo André: ESEtec, 2002.

\_\_\_\_\_. **Supervisão de estágio**: formação, saberes, temporalidades. Santo André: ESEtec, 2008.

KAMEYAMA, N. A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social: avanços e tendências (1975-1997). **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 8, p. 33-76, 1998.

\_\_\_\_\_. Concepção de teoria e metodologia. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 8, p. 99-116, 1998.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LEWGOY, A. M. B. A supervisão de estágio na formação em Serviço Social: novas configurações e desafios. In: SILVA, J. F. S.; SANT'ANA, R. S.; LOURENÇO, E. A. S. (Org.). **Sociabilidade burguesa e Serviço Social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. (Coletânea nova de Serviço Social).

\_\_\_\_\_. **Pensar a supervisão de estágio em Serviço Social: ser ou não ser, eis a questão!** 2007. 255 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2007.

\_\_\_\_\_. **Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios para a formação e exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. ; SCAVON, M. L. A. Supervisão em Serviço Social: a formação do olhar ampliado. **Textos & Contextos**, n. 1, p. 1-9, nov. 2002. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/fass/article/view/925/705>>. Acesso em: 5 ago. 2012.

LUCKESI, C. C. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1993.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

\_\_\_\_\_. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível**. Tradução de Lya Luft e Rodnei Nascimento; supervisão editorial de Ester Vaisman. São Paulo: Boitempo, 2010.

MACHADO, E.M. Questão Social: objeto do Serviço Social? **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 2, n. 1, p. 39-47, 1999.

MACIEL, A. L. S. A formação em Serviço Social no contexto da universidade brasileira: a realidade da região do Brasil. **Revista Agora: Políticas Públicas e Serviço Social**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 6, p. 1, abr. 2007. Disponível em: <<http://www.assistentesocial.com.br>>. Acesso em: 2 fev. 2014.

MACIEL, M.; CARDOSO, F. G. Metodologia do serviço social: a práxis como base conceitual. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 3, p. 162-187, 1989.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARCUSE, H. **Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MARQUES, R. M.; FERREIRA, M. R. J. (Org.). **O Brasil sob nova ordem: a economia brasileira contemporânea: uma análise do governo Collor a Lula**. São Paulo: Saraiva, 2010.

MARTINELLI, M. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999. (Série núcleo de pesquisa, 1).

\_\_\_\_\_. O ensino teórico-prático do serviço social: demandas e alternativas. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 15, n. 44, p. 61-76, abr. 1994.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social: identidade e alienação**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 1991.

\_\_\_\_\_. **A pergunta pela identidade profissional: uma matriz de análise**. reviso e atualizado em setembro de 2009. (Texto de apoio didático).

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martin Fontes, 1983.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos: seleção de textos de José Arthur Giannotti**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores).

\_\_\_\_\_. **Para a crítica da economia política; salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes: a economia vulgar**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os economistas).

\_\_\_\_\_. ; ENGELS, F. **A ideologia Alemã: I – Feuerbach**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

MELO, A. A. S. Avaliação do ensino superior como controle das políticas sociais nos países periféricos: aceleração do crescimento nos limites do capitalismo. **Revista Agora: Políticas Públicas e Serviço Social**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 6, p. 1-18, abr. 2007. Disponível em: <<http://www.assistentesocial.com.br>>. Acesso em: 7 ago. 2013.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008. (Mundo do trabalho).

\_\_\_\_\_. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. Rio de Janeiro: HUCITEC : ABRASCO, 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/>>. Acesso em: 11 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Parecer CNE/CES n. 329/2004. Carga horária mínima dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 nov. 2004.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES 15, de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 abr. 2002. Seção 1. p. 33.

MOREIRA, L. A. L.; JIMENEZ, S. (Org.). **Trabalho, educação e formação humana: frente à necessidade histórica da revolução**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

MOTA, A. E. (Org.). **As ideologias da contrarreforma e o Serviço Social**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

OLIVA, M. H. B. A formação profissional: questões metodológicas e experiência de estágio. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 10, n. 29, p. 149-160, abr. 1989.

OLIVEIRA, C. A. H. S. **A centralidade do estágio supervisionado na formação profissional em serviço social**. 2003. 177 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2003.

\_\_\_\_\_. O estágio supervisionado na formação profissional do assistente social: desvendando significados. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 25, n. 80, p. 59-81, 2004.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

PACCHIONI, M. M. **Estágio & supervisão: uma reflexão sobre a aprendizagem significativa**. Lorena: Stiliano, 2000.

PAULO NETTO, J. A controvérsia paradigmática nas Ciências Sociais. **Caderno ABESS**, São Paulo, n. 5, p. 7-16, 1995a.

\_\_\_\_\_. Notas para a discussão da sistematização da prática e teoria em serviço social. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 3, p. 141-161, 1995b.

\_\_\_\_\_. A propósito da disciplina de metodologia. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 5, n. 14, p. 5-15, abr. 1984.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. Introdução ao método na teoria social. In: CFESS: ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009.

\_\_\_\_\_. O Marxismo e seus rebatimentos no serviço social. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 4, p. 64-95, 1991.

PAULO NETTO, J. Razão, ontologia e práxis. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 15, n. 44, p. 26-42, abr. 1994.

\_\_\_\_\_. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 17, n. 50, p. 87-132, abr. 1996.

\_\_\_\_\_.; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de Serviço Social; v. 1)

\_\_\_\_\_.; CARVALHO, M.C. B. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

PEREIRA, L. D. A reação burguesa á crise capitalista e o processo de mercantilização do ensino superior no pós -1970. **Textos & Contextos**, n. 5, p. 1-21, nov. 2006. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/1023/803>>. Acesso em: 3 jun. 2011.

\_\_\_\_\_. Mercantilização do ensino superior e a formação profissional em Serviço Social: em direção a um intelectual colaboracionista? **Revista Agora: Políticas Públicas e Serviço Social**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 6, p. 1-26, abr. 2007. Disponível em: <<http://www.assistentesocial.com.br>>. Acesso em: 3 jun. 2011.

PINTO, M. B. A contra-reforma do ensino superior e a desprofissionalização da graduação em Serviço Social. **Revista Agora: Políticas Públicas e Serviço Social**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 6, p. 8, abr. 2007. Disponível em: <<http://www.assistentesocial.com.br>>. Acesso em: 4 jun. 2011.

PINTO, R. M. F. **Estágio e supervisão**: um desafio teórico-prático do Serviço Social. São Paulo: Ed. PUC : NEMESS, 1997.

POCHMANN, M. Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 383-399, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21462.pdf>>. Acesso em: 9 mar. 2014.

PONTES, R. N. **Mediação e Serviço Social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 1997.

RAMOS, S. R. A pratica na formação profissional em Serviço Social: tendências e dificuldades. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 7, n. 14, p.149-174, jul./dez. 2007.

ROBLES, C. **Supervisar ¿para que?** – lo oculto trás la resistência. Buenos Aires: Espacio, 2011.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, A. **Filosofia da práxis**. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007. (Pensamento social latino-americano).

SANTOS, C. M.; PINI, F. A transversalidade do ensino da prática na formação profissional do assistente social e o projeto ABEPSS itinerante **Temporalis**, Brasília, DF, ano 13, n. 25, p. 133-153, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/4855/4146>>. Acesso em: 13/02/2014.

SARAMAGO, J. **Viagem a Portugal**. 2 ed. Lisboa: Caminho, 1984

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, São Leopoldo, ano 1, n. 1, p. 1-15, jul. 2009. Disponível em: <[http://www.rbhcs.com/index\\_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf](http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2013.

SAVIANI, D. **A nova Lei da Educação (LDB): trajetória, limites e perspectiva**. 8. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2003. (Educação contemporânea).

\_\_\_\_\_. **Da nova LDB ao novo plano nacional de educação: por uma outra política educacional**. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

SETUBAL, A. A. Hegel e Marx: duas concepções para o entendimento de práxis. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 12, n. 35, p.103-133, abr. 1991.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2008.

SHERIFF, T. et al. **Supervisión en trabajo social**. Buenos Aires: ECRO, 1973. (Série ISI/2).

SILVA, J. F. S.; SANT'ANA, R. S.; LOURENÇO, E. A. S. (Org.) **Sociabilidade burguesa e Serviço Social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. (Coletânea Nova de Serviço Social).

SILVA, M. D. O estágio na formação profissional: elementos para análise. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 15, n. 45, p.147-155, ago. 1994.

SOUZA, A. I. **Paulo Freire: vida e obra**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOUZA, M. L. Reflexões sobre o agir do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 3, n. 8, p. 85-98, mar. 1982.

TEMPORALIS, Estágio, ética e pesquisa: desafios para a formação profissional. Brasília, DF: ABEPSS, ano 9, n. 17, jan./jul. 2009. 206p.

TERRA, S. **Ética e instrumentos processuais**. Brasília, DF: CFESS, 2000. v. 3.

TSÉ-TUNG, Mao. **Filosofia**. 2. ed. Belém: Boitempo, 1979.

UNIÃO EUROPÉIA. **Declaração de Bolonha**. Bolonha, 1999. Disponível em: <[http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/links/language/1999\\_Bologna\\_Declaration\\_Portuguese.pdf](http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/links/language/1999_Bologna_Declaration_Portuguese.pdf)>. Acesso em: 12 dez. 2013.

VIEIRA, B. O. **Modelos de supervisão em Serviço Social**. Rio de Janeiro: Agir, 1981.

\_\_\_\_\_. **Supervisão em Serviço Social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1979.

YAZBEK, M. C. O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. In: **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: reprodução social, trabalho e Serviço Social**. mod. 2. Brasília, DF: CFESS : ABEPSS : CEAD : Ed. UnB, 1999.

\_\_\_\_\_. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS. ABEPSS (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009.

## **APÊNDICES**

## APENDICE A. Termo de Compromisso Livre e Esclarecido

UNESP - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA –  
 “JULIO DE MESQUITA FILHO”  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL –  
 FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

---

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Aceito participar da pesquisa “Dimensão da Supervisão de Estágio em Serviço Social” (título provisório), da pesquisadora **Lesliane Caputi**, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista/UNESP campus de Franca/SP, sob orientação da **Profa. Dra. Cirlene Ap. Hilário da Silva Oliveira**.

A minha participação é voluntária, o que significa que posso desistir a qualquer momento, retirando o consentimento, sem prejuízos ou penalidades pessoais e profissionais. Fui esclarecido que meu nome não será divulgado, preservando minha identidade, e, que as informações concedidas serão gravadas com auxílio de gravador com meu consentimento, e utilizadas somente para fins desta pesquisa, cujos resultados serão a mim socializados.

Essa pesquisa tem como **objetivo** “Resignificar o cotidiano da supervisão de estagio em Serviço Social”.

Os **sujeitos** da pesquisa compreendem supervisores de campo, supervisores acadêmicos e estagiários, no âmbito do processo de supervisão de estágio em Serviço Social, delimitados na Microrregional da ABEPSS Sul II- Franca - São Jose do Rio Preto/SP. Considerando apenas as UFAs de modalidade presencial, que participaram da Oficina da Microrregional, em setembro de 2011, e aquelas que no primeiro contato, se disponibilizaram a participar. E também intelectuais orgânicos para adensar a problematização e análises do tema.

Assim, firmo o presente termo, ficando com uma cópia do mesmo.

---

Pesquisador(a)

---

Entrevistado(a)

Cidade – \_\_\_\_\_ . \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Qualquer dúvida, poderá perguntar diretamente para **Lesliane Caputi**.

(17)99134-1454 ou (34)9220-8009

E-mail: [lesliane@hotmail.com](mailto:lesliane@hotmail.com)

## APENDICE B. Contato Via E-Mail Com Estudantes

Prezados/as estudantes,

Boa tarde!

A partir da lista de presença da Oficina da ABEPSS Sul II, realizada no dia 16/09/2011 na UNILAGO, cheguei a vossos contatos de e-mail.

Estou escrevendo minha tese de doutorado sobre **“O Cotidiano da Supervisão de Estágio em Serviço Social”**, com orientação da Profa, Dra. Cirlene Ap. Hilário da Silva Oliveira, no Programa de Pós-Graduados em Serviço Social da UNESP campus de Franca/SP.

Meu universo empírico compreende as UFAs da micro-regional da ABEPSS Sul II (São Jose do Rio Preto/Franca): UNESP, UNILAGO, FEF, UNIFEV e UNIFEB. Quero entrevistar estudantes com experiência de estágio. Por tal razão contato vocês.

Inicialmente, me respondam, caso aceitem colaborar, este e-mail em relação às seguintes questões:

1. Continua como estudantes de graduação? ( ) sim ( ) não
2. Se, continua como estudante, qual o período está cursando? \_\_\_\_\_
3. Tem experiência de estágio? ( ) sim ( ) não.
4. Estudou a Política Nacional de Estágio? ( ) sim ( ) não
5. Estudou a Resolução CFESS n. 533/2008 sobre supervisão direta de estágio?  
( ) sim ( ) não.

Vossa colaboração será de suma importância para alcance dos objetivos da minha pesquisa.

Este é o primeiro contato, dentre outros vindouros, caso aceitem participar da pesquisa.

Desde já, muito obrigada!

## APENDICE C. Contato Via E-Mail Com Coordenadores de Curso

**Prezada Professora,  
Coordenadora do Curso de Serviço Social**

Venho através deste contato socializar e solicitar a participação desta Unidade de Formação Acadêmica (UFA) na minha pesquisa de doutorado que se refere a “**A Dimensão da Supervisão de Estágio em Serviço Social**”, sob a orientação da Profa, Dra. Cirlene Ap. Hilário da Silva Oliveira, no Programa de Pós-Graduados em Serviço Social da UNESP campus de Franca/SP.

Meu universo empírico compreende as 11 UFAs da micro-regional da ABEPSS Sul II (São Jose do Rio Preto/Franca), considerando minha inserção de militante da ABEPSS nesta região. Os sujeitos da minha pesquisa serão todos os atores envolvidos na atividade de estágio, ou seja, coordenadores de curso, coordenadores de estágio, supervisores de campo e acadêmicos e estagiários.

Mas por ora, somente você coordenador de curso.

Vossa colaboração será de suma importância para alcance dos objetivos da pesquisa.

Este é o primeiro contato, dentre outros vindouros, após o exame de qualificação (dezembro/2012), pelos quais buscarei informações com demais atores além da coordenação de curso. Daí farei os esclarecimentos condizentes com a etapa da pesquisa.

Gostaria que me respondesse o seguinte:

### A. Caracterização Geral do curso

1. Qual a natureza jurídica desta UFA? \_\_\_\_\_
2. Quando iniciou o curso de Serviço Social na UFA? \_\_\_\_\_
3. O curso é reconhecido pelo MEC? ( ) sim. Data de reconhecimento \_\_\_\_\_

( ) não. \_

4. A UFA é filiada á ABEPSS? ( ) sim ( ) não.

B. Atores Envolvidos na atividade de estágio supervisionado

Na realidade atual deste curso, assinale com um X os atores existentes e ativos na atividade de estágio supervisionado:

( ) coordenador de curso

( ) coordenador de estágio em Serviço Social

( ) supervisor de campo

( ) supervisor acadêmico

( ) estagiário

( ) coordenador de curso é também coordenador de estágio em Serviço Social.

Sendo assim, coloco-me a disposição para outros esclarecimentos que se fizer necessário, e aguardo a contribuição e sua participação enquanto coordenação de curso.

E, se fosse possível me devolver estes dados o quanto antes, agradeceria imensamente, pois, eles são de suma importância para a composição dos procedimentos metodológicos da pesquisa.

No mais, agradeço a atenção e contribuição!

Abraço,

**Lesliane Caputi**

## APENDICE D. Roteiro de Entrevista

### ROTEIRO ENTREVISTA

- Qual sua concepção de estágio na formação profissional do/a assistente social?
- Como você analisa o processo de supervisão de estágio em Serviço Social (especificando sobre a supervisão de campo e a supervisão acadêmica)?
- Quais limites e possibilidades da supervisão de estágio, você identifica frente à PNE e Resolução n. 533/2008?
- Qual relação e sentido da educação para a supervisão de estágio?
- No cotidiano, como tem se dado a seguinte diretriz:

O estágio supervisionado em Serviço Social é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre unidade de ensino e unidade campo de estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética do Profissional (1993). O estágio supervisionado é concomitante ao período letivo escolar. (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 71).
- Como é realizada a supervisão de estágio no cotidiano?
- Qual sua perspectiva acerca da supervisão de estágio em Serviço Social?

Obrigada!

## **ANEXOS**

## ANEXO A. Relatório Microrregional ABEPSS Sul II São Jose do Rio Preto/Franca.



### RELATÓRIO MICRO-ABEPSS SUL II Franca/São José do Rio Preto e Marília/Lins

**Ref. Oficina “Desafios Atuais da Formação e do Trabalho Profissional”.**

**Realizada em:** 16/09/2011

**Local:** UNILAGO/São Jose do Rio Preto

**Participantes:**

**UFAS Participantes:** UNILAGO/São Jose do Rio Preto, UNIP/São José do Rio Preto, FACERES/São Jose do Rio Preto, FEF/Fernandópolis, UNIFEB/Barretos, UNIJALES/Jales, UNESP/Franca, UNIFEV/Votuporanga, IMESB/Bebedouro, UNILINS/Lins, UNIMAR/Marília, FAI/Adamantina. **ENESSO e CRESS.**

OBS.: A FACERES não encaminhou as reflexões referentes os eixos proposto pela ABEPSS.

**UFAS Ausentes e sem encaminhamento das reflexões:** TOLEDO/Presidente Prudente, SALESIANO/Araçatuba, FUNEC/Santa Fé do Sul, UNICASTELO/Fernandópolis, UNIFRADA/Dracena.

OBS.: As UFAS TOLEDO/Presidente Prudente, SALESIANO/Araçatuba, confirmaram presença, mas não participaram.

UNIFRADA/Dracena justificou ausência.

FUNEC/Santa Fé do Sul, UNICASTELO/Fernandópolis: não participaram e não justificaram ausência.

**Quantidade de Participantes** - 134 dentre estes: 04 coordenadores de curso, 01 Supervisor Acadêmico; 07 Supervisores de Campo, 24 docentes; 05 Profissionais/Assistentes Sociais; 87 estudantes de graduação; 01 estudante de pós-graduação; 03 Seccionais CRESS (São Jose do Rio Preto, Araçatuba, Marília/Presidente Prudente), envolvendo 02 Agentes Fiscais e 02 coordenadoras.

**DELIBERAÇÕES:** A micro-regional de Marília/Lins em reunião com as UFAs participantes de sua região elegeram sua coordenação e vice-coordenação, sendo respectivamente: Luiz Carlos Pires Montanha (UNILINS) e Sílvia Aline Silva Ferreira (FAI/Adamantina).

**Representantes de Supervisores de Campo:** Foi realizada no plenário a votação para a participação de supervisores de campo na Oficina Estadual e Nacional no qual foi aprovado unanimemente os seguintes nomes:

Graziele Deliane Santos de Moura (Supervisora de Estágio pela FEF/Fernandópolis)

A Grazielle estava na oficina e se candidatou, sendo legitimada pelos participantes.

e-mail: [grazieledeliane@hotmail.com](mailto:grazieledeliane@hotmail.com)

Priscila (Supervisora de Estágio pela UNESP/Franca)

Não esteve na oficina, mas, foi manifestado seu interesse em representar os supervisores na Estadual e o nome foi levado pela Onilda e os participantes legitimaram.

e-mail: [pris\\_essav@yahoo.com.br](mailto:pris_essav@yahoo.com.br)

Conforme programação, a oficina contou com palestras acerca da temática da mesma: “Desafios Atuais da Formação e do Trabalho Profissional”. Tendo a profa. Dra. Cirlene Ap. Hilário da Silva de Oliveira (UNESP/Franca) sobre o Eixo 1 – Desafios na Implantação da PNE e prof. Dr. Jose Fernando Siqueira da Silva (UNESP/Franca) sobre o Eixo 2 – Desafios no Trabalho Docente. Em seguida as reflexões das UFAS, que sinteticamente seguem abaixo:

### **EIXO 1 – DESAFIOS NA IMPLANTAÇÃO DA PNE**

- **Quanto à Supervisão Acadêmica:**

- a maioria das UFAs possui a disciplina de supervisão acadêmica ou referente ao Estágio na matriz curricular;

- 01 UFA apresentou que há carga horária para docentes, com horários alternativos (pré-aulas ou sábados) para atender os estagiários individualmente e/ou em grupo por área/seguimento: assistência social, saúde, ong's, educação e projetos de extensão à comunidade do próprio curso (01 h/aula);

- 03 UFAs apresentaram que o docente tem carga horária para a supervisão acadêmica (um com 06 horas; outro com 04 horas e um com não especificou a carga horária para cada docente, não especificando se por área/segmento ou qual a forma de sistematização da supervisão);

- maioria das UFAs relatou a ausência de sistematização da supervisão acadêmica no PPC;

- ausência de recursos financeiros e institucionais para a visita em campos de estágio (apenas uma UFA) possui tal recurso para o supervisor acadêmico;

- carga horária insuficiente e/ou ausência de carga horária específica para docente/supervisor acadêmico em consonância com a PNE (sobrecarga de trabalho, no qual a maioria das UFAs atende mais de 20 estudantes);

- dificuldades de participação dos estudantes-trabalhadores nas supervisões acadêmicas por falta de disponibilidade de horários dos mesmos (quando esta não está na matriz curricular);

- dificuldade na participação de estudantes oriundos de municípios vizinhos que dependem de transportes municipais;

- **Quanto à Supervisão de Campo (acompanhamento nos campos de estágio);**

- a maioria das UFAs apontou dificuldade de curso de formação continuada para os supervisores de campo devido à falta de recursos e carga horária para os docentes/supervisores acadêmicos e coordenadores de estágio;

- ausência de assistentes sociais para serem supervisores de campo em determinadas regiões (micro-regional Marília/Lins) principalmente municípios pequenos;

- algumas UFAs mencionaram que com cursos a EaD as vagas de estágio tem sido divididas entre os estudantes das unidades presencial e à distância;

- os contatos referentes à supervisão acadêmica e de campo se constituem *a priori* e majoritariamente por e-mail e contato telefônico, em caráter de demanda urgente se faz uma visita com recursos próprios do supervisor ou coordenador de estágio;

- demanda excessiva de trabalho dos assistentes sociais (supervisores de campo) dificulta a disponibilidade dos mesmos para agendar visitas e receber os supervisores acadêmicos ou coordenadores de estágio;

- a maioria das UFAs apresentou que realizam reunião semestral com supervisores de campo, mas, o desafio maior é de participação significativa dos mesmos (não são liberados das instituições, não tem transporte na instituição, sobrecarga de trabalho);

- **Quanto aos estagiários-trabalhadores;**

- ausência de campo de estágio nos finais de semana nos municípios;

- dificuldade para estes estudantes participarem da supervisão acadêmica extra-matriz curricular;

- a maioria das UFAs apontaram que os estagiários remunerados tem ocupado espaços de profissionais (precarização do estágio);

- dificuldades dos estudantes cumprirem a carga horária de estágio durante a semana/semestre/ano e, então, fazem estágio quando tiram férias do trabalho;
- algumas UFAs apontaram que falta estagiário para durante semana em detrimento da oferta de campos sem remuneração/semanal;
- estudantes tem ficado de DP por conta do não cumprimento de estágio;
- uma UFA mencionou que há conflitos entre estagiários e supervisores de campo, necessitando da intervenção do setor de estágio;
- uma UFA apresentou que há projetos de extensão com Famílias e adolescentes de 8ª série para viabilizar estágios no final de semana.

**ESTRATÉGIAS:** projetos de extensão a comunidade como campo de estágio.

- **Quanto à Coordenação de Estágio;**

- algumas UFAs possuem uma coordenação de estágio com carga horária para tal, a maioria insuficiente pela demanda de trabalho existente;
- algumas são realizadas a coordenação pelos docentes/supervisores acadêmicos;
- outras acumulam a coordenação de curso e de estágio;
- uma tem uma comissão formada por 04 docentes, sendo revezados a cada gestão.

- **Quanto aos Projetos de Extensão a Comunidade que se configuram como campo de estágio;**

- 03 UFAs contam com projetos de extensão a comunidade (uma mencionou que está devidamente contemplado no PPPC e se constitui campos de estágio estratégicos para atender a demanda de estudantes-trabalhadores) e os mesmos são supervisionados por docentes-assistentes sociais e contam com a avaliação positiva dos estudantes;

- a mesma UFA acima apontou que a carga horária do docente-supervisor de projeto de extensão não é coerente com PNE; até mesmo porque, projeto de extensão tem uma especificidade diferenciada de demais campos de estágio. Identificaram a necessidade da PNE contemplar esta situação inclusive considerando a avaliação dos estagiários acerca da importância dos mesmo;

- as duas outras UFAs não mencionaram dificuldade na carga horária e nem se os projetos de extensão estão precisamente contemplados no PPC.

- **Quanto ao estágio remunerado;**

- as UFAs disseram que em sua maioria tem um significativo número de campo de estágio remunerado, mas o valor é baixo, inferior a 01 salário mínimo;
- poucas UFAs apresentaram que são escassos os campos de estágio remunerado;
- 02 UFAs disseram que dentro da unidade existem estágios remunerados;
- os estudantes às vezes não aderem ao estágio remunerado devido o emprego formal que está inserido; e, ainda que estejam em emprego informal, preferem permanecer neste por conta de valores da remuneração, pois os estágios remunerados tem se configurado mais como ajuda de custo ou bolsa de estudo. E há um número significativo de estudantes que são arrimo de família.

- **Quanto ao seguro do estagiário;**

- a maioria tem sido custeada pelos estagiários, exceto os campos de estágio remunerados que são custeados pelas empresas contratantes;
- apenas duas UFAs indicaram que efetuam o pagamento do seguro para o estagiário;

- **Quanto à quantidade de estagiário por supervisor de campo/acadêmico conforme carga horária destes;**

Supervisão de campo: todas as UFAs apontaram estar condizente às leis pertinentes e PNE, assim, a quantidade de estagiários por supervisor de campo não ultrapassa às 10 horas semanais de trabalho;

DESAFIO: está no âmbito da supervisão acadêmica: carga horária docente inferior ao que tange a PNE em relação à quantidade de estagiários que estão entre 20 a 50 alunos por docente.

- **Quanto aos estágios nos finais de semana;**

- uma UFA apresenta os projetos de extensão à comunidade do curso através de parcerias com instituições do município e/ ou região com alternativa de estágio para o final de semana.

- os espaços sócio-ocupacionais em que estão os Assistentes Sociais no município e na região não disponibilizam de horários para estágios nos finais de semana que estão inseridas as UFAs;

- duas UFAs apresentaram que possui campos de estágio no final de semana (Hospital de Base, loteamento clandestino e mapeamento de população atendida junto aos conselhos).

- **Organizações Campos de Estágio: quantas cada UFA possui e a que áreas pertencem para compreender a [re]configuração do campo no âmbito da formação.**
  - a maioria das UFAs apresentou suficiência com relação aos campos de estágio oferecidos, variando entre 40 a 68 campos por unidade;
  - os campos são variados, em sua maioria, por área/segmento: saúde, habitação, assistência social, judiciário, empresas, ONG.
  
- **Quanto às vagas de estágios que estão sendo divididas entre EAD e presenciais;**
  - a maioria não está tendo problemas com isso, apenas uma UFA relatou um caso de estudante do estado de Minas Gerais, mas, a maioria dos supervisores estão resistindo para abrir campos para EAD.
    - duas UFAs reforçam que devido a existência de cursos de Serviço Social EaD no município ou no entorno, estão dividindo os campos existentes.
  
- **Quanto ao estágio supervisionado não-obrigatório**
  - a maioria das UFAs não tem feito acompanhamento de estágio-não obrigatório;
  - a maioria se dá pelo convênio com CIEE/UFA;
  - apenas uma UFA relatou que o estágio não-obrigatório segue as mesmas prerrogativas para o estágio-obrigatório que também contempla os estágios remunerados em Serviço Social;
    - uma UFA disse que só é permitido estágio não – obrigatório para alunos do 8º semestre que já cumpriram a carga horária obrigatório do curso.
  
- **Quanto à carga horária estabelecida na PNE;**
  - algumas UFAs possuem a carga horária de estágio correspondendo a 450 horas distribuídas entre 5º, 6º, 7º e 8º período conforme orientações da PNE, inclusive em relação às disciplinas que devem ser cursadas antes do ingresso do aluno no campo de estágio;
    - há UFAs que trabalham no 4º período ou 2º ano com Estágio de Observação variando de 40 horas a 72 horas, sem necessidade de cursar disciplinas pré-curriculares e ou plano de estágio;
  
- **Quanto ao início do Estágio Supervisionado na matriz curricular (5º período);**
  - conforme apontado no item anterior.

- **Quanto à reunião de Supervisores;**
  - as reuniões de supervisores acontecem periodicamente conforme a disponibilidade dos supervisores de campo, num geral 01 e/ou 02 por semestre;

DESAFIO: a participação (de todos) dos supervisores de campo nas mesmas em decorrência, segundo os mesmos, da precarização do trabalho que vivenciam nos diferentes espaços sócio-ocupacionais.
  
- **Disponibilidade de Programa de Residência uni ou multiprofissional em Serviço Social**
  - todas as UFAs participantes e que apresentaram relatos não possui essa realidade.
  
- **Quanto à supervisão de campo de profissionais em residência profissional;**
  - as UFAs não vivenciam essa realidade.
  
- **Outros desafios:**
  - a maioria das UFAs apontaram que é um desafio a implantação da Supervisão Acadêmica com sistematização, carga horária suficiente para os docentes;
  - fazer com que as direções das UFAs compreendam a necessidade de horas para docentes realizar a Supervisão Acadêmica e Coordenação de Estágio com relação a todas as atribuições/prerrogativas contida nas diretrizes curriculares;
  - realizar capacitação para o exercício de tais atribuições: supervisor de campo e acadêmico;
  - a participação dos supervisores de campo nas reuniões.

## **EIXO 2: PRINCIPAIS DIFICULDADES DO TRABALHO DOCENTE NAS UFAs**

- **Quanto ao vínculo empregatício;**
  - no geral os docentes possuem vínculo empregatício horista/CLT;
  - algumas UFAs tem o trabalho docente vínculo formal, informal (a pedido do professor);
  - uma UFA privada mencionou também o vínculo celetista, horista e/ou estatutário.
  
- **Quanto ao plano de cargos e salários;**

- a maioria das UFAs disseram existir, mas nem todos conhecem e se beneficiam;
- duas mencionaram que há e que é cumprido, o docente é beneficiado plenamente;
- uma disse que a UFA está em fase de construção.

- **Quanto à efetivação do tripé: ensino, pesquisa e extensão;**

- **ENSINO:** a maioria das UFAs apresentou que esse é o eixo mais forte do curso, o que está articulado com as diretrizes curriculares da ABEPSS.

- uma UFA disse que é um desafio a matriz curricular do curso, uma vez, que a referida unidade trabalha com modelos prontos e sem muita possibilidade de argumentação; mas apontou que o NDE tem feito incisivos debates e enfrentamentos, posicionando-se contrário a mesma e provocando enfrentamentos de ordem ética e política.

- **PESQUISA:** é um desafio para a maioria das UFAs

- apenas duas mencionaram uma política de iniciação científica de âmbito institucional e no qual o Serviço Social articula ao ensino e a extensão;

- uma mencionou que as pesquisas ficam condicionadas as bolsas/desconto nas mensalidades dos alunos, estes tem que fazer iniciação científica, contando com o trabalho docente sem remuneração para a orientação;

- as demais não possuem nenhum tipo de política;

- um desafio é a titulação dos docentes que impedem a vinculação de núcleos de pesquisa ou a criação de política institucional quando a UFA se dispõe a isso.

- **EXTENSÃO:** é um desafio com relação à carga horária remunerada para a maioria das UFAs;

- duas UFAs consideraram que a Extensão ocorre articulada com o ensino e a partir dos projetos se realizam pesquisa também, mas, estas contam como campo de estágio para o aluno – ou seja, a extensão está atrelada mais a necessidade do estudante e do curso, do que a comunidade, mas de todo modo os projetos acabam se estendendo para ações na comunidade;

- uma UFA mencionou que existe a política de extensão, mas agora, com a troca de coordenação estão no momento de conhecê-la para fazer proposição, mas, estes projetos se configuram mais para atender a demanda dos alunos no cumprimento de atividades complementares e de conteúdos de sala de aula;

- uma UFA mencionou que é exigido pela mesma que os docentes cumpram atividades de extensão em forma de cine-debate, artigo, mini-cursos para que tenham garantido as pontes nos feriados e bancos de hora para necessidade de falta do docente.-

- **Quanto à orientação de TCC;**

- a maioria das UFAs disseram que não há remuneração específica para o orientador. Somente o professor da disciplina TCC é remunerado para tal no momento. Os TCC são elaborados individualmente ou em dupla;

- apenas uma UFA mencionou o recebimento de 1h/aula/mensal por cada orientação;

- todas as UFAs mencionaram que há regimento interno e um professor que trabalhe a disciplina de TCC na matriz curricular, articulando com as diretrizes curriculares da ABEPSS.

- **Quanto à efetivação das diretrizes curriculares;**

- As UFAs, em geral, consideraram que as mesmas são efetivadas, considerando as diretrizes da ABEPSS e MEC. São discutidas com frequência pelo corpo docente. Mas há dificuldade na sua efetivação plena tantos pelos fatores acima elencados quanto pela precarização do ensino superior como um todo no Brasil e pelos seguintes fatores:

1. perfil de aluno que a atual conjuntura de educação no país prepara para o ensino superior;

2. nem todos os docentes são titulados;

3. Os alunos não têm hábito de leitura e não raras vezes são trabalhadores e não contam com disponibilidade de tempo suficiente para o estudo requisitado;

4. Os docentes são horistas, logo não disponibilizam de tempo/carga horária suficiente para desenvolver as diretrizes como um todo, inclusive no que tange ensino-pesquisa-extensão.

5. A implantação da Supervisão Acadêmica é também considerada um desafio ao atendimento da PNE e diretrizes;

- uma UFA que passa por sérias dificuldades para que as instâncias superiores compreendam as diretrizes curriculares do Serviço Social e aceitem as proposições do NDE;

- As demais UFAs apontam que o corpo docente tem se debruçado coletivamente, em suas disciplinas, para primar pela formação de qualidade e com compromisso ético, bem como, contribuindo com a construção de estratégias, habilidades, criatividade e proposição mediante os desafios da conjuntura atual para efetivar plenamente as Diretrizes Curriculares.

- **Quanto a produção científica/produtivismo**

- a maioria das UFAs colocou que a Instituição não cobra tanto a produtividade, mesmo porque não dispõe de carga horária para tal;

- uma UFA apontou a análise de que na política do ensino superior no país rebate no docente no que tange avaliação institucional, avaliação do curso mais especificamente;

- produção científica tem ficado mais no campo do docente-individualmente e aparece acirrada quando o docente tem vinculação mais orgânica com a academia, por exemplo, aqueles que são mestrando ou doutorando.

- **Quanto ao adoecimento do docente;**

- de um modo geral as UFAs analisam que as doenças contemporâneas têm rebatido nos trabalhadores num modo geral, entretanto, nem sempre estes associam a doença com a dimensão do trabalho cotidiano;

- no âmbito da docência se observa uma demanda significativa de trabalho que leva a queixas comuns como: estresse, dores generalizadas advindas de cansaços mentais e/ou físicos;

- apenas uma UFA mencionou que há dois professores afastados por problemas de saúde (síndrome do pânico e estresse).

- **Quanto à dispensa/apoio ao docente para participação em eventos, congressos, entre outros espaços de formação profissional continuada;**

- a maioria das UFAs não tem uma política institucional para tal, mas, incentiva a participação docente em espaços de formação continuada dispensando os mesmos sem prejuízos salariais;

- uma UFA disse que não há dispensa para participação em eventos;

- uma disse que duas vezes ao ano, quando enviado e aprovado trabalho, o docente recebe um ajuda de custo para pagar a inscrição do evento e não tem desconto no salário;

- uma UFA mencionou a troca de bancos de horas para participação em eventos, sem ajuda de custo.

- **Outros desafios...**

- falta de autonomia junto às instâncias superiores das UFAs no que se refere a efetivação plena das diretrizes curriculares, principalmente, no tripé ensino, pesquisa e extensão;

- implantação da Supervisão Acadêmica de forma efetiva a partir de parâmetros mais objetivos da ABEPSS;

- criação dos Planos de cargos e salários que contemplem melhor o trabalho docente, essencialmente, na remuneração salarial.

Lucimara Benatti (coordenadora da microrregional Franca/São José do Rio Preto)

Onilda Alves (vice-coordenadora da microrregional Franca/São José do Rio Preto)

Lesliane Caputi (representante discente de pós-graduação (UNESP) ABEPSS/Sul II.